

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC-SP

RAFAEL FREITAS OCANHA

Dos Esquadrões da Morte ao PCC – A criminalidade paulistana e suas representações

nos livros-reportagem de Percival de Souza (1973 – 2006)

Doutorado em História

São Paulo

2022

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

RAFAEL FREITAS OCANHA

Dos Esquadrões da Morte ao PCC - A criminalidade paulistana e suas representações

nos livros-reportagem de Percival de Souza (1973 – 2006)

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, como exigência
parcial para obtenção do título de Doutor em História
Social, sob a orientação da Profa. Doutora Carla Reis
Longhi.

Doutorado em História

São Paulo

2022

BANCA EXAMINADORA

A Norma Marchelle de Freitas (in memorian)
por me ensinar o valor dos estudos e o gosto por
histórias policiais.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) – nº **88887.163184/2018-00**"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – nº **88887.163184/2018-00**"

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a CAPES por viabilizar os recursos necessários para a conclusão deste trabalho.

Agradeço a minha orientadora, Profa. Dr. Carla Reis Longhi, por direcionar este projeto desde os primeiros esboços até a conclusão desta tese.

Agradeço a Aguinaldo Rafael Ocanha, Jenniffer de Freitas Ocanha e Danielle Freitas Ocanha pelo apoio familiar fundamental para a escrita desta tese.

Agradeço a Alexandre Raith pelo companheirismo durante todo o processo de pesquisa e pelo apoio nos momentos difíceis do processo de escrita.

Agradeço a todos os colegas e professores do Programa de Pós- Graduação em História da PUC-SP.

Agradeço às professoras Márcia Gomes Fernandes e Mariza Romero pelas leituras atentas e a participação na banca de Qualificação.

E, finalmente, a Percival Alves de Souza, que respondeu prontamente a todas minhas dúvidas e incentivou a pesquisa.

RESUMO

OCANHA, Rafael Freitas. Título: Dos Esquadrões da Morte ao PCC – A criminalidade paulistana e suas representações nos livros-reportagem de Percival de Souza (1973 – 2006). 2022. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

As narrativas do espaço urbano paulistano se cruzam com os livros- reportagem de Percival de Souza, jornalista policial que inicia sua carreira na década de 1960. Neste percurso, retratou a cidade São Paulo em livros-reportagem sobre a criminalidade, como a situação carcerária no presídio do Carandiru, os Esquadrões da Morte, a maioria penal, o Manicômio Judiciário e o grupo criminoso Primeiro Comando da Capital (PCC). Ainda neste gênero literário, publicou as biografias do delegado Sérgio Paranhos Fleury e do agente infiltrado José Anselmo dos Santos. Analisar as 14 obras que tratam dessas temáticas é o objetivo desta pesquisa, que se debruça sobre esta literatura da cidade escrita por um jornalista policial. O percurso da criminalidade paulistana será compreendido à luz de teóricos da representação como Roger Chartier e Stuart Hall, mas também por autores da história social do crime como Dominique Kalifa e Robert Darton. Pretende-se lançar luz às problemáticas da segurança pública que Percival de Souza narrou entre 1973 e 2006 nos livros-reportagem, procurando compreender as representações da cidade, seus personagens e territórios.

Palavras-Chave: Percival de Souza, Livro-reportagem, Criminalidade

ABSTRACT

OCANHA, Rafael Freitas. Title: From death squads to PCC – São Paulo's crime and its representations in Percival de Souza report books (1973 - 2006). 2022. Thesis (Doctorate). Graduate Program in History, Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo, 2022.

The narratives in São Paulo's urban landscape intersect with Percival's written works, as a famous crime journalist who was also a practitioner of literary journalism, which came about circa 1970, in the United States. During his journey, he portrayed the city of São Paulo in report books about criminal activity, as well as the conditions inside "Carandiru" prison, the Death Squads, legal age, the judiciary madhouse and the criminal group "Primeiro Comando da Capital" (Capital's First Command, PCC for short). Still within this literary genre, he published the biographies of deputy officer Sérgio Paranhos Fleury, and infiltrated agent José Anselmo dos Santos. Analysing all 14 literary works that deal with these topics is the objective of this research, which delves into this urban literature written by a crime journalist. Percival Souza's work provides an opportunity to understand the path through representations of São Paulo's criminality within the contexts of political transition, whose narratives about criminality have been employed in legitimizing or invalidating several areas of public administration. The intent is to shed some light over public safety's problematic state, as referred to by Percival de Souza between 1973 and 2006 in his works, seeking to comprehend the city's representations, its characters and territories.

Keywords: Percival de Souza, Book-reportage, Crime

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem ampliada da capa de Mil Mortes no jornal EX	24
Figura 2 - Notícia do lançamento de Mil Mortes na revista <i>Veja</i>	32
Figura 3 - Fotografia de Percival de Souza com Sérgio Paranhos Fleury em um hotel de Salvador	42
Figura 4 - Fotografia do assassinato de José Aleixo atribuída a Percival	45
Figura 5 – Reportagem especial no lançamento de Society Cocaína no OESP	64
Figura 6 - Imagem ampliada de propaganda da Rádio Eldorado.....	79
Figura 7 - Capa da Revista Época	104
Figura 8 - Imagem de Carlos Augusto e Percival na Revista Época.....	105.
Figura 9 - Imagem de Percival de Souza na capa de Autópsia do Medo.....	117
Figura 10 - Capa da Revista CLUB que aborda a morte de Fleury	127
Figura 11- Fotografia de Percival de Souza e do deputado Adriano Diogo na CNV da ALESP.....	131
Figura 12 – Capa do jornal <i>O Estado de S.Paulo</i>	144
Figura 13 – Capa de Narcoditadura publicado pela editora Planeta em 2014.....	147
Figura 14 - Preço médio do exemplar de livro no Brasil (1999-2009).....	149
Figura 15 - Gráfico com o faturamento do setor editorial brasileiro (1999-2009).....	150
Figura 16 - Marcelo Rezende e Percival de Souza no programa Cidade Alerta, da Rede Record de Comunicação.....	157
Figura 17– Imagem de celas de isolamento social no livro <i>Sindicato do Crime</i>	163

LISTA DE SIGLAS

ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações

ALESP - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados

CENIMAR - Centro Nacional de Informações da Marinha

CCC - Comando de Caça aos Comunistas

CNV - Comissão Nacional da Verdade

DEIC – Departamento de Investigações Criminais

DEOPS-SP – Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo

DHPP – Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa

DI – Departamento de Investigações

DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna

CRUSP - Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo

FEBEM - Fundação para o Bem Estar do Menor

FFLCH-USP- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

INCOR – Instituto do Coração

MTSM - Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental

OBAN - Operação Bandeirantes

OESP – O Estado de S. Paulo

PCC – Primeiro Comando da Capital

PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

ROTA - Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar

SNI – Sistema Nacional de Informações

STF – Supremo Tribunal Federal

USP – Universidade de São Paulo

VPR- Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - O <i>New Journalism</i> e os livros-reportagem de Percival de Souza.....	15
1.1 As Mil Morte do Esquadrão da Morte.....	22
1.2 Os livros-reportagem de Percival de Souza.....	35
1.3 A Editora Alfa-Ômega e a consolidação do livro-reportagem.....	37
1.4 Violência e Repressão: O livro-reportagem como denúncia e memória	41
CAPÍTULO II - Cocaína, Carandiru e a Revolução dos Loucos.....	50
2.1 O Manicômio Judiciário depois da “Revolução”	54
2.2 Society Cocaína da elite paulistana	62
2.3 A volta ao Carandiru e o Império da Violência paulistana.....	72
2.4 Romance-reportagem e judicialização no Crime da Rua Cuba.....	85
CAP III - Biografando o DEOPS-SP.....	91
3.1 Biografias e depoimentos na literatura da ditadura.....	92
3.2 <i>Eu, Cabo Anselmo</i> na trajetória de Percival de Souza.....	99
3.3 <i>Autópsia do Medo</i> e as disputas sobre a Memória de Fleury.....	114
3.4 A carreira de Percival de Souza depois da publicação de <i>Autopsia do Medo</i>	128
CAPÍTULO IV - Crime organizado na cidade de São Paulo.....	134
4.1 Tim Lopes como arcanjo.....	135
4.2 Meninos bandidos e a maioria penal.....	148
4.3 O “Salve Geral” do PCC na cidade de São Paulo.....	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171

REFERÊNCIAS.....	187
ANEXOS.....	197
ANEXO A – Entrevista com Percival de Souza.....	197
ANEXO B - Palestras e ventos com participação de Percival de Souza encontradas no acervo do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> entre 1966 e 2008.....	199

Introdução:

Percival de Souza é um escritor, jornalista e comentarista de televisão conhecido pelos paulistanos. Muitos de seus milhões de telespectadores não imaginam que o brincalhão comentarista escreveu mais de 14 livros. Nos anos 1970, publica suas primeiras obras de jornalismo literário, nas quais dedica-se à temática da prisão e dos Esquadrões da Morte que surgiram em São Paulo. Esta pesquisa pretende debruçar-se sobre este lado pouco conhecido de Percival, sua trajetória como escritor de livros-reportagem. Ao longo de suas obras retratou a cidade de São Paulo ao construir representações do crime e da criminalidade, das Bocas do Lixo e do Luxo e a megalópole refém do “Salve Geral” do PCC em 2008. Alguns livros ficaram famosos e chegaram a ser indicados ao prêmio Jabuti, outros menos aclamados tiveram sua importância dentro de seu contexto de publicação. Seus livros são documentos históricos que nos permitem pensar a história da cidade de São Paulo a partir do olhar do jornalista policial. Uma vez perguntaram a ele se gostaria de ser indicado à Academia Brasileira de Letras. Percival respondeu que não era sua pretensão, mas que gosta de se imaginar com aquela roupa¹.

Percival nasceu em 1943, na cidade de Braúna, no interior de São Paulo. Em suas obras e entrevistas, há poucas referências à sua infância e adolescência, mas sabe-se que sua família se mudou para Cafelândia, onde passou a infância em um pequeno sítio e, depois, mudou-se para São Paulo, no início dos anos 1950. De origem humilde, sua família lhe ensinou o gosto pela leitura e pela religião metodista. Seu pai era contador, na época chamado de guarda livros, e sua mãe era dona de casa. Havia uma pequena biblioteca em sua casa e, conforme crescia, seu pai lhe apresentava novas leituras. Além dos estudos regulares, durante toda sua infância e adolescência frequentou escola dominical da igreja metodista, instituição voltada para relacionar o aprendizado com lições bíblicas².

Aos 16 anos, para ajudar no sustento da família, começou a trabalhar como contínuo na redação da *Folha de S.Paulo*, onde tomou gosto pelo jornalismo. Segundo os dados biográficos descritos no livro *Violência e Repressão*: “Pelas mãos do repórter José Hamilton Ribeiro, entrou na revista *Quatro Rodas*. Também atuou na revista *AutoEsporte*, nos jornais *A*

¹ Percival de Souza lança ficção, mas nega querer ABL. Disponível em: <http://www.folhavitoria.com.br/entretenimento/noticia/2010/09/percival-de-souza-lanca-ficcao-mas-nega-querer-abl.html>. Acessado em 22 out. 2017.

² Para ver mais sobre a trajetória de Percival de Souza ver *Percival de Souza: Recitas de Vida*, São Paulo: Eclésia, 2011.

Gazeta e A Nação, e colaborou com os alternativos *Movimento e Opinião*, e com as revistas *Realidade, Veja e IstoÉ*” (SOUZA, 1978, p. 17). Chegando a declarar: “Eu nasci dentro de rotativa”³, construiu uma carreira de rápida ascensão e rica em experiências, que vai desde a imprensa alternativa até os principais veículos do país, da imprensa escrita ao rádio e televisão.

Aos 22 anos, foi trabalhar em *O Estado de S. Paulo*, e participou da fundação do *Jornal da Tarde*, onde começou como repórter na editoria de Polícia, o que marcaria para sempre a sua carreira jornalística. Percival é citado por Aguinaldo Silva (2016) como uma referência em um novo tipo de jornalismo investigativo, que trata o crime de maneira mais “nobre”⁴. Silva trabalhou no jornal carioca *O Globo* durante os anos 1970, e percebeu as mudanças que a maioria dos grandes jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro teve ao dar maior atenção à cobertura de crimes. A escrita de Percival era inovadora para a época, pois trazia descrições psicológicas dos criminosos e das vítimas.

Enquanto Percival iniciava sua carreira como repórter, nos Estados Unidos iniciava-se um movimento literário conhecido como *New Journalism*. Jornalistas americanos buscavam na literatura uma nova forma de escrita ao dar ênfase aos livros-reportagem sobre o mundo do crime, visando ir a fundo nas investigações e no detalhamento dos acontecimentos. Percival sempre declarou sua admiração por Gay Talese, jornalista do *New York Times* conhecido por publicar livros sobre a máfia italiana. Talese ganhou fama mundial com a obra *Honra teu Pai* (2011), sobre o gângster Al Capone. Citando o autor americano como referência, Percival escreveu ao longo de décadas diversos livros. Entre eles, *A Prisão; Repressão e Resistência; Isto o Jornal não Conta*; e *Society Cocaína*, na década de 1980. Influenciado pelas obras de Talese, Percival tem como marca a descrição da pesquisa *in loco*, vivenciando o cotidiano de diversos territórios paulistanos para escrever suas obras.

Diante de tal cenário inspirado pelo *New Journalism* é necessário compreender as categorias jornalismo literário, livro-reportagem e romance-reportagem. Nos Estados Unidos, Tom Wolfe descreveu os livros-reportagem como uma possibilidade de um jornalista obter renda necessária para sobreviver, sem depender do emprego fixo em uma redação. Para ele, na Nova York dos anos 1960, o romance ainda se apresentava como um gênero respeitado, em um patamar mais reconhecido academicamente e socialmente. Wolfe cita vários

³ Entrevista realizada para o Centro de Memória da Imprensa no ano de 2008.

⁴ SILVA, Aguinaldo. Turno da Noite – Memórias de um Ex-repórter de Polícia. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2016. P.55.

jornalistas que largaram as redações para escrever romances até o final dos anos 1950, depois vários começaram a escrever livros-reportagem. Mas entre o romance e o livro-reportagem foi comum neste período estabelecerem categorias genéricas como romance-reportagem e jornalismo-literário.

Segundo Edvaldo Pereira Lima (1996), o jornalismo, para se aproximar da literatura, teria que modificar tanto sua expressão quanto a compreensão do real. Apesar disso, existem elementos que são comuns a qualquer narrativa e que, portanto, estão presentes tanto na literatura quanto no jornalismo. São eles: o foco narrativo, tempo, espaço e personagens. Para Lima, o livro-reportagem seria um sistema híbrido, ligado tanto ao sistema do jornalismo quanto ao de editoração. Contém esta perspectiva específica do formato de um livro, diferenciando-se dos periódicos e abrindo uma nova perspectiva de aprofundamento dos conteúdos. Romance-reportagem, livro-reportagem, jornalismo-literário, diversas categorias foram construídas e desconstruídas para explicar o mesmo fenômeno de jornalistas que escrevem livros com suas reportagens. Em *Páginas Ampliadas* (2004), Lima define o conceito de livro-reportagem:

“(...) é o veículo de comunicação impressa não-periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalística periódicos. Esse grau de amplitude ‘superior’ pode ser entendido no sentido de maior ênfase de tratamento ao tema focalizado – quando comparado ao jornal, à revista ou aos meios eletrônicos -, quer no aspecto extensivo, de horizontalização do relato, quer no aspecto intensivo de aprofundamento, seja quanto a combinação desses dois fatores” (LIMA, 2004:26).

Lima foi o autor que realizou o maior trabalho já publicado sobre o tema no Brasil. Nesta obra, o autor propõe uma subdivisão dos livros-reportagens entre treze diferentes tipos mais recorrentes: livro-reportagem perfil, livro-reportagem depoimento, livro-reportagem retrato, livro-reportagem ciência, livro-reportagem ambiente, livro-reportagem história, livro-reportagem nova consciência, livro-reportagem instantâneo, livro-reportagem atualidade, livro-reportagem antologia, livro-reportagem denúncia, livro-reportagem ensaio e livro-reportagem viagem. Para o Lima o livro-reportagem pode ser compreendido como uma evolução da simples reportagem de jornal por envolver um maior número de círculos concêntricos de um tema. Para este autor, não necessariamente um livro-reportagem pode

representar um progresso em relação às reportagens envolvidas por periódicos. Pois a abrangência de um livro-reportagem pode ter menos profundidade e dados que algumas reportagens publicadas em periódicos. Este apontamento foca a necessidade de verificação do ineditismo na publicação e a confrontação de diferentes fontes que deram origem à reportagem.

Quando Percival começa a escrever seu primeiro livro-reportagem o Decreto-Lei nº 1.077, de 21 de janeiro de 1970, que instituiu a censura prévia, estava vigente e os censores se instalaram na redação do *Jornal da Tarde*. Este período coincide com a época em que Percival cobriu as atividades do Esquadrão da Morte, temida organização marginal do regime militar formada por policiais civis e militares que estavam vinculados ao comércio ilegal de drogas. O caso ganhou repercussão com a publicação na imprensa dos juramentos de morte feitos por policiais civis ao traficante Saponga, que assassinou um investigador de polícia na disputa pelo tráfico de drogas. Devido às reportagens publicadas no *Jornal da Tarde* que ligavam o Esquadrão da Morte ao delegado Sérgio Paranhos Fleury, foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional⁵, e teve que prestar esclarecimentos no DEOPS-SP. Fugindo da censura e da autocensura, Percival começou a colaborar com jornais da imprensa alternativa como *O Pasquim* e o *EX*. Dentro desse contexto, publicou *Mil Mortes* (1973), seu primeiro livro-reportagem, denunciando as mortes e ocultações de cadáveres promovidos pelo Esquadrão da Morte.

Desde a ditadura civil-militar, a política de encarceramento em massa causou uma superlotação nas penitenciárias. Para escrever *A Prisão* (1977), Percival dormiu algumas noites na Casa de Detenção de São Paulo, à época o maior presídio do mundo e conhecido como Carandiru. Nesta imersão, procurou questionar a ressocialização dos presos, a péssima qualidade da comida, as relações sexuais e o comércio ilegal que ocorriam dentro da cadeia. Poucos anos depois, em 1983, voltou ao Carandiru para escrever *O Prisioneiro da Grade de Ferro* (1983). Lá, encontrou detidos os policiais que integravam o Esquadrão da Morte, e aprofundou-se na temática penitenciária ao visitar prisões no exterior (SOUZA, 1983).

Depois da Casa de Detenção, Percival escreve *A Revolução dos Loucos*, sobre o

⁵ Recentemente, em entrevista ao canal do youtube *Fundo do Baú*, declarou que sua filha sofreu ameaças quando ele investigava membros do Esquadrão da Morte. E, por isso, ela teve de passar alguns dias escondida na casa de parentes. Fundo do baú - Luciana Liviero entrevista Percival de Souza - Parte 1. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K5g8QMpgsVE>. Acessado em 22 out. 2017.

Manicômio Judiciário, com a ajuda do juiz corregedor Renato Laércio Talli⁶. Em 1979, quando Percival analisou o local, havia 1.033 homens e 102 mulheres internados, e somente seis médicos para realizar todos os procedimentos necessários. Depois, escreve *Society Cocaína* (1982) e torna-se uma referência sobre o combate às drogas, requisitado para diversas palestras e eventos. Na década de 1980, começa a trabalhar como comentarista nas rádios Eldorado, Gazeta e Capital. Neste período, vira comentarista do programa *SPTV*, da Rede Globo de Televisão.

No final dos anos 1990, escreveu duas biografias de personalidades ligadas à repressão a grupos de esquerda na ditadura civil-militar: *Eu, Cabo Anselmo* (1999), sobre o marinheiro Anselmo dos Santos, e *Autópsia do Medo* (2000), acerca do delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DEOPS-SP. A trajetória de ambos os personagens se cruza quando Cabo Anselmo estava na luta armada e traiu seus companheiros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) ao armar uma emboscada para que fossem assassinados pelo delegado. Fleury não escondeu do público sua ligação com os Esquadrões da Morte e os casos de tortura e assassinatos em que esteve envolvido. As obras expõem a participação dos biografados no aparato repressivo da ditadura civil-militar e os discursos que construíram para legitimar as estruturas burocráticas que propiciavam graves violações aos direitos humanos cometidas contra militantes de esquerda.

Em 2002, o jornalista Tim Lopes é assassinado com requintes de crueldade por traficantes em uma comunidade carioca. A morte do colega levou Percival a publicar *Narcoditadura* (2002), trazendo a atmosfera jurídica do direito da imprensa em cobrir a atuação das forças policiais, e da mesma forma fiscalizar as irregularidades cometidas por grupos criminosos. Na obra, Percival compreende o PCC como uma inovação para o mundo do crime e da criminalidade, e mostra documentos internos da Secretaria de Administração Penitenciária que comprovam a existência da organização desde 1993. Um retrato pessimista da segurança pública, em que o estado democrático é inviabilizado pelo tráfico de drogas.

Anos mais tarde, o PCC é novamente tema em *Sindicato do crime* (2006). Este livro foi escrito no calor dos acontecimentos que tomaram conta de São Paulo depois do domingo de dia das mães de 2006, quando os ataques da organização pararam os serviços da capital. A

⁶ Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ex-juiz-corregedor de presídios, integrou uma comissão de especialistas da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) para analisar as questões prisionais no ano de 2006.

cidade descrita em *Sindicato do Crime* é amedrontada, com temor da saída dos presos das penitenciárias em datas especiais. Segundo o autor, o crime mostrou sua força de tal forma que o Estado passou a respeitá-lo como um inimigo. Esta obra conclui um processo histórico de relação entre o crime organizado e os agentes do Estado, que se inicia com a formação do Esquadrão da Morte, passa pelo sistema penitenciário que atua de forma conivente com o crime organizado e culmina na criação do PCC.

A literatura da cidade foi por muitas vezes considerada por historiadores. Sidney Chalhoub (1986) utilizou as obras de Machado de Assis para analisar o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro. Desde a *Alma Encantadora das Ruas* (2006), de João do Rio, o jornalismo literário brasileiro busca compreender os *tipos urbanos*, com especial atenção para os marginalizados pela sociedade. Na obra, que reúne crônicas escritas entre 1904 e 1907, o autor retrata as transformações urbanas pelas quais passa o Rio de Janeiro, que naquela época era a capital da recente república. Raymond Williams (2011), ao analisar a Londres de Charles Dickens no século XIX, não está interessado na veracidade dos fatos narrados, mas na permanência das imagens do campo e da cidade na literatura. Para Williams, a literatura é uma prática cultural fundamental para a compreensão da mentalidade dos cidadãos, expressando formas de viver, agir e se comportar.

Roger Chartier (1991) atenta-se para a chamada história cultural do mundo social, em que as práticas sociais podem ser compreendidas a partir de representações. Tal categoria, fundamental para esta pesquisa, será uma ferramenta de análise dos livros-reportagem de Percival de Souza. Chartier (1991) compreendeu que as representações construídas nos diversos formatos do universo cultural, como os livros-reportagem, levam à compreensão de signos e símbolos inteligíveis permeados por relações de poder. Para Stuart Hall (2016), as representações necessitam de uma linguagem para serem transformadas em cultura. Portanto, é necessário compreender como a linguagem dos livros-reportagem foi utilizada por Percival para realizar representações dos territórios paulistanos do crime e da criminalidade. As representações do urbano criam discursos que visam ordenar a cidade, colocando cada um em seu lugar por meio do medo e estereótipos. Empreender este caminho pressupõe pensar para muito além do espaço, enveredando pelo caminho das representações simbólicas da urbe, que podem corresponder ou não à realidade sensível, sem que com isso percam a sua força imaginária. Compreende-se que a abordagem do escritor sobre o espaço urbano é uma representação carregada de sentidos e vivências.

Cada livro que Percival escreveu tem sua própria história e está imerso em um contexto de produção específico, que engloba relações de poder que interferiram no processo de escrita e difusão da obra. Para Chartier (1999), a literatura é operada a partir do encontro entre o mundo do texto e o do leitor, categorias historicamente construídas. Portanto, esta pesquisa pretende compreender como foram publicadas as obras de Percival, o formato e a diagramação, tendo em vista que estas interferem na leitura e compreensão do leitor. Ou seja, “a ordem de sua decifração, a ordem no interior do qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu a sua publicação” (Chartier, 1999b, p. 8). Em cada época o texto escrito tinha uma compreensão diferente, e os livros-reportagem escritos por Percival estão interligados a contextos datados, como *A Revolução dos Loucos*, que era uma denúncia que se relacionava com a luta pela anistia, em 1979. Ou *Autópsia do Medo* e *Eu, Cabo Anselmo*, que revisitaram a ditadura civil-militar em um momento em que a Comissão de Mortos e Desaparecidos do Ministério da Justiça realizava investigações.

Em sua carreira de escritor, Percival passou por 12 editoras: Jornalivro, Símbolo, Traço, Global, Ícone, Atual, Globo, Mostarda, AlphaOmega, Labortexto, Planeta e Ediouro. Buscou-se resgatar o histórico de publicações destas editoras, as políticas e linhas editoriais que foram traçadas quando publicou seus livros. Outro ponto observado são as coleções, conjuntos de obras que têm um eixo temático comum a todas. No caso de Percival, muitas de suas obras foram publicadas em coleções de jornalistas que produziram grandes reportagens e aprofundaram assuntos que nem sempre tiveram oportunidade de tratar nas coberturas diárias de jornais e revistas. As edições revistas e atualizadas também mudam a forma de apropriação da obra pelo leitor, como no caso de *Narcoditadura* (2002), republicada pela Editora Planeta em 2014, em que uma nova capa e epígrafes bíblicas em todos os capítulos deram novas estruturas de sentido ao conteúdo da obra.

Quase todos os seus livros-reportagem foram lançados com reportagens no jornal *O Estado de S. Paulo*, deixando vestígios do passado das noites de lançamento, crítica de suplementos literários e, às vezes, o preço comercial da obra e detalhes do processo de escrita. Compreende-se que a relação do livro com seu público não se esgota no objeto físico, como Chartier (1999) observou nos livros do Antigo Regime da França, que eram declamados em praças públicas e seus autores aclamados ou odiados nos espaços públicos. Percival lançou suas publicações em livrarias renomadas, participou de Bienais do Livro nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, fez palestras em faculdades, escolas e igrejas e participou de

programas de televisão. Foram encontradas 142 reportagens, notas de coluna social e notícias sobre a vida e obras de Percival de Souza no acervo de *O Estado de S. Paulo*. Além de 29 participações em eventos entre os anos de 1973 e 2002 e classificados a partir das principais temáticas abordadas: jornalismo policial, psiquiatria, drogas, prisão, Esquadrão da Morte e segurança pública.

Dominique Kalifa (2019) buscou os *fait divers*, ou variedades e fatos diversos publicados nos jornais, como objeto da história enquanto ciência. No clássico *Tinta e Sangue* (2019), orientado por Michelle Perrot, demonstrou que as representações de um crime trazem apontamentos sobre os interesses de seus interlocutores. Baseado em Michel Foucault, buscou nos jornais e na literatura policial compreender a estruturação das formas como os crimes eram narrados. Kalifa verificou como o crime tornou-se cada vez mais requisitado na imprensa escrita e na literatura, com crescente número de publicações que durou das últimas três décadas do século XIX até o início da primeira guerra mundial. Teresa Caldeira (1996), como Kalifa, questionou o maior espaço que o crime ganhou nos meios de comunicação de massa desde o final dos anos 1970 no contexto paulistano, constituindo uma estratégia de discurso de deslegitimação dos direitos humanos. Desta forma, buscou-se compreender os livros de Percival de Souza à luz da história social do crime, levando em consideração a própria historicidade existente nas narrativas sobre crimes.

O objeto desta pesquisa são as representações da criminalidade paulistana, leituras que Percival realizou da cidade, de seus espaços e de sua população nos livros-reportagem. O projeto pretende lançar luz às problemáticas que Percival narrou em suas obras, a fim de compreender a forma como São Paulo lida com seus problemas sociais, presos, criminosos e marginalizados. O jornalista é um dos interlocutores de uma cidade que está em disputa, e emitiu sua opinião sobre os crimes e temáticas mais polêmicos de sua época, construindo representações sobre a criminalidade de uma determinada época. Com o trabalho de análise e sistematização de dados das fontes, a pesquisa encontrou os seguintes espaços do crime e da criminalidade: o Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS-SP); a antiga Casa de Detenção conhecida como Carandiru; as Bocas do Lixo e do Luxo; o Hospital Psiquiátrico do Juquery; as delegacias e terminais de ônibus atacados pelo PCC em 2006; o falso “aparelho” montado por Cabo Anselmo para atrair militantes de esquerda na rua Apinajés; o DOI-CODI localizado na rua Tutóia; e a esquina da rua Estados Unidos com Alameda Casablanca, onde o líder comunista Marighella foi assassinado pelos agentes do delegado Fleury. Nos livros-reportagem, as representações dos crimes e da criminalidade nos

permitem compreender como historicamente estes territórios foram evocados na construção de discursos, permitindo a leitura de seus diferentes usos e significados.

O recorte temporal de 1973 a 2006 envolve a ditadura civil-militar e a lenta transição política até o início do século XXI, quando ocorreu o chamado *Salve Geral*, em que São Paulo sofreu diversos ataques do PCC. O recorte foi delimitado a partir da publicação de *Mil Mortes*, em 1973, e de *Sindicato do Crime*, em 2006. Este período visa a compreender a totalidade dos livros-reportagem produzidos pelo autor. De todos os livros que escreveu em sua carreira, não serão utilizados como fontes da pesquisa o conto de ficção *O Ladrão de Gravata* (1971), o romance *O crime quase perfeito* (2008) e *Receitas de vida: Percival de Souza*, sobre a religião metodista (2011).

Temos como objetivo a análise das seguintes obras de jornalismo literário escritas por Percival: *Mil Mortes* (1973), *A Prisão* (1977), *O Prisioneiro da Máscara de Ferro* (1983), *Violência e Repressão* (1978), *A Revolução dos Loucos* (1980), *Society Cocaína* (1980), *A Maior Violência do Mundo* (1982), *O Império da Violência* (1988), *O Crime da Rua Cuba* (1988), *Eu, cabo Anselmo* (1999), *Narcoditadura* (2002), *Autópsia do Medo* (2000), *Meninos Bandidos Atacam* (2006) e *O Sindicato do Crime* (2006). Analisar estas 14 obras é o objetivo desta pesquisa, que pretende debruçar-se sobre a literatura da cidade escrita por um jornalista policial. De todo o corpo documental, somente o livro *Mil Mortes* (1973) ainda não foi localizado arquivos ou bibliotecas. O próprio Percival de Souza revelou a esta pesquisa que não possui um exemplar e que não sabe quem poderia tê-lo. Além do objetivo geral de análise das fontes literárias, a pesquisa definiu como objetivos específicos: analisar a corrente do jornalismo literário e suas características; compreender os usos dos territórios da cidade de São Paulo; avaliar as representações da polícia, do Estado e das organizações criminosas ao longo da redemocratização; e reconhecer as mudanças e permanências nas narrativas do crime e da criminalidade na cidade.

Compreender as rupturas e permanências nas representações do crime e da criminalidade é fundamental para a compreensão de problemas estruturais da sociedade brasileira, como o aumento da população carcerária, a corrupção policial, a impunidade e o combate ao tráfico de drogas. Percival visou com a escrita de suas obras fortalecer um campo de discussão de questões que estavam à margem dos debates da esfera pública brasileira, como as investigações dos policiais que participaram dos Esquadrões da Morte, a luta antimanicomial e os crimes praticados por traficantes. O autor não foi uma voz isolada, e

nesta empreitada como escritor buscou associar-se a grupos e indivíduos que buscavam compreender e publicizar demandas sociais de interesse público. Estudar as representações da criminalidade nas obras de Percival de Souza permite compreender como se consolidou ao longo de décadas uma política de sucateamento e aumento da população carcerária. A forma como elementos são construídos nas representações trazem a dimensão de sua importância social construindo um discurso racional e coeso que visa ordenar relações de poder na sociedade. As representações sobre o crime e a criminalidade trazem os anseios de uma resposta pela violência sofrida, uma necessidade de justiça e reparação que traga de volta a estabilidade social. Como ressalta Teresa Caldeira (2000), a violência tem o poder de desestabilizar as convicções nas normas sociais, causando uma ruptura de pensamento. Para esta autora, as representações que denominou de fala do crime foram fundamentais para inviabilizar a construção de instituições democráticas na cidade de São Paulo.

Além da importância da problemática analisada, a vida e a obra de Percival têm grande relevância para o jornalismo brasileiro. O profissional recebeu o reconhecimento máximo em sua categoria ao ganhar por três vezes o prêmio Shell de Jornalismo durante os anos 1970, quando cobria os assassinatos do Esquadrão da Morte paulistano. Sua importância foi reconhecida oficialmente pelo Poder Legislativo em 1980, quando foi convidado a palestrar em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o aumento da violência no país (SOUZA, 1982, p.78). Já nos anos 2000, ganhou o prêmio Vladimir Herzog de Direitos Humanos pelo livro *Narcoditadura*. Tornou-se um dos principais expoentes do jornalismo policial, e seus trabalhos são reconhecidos pela qualidade de sua abordagem, sendo citado por diversos trabalhos acadêmicos, principalmente nas áreas de história e jornalismo.

Para a análise das fontes de livro-reportagem, será utilizada como metodologia a diferenciação e classificação das obras a partir de eixos de representação do crime e da criminalidade comum a elas. Pautado pelo conceito de representação descrito por Chartier (1990) buscou-se vislumbrar a construção que leve em consideração o contexto de publicação da obra, os dados cronológicos e a biografia do autor. Foram propostos os seguintes eixos de representação do crime e da criminalidade: a prisão, o tráfico de drogas, *New Journalism*, Esquadrões da Morte, Sérgio Paranhos Fleury, repressão e resistência na ditadura civil-militar, FEBEM, maioria penal e manicômio judiciário. Para a estruturação dos capítulos foi utilizada a ordem cronológica da publicação das obras, partindo dos anos 70 no primeiro capítulo e os anos 80 no segundo. O terceiro capítulo abordará as biografias *Eu*, *Cabo Anselmo* e *Autópsia do Medo*, escritas na virada do século, enquanto o quarto capítulo, a

primeira década do século XXI.

Esta abordagem metodológica que utiliza a ordem cronológica permite acompanhar como as influências do presente alteram as construções de sentido das representações do passado. Como observa Kalifa (2019), as narrativas do crime trabalham com a memória do leitor, pois todos os dias são noticiados novos crimes. Temporalmente são noticiados os crimes que acabaram de ocorrer, mas a forma de narrá-los é a mesma e está inserida em uma temporalidade histórica de maior duração. Crimes remetem a outros crimes, e as narrativas se cruzam. Assim verificou-se como Percival estabeleceu esta teia de narrativas, buscando criar um discurso plausível para um leitor que muitas vezes se identificava com as suas reportagens na grande imprensa. Outro ponto que foi levado em consideração foi o caráter cíclico das representações da criminalidade descrito por Robert Darton (1989), os crimes são narrados pela humanidade a milênios e toda nova narrativa implica em um ato de rememorar crimes já ocorridos no passado, pois segundo o autor “um crime puxa outro crime” (DARTON, 1989). Partindo da análise das obras antigas pode-se acompanhar o os rumos tomados pelas análises de Percival Souza, verificando as marcas da memória que acompanham

Conheci a obra de Percival de Souza por acaso, quando a Profa. Dra. Mariza Romero me indicou a leitura de *Boca do Lixo* (1976), de Hiroito de Moraes Joanides, quando escrevia meu trabalho de conclusão de curso da graduação em História, pela PUC-SP. Percival de Souza escreveu o prefácio desta autobiografia do famoso “rei da Boca do Lixo” dos anos 1970, e no texto revelou sua proximidade com a marginalidade do local. Seu prefácio trazia as mudanças na criminalidade que ocorreram com o Esquadrão da Morte, e me chamou a atenção pelo pessimismo em relação à segurança pública de São Paulo. Já durante a escrita de minha dissertação de mestrado “*Amor, Feijão, abaixo o Camburão*” - Imprensa, Violência e Trottoir em São Paulo 1979- 1981, entrei em contato com a história social do crime. A dissertação analisou as operações de repressão à população em situação de prostituição no governo estadual de Paulo Maluf. A experiência do mestrado significou uma ampla base de leituras de autores como Paulo Sérgio Pinheiro, Sérgio Adorno e Teresa Caldeira, que tratam especificamente da violência na cidade de São Paulo.

Passada a escrita da dissertação de mestrado, comecei a desenvolver o projeto de doutorado, que visava a analisar as representações da cidade de São Paulo na obra literária de Percival de Souza. Nesta fase, comecei a leitura de *Society Cocaína*, livro de 1982 que mostra o luxo e a corrupção policial que estavam envoltos no tráfico da droga. A partir da leitura, foi

possível perceber o processo histórico de consolidação do tráfico de drogas dentro do sistema penal brasileiro. Processo que Percival acompanhou de perto, desde os anos 1970, verificando a ligação entre o Esquadrão da Morte e traficantes, passando pelo mundo marginal do Carandiru, e finalmente o surgimento do PCC a nível nacional nos anos 2000. Descrita pelo sociólogo Luiz Eduardo Soares (2019) em *Desmilitarizar*, a chamada “guerra às drogas” permeia a carreira de Percival, e está presente em todos os capítulos desta pesquisa.

A familiaridade com o jornalismo policial também se deve à proximidade que tive com policiais civis, quando trabalhei no Departamento Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo (DETRAN). Lá, entrei em contato com o “mundo do crime”, me deparando com inquéritos policiais, corrupção, extorsão e um clima tenso todas as sextas-feiras, quando o dinheiro da caixinha era recolhido. Quando trabalhava no Detran, era sagrado depois do fechamento do atendimento ao público, às 17 horas, ligar a televisão e assistir aos destaques de programas policiais como *Cidade Alerta* e *Brasil Urgente*. Nas conversas decorrentes deste programa, os policiais comentavam a corrupção e os interesses políticos que estavam por trás da notícia. Trabalhei na época do secretário Jorge Ferreira Pinto na Secretaria de Segurança Pública, quando se comentava a boca pequena que havia um acordo entre a polícia e o grupo criminoso PCC. Fazia pouco tempo que a cidade havia vivido o chamado “Salve Geral”, em todos os serviços públicos e privados ficaram paralisados com medo dos ataques do grupo criminoso. A experiência pessoal de quatro anos de contato com o “mundo do crime” e do ponto de vista da polícia foram relevantes para a escolha do tema da pesquisa.

O primeiro capítulo, intitulado “*O New Journalism* e os livros-reportagem de Percival de Souza”, irá traçar um histórico do jornalismo literário no Brasil e nos Estados Unidos, buscando compreender a emergência desta corrente literária na carreira do autor. Buscou-se o início da produção de livros-reportagem no mercado editorial paulistano e sua ligação com o contexto da censura imposto pela ditadura civil-militar, com destaque para a editora Alfa-Ômega. Foi possível recuperar a trajetória do grupo de jornalistas do *Jornal da Tarde* que se aproximou da literatura nos anos 1970 com a escrita de *Isto o Jornal não conta* (1971) e do jornal *EX-16*. Nesse contexto estabeleceu-se relações entre reportagens de jornais e revistas com a produção de livros-reportagem, como *Mil Mortes* (1973), *A Prisão* (1975) e *Violência e Repressão* (1978). São analisadas as representações dos crimes dos Esquadrão da Morte e dos presos da Casa de Detenção, a São Paulo que Percival representou como acostuada com a banalidade do mal.

O segundo capítulo, intitulado “Cocaína, Carandiru e Manicômio Judicial – Percival conhecendo São Paulo”, buscará compreender o universo da prisão, do manicômio e do reformatório em diferentes espaços da cidade de São Paulo descritos pelo jornalista nos livros *Society Cocaína* (1982), *O Prisioneiro da Grade de Ferro* (1983), *O Império da Violência* (1980a), *Revolução dos Loucos* (1980b) e *O Crime da Rua Cuba* (1989). As estruturas e relações de poder evidenciadas pelo autor serão analisadas a partir de referências teóricas, procurando a dimensão das arbitrariedades sofridas pelos segmentos sociais marginalizados da cidade de São Paulo.

O terceiro capítulo, intitulado “Biografando o DEOPS-SP”, analisará os livros-reportagem que Percival de Souza publicou pela Editora Globo, nos anos de 1999 e 2000. São eles: as biografias *Eu, Cabo Anselmo* (1999) e *Autópsia do Medo* (2000). O objetivo da leitura destas obras é o de confrontar os diferentes discursos que foram utilizados por Percival para escrever sobre os tempos sombrios dos anos de chumbo que marcaram as ações do cabo Anselmo e do delegado Fleury. Tempos em que a cidade de São Paulo foi cenário de diversas violações aos direitos humanos explicitadas nas biografias desses personagens ligados ao DEOPS-SP, um dos principais instrumentos de repressão da ditadura civil-militar.

O quarto capítulo, intitulado “Crime organizado na cidade de São Paulo”, pretende analisar as obras publicadas na primeira década do século XXI: *Narcoditadura* (2002), *Meninos Bandidos Atacam* (2005) e *PCC: Sindicato do Crime* (2006). Um eixo comum é o crime organizado e suas ramificações em diversos segmentos sociais. A formação do PCC no sistema carcerário paulista e a desativação da Casa de Detenção no bairro do Carandiru são abordadas na pesquisa e mostram a cidade refém de uma organização criminosa. Também dentro desse contexto é tratada a questão da redução da maioridade penal e a cooptação de menores infratores por organizações criminosas, reflexos da atuação do PCC na Fundação Casa.

Esta pesquisa não pretende classificar ou taxar Percival de Souza dando-lhe características estanques que não representam os diversos momentos de uma carreira iniciada nos anos 1960. O olhar do presente pode gerar a tentação do anacronismo histórico ao avaliarmos sua obra com críticas que não eram pertinentes à sua época. À luz da história social do crime espera-se fazer um inventário das diferenças presentes em suas publicações, verificando as mudanças e permanências em suas abordagens sobre o crime e a criminalidade paulistana.

CAPÍTULO I: O *New Journalism* e os livros-reportagem de Percival de Souza

Um conservador é um liberal que foi assaltado.

Tom Wolfe

Neste capítulo, pretende-se analisar as primeiras publicações de Percival Alves de Souza em sua juventude até o final da década de 1970. Neste percurso, tomamos como fontes de análise os livros-reportagem *Mil Mortes* (1973), *A Prisão* (1977), *Violência e Repressão* (1978), notícias e reportagens escritas nos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Jornal da Tarde* e *EX-*, além de entrevistas concedidas por Percival. Para compreender este processo de construção do livro-reportagem, será necessário buscar a trajetória de Percival de Souza e relacioná-la com as mudanças que estavam ocorrendo no jornalismo e na literatura com a influência do *New Journalism*.

Em 1957, o jornalista americano Tom Wolfe começa a trabalhar no *New York Tribune*, mudando-se para uma Nova York pujante com a recuperação econômica do pós-guerra. Wolfe (2005) descreve a redação da maioria dos jornais e revistas da cidade como um ambiente infecto, apertado e sem divisórias. O autor, crítico da falta de liberdade de opinião, faz uma analogia da produção de notícias na redação com uma fábrica de tortas. A padronização das notícias com a estrutura do lead determinava a obrigação de trazer informações objetivas e os cadernos fixos traziam sempre o mesmo tipo de notícia. A profissão de copidesque surge como uma novidade. A função era a de revisar o texto de todas as áreas. Não somente para corrigir ortografia e gramática, mas também para censurar a linguagem tida como não adequada. A única esperança no jornalismo, para Wolfe, eram os repórteres que batalhavam por novos furos e buscavam se libertar da linguagem padrão dos jornais com as narrativas de suas reportagens.

No Brasil, pouco mais de dez anos depois: “E o *copy desk* não respeitava ninguém. Se lá aparecesse um Proust, seria reescrito do mesmo jeito. Sim, o *copy desk* instalou-se como uma figura demoníaca dentro da redação”⁷, reclamou Nelson Rodrigues na crônica *Os Idiotas da Objetividade* sobre o avanço das revisões no texto dos jornalistas, em junho de 1968, no jornal *O Globo*. Segundo o autor, estava ocorrendo uma padronização das notícias, que de tanto buscar e abusar do tom impessoal estava se tornando insensível. Rodrigues, que começou a trabalhar como jornalista policial ainda adolescente, questionava a falta de sentimentos gerada pela objetividade nos jornais, e aproveitou a deixa para criticar a juventude de 1968, que estaria sendo influenciada pelo excesso de objetividade.

⁷ RODRIGUES, Nelson. *A cabra vadia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

O famoso escritor de novelas Aguinaldo Silva trabalhou como copidesque do setor policial do jornal *O Globo*, no final dos 1960. Em seu livro de memórias *Turno da noite – Memórias de um ex-repórter de polícia* (2016), descreve os jornalistas policiais daquela época como pessoas que mal sabiam escrever, mas que tinham fontes privilegiadas no meio policial. Silva mostra a profissão de copidesque em uma situação difícil, pois tinha a antipatia de jornalistas que não gostavam de ver seu texto alterado ao mesmo tempo que era explorado pelos diretores de redação, que pediam para ajudar na diagramação do jornal.

A grande imprensa brasileira passou por mudanças tecnológicas e estruturais em seus grandes conglomerados naquela década, como as que ocorreram nos grupos Globo e Estado, que modernizaram a impressão do jornal e alteraram a estrutura da redação com revisores, editorias independentes e novo layout. No final dos anos 1950, a imprensa dos Estados Unidos também passou por um momento em que os jornalistas questionaram a rotina maçante das redações e o *lead*, que se tornou o padrão de todas as matérias. Esse movimento de transformação no jornalismo ficou conhecido como *New Journalism*, que propunha um trabalho de reportagens profundas e uma aproximação com a literatura. O jornalista americano Tom Wolfe (2001), que escrevia no *Herald Tribune*, relata em seu livro *Novo Jornalismo* que jornais e revistas começaram a se destacar com os chamados jornalistas de reportagens especiais, como Gay Talese, no *New York Times*, e Michael Mok, no *Daily News*. Foi a chamada época de ouro do jornalismo literário, devido à inovação na forma de escrita que se aproximava de técnicas literárias, principalmente do romance inglês do século XIX.

É nesse ambiente de mudanças nos meios de comunicação que Percival de Souza, que trabalhava aos 14 anos de idade como contínuo na redação da *Folha de S. Paulo*, começou a escrever para o jornal mural de circulação interna *O Boato*, em 1957. O jovem ganhou a simpatia dentro da redação com as piadas e especulações sobre contratações e demissões que colava no mural. O contínuo, de família de agricultores do interior do estado de São Paulo, buscava uma chance como repórter no jornal. Mas trabalhar na *Folha de S. Paulo* não estava no destino dele, que foi indicado pelo amigo jornalista José Hamilton Ribeiro, em 1964, para trabalhar na revista *Quatro Rodas*, publicação especializada em automobilismo do grupo Abril.

Cabe ressaltar que, naquela época, a *Quatro Rodas* era dirigida pelo jornalista Mino Carta e contava com grandes nomes do jornalismo, como Carlos Azevedo, José Roberto Pena, Expedito Marazzi, George Duque Estrada, Pedro Cortizas, Paulo Patarra e José Hamilton Ribeiro. Carlos Azevedo lembra-se da grande expectativa de repórteres daquela redação de

serem indicados para um novo projeto do grupo Abril, a revista *Realidade*⁸. A publicação pode ser considerada um marco do jornalismo brasileiro, por trazer reportagens profundas que chocaram um país acostumado com a censura prévia de conteúdo. *Realidade* foi uma reverberação do chamado *New Journalism* no Brasil, segundo autores como Edvaldo Pereira Lima (2009) e José Roberto Pena (2008), que a classificam como uma inovação para o mercado de revistas brasileiro dos anos 1970. As reportagens foram um fenômeno que acabou atraindo Percival.

Em seu livro de memórias *Cicatriz de reportagem* (2007), o jornalista Carlos Azevedo comenta a matéria que escreveu para a *Quatros Rodas* sobre indígenas no Brasil, algo improvável para uma revista de automobilismo naquele ano de 1965. O pedido foi feito pelo diretor Paulo Patarra, que estava interessado em realizar reportagens com um novo formato e que poderiam ser utilizadas na montagem de *Realidade*. A experiência na *Quatro Rodas* permitiu que Azevedo fosse trabalhar na *Realidade*, onde obteve grande sucesso com textos sobre a miséria no nordeste brasileiro⁹. Percival de Souza, com 20 anos de idade, não entendia nada de carro, e relembrou sua experiência em entrevista ao Centro de Cultura e Memória do Jornalismo:

Eu escrevia sobre peças, acessórios e, naturalmente, automobilismo em geral. Eu não entendia de nada disso, mas sem maiores constrangimentos porque o Mino Carta não dirigia. Acho que ele não dirige até hoje. Ele não gosta nem de volante e nem de teclado de computador. Mas aquilo era muito importante. Eu era muito jovem e estar na Editora Abril era muito importante. Mas eu percebi que precisava ganhar experiência como repórter, que eu não tinha. E fiz uma coisa depois de algum tempo que seria considerada hoje uma loucura, mas fiz muito conscientemente. Aconteceu que, naqueles anos 60, o jornal Notícias Populares, que era muito popular; ele tinha uma redação impecável (SOUZA, 2008: 2).

Percival de Souza buscava a experiência como repórter e foi para o *Notícias Populares*, do grupo *Folha de S. Paulo*. O jornal conhecido pelo sensacionalismo nas reportagens sobre violência urbana foi a primeira experiência em um grande veículo do iniciante repórter, que ainda não trabalhava no caderno policial. Em pouco tempo foi chamado

⁸ AZEVEDO, Carlos. *Cicatriz de Reportagem*. São Paulo: Edições Papagaio, 2007. p.38.

⁹ Op. Cit. p.32.

para um dos projetos mais inovadores da época em termos gráficos, estéticos e jornalísticos, o *Jornal da Tarde*, que seu amigo Mino Carta estava preparando em 1966.

Nesta primeira fase do *Jornal da Tarde* havia muita influência de *O Estado de S. Paulo*, que não gostava de destacar crimes nem o noticiário local. O noticiário policial já era um segmento consolidado desde os anos 1950 pela imprensa sensacionalista, formada por *Diário da Noite*, *Notícias Populares*, *O Dia* e outros periódicos que exploravam o medo da população. Mariza Romero (2011) compreendeu que o crime era explorado pelo sensacionalismo de forma a envolver a curiosidade da população pela aberração, pelo marginal, pelas catástrofes. Este jornalismo era envolto do discurso policial e muitas vezes se valia somente das informações da polícia e de especialistas como médicos e juristas.

O novo JT trouxe a coluna Novela Policial, que era escrita por repórteres em um formato leve, com fotos bucólicas dos ambientes em que ocorreram os crimes. A partir da descrição da cena e dos personagens, narrava-se um crime que muitas vezes ainda estava sendo investigado, um mistério. O formato e a abordagem diferenciavam-se do sensacionalismo e aproximavam-se do *New Journalism*. A editoria de Polícia era comandada por Ramão Gomes Portão e contava com repórteres como Percival de Souza, Fernando Portela e Antônio Carlos Fon. A ligação das reportagens de Percival com a literatura policial está nas origens do próprio JT, que antes da chegada dele publicava novelas policiais:

No começo, isso no *Jornal da Tarde*, era uma coluna que se chamava “Novela Policial”. Tinha um espelho da Agatha Christie: “O caso do grande roubo”; “O caso do homicídio misterioso”, bem Agatha Christie. E aos poucos aquilo foi ganhando espaço dentro do jornal (...). Primeira novela policial, depois um espaço um pouco maior, mas essa missão que eu fui desempenhando incluía uma matéria ter personagem, ter uma história, ter diálogos. Foi uma inovação à época do texto, detalhes; não ter aquela preocupação que caracterizava os jornais que destacavam polícia como, principalmente, *O Diário da Noite*, *A última hora*, *O dia*, no sentido de ficar preso ao boneco ou a foto de autor ou de vítima, algo bem do local e, permitir, por exemplo, uma foto ilustrativa do ambiente (SOUZA, 2008: 4).

Neste trecho da entrevista realizada por Carla Siqueira e Caio Briso, Percival traça a trajetória do JT como referência para a sua aproximação com a literatura policial, que, para ele, serve como uma inspiração que já estava presente em seu cotidiano da redação do jornal. Em seu livro de memórias *Receitas de Vida - Percival de Souza* (2008), Percival descreve o JT como o *Notícias Populares* dos ricos. Nesta narrativa, é possível perceber que o conto policial de suspense que Percival escrevia não seguia o sensacionalismo marcante em jornais

descritos popularmente como “*espreme que sai sangue*”, caso dos periódicos *Diário da Noite*, *O Dia* e *Notícias Populares*.

A redação do *Jornal da Tarde*, do final dos 1960 até a metade dos anos 1970, ganhou diversas modalidades do prêmio Esso de Jornalismo¹⁰. Já no ano de sua fundação, em 1966, faturou o prêmio de equipe pela cobertura do casamento do jogador de futebol Pelé. Entre 1966 e 1976, a redação do *Jornal da Tarde* ficou sem nenhum troféu somente no ano de 1969. Percival de Souza ganhou a menção honrosa do prêmio Esso em 1977 com a reportagem “Caso Tino: O Homem-chave”, além de outros dois por ter trabalhado em equipes do *Jornal da Tarde* ganhadoras. No total, contabilizou três Essos em sua carreira (Beloch, 2006). Outro destaque ainda nos anos 1960 foram as reportagens que fez sobre o caso Bandido da Luz Vermelha, em que relata os assaltos e assassinatos cometidos por João Acácio Pereira da Costa, que assustava suas vítimas com uma lanterna vermelha. Suas reportagens inspiraram o diretor de cinema Rogério Sganzerla na escrita do filme *Bandido*, um dos maiores clássicos do cinema marginal nos anos 1970¹¹.

O *Jornal da Tarde* também ficou conhecido por ser uma redação formada por integrantes de esquerda. Percival lembra de algumas organizações que tinham membros dentro da redação: “Partidão, AP, POLOP, Libelu, etc., linhas e tendências”¹². Em dezembro de 1966, o presidente Castelo Branco enviou o projeto de uma nova lei de imprensa que submetia os profissionais dos veículos de comunicação a punições previstas na Lei de Segurança Nacional. Percival de Souza foi eleito representante do *Jornal da Tarde* no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e participou da comissão que elaborou um manifesto enviado à Comissão de Direitos Humanos da ONU que denunciava as represálias aos jornalistas previstas na lei. Os jornalistas paulistanos estudavam a deflagração de uma greve como forma de protesto e declararam-se em situação de assembleia permanente. Foi um período de muita atuação sindical e Percival de Souza fez parte de uma chapa de oposição e candidatou-se à diretoria do sindicato em fevereiro de 1967. Apesar de nunca ter declarado que era simpatizante dos diversos tipos de ideologias marxistas que circulavam no período,

¹⁰ Para ver mais sobre o prêmio Esso: MAGNO, Ana Beatriz. A agonia da reportagem: das grandes aventuras da imprensa brasileira à crise do mais fascinante dos gêneros jornalísticos: uma análise das matérias vencedoras do Prêmio Esso de Jornalismo. 2006.

¹¹ O Estado De S. Paulo (25.09. 1996)p. 70.

¹²Entrevista realizada pelo Centro de Memória da Imprensa no ano de 2008.

esteve próximo da oposição ao regime. Durante a cobertura da batalha da Maria Antônia, em 1968, acabou ferido por uma bomba de efeito moral e também por agressões policiais¹³.

Já o repórter Luiz Amaral citou em seu livro de memórias *Esses Repórteres* (1994) que a redação do JT era conhecida como “meninos do Ruy”, em referência ao diretor de redação Ruy Mesquita, e que, quando o chefe não estava trabalhando, jogavam futebol na galeria de quadros do Estadão. Para Amaral, era nítida a diferença entre o *Estado de S. Paulo* não somente na idade dos “meninos” jornalistas, mas também por sua postura política. Além dos prêmios, da política e das brincadeiras, o JT marcou presença pela inovação no projeto editorial e gráfico, segundo Lima (2008).

Em 1970, a pequena e marginal editora Vertente publicou o livro *Isto o Jornal Não Conta*. Os autores da obra eram todos jornalistas que estavam explorando o terreno da ficção. Percival de Souza escreveu o conto *O estranho caso da gravata vermelha* (1970), em que é retratada a perseguição da sociedade a um jornalista que usa uma gravata estranha para os padrões da época. A tamanha perseguição culminou no suicídio do protagonista. Na contracapa, percebe-se a intenção dos autores: “Este é o primeiro volume de uma série dedicada ao conto moderno brasileiro. Os dezessete autores aqui reunidos, inéditos ou não em livro, estão habituados a lidar com o público”¹⁴. Pode-se considerar este livro como uma prova da importância dada à literatura de ficção por este grupo de jovens jornalistas que enfrentaram a censura da ditadura civil-militar, característica semelhante aos jornalistas norte-americanos que enfrentaram o macarthismo e iniciaram o *New Journalism*.

Isto o Jornal Não Conta não chegou a ser uma série como indicou a contracapa, mas demonstrava uma aproximação de jornalistas com outras linguagens literárias. Dentre os autores estavam Fernando Portela, Wladimir Dupont, Percival de Souza, Modesto Carone, Eduardo Castor, Alberto Beutten-Muller, Miguel Jorge, Theo Dutra, José Carlos Abatte, Gilberto Mansur, Lenita Miranda de Figueiredo, Ubirassu Carneiro da Cunha, Lourenço Carlos Diaféria, Nildo Carlos Oliveira, Yvete Ko e Hamilton Trevisan. O jornalista americano Tom Wolfe acreditava que no jornalismo “a metade das pessoas que iam trabalhar na imprensa o fazia na crença de que o seu destino real era o de ser romancista”¹⁵. A leitura de *Isto O Jornal não Conta* permite perceber que grande parte dos jornalistas do *Jornal da*

¹³ O Estado De S. Paulo (05 .10.1968) p 6.

¹⁴ SOUZA, 1970: contracapa.

¹⁵ WOLFE, Tom. O Novojornalismo. São Paulo. Cia. Das Letras, 2001. p.16.

Tarde, O Estado de S. Paulo, Realidade e Quatro Rodas realizou o desejo de publicar um conto de ficção, distanciando-se da realidade imposta e se aproximando da literatura de ficção. Com duas páginas, o conto *O estranho caso da gravata vermelha* (1970) é a primeira obra de ficção publicada por Percival, que dedicaria a maior parte da carreira literária aos livros-reportagem. Percival voltaria a escrever um livro de ficção em 2016. O livro *O crime quase perfeito* (2010), cujos personagens principais são o jornalista Percy e seu diretor Mino Carta, desvendando um crime e produzindo reportagens.

As Mil Mortes do Esquadrão da Morte

Com a publicação do Decreto-Lei nº 1.077, de 21 de janeiro de 1970, que instituiu a censura prévia, o *Jornal da Tarde* passou a ter um departamento de censura instalado dentro da redação. O material censurado era retirado por agentes da Polícia Federal e receitas de culinária eram colocadas em seu lugar. Este período coincide com a época em que Percival cobria as atividades do Esquadrão da Morte, um grupo formado por policiais civis e militares que realizou centenas de assassinatos justificados como profilaxia social na região metropolitana de São Paulo entre 1968 e 1971. Martha Huggins (1998) traçou um histórico da formação das forças policiais paulistas na década de 1960 e encontrou um paralelo com a concepção dos Esquadrões da Morte na cidade do Rio de Janeiro e a realização de cursos patrocinados pelo governo dos Estados Unidos, que recomendavam o uso de tortura e eliminação de opositores. Vanessa Mattos (2016) fez uma análise dos Esquadrões da Morte em que ressaltou o caráter de controle social que a ditadura civil-militar visou implementar para a população pobre das grandes cidades. Em paralelo ao empoderamento do aparato repressivo contra presos políticos, as forças policiais ganharam carta branca de autoridades para julgar e aplicar a pena de morte.

Márcia Gomes Fernandes (2018) analisou reportagens do *Jornal da Tarde, O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* sobre o Esquadrão da Morte paulista e verificou que nas primeiras coberturas da imprensa o discurso de que estavam agindo para vingar a morte de policiais foi preponderante e ganhou apoio de diversos jornalistas. O primeiro caso do Esquadrão da Morte que ganhou repercussão a partir da publicação na imprensa refere-se aos juramentos de morte feitos por policiais civis ao ladrão Saponga. Ele havia assassinado o investigador do DEIC David Romero Parré, em 19 de novembro de 1968. No enterro do investigador, diversos policiais civis juraram vingar a morte de Parré. Prometeram que para

cada policial morto matariam dez bandidos. Começa, então, uma grande caçada a Saponga em todo o estado de São Paulo. Centenas de policiais são mobilizados de diversos distritos. Pessoas tidas como marginais foram mortas como forma de vingar a morte do investigador, e seus corpos foram jogados em áreas de mata na periferia da cidade. A morte de Saponga, em janeiro de 1970, foi uma demonstração de força e ódio dos policiais. Foram 21 tiros disparados, uma “peneira humana”, nas palavras de Percival¹⁶.

A cobertura dos crimes do Esquadrão da Morte está intimamente ligada a mais um dos territórios da criminalidade paulistana em que policiais, jornalistas e contraventores penais se misturavam na sala de imprensa da Central de Polícia. Naquela época todas as ocorrências dos distritos policiais eram registradas neste órgão, que ficava no Pateo do Collegio, no centro histórico da cidade de São Paulo. Nesta sala, os jornalistas ficavam esperando alguma ocorrência policial para realizar a cobertura, e acabavam mantendo uma relação próxima com os policiais que trabalhavam no prédio. Além desta função oficial, a sala funcionava como um cassino clandestino, mesmo com a proibição de jogos de azar desde o governo Dutra¹⁷. Percival lembra-se de uma ocorrência de homicídio em que o delegado teve que insistir três vezes para que os investigadores largassem o jogo de dados para sair em diligência¹⁸. Robert Darton (1990), em *O beijo de Lamourette*, fez um relato semelhante da sala dos repórteres na Central de Polícia de Nova York na década de 1960, onde jogavam o dia inteiro e se revezavam para analisar ocorrências que teriam potencial de virar notícia. Como observa Darton, a profissão de repórter de *faits divers* não teve grandes mudanças desde a Revolução Francesa, isto é, a mesma situação de esperar uma ocorrência e trabalhar o texto de forma a torná-lo interessante para o público leitor.

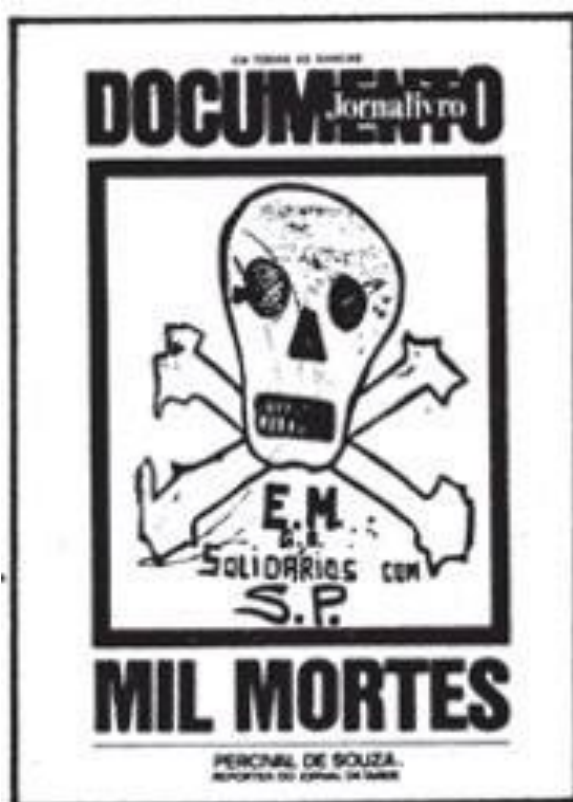
Na sala de imprensa da Polícia Civil da cidade de São Paulo, havia um telefone utilizado para avisar os jornalistas das ocorrências. E o telefone tocava a cada assassinato praticado pelos membros do Esquadrão. Uma voz que se identificava como “Lírio Branco” falava onde os “presuntos” haviam sido desovados. Quando os jornalistas chegavam ao local, encontravam um cartaz com uma caveira e duas túbias, símbolo do Esquadrão, em cima dos corpos cravejados de balas.

¹⁶ DE SOUZA, Percival; FAERMAN, Marcos; PORTELA, Fernando. *Violência e repressão*. Edições Símbolo, 1978.

¹⁷ A proibição dos jogos de azar no Brasil foi estabelecida por força do decreto-lei 9 215, de 30 de abril de 1946, assinado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra sob o argumento de que o jogo é degradante para o ser humano.

¹⁸ Entrevista realizada ao Centro de Memória da Imprensa no ano de 2008.

Figura 1 – Símbolo do Esquadrão na capa do livro Mil Mortes



Fonte: EX-16. Nov.1973, p. 17

Em suas memórias sobre aquele período, Percival de Souza se lembra da solidão que sentiu nos primeiros anos de cobertura do Esquadrão:

Eu só quero frisar que esse júri começa a agir no final de 1968. A justiça ensaia algumas providências no final de 70, começo de 71. Quem duvidar do que eu estou falando, pode olhar na coleção do jornal. Não tinha Hélio Bicudo. Era eu sozinho. Não tinha Ministério Público, não tinha poder judiciário, nada. Era eu e Deus. Só (SOUZA, 2008: 14).

Percival reforça o seu pioneirismo em uma cobertura mais crítica em relação ao Esquadrão da Morte. Na tese *O Esquadrão da Morte e a Imprensa Paulista: um estudo sobre o Jornal da Tarde, O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo (1968 - 1978)*, concluída por Márcia Gomes Fernandes, em 2018, é analisada a atuação de Percival neste episódio. De todo o corpo documental do *Jornal da Tarde* analisado por Gomes, foram publicadas 63 reportagens dele sobre o Esquadrão da Morte entre 1968 e 1971. Uma cobertura intensa que não deixou o assunto esfriar, sendo o único jornalista daquele veículo a cobrir o caso. Talvez um dos motivos que explique o sentimento de solidão expresso em suas memórias. Ainda nessa fase inicial de cobertura do Esquadrão, ele acabou sendo capturado, em 1969, por integrantes do CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e levado para o DEOPS-SP por estar na cena do assassinato de Carlos Marighella. Acabou sendo liberado pelo próprio delegado Fleury¹⁹.

Depois de Saponga, o Esquadrão continuou realizando julgamentos de pena de morte. A situação tornou-se cotidiana na imprensa paulistana, mas a cúpula da Polícia Civil e o governador Abreu Sodré negavam a existência do grupo. O reverendo Geraldo Monzerol testemunhou às escondidas e não titubeou em identificar Sérgio Paranhos Fleury, Ernesto Milton Dias e Alberto Barbour como autores do assassinato do traficante Neco Sete, na cidade de Guarulhos. O reverendo foi ameaçado, sofreu um atentado e teve que se esconder no palácio episcopal de D. Paulo Evaristo Arns, que se mobilizou para cobrar as autoridades. Começava a ficar evidente que o argumento de realizar uma profilaxia social e proteger a sociedade era uma falácia dos membros do Esquadrão. Ficou comprovado pelo inquérito formulado pelo promotor Hélio Bicudo²⁰ que todos estavam vinculados aos interesses financeiros do tráfico de drogas. Cabe ressaltar que neste momento o delegado Fleury estava no auge de seu prestígio pelos assassinatos de Carlos Marighella e Joaquim Câmara, gozando de promoções e confiança de órgãos militares como o SNI e o CENIMAR. Em julho de 1970, Dr. Hélio Pereira Bicudo, do Ministério Público do Estado de São Paulo, assume a investigação do caso e busca a ajuda de Percival:

¹⁹ DE SOUZA, Percival. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. Editora Globo, 2000. p. 287.

²⁰ Helio Pereira Bicudo foi o primeiro membro do Ministério Público a denunciar as atividades criminosas do Esquadrão da Morte em junho de 1970.

A primeira coisa que Hélio Bicudo fez ao assumir as investigações, desculpe de novo o pronome, foi conversar comigo. Aliás, éramos colegas no Estadão: ele, editorialista; eu, repórter especial do JT. Mas é preciso ressaltar, o que não se faz, que esse trabalho teve a participação indispensável do juiz Nelson Fonseca e dos promotores Alberto Marino Junior, Djalma Lucio Gabriel Barreto e José Sylvio Fonseca Tavares. Além da reação vigorosa do desembargador Cantidiano Garcia de Almeida, presidente do TJ-SP (SOUZA, 2002: 4).

Ao cruzarmos as datas da publicação da nomeação de Hélio Bicudo e das reportagens de Percival de Souza no *Jornal da Tarde*, chegamos à nomeação do promotor no dia 23 de julho e à reportagem “Todos contra o Esquadrão”, publicada em 25 de julho, com uma carta de um preso implorando para a mãe conseguir um advogado, pois tinha medo de ser morto pelo Esquadrão da Morte. Com a carta, Percival trouxe a público um dos territórios do Esquadrão da Morte: o presídio Tiradentes, utilizado pelo DEIC e pelo DEOPS-SP como carceragem para as detenções que não eram comunicadas à Justiça. O Esquadrão da Morte vingava a morte de policiais com a eliminação dos presos que se encontravam no presídio Tiradentes. Na reportagem, Percival não menciona como conseguiu a carta. Em depoimento na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, no ano de 2012, Hélio Bicudo resalta que uma de suas primeiras investigações foi comparar a lista de entrada e saída do presídio Tiradentes, conseguindo comprovar que presos haviam sido assassinados²¹.

A postura de enfrentamento também se refletiu em ventos públicos. No dia 29 de setembro de 1970, Hélio Bicudo e Percival de Souza fizeram uma palestra na PUC-SP, organizada por estudantes de Direito que denunciavam a conivência do Estado com os crimes praticados pelo Esquadrão²². Sofreu ameaças de morte e resistiu, e mostrou que não tinha medo ao ir de encontro aos membros do Esquadrão nos bares da Boca do Lixo:

E com vários deles eu consegui informações até dos grupos. Para você ter uma ideia. Teve uma noite que eu sabia que um grupo de irados contra mim – e eles tinham um ponto de encontro em um bar na Av. Duque de Caxias de São Paulo, o Bar do Moisés. Eles iam lá toda noite. E estava um clima muito pesado contra mim, mas eu já tinha apreendido o seguinte: em uma situação dessas, mesmo que você esteja com medo, nunca demonstre medo. E eu fui para esse bar de madrugada, com dois

²¹ Relatório Final - Tomo I - Parte I - Repressão Política: Origens e Consequências do Esquadrão da Morte.

²² O Estado de S. Paulo. “Reportagem dá processo” (08.06.1971).

colegas tão malucos quanto eu. Eram Antônio Carlos Fon e o Carlos Brickman. Nós entramos, todos os policiais saíram. Simplesmente saíram. Nós sentamos, olhamos o cardápio, escolhemos um prato. Os policiais saíram e começaram a dar tiros para o alto na porta do bar. Um clima ótimo, isso duas e meia, três horas da manhã (SOUZA, 2008: 5).

Outro episódio de intimidação é relatado por seu colega do *Jornal da Tarde* Fernando Portela. No lançamento do livro *Isto o Jornal não conta*, em 1970, membros do Esquadrão apareceram com metralhadoras em punho para intimidar Percival de Souza, que comemorava junto com seus colegas²³. Em setembro daquele ano, sete associações de funcionários da Polícia Civil mandaram uma carta conjunta à direção do *Jornal da Tarde* apoiando as ações do Esquadrão da Morte e criticando as reportagens publicadas por Percival (SOUZA, 2000: 241). Os episódios relatados são exemplos das diversas formas de intimidação que não só Percival de Souza sofreu, mas também seus colegas e o próprio veículo de imprensa, tendo em vista que o autoritarismo se expressava pela violência psicológica como forma de repressão.

No dia 08 de junho de 1971, *O Estado de S. Paulo* publicou *Reportagem dá processo*, noticiando que Percival de Souza havia sido denunciado pela Justiça Militar por inquérito enviado pela inspetoria da Polícia Federal. Segundo o processo, Percival estava infringindo o “Art. 16. Divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas”²⁴, da Lei de Segurança Nacional, que previa pena de seis meses a dois anos de reclusão. Em entrevista para o Centro de Cultura e Memória do Jornalismo, Percival trouxe suas lembranças deste episódio:

Quando eu fui chamado para o meu interrogatório, o pretexto era uma matéria com uma foto do delegado Fleury com uma fantasia de carnaval. E como pretexto também o título da matéria - que era minha, até porque estava assinada, mas o título não era meu - e aí me perguntaram quem poderia informar. Eu falei: “O diretor geral, Fernando Portela”. Ele foi intimado - tudo isso combinado com a direção previamente - perguntaram quem era o autor e ele disse que não se lembrava, porque ele fechava dez páginas por dia e deram uma semana de prazo para ele se lembrar, “Lembrou?”;” Lembrei”. “O depoente informa que o autor do título da

23

SOUZA, Percival de. *A maior violência do mundo*. Baixada Fluminense, Rio de, 1980.p. 15.

²⁴ Decreto-Lei nº 314, de 13 de Março de 1967.

matéria foi tal foi: “e o Portela: “Trabalhando excepcionalmente, doutor Ruy Mesquita”. Desse jeito está nos autos. E o doutor Ruy Mesquita foi ouvido, porque ele foi citado. Os policiais foram à redação para ouvi-lo e ele realmente assumiu a autoria que, a rigor, não era dele. Mas isso garantiu um trâmite mais suave e até uma absolvição. Na verdade, eu não teria ânimo (SOUZA, 2008: 16).

O desgaste político de uma perseguição judicial contra Ruy Mesquita, diretor de redação e um dos donos do jornal, teve impacto nos agentes da Polícia Federal, que acabaram arquivando o processo. Rompidos oficialmente com a ditadura desde o editorial *Instituições em Frangalhos*, em dezembro de 1968, e com a censura instalada dentro da redação desde janeiro de 1970, os Mesquita viviam seu pior momento na relação com a ditadura civil-militar (AQUINO, 1999). Dentro deste contexto, pode-se compreender que Ruy estava testando os limites da repressão. Pelo trecho citado acima, nota-se a diferença de tratamento pelos agentes terem se deslocado até a redação do *Jornal da Tarde* para tomar o depoimento de Ruy. Tal situação não ocorreu com Percival e Fernando Portela, que foram até a polícia. Sua conclusão de que não teria ânimo para defender-se sozinho perante os órgãos de repressão demonstra o desgaste psicológico que sofreu ao longo dos cinco meses em que o processo tramitou na justiça militar. *O Estado de S. Paulo* noticiou, no dia 18 de novembro de 1971, o arquivamento do processo militar movido contra Percival e expôs que Ruy era o verdadeiro responsável pela matéria. A relação de Percival com Ruy Mesquita foi duradoura profissionalmente, até ele sair do *Jornal da Tarde*, no final da década de 1990. Ele relatou esta relação em outro trecho da entrevista para o Centro de Memória da Imprensa:

E o Ruy Mesquita fez isso com outros colegas em várias situações. Quer dizer, embora o Estadão fosse acusado de um certo reacionarismo, até porque os Mesquitas tiveram algum tipo de participação na deflagração do Golpe Militar de 64; apesar disso, eu sou exemplo concreto de muito apoio e muita força, coisa que muita gente não teve. E nessa hora de solidão o Ruy Mesquita segurou as pontas (SOUZA, 2008: 16).

Percival mostra-se agradecido pela proteção que recebeu naquele momento, mas não deixa de reconhecer a fama de reacionário que acompanhou Ruy Mesquita em sua trajetória como diretor do *Jornal da Tarde*. Cabe ressaltar que o processo foi motivado pela exposição da imagem do delegado Fleury com uma fantasia de carnaval em uma reportagem sobre o Esquadrão da Morte. Muitos anos depois, quando publicou a biografia de Fleury, Percival escreveu este caso sem citar que era ele próprio o réu da ação. Em *Autópsia do Medo* (2000)

relatou que, quando cruzou com o então diretor do DEOPS-SP Lúcio Vieira, ouviu dele “Ué você ainda está solto?”²⁵.

A repressão dos membros do Esquadrão também se dirigiu a Hélio Bicudo, que foi afastado do caso pela cúpula do Ministério Público do Estado de São Paulo. Ele sofreu ameaças de morte e foi alvo de um estranho processo por ocultação de bens iniciado pela Receita Federal. As investigações de Bicudo formularam 69 processos de homicídios, transformando em réus diversos policiais civis²⁶. Foi exposto ao público a independência da Polícia Civil perante a sociedade e a dificuldade com que ao longo de toda a década de 1970 os processos e recursos foram julgados pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Os Esquadrões da Morte se difundiram para outras localidades do país, como Brasília, Espírito Santo e Santos, no litoral de São Paulo.

Dentro deste contexto histórico marcado pelo autoritarismo, foi lançado *Mil Mortos* (1973), o primeiro livro-reportagem escrito por Percival de Souza, pelas edições Jornalivros. A editora integrava o grupo Arte & Comunicação, pertencentes a Paulo Patarra e Sérgio de Souza, companheiros do autor na revista *Quatro Rodas*, no início dos anos 1960. A Arte & Comunicação desenvolveu um projeto de jornal quinzenal em 1973, o *EX-*, para o qual Percival colaborou escrevendo a coluna *Baixa Sociedade*. A história desta publicação guarda relação com a atuação de jornalistas que, no início dos anos 1970, buscavam na imprensa alternativa refúgio para a censura prévia e as perseguições políticas do aparelho repressivo. O nome do jornal referia-se aos jornalistas que já haviam trabalhado em veículos da grande imprensa: *Ex-Istoé*, *ex-O Estado de S. Paulo*, *ex-Quatro Rodas*, *ex-Realidade*. A publicação ficou conhecida pelo tom satírico que dava aos títulos das reportagens.

Percival foi um dos que participaram da primeira edição do *EX-*, com uma página inteira para a coluna *Baixa Sociedade*, que era um conjunto de pequenas notas. Nela, noticiava o mundo marginal da cidade, sem o tom formal que utilizava no *Jornal da Tarde*: “Bye Bye - E agora demã, que vou em frente. Tenho um compromisso para ouvir harpa paraguaia no *Malibu*, ali na Boca do Lixo. Depois vou pro meu mocó. Onde, eu não digo. E aprenderam mais essa: malandro não mora, se esconde” (*EX-*, dez. 1976. p.19.). Este trecho é

²⁵ DE SOUZA, Percival. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. Editora Globo, 2000. p. 289.

²⁶ Segundo fontes do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, foram mais de 4000 mortos. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/10/esquadroes-mataram-em-3-anos-o-dobro-da-ditadura-em-21.shtml> . Acessado em 11.05. 2021 .

um exemplo de como Percival mostrava-se íntimo da malandragem para o leitor. A *Baixa Sociedade* evidenciou sua proximidade com as temáticas do ambiente carcerário do Carandiru, tema de livros que escreveria posteriormente.

Dalva Silveira (2018), que analisou a “turma do EX” em sua tese de doutorado, compreende este grupo de jornalistas como uma geração que buscou novas formas de se expressar fugindo da grande imprensa. Conforme levantamento da autora, diversos integrantes do jornal *EX-* se declararam simpatizantes da nova esquerda americana, que tinha como principal expoente o sociólogo Charles Wright Mills. Esta vertente do pensamento de esquerda prezava pela contestação política e reconhecia na imprensa e no humor uma forma de subverter a ordem capitalista. Segundo Silveira (2018), membros do *EX-* estavam vinculados à editora Jornalivros e à publicação *Extra - Realidade Brasileira*, pioneiros na publicação de livros-reportagem nos anos 1970. Um traço importante é o formato do livro em papel de jornal, para baratear o custo, e a venda em bancas de jornal, para alcançar um público diferente das livrarias.

No último número do jornal *EX-*, uma matéria narra a história e a trajetória da *Jornalivros*. A primeira publicação foi impressa em dezembro de 1971, uma edição de contos de Machado de Assis. Segundo Sérgio de Souza, levavam a custo de “banana” livros clássicos da literatura, aproximando obras caras de livrarias a um público de bancas de jornal. Em relação às vendas, Sandra Reimão (1996) traz números do crescimento da distribuição de livros em bancas de jornal a nível nacional durante os anos 1970, passando de 2,2% do mercado editorial em 1973 para 20,9% em 1979. Segundo Sérgio de Souza, o romance *Cleo e Daniel* (1975), de Roberto Freire, vendeu 30 mil exemplares em quinze dias, e outros livros da editora chegaram a vender mais de cem mil exemplares. Infelizmente, não foi possível encontrar um exemplar de *Mil Mortes* (1973) em bibliotecas, centros de documentação, sebos ou sites de vendas na internet. Diante do desafio da localização da fonte primária da pesquisa, buscou-se o contato com Percival de Souza, que também não possuía a obra. O autor aceitou responder a algumas perguntas sobre o livro, visando a elucidar detalhes desta publicação. Passados 47 anos do lançamento da obra, suas memórias são marcadas pela ousadia perante os órgãos do aparelho repressivo da ditadura civil-militar:

Rafael Ocanha - O livro foi publicado em 1973, época da censura. Você teve receio de publicar esse livro? Fez autocensura temendo ameaças do Esquadrão?

Percival de Souza - Foi ousado. Precisei esconder minha mulher, por causa de ameaças, em último mês de gravidez de nossa primeira filha, na casa de um amigo. Meu assassinato foi planejado. Detalhe: não recebi solidariedade de ninguém, ninguém, nada, zero. O Oliveiros Ferreira, então diretor de redação do Estadão, ao ver o livro, me disse: “seus amigos não vão sossegar enquanto não te verem preso”. Não fiz censura para mim mesmo. Mas foi algo repleto de riscos pessoais. Nem sei se, à época, eu tinha muita noção disso. Acho que não. Eram ímpetos um pouco juvenis, a crença em mudar o mundo fazendo reportagens, meio quixotesco. Vivi sendo hostilizado por muito tempo. Olhares de ódio me seguiam por toda parte (SOUZA, 2020).

Percival de Souza, hoje com 75 anos, faz um julgamento crítico sobre os riscos que correu com 30 anos, vistos como algo juvenil e quixotesco. A crença em mudar o mundo fazendo reportagens era o motor de suas ações, superando o medo das ameaças e hostilidades que poderia sofrer. Como mencionou em seu livro *Autópsia do Medo* (2000), foi obrigado pela sua profissão a conviver cotidianamente com membros do Esquadrão, como o delegado Fleury, e com as hostilidades de parte da Polícia que apoiava a organização, e teve de buscar o apoio da outra parte que se manifestava publicamente contra as mortes. Percival, que já havia sido processado em 1971, sabia que corria o risco de sofrer alguma represália dos órgãos de repressão que estavam intimamente ligados ao tema do Esquadrão.

A revista *Veja*, dirigida por seu velho conhecido Mino Carta, publicou uma matéria do lançamento de *Mil Mortes* (1973) dois dias depois da Lei nº 5.941, de 22 de novembro de 1973. Conhecida como Lei Fleury, alterou o Código de Processo Penal e garantiu ao réu primário com bons antecedentes o direito de responder ao processo em liberdade. Desde 24 de outubro, o delegado Fleury estava detido em prisão especial no DEOPS-SP, com autorização do desembargador Antônio Alves Braga. Outros integrantes do Esquadrão da Morte, como os investigadores Fininho e Tralli, também foram julgados e condenados. O contexto da publicação de *Mil Mortes* (1973) é da tramitação da lei, uma das mais rápidas da história, com projeto iniciado em 4 de outubro e promulgação em 22 de novembro.

Na matéria da revista *Veja* há uma foto de Percival lendo *Mil Mortes* (1973). Ao compararmos a fotografia com a publicidade do livro no jornal *EX-*, nota-se que foram produzidas duas capas diferentes. Indício de que ocorreram duas edições do livro:

Figura 2 - Notícia do Lançamento de *Mil Mortes* (1973) na revista *Veja*



Fonte: *Veja*, 24 out. 1973 p. 36

O enorme *Por Quê?* na contracapa chamou a atenção da revista *Veja*, que indagou Percival sobre o porquê do livro, que respondeu rispidamente: "Cerca de mil homens encontrados todos furados a bala são motivo mais do que suficiente. Seria bem melhor tentar

explicar o porquê disso tudo e não o porquê do livro"²⁷. Sua declaração de que o Esquadrão da Morte foi o maior grupo terrorista da história do Brasil foi ousada para época em que o governo brasileiro adotava o lema de combate ao terrorismo como um bastião, inclusive internacionalmente, com a participação de Vicente Rao na cúpula da OEA em 1972. A tese de terrorismo de Estado foi reconhecida oficialmente pela Comissão Nacional da Verdade em 2014, e autores como Vanessa Matos (2016) e Duarte-Plon (2016) corroboram para a ideia de Percival ao estabelecer relação com a experiência francesa com a guerra da Argélia.

Percival (2020) declarou a esta pesquisa como foi a iniciativa de realizar uma análise mais profunda sobre os Esquadrões:

Rafael Ocanha: Como teve a ideia de escrever este livro-reportagem? Quem mais participou do projeto?

Percival de Souza: Havia esquadrão em alguns Estados, e a ideia foi a de somar todos os assassinatos e calcular a que número se poderia chegar. Foi o que fiz. Na soma, cheguei aos mil casos. O projeto foi de um grupo que, oriundo do *Jornal da Tarde*, resolveu fazer publicações alternativas de qualidade, como por exemplo, o “Bondinho” (era este mesmo o nome) e “Ex”-, tabloide que fez muito sucesso.

Rafael Ocanha: Lembra-se do conteúdo do livro? Eram reportagens do *Jornal da Tarde*?

Percival: Não – eram relatos sobre origens e desdobramento e narrativas sobre alguns personagens importantes, bem mais detalhados, porque houve mais tempo para apuração. O handicap é que ninguém conhecia mais as histórias do que eu. O fato de ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional e processado pela Justiça Militar chamou ainda mais a atenção sobre mim. Daí o autor ser identificado na capa como “repórter do *Jornal da Tarde*”. Diziam: “é ele!”. (ANEXO A)

Em suas memórias é possível perceber que Percival conseguiu aproveitar a exposição midiática que havia ganhado pela cobertura do Esquadrão da Morte. Ao colocar na capa do livro que era jornalista do *Jornal da Tarde*, pode ser rapidamente identificado pelo público. *Mil Mortes* (1973) tinha 25 páginas de jornal, cerca de 75 páginas em formato de livro, e era repleto de imagens de cadáveres de vítimas dos Esquadrões da Morte. Foi uma obra de síntese de um fenômeno que teve seu auge em São Paulo em 1970, mas que se reverberou por outros Estados, demandando uma rede de contatos com jornalistas de outras localidades para contabilizar o número de mortos.

²⁷ VEJA, 24 out. 1973: 36.

Assim como Percival, o jornalista Octavio Ribeiro, conhecido como Pena Branca, publicou matérias que descreviam a atuação do grupo de extermínio Scuderie Detetive Le Cocq²⁸, liderado pelo Major Emanuel Mariscott, no Rio de Janeiro. Em entrevista ao jornal EX- em novembro de 1975, Octavio Ribeiro declarou ter apreendido muito com Percival de Souza quando trabalhou no *Jornal da Tarde*. Na análise das fontes do jornal EX- também foi possível descobrir que Ribeiro lançou uma versão de *Mil Mortes*, sobre os Esquadrões da Morte do estado do Rio de Janeiro, em 1975. A versão carioca é um indício de que a vendagem do livro de Percival pode ter sido satisfatória, e que buscava-se repetir a experiência²⁹.

Em 1975, o jornal EX- deixa de circular depois de fazer uma grande matéria desmentindo o suicídio do jornalista Vladimir Herzog no DOI-CODI, versão oficial do laudo do legista Harry Shibata. O jornal, que dividia o prédio com o Teatro Oficina de José Celso Martinez Correa, teve seus escritórios arrombados e destruídos pela polícia federal. Percival se mobilizou junto ao Sindicato dos Jornalistas em um ato público de homenagem a Herzog e também em um ato ecumênico na catedral da Sé. Dois anos depois, em agosto de 1977, conseguiu uma entrevista com exclusividade para o *Jornal da Tarde* com o médico legista Harry Shibata, que declarou que não havia feito a necropsia no corpo de Vladimir Herzog e que somente havia assinado o laudo sem ler. A partir da entrevista, a viúva Clarice Herzog entrou com um processo contra o médico legista por falsidade ideológica pelo laudo que assinou. Na ação, é solicitado que Percival de Souza seja ouvido para a elucidação dos fatos³⁰. O fim do jornal EX- e da Jornalivros, em 1975, foi o encerramento da participação de Percival neste ciclo de publicações chamadas de *alternativas* ou *nanicas*, que tiveram seu auge nos anos 1970.

No ano seguinte, Hélio Bicudo publica *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte* (1976), relatando as perseguições que sofreu ao investigar a organização. No dia 18 de outubro do mesmo ano, *O Estado de S. Paulo* publica um artigo sem assinatura intitulado *Livro denuncia proteção política ao Esquadrão*, em que são mencionados a perseguição a

²⁸ José Cláudio Souza Alves em sua tese *Baixada Fluminense: a violência na construção do poder* narra a história da Scuderie Detetive Le Cocq ou Esquadrão Le Cocq. Surgiu em 1965, no Rio de Janeiro do então Estado da Guanabara, O núcleo duro da Scuderie Le Cocq era composto pelos chamados Doze Homens de Ouro da Polícia fluminense, um para cada signo do zodíaco, escolhidos a dedo pelo então secretário de Segurança do Rio, Luis França. Este grupo cometeu diversos assassinatos de criminosos na década de 1960e foi primeiro Esquadrão da Morte a ficar nacionalmente conhecido.

²⁹ EX- 16. Nov. 1975 p.24.

³⁰ O Estado de S. Paulo. 24.08.1977 p .11 .

Bicudo e o apoio de Ruy Mesquita às investigações. No dia seguinte, o jornal publica uma nota da redação esclarecendo que o texto era de Percival de Souza e que não refletia necessariamente a posição editorial do jornal³¹. O motivo da nota é esclarecido na segunda edição do livro de Hélio Bicudo, em que relata que após a publicação do artigo em *O Estado de S. Paulo* recebeu uma notificação do Ministério Público Estadual para impedir a circulação da obra³². Os livros publicados pela Pontifícia Comissão de Justiça e Paz tiveram que ser escondidos na Cúria Metropolitana, devido à proibição de distribuição pela Polícia Federal, e foram distribuídos rapidamente para evitar uma apreensão. A nota da redação e a perseguição ao livro de Hélio Bicudo demonstram que, passados quase três anos da publicação de *Mil Mortes* (1973), escrever sobre o Esquadrão da Morte ainda significava dar explicações a autoridades. Esta constatação reforça o caráter pioneiro da publicação de Percival, que foi a primeira tentativa de elaborar um dado estatístico sobre o número de vítimas do Esquadrão.

Percival retomaria o tema em outros livros-reportagem. Em *Violência e Repressão* (1978), dedicou um capítulo para resgatar algumas reportagens realizadas para o *Jornal da Tarde*. Em *O Prisioneiro da Grade de Ferro* (1982), descreveu a vida de ex-membros do Esquadrão presos no complexo prisional do Carandiru, em São Paulo. Já em *A Maior Violência do Mundo* (1980), realizou uma análise dos Esquadrões do Estado do Rio de Janeiro. E, nos 2000, escreveu a biografia do delegado Sérgio Paranhos Fleury, retomando novamente a esta temática.

Os livros-reportagem de Percival de Souza

Publicado em papel jornal e vendido em bancas, *Mil Mortes* (1973) marcou a estreia de Percival de Souza na produção de um livro-reportagem, e marcou a coragem do autor em realizar uma publicação sobre um tema que envolvia uma possível represália de membros do Esquadrão da Morte. Neste período de transformações do jornalismo, a reportagem policial emergiu como a grande possibilidade de inovação. No contexto brasileiro, Aguinaldo Silva (2016) ressaltou que, na ditadura civil-militar, devido à impossibilidade de explorar a esfera política, diversos jornais começaram a valorizar o noticiário criminal. Com o surgimento de uma cena alternativa à grande imprensa, jornais como *Ex*, *Opinião* e *Movimento* procuraram

³¹ O Estado de S. Paulo (19. 10.1976). p.3.

³² BICUDO, 1978 p. 106.

atrair grandes repórteres que sofriam a censura institucionalizada. As reportagens se firmavam com grande possibilidade de destaque no jornalismo, e não somente no Brasil. Grandes reportagens e coletâneas foram organizadas em livro, o chamado livro-reportagem.

A reportagem, que é a base do livro, tem como etapas de elaboração a pauta, a captação, a redação e finalmente a edição. A pauta é a definição dos rumos da reportagem, a partir dela é possível estabelecer como deverá ser a condução do processo de produção. A reportagem é oriunda do trabalho com periódicos na imprensa, faz parte do trabalho do jornalista, e mostra a capacidade de cobrir furos com eficácia e rapidez³³. Como está sempre lutando contra o tempo, o jornalista vê no livro-reportagem a função de parar a pressão temporal que ocorre nas publicações em periódicos. O livro-reportagem demanda uma série de processos mais complexos que os publicados em jornais e revistas. Como pode-se perceber, o livro-reportagem estabeleceu conexões profundas com o trabalho na imprensa, exigindo que em sua análise recorra-se ao jornalismo investigativo.

Um traço marcante do livro-reportagem, que ganhou ressonância com o *New Journalism*, foi a observação participante. *A sangue frio*, de Truman Capote, lançado nos Estados Unidos, em 1966, tornou-se uma referência deste estilo. Capote acompanhou por seis anos uma dupla de criminosos que cometeu um latrocínio em 15 de novembro de 1959, em uma pequena cidade do Kansas. Sua observação participante incluía horas de entrevista dentro da penitenciária em que a dupla aguardava a pena de morte. O livro foi publicado em capítulos na revista mensal *New Yorker*, e atraiu o público pelas profundas descrições psicológicas dos criminosos. Esta característica marcou os livros-reportagem de Percival de Souza. Apesar de não escrever em primeira pessoa, utilizava a expressão “este autor que vos fala” para marcar sua participação na narrativa. Percival confessou que gostaria de ter tido coragem para escrever *Autopsia do Medo* (2000) em primeira pessoa, mas admitiu não ter talento para tal projeto³⁴.

Lima (2001) chama atenção para a temporalidade e cita a clássica definição de Fernando Braudel para compreender o rememorar que o livro-reportagem traz para um fato que foi publicado nos jornais. A historiografia francesa, ao criticar a história factual da denominada história oficial, abriu portas para o questionamento da temporalidade de curta duração das notícias de periódicos. Nesta perspectiva o livro-reportagem seria beneficiado

³³ LIMA, 2004 :63.

³⁴ SOUZA, 2008: 16.

pelo distanciamento temporal em relação ao jornal. Além disso, conta com a memória do público sobre o tema do livro que já foi alvo de reportagens por parte do periódico. Esta perspectiva temporal relaciona a publicação de uma obra à memória e à mentalidade coletiva do leitor público-alvo.

O prefácio escrito pelo jornalista José Fernando Rocha em *A Maior Violência do Mundo* (1980a) faz uma ligação entre o novo jornalismo e a obra literária de Percival: “Percival de Souza emoldura entre nós o conceito de novo jornalismo ou de parajornalismo - acepção feliz de Dwight Macdonald. É o jornalismo não-ficção de reportagens diretas, estabelecendo todo o cenário, o diálogo, a atmosfera, a tensão, o drama, o conflito” (SOUZA, 1982: 10). Outro prefácio, do livro religioso *Percival de Souza: Receitas de Vida* (2011), também estabelece ligações com o movimento literário estadunidense:

O Jornal da Tarde logo seria uma revolução na imprensa brasileira, assim como as revistas *O Cruzeiro* e *Realidade*, além do Jornal do Brasil. Era o auge do chamado “novo jornalismo”, que teve expoentes como Gay Talese, Tom Wolfe e Truman Capote. A essência de estilo era o aprimoramento do texto, a informação bem apurada nada de improvisação. Parágrafos eram esculpidos, considerando a reportagem a alma do jornalismo. Uma obra de arte. Isso, tinha tudo a ver com a revista *Realidade*, da Editora Abril, para a qual Percival também colaborava. Decidiu-se então que todas as áreas teriam uma cobertura diferenciada, inclusive a policial. Assim, Percival que nunca tinha entrado em uma delegacia, de repente recebe a missão de Mino Carta de desenvolver uma concepção nova para a área criminal (SOUZA, 2011:11-12).

Este trecho do prefácio mostra que o contexto de formação de um novo mercado dentro do jornalismo, representado pelo *Jornal da Tarde* e pela *Realidade*, seria o agente responsável pela difusão de uma nova forma de escrita associada ao jornalismo norte-americano. Percival nunca se descreveu como seguidor do *New Journalism*, nem buscou dar explicações em entrevistas sobre como iniciou seu trabalho com o livro-reportagem. Mas realizou citações a Gay Talese em outras de suas obras como *Cocaína Society* (1980) e *Narcoditadura* (2002), sempre citando o norte-americano como uma referência de um bom trabalho de investigação. Esta pesquisa não pretende realizar análises taxativas visando a encaixar a obra literária de Percival de Souza como pertencente ao jornalismo-literário, ou ao *New Journalism* americano, pois são categorias que desde o seu surgimento carregam

questionamentos³⁵. Mas cabe ressaltar aqui a influência e admiração expressas por Percival nas fontes analisadas.

A Editora Alfa- Ômega e a consolidação do livro-reportagem

O segundo livro-reportagem publicado por Percival de Souza foi *A Prisão* (1977), pela intelectualizada editora Alfa-Ômega. Narra a experiência de passar semanas vivendo com os detentos da Casa de Detenção, popularmente conhecida como Carandiru³⁶. Segundo Sandra Reimão (2015), a editora foi fundada em 1973. Em seus quatro primeiros anos de existência, publicou 44 títulos, sendo 16 deles ligados a acadêmicos da USP. Grandes nomes das ciências sociais como Florestan Fernandes e Octávio Ianni publicaram obras na Alfa-Ômega. A editora começou com o nome de Banca de Cultura, e vendia livros na moradia de estudantes da USP, o CRUSP, e depois se mudou para o endereço em que está funcionando até hoje, na Rua Lisboa, em Pinheiros. Sandra Reimão (2015) atenta que neste período dos anos 1970 os meios de difusão do livro no Brasil viveram uma atmosfera de crescente expansão desde o milagre econômico que se iniciara no final dos anos 1960. O aumento do número de vagas nas universidades também propiciou um crescimento do número leitores de livros acadêmicos.

O livro-reportagem também pode ser explorado em seu sentido político, uma vez que não tem como natureza a neutralidade. Os livros da Alfa-Ômega adotaram uma postura de questionamento da ditadura civil-militar, e mostravam um Brasil censurado que não era conhecido pelo grande público. Nesta editora despontaram dois grandes nomes que trabalhavam juntos no *Jornal da Tarde* e no *EX-*: Percival de Souza e Fernando Morais. Morais publicou suas reportagens sobre Cuba por meses seguidos no *EX-*, e depois alcançou grande sucesso com o livro-reportagem *A Ilha*, em 1976. Cabe ressaltar que Morais foi denominado um fenômeno por Reimão (2015), pois passou de mais de dois milhões de exemplares vendidos depois de quatro anos da publicação. Percival de Souza publicou *A Prisão* (1977) no ano seguinte do sucesso de *A Ilha* (1976) e do reconhecimento acadêmico da editora pelos professores da USP.

³⁵ LIMA, 2001.

³⁶ A Casa de Detenção foi inaugurada nos anos 1920. Para ver mais sobre a história do presídio ver: CANCELLI, Elizabeth. Repressão e controle prisional no Brasil: prisões comparadas. *História: Questões & Debates*, v. 42, n. 1, 2005.

Com a repercussão de *A Ilha* (1976), a Alfa-Ômega lançou a coleção de livros *História Imediata*, termo que Fernando Magarielo trouxe do historiador francês Jean Laconture. Segundo ele, a coleção tinha como objetivo trazer à tona a cultura que estava sendo censurada pela ditadura. Mesmo com poucos recursos, o casal Sandra e Fernando Mangarielo editou de forma artesanal a coleção, sendo Fernando o diagramador improvisado para economizar com a contratação de um artista gráfico. Buscou-se um formato híbrido entre a revista e o livro, produzido com papel jornal para baratear o custo da publicação. Para Lima (2004), a Alfa-Ômega conseguiu alcançar um público amplo para o livro-reportagem e tornou-se um marco neste tipo de publicação no Brasil. Além disso, a editora resistiu às investidas da censura prévia que vigorou até 1978, consolidando um espaço nunca antes alcançado por este gênero. Segundo Fernando Mangarielo em depoimento a Lima (2004), a tiragem média de um livro da coleção *História Imediata* era de 20 a 25 mil exemplares. As duas edições de *A Prisão* (1977) tiveram somadas seis mil exemplares, número baixo para a coleção, mas significativo para Percival, praticamente um escritor estreante que com uma publicação em uma editora alternativa alcançava vendas³⁷.

Dentre os membros do conselho editorial da Alfa- Ômega destaca-se o jovem Paulo Sérgio Pinheiro, que se tornaria um dos maiores especialistas em violência urbana e fundador do NEVU-USP (Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo). Cabe ressaltar que em 1977, quando Percival publicou *A Prisão*, as ciências humanas no Brasil ainda não haviam se debruçado sobre esta temática. O primeiro trabalho de relevância sobre este tema seria a dissertação de mestrado *Mundo do Crime: A ordem pelo Averso* de José Ricardo Ramalho, defendida em 1979, sob orientação de Ruth Cardoso. Ao compararmos o trabalho acadêmico de Ramalho com o de Percival, nota-se as grandes dificuldades do acadêmico em relação ao jornalista em ter acesso aos funcionários, detentos e pavilhões. Fator explicado pela inserção de Percival desde o final dos 1960 no cotidiano do presídio, frequentando inclusive formaturas de cursos de madureza, e também pela autorização do juiz corregedor Renato Láercio Talli para realizar a imersão.

A Prisão (1977) foi uma experiência de imersão radical para um repórter, e o subtítulo “maior presídio do mundo” dava a dimensão do ineditismo de Percival. O risco de ser tomado como refém em algum tipo de conflito era real, e a dispensa de guardas para sua segurança demonstram a ousadia do jornalista. Mais de quarenta anos depois, em seu livro religioso

³⁷ SOUZA, Percival de. *A prisão*. Histórias dos homens que vivem no maior presidio do mundo. 1975. p.3.

Receitas de Vida: Percival de Souza (2011), ainda é presente em sua memória a intensidade da relação que travou como jornalista com os presos que entrevistou:

Uma delas, foi uma série de matérias, que posteriormente transformaria em livro, que realizou sobre a famosa Casa de Detenção de São Paulo, uma cidade presídio, onde viveu por um mês, passando ali o dia inteiro e muitas vezes até dormindo. Isso lhe proporcionou uma profunda vivência e experiência. Ali aconteceram fatos particularmente marcantes, como quando recebeu um convite para ir no aniversário de um dos detentos, em um dos pavilhões. Era um sábado e ele levou Andréia, sua filha mais velha, na época com três anos de idade. Nesse pavilhão havia muitos presos condenados a longas penas e muitos não viam uma criança havia anos. Então a Andréia foi carregada por vários deles, ficando um pouco no colo de cada um e ganhando quinhentos pedaços de bolo. Podia-se ler em seus olhos que choravam por um sentimento de gratidão e confiança depositada neles (SOUZA, 2011: 13).

Na contracapa de *A Prisão* (1977), uma frase deixa clara a relação entre sua profissão e a escrita de sua obra literária: “Afinal, Percival salvou algumas daquelas vidas com suas matérias, linha por linha, à procura da verdade e da justiça. E se fez confiante daqueles homens, publicou grande parte de suas vidas em reportagens para o *Jornal da Tarde* e reúne agora todas as histórias neste livro.” (SOUZA, 1977: contracapa). As reportagens que deram origem ao livro foram escritas em 1974. Fizeram tanto sucesso que *O Estado de S. Paulo*, pai do *Jornal da Tarde*, elaborou um especial que republicou a série de reportagens na nobre edição de domingo³⁸.

Esta característica de selecionar reportagens que foram publicadas em jornal não faz do livro somente um compilado de matérias, mas também uma forma de trazer à tona textos relevantes que tiveram a circulação restrita ao dia da publicação no jornal. Em entrevista a Cleofe Sequeira no ano de 2004, Percival descreve sua visão sobre a relação entre o jornal e o livro-reportagem: “Nunca transformo uma matéria em livro. Construo um novo texto, muito mais aprofundado, com informações que não entram na matéria, até mesmo incluindo documentos que não cabem no jornal” (SEQUEIRA, 2005: 53). Esta característica foi ressaltada por Lima (2008) ao afirmar que o livro-reportagem é uma homenagem ao trabalho do repórter, que tem o seu trabalho de certa forma eternizado e rememorado pela nova publicação.

³⁸ O Estado De S. Paulo: (28.10.1974) p. 22 - Anúncio de "A Prisão".

Em *A Prisão* (1977) Percival de Souza buscou retratar a resistência da população carcerária nas pouquíssimas possibilidades existentes. Como os somente 47 alunos anualmente formado em uma turma de supletivo e os 43 concluintes do curso de datilografia, uma gota de água perto do oceano de 6200 presos abrigados no primeiro semestre de 1976³⁹. Outro setor importante tocado pelos próprios presos é o Setor Judiciário que contava com 34 presos que redigiam recursos como *habeas corpus*, unificação de pena e livramento condicional. O setor que contava somente com um advogado público gaba-se por seus especialistas: “Todo linguajar técnico é citado normalmente pelos presos do setor. Alguns conhecem a jurisprudência de cor. É por isso que todo preso, quando alguém lhe pergunta por que está no presídio, responde com o número do artigo do código penal que foi enquadrado.” (SOUZA, 1977: 41). O setor gabava-se de ter alcançado 1149 pedidos de liberdade em 1972 e 1208 em 1973, número elevado para a população de 6200 presos e também uma prova de que se os presos não tivessem esta organização eficiente o problema da superlotação se agravaria. Como aponta Michelle Perrot (1988) a historiografia sobre o mundo das prisões e do crime necessitavam da leitura atenta as fontes oficiais dos processos criminais que possuíam um roteiro pré-estabelecido por relações de poder que silenciavam vozes, demandas e práticas dissonantes. Percival foi além dos documentos oficiais com a sua experiência de vivência *in loco* e conseguiu captar as práticas de resistência cotidiana dentro de um ambiente desprovido de recursos e superlotado.

Violência e Repressão: o livro-reportagem como denúncia e memória

Em 1978, Percival de Souza ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo, um dos maiores de sua carreira e o mais importante de sua época, com a reportagem do chamado Caso Tino⁴⁰. Episódio em que Percival conseguiu encontrar o contrabandista José Luís no Paraguai, testemunha da morte de Tino por uma quadrilha de policiais federais envolvidos na extorsão de contrabandistas. Esta seria uma grande qualidade de Percival de Souza, que ficou patente ao longo de sua carreira, a capacidade de encontrar brasileiros procurados pela justiça no Paraguai antes da polícia brasileira⁴¹. José Luís, conhecido como Tino, estava foragido e era

³⁹ A casa de detenção tinha capacidade para 2500 presos.

⁴⁰ O Estado De S. Paulo: (1.01. 1978) p . 18.

⁴¹ Ele encontrou Fininho, procurado pelos crimes do Esquadrão da Morte no Paraguai, conseguiu uma entrevista exclusiva, mas estava com mais sorte do que pensava e conseguiu uma entrevista com Mariel Mariscott do Esquadrão da Morte do Estado do Rio de Janeiro.

procurado pela equipe do DEOPS-SP em todo o Brasil e no Paraguai. Percival conseguiu entrevistá-lo e articulou a sua captura pela equipe do DEOPS-SP em um hotel de Salvador. O contrabandista conseguiu algumas garantias de segurança para entregar-se, pois temia pelo perigo de ser morto em uma cela comum.

Figura 03 –Imagem ampliada de Percival de Souza com Sérgio Paranhos Fleury em um hotel de Salvador.



Fonte: O Estado de S.Paulo, 18, mai. 1977, p.5.

O furo de Percival, em maio de 1977, lhe rendeu até a oportunidade de contar para Fleury como tinha passado na frente da equipe do DEOPS-SP na caçada. Não se sabe ao certo quando foi o momento da mudança da postura hostil do delegado Fleury com Percival de Souza, mas os dias que passaram juntos em Salvador e os louros da captura de José Luiz fizeram bem a ambos. Percival, inclusive, chegou a ser convidado para o casamento da filha

do delegado, prova da consideração que o antigo desafeto havia galgado. É dentro do contexto do Prêmio Esso e do reconhecimento do trabalho de repórter que é publicado o livro *Violência e Repressão* (1978), uma coletânea de reportagens premiadas em parceria com os amigos Marcos Faerman e Fernando Portela.

Violência e Repressão (1978) foi lançado na Bienal do Livro, evento marcado pela luta contra a censura e manifestações do público em atos que desafiavam o regime. Foi publicado pela paulistana Editora Símbolo, empresa de distribuição nacional que imprimiu também *Berra, Coração* (1977), de Lourenço Diaféria; *O circo do desespero* (1976), de Audálio Dantas; *Viva eu, viva tu, viva o rabo do tatu*, de Roberto Freire (1977); e *Querido Senhor Assassino* (1979), de Fernando Portela. Todos os nomes citados são jornalistas que haviam trabalhado com Percival no *Jornal da Tarde* e no *EX-*. Outro nome próximo é o procurador Hélio Bicudo, que publicou *Direito e Justiça no país* (1978). Prova de que a Editora Símbolo estava despontando como um espaço para novos escritores de diferentes segmentos no final dos anos 1970.

Percival de Souza inicia o livro com três reportagens de assassinatos do Esquadrão da Morte: os casos de Guri, que ocorreu na cidade de São Paulo; de José Aleixo, passado em Taquarituba, no interior de São Paulo; e de Roncador, em Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro. Já Marcos Faerman abordou as mutilações dos trabalhadores do Porto de Santos, a chacina de 1973 do Paralelo 11, na cidade de Cuiabá, e o assassinato da família Bensadon, em 1971, na cidade de São Paulo. Enquanto Fernando Portela escreveu sobre os tubarões em Recife, o transporte dos ossos de D. Pedro I ao Brasil em 1972 e o crime eleitoral do partido Arena, em Cambé (PR). Em entrevista, Percival de Souza relata que a ideia de escrever o livro foi de Marcos Faerman. Os três colegas do JT haviam participado da edição comemorativa de número 2001, em que foram escolhidas e republicadas as melhores reportagens desde a fundação do jornal.

Adjavan Nunes, com 21 anos em 1970, conhecido como Guri, matou um investigador de polícia em uma operação na Vila Manchester, zona leste de São Paulo. Foi jurado de morte pelo Esquadrão da Morte, que iniciou uma caçada com mais de 80 policiais por toda a região metropolitana e Baixada Santista. Entre o enterro do investigador e sua morte, transcorreu uma semana de fuga, escrita em forma de diário por Percival de Souza. O caso de Guri mostra as relações marginais que ocorriam entre a delegacia de roubos e quadrilhas de ladrões e receptadores. Na caçada são descritas áreas da periferia da zona leste de cidade, como São Mateus, Vila Carrão e Itaquera. Ainda neste início dos anos 1970 havia uma grande área de

mata e chácaras entre os bairros de São Mateus e Itaquera, e que se tornaria o Parque do Carmo. Nesta área, Guri foi encontrado pela polícia, que realizou mais de cem disparos em seu corpo. O ato foi descrito por Percival de Souza como uma peneira humana. Este caso causou grande reverberação pela audácia com que membros da polícia anunciaram sua morte na imprensa. O Ministério Público paulista chegou a enviar ofícios até para a Presidência da República denunciando os Esquadrões.

Roncador, ou o primeiro brasileiro condenado a morte em público é uma reportagem feita em menos de 40 minutos por Percival de Souza, que viajou de São Paulo para Duque de Caxias, quando soube da caçada ao assassino de um policial militar, que nunca teve o nome identificado. Roncador havia se escondido na rede de esgoto da cidade e sua caçada demorou mais de 30 horas, com a utilização de gás, fogos de artifício, aumento da pressão da água pela companhia de esgoto e policiamento de bueiros. O assassino sabia que estava condenado à morte pela polícia, que, por sua vez, não escondia da população e da imprensa que tinha a intenção de matá-lo. O caso atraiu Percival a viajar uma longa distância para acompanhar seus últimos atos, sair de um bueiro e ser fuzilado por polícias militares.

Já o assassinato de José Aleixo foi uma missão oficial da RUDI (Rondas Unificadas do Departamento de Investigações), comandada pelo delegado Rubens Liberatori, que contou com mais de 50 policiais que se deslocaram para Taquarituba, no interior de São Paulo. O delegado daquela cidade e sua esposa, a única professora do município, foram assassinados por José Aleixo, o que gerou grande revolta da população. O Esquadrão da Morte, em ligações a jornalistas, havia jurado vingança com a morte do assassino. Neste episódio temos três posições diferentes sobre o assassinato de José Aleixo: a de Percival de Souza, que republicou no livro *Violência e Repressão* (1978) a sua reportagem *José Aleixo morreu e como foi fácil*, anteriormente publicada no *Jornal da Tarde*; a análise do sociólogo Bruno Paes Manso, que entrevistou Percival sobre os casos do Esquadrão da Morte; e a autobiografia de Astorice Correa de Paula e Silva, mais conhecido como Correinha, investigador que era membro do Esquadrão da Morte. Na versão de Correinha, Percival de Souza foi testemunha do assassinato e autor da foto publicada no *Jornal da Tarde*:

Pedi para que entrasse na viatura e, quando já íamos partir, um carro do jornal “O Estado de São Paulo”, estacionou nas proximidades. Dele saltou o jornalista Percival de Souza. Desci da viatura, nos cumprimentamos, e ele externou o desejo de fazer parte da diligência. Concordei com o seu pedido, entretanto o seu fotógrafo não poderia vir junto; não havia mais lugar. Percival solicitou ao fotógrafo que lhe

passasse a mochila com o material fotográfico. Ele mesmo documentaria os fatos que viessem a ocorrer. Assim, partimos rumo ao desconhecido. Naquele momento, meu espírito recolheu-se para uma prece sublime. Pedi a Deus a proteção necessária para que tudo terminasse bem, para que os que se encontravam dentro daquela viatura tivessem sua integridade física preservada, e ainda para que a justiça fosse feita, justa e imparcial, para o lado que a merecesse. Sugeri que o nosso guia e o jornalista Percival aguardassem no veículo, já que as probabilidades de um acirrado combate eram de 90%. O jovem concordou. O jornalista não. Queria ver de perto o que iria ocorrer. Adverti-o que não poderia, naquelas circunstâncias, dar-lhe a proteção devida e que a responsabilidade da decisão era inteiramente sua. Ele reafirmou sua posição. Orientei-o para que, em caso de tiroteio, imediatamente se deitasse rente ao chão, o que diminuiria, em muito, a possibilidade de ser atingido por uma bala perdida. Assim, iniciamos a operação. A porta seria derrubada por mim, numa ação rápida e decidida. Ticão viria logo atrás, para me dar a cobertura necessária. (CORREA, 2005: 56).

Figura 4 - Fotografia atribuída a Percival de Souza por Correinha:



Fonte: SOUZA, 1978: 64.

A menção do sociólogo Bruno Paes Manso (2012), que entrevistou Percival de Souza em sua pesquisa de doutorado:

Como conta em entrevista, o jornalista Percival de Souza, repórter que testemunhou diversos acontecimentos no período, como repórter do *Jornal da Tarde* e *O Estado de S. Paulo*, os próprios investigadores relatavam para setoristas da imprensa os planos e a forma do grupo agir. A informação era dada sob a condição de que os nomes dos criminosos fossem mantidos no anonimato. Mas eles explicavam porque as mortes seriam praticadas e chegavam a ser acompanhadas pelos jornalistas durante as caçadas que faziam aos bandidos procurados. O próprio Souza foi de carona com policiais que acabaram executando o acusado de matar um delegado e a esposa em Taquarituba, em 1969 (CORRÊA, 2005). Assim como ocorreu no Rio de Janeiro, a imprensa paulista tinha um papel ambíguo (MANSO, 2012:117).

A análise de Manso (2012) foi feita a partir da versão de Correinha, não atentando-se à trajetória das publicações de Percival no *Jornal da Tarde*. A caracterização de ambíguo deixa a impressão de dúvida na posição de opositor aos Esquadrões, pois o ato de pegar carona com policiais presume que Percival compactuava com o crime que ocorreria. Na apresentação do artigo de Percival de Souza no livro é mencionado que o jornalista passou uma madrugada em claro esperando os mais de cinquenta policiais da RUDI saírem para Taquarituba, ato classificado como: “Mais um dia normal de trabalho de Percival de Souza”⁴². Na versão do jornalista em *Violência e Repressão* (1978), não são apresentados os detalhes expostos por Correinha:

Toda a área é cercada. Uma olaria é revistada. Os policiais estão entusiasmados: “Ele não pode estar longe, está por aqui mesmo”. Logo depois vem o primeiro tiro. Parte de um velho e enferrujado revólver H.O. calibre 32, a arma de José Aleixo. Ele está cercado, toma o primeiro tiro: um calibre 12. Sua garganta está toda aberta. Ele ainda tenta abrigar-se, arrastando. Os policiais se aproximam...Outro tiro calibre 12, arma na cabeça, chumbo grosso, arranca-lhe um pedaço no lado direito da face. O bandido está morrendo, a respiração é difícil, o corpo está trêmulo, caído com o

⁴² DE SOUZA, Percival; FAERMAN, Marcos; PORTELA, Fernando. *Violência e repressão*. Edições Símbolo, 1978.

peito para cima, os olhos abertos. Um policial se aproxima, encosta o cano de seu revólver na cabeça do bandido e atira. Outros tiros até que um delegado grita: “Agora chega”. Outro delegado apoia” (...) O juiz (o fato de odiar o bandido não é relevante, pois afinal trata-se de um juiz) aceitou a tese “resistência e morte” apresentada pela polícia. Mas a esposa do juiz foi até o cemitério e depositou uma flor sobre a sepultura de José Aleixo, um morto de rotina (SOUZA, 1978: 68-69).

A narrativa cheia de diálogos e com descrição quadro a quadro mostra que os policiais estavam lá para matar e que não pediram para José Aleixo entregar-se. O final do texto traz uma curta e feroz crítica à convivência do Poder Judiciário com os crimes do Esquadrão da Morte. Segundo Dominique Kalifa (2016), as formas de representação do crime trazem à tona a intenção de explorar detalhes para um determinado público leitor, ávido por informações sobre como ocorreu o incidente. No caso de Percival de Souza, a crítica aos Esquadrões da Morte não é feita de maneira explícita ou panfletária conclamando a sociedade contra as autoridades. Insere-se dentro de uma reportagem repleta de diálogos e descrições que provocam no leitor o questionamento da brutalidade dos assassinatos.

Kalifa (2016) acompanhou o aumento do interesse pelo crime e pela literatura criminal na virada do século XIX para o XX na França. Sua análise sobre o viés da representação dos crimes na literatura atenta para a forma de prender a atenção do público e os julgamentos morais implícitos na obra. Ao analisarmos os casos de *Violência e Repressão* (1978), os policiais não são apresentados como mocinhos que combatem o crime, mas como assassinos frios que em desproporcionalidade de forças cometem assassinatos. O tema comum a todos os assassinatos é a vingança de um grupo contra o outro, tirando dos policiais a força da lei e da ordem. A caçada do mais forte pelo mais fraco tem cenas emocionantes de fugas e descobertas de esconderijos. Todas as histórias terminam com um final inesperado. O irmão de Guri pagou pelo enterro do irmão, mas não pode colocar o seu nome no túmulo, pois como castigo das autoridades deveria permanecer como indigente. O caso de José Aleixo termina com a esposa do juiz colocando flores em seu túmulo, uma simbologia do resgate da humanidade pela sociedade. A história de Roncador finaliza com a icônica frase de diálogo: “A Polícia existe para defender a sociedade. Marginal quer moleza. Estamos devolvendo a tranquilidade à população”⁴³. Os finais catárticos típicos do teatro brechtiano escritos por Percival visavam a reflexão por meio de uma crítica social, neste caso específico a banalidade do mal no cotidiano das forças policiais.

⁴³ op. cit. p.12.

Paula Rizzo (2017) relata histórias de jornalistas que combatiam a Boca do Lixo durante o dia nas redações dos jornais, pedindo uma polícia dura contra a marginalidade, e a noite bebiam com bandidos em bares da mesma região. Sempre crítico aos Esquadrões em toda a sua carreira, Percival acabou mencionado nos agradecimentos da autobiografia de Correinha. Ao longo dos anos 1970 e início dos 1980, diversos membros do Esquadrão foram julgados e condenados à prisão, Percival, inclusive, prestou depoimento como testemunha do assassinato de Guri mais de 10 anos depois, em 1981. Condenado por vários assassinatos, Correinha acabou preso e recebeu visitas de Percival na Penitenciária do Estado. O jornalista tornou-se seu confidente e colaborou com reportagens⁴⁴. Em *Violência e Repressão* (1978), não são mencionados nomes de policiais envolvidos nas diligências, somente os departamentos da polícia como DEIC, RUDI e DI. O nome do delegado Sérgio Paranhos Fleury, mencionado como líder do Esquadrão pelo Ministério Público, não é citado. Seu trabalho como jornalista acabou aproximando-o dos policiais Correinha, Fininho e Sérgio Paranhos Fleury. A passagem dos acontecimentos ao longo da década de 1970 tornou os seus algozes em colaboradores. Como ressalta o antropólogo argentino Néstor Perlongher (1987), a ordem marginal não está em oposição à ordem oficial governamental. Podem compartilhar os mesmos valores e posições em determinados momentos, e entrar em conflito pouco tempo depois com algum rearranjo de forças.

Nesta fase da ditadura civil-militar, Percival de Souza está alinhado a jornais da imprensa alternativa, com editoras que publicaram obras de resistência à ditadura civil-militar. Politicamente não se expressava com simpatias para a esquerda e nem para a direita, mas seu trabalho de repórter criminal o trouxe para veículos de comunicação e editoras divergentes ao regime autoritário. Percival se mostra solidário a jornalistas que estavam sendo perseguidos e buscou nas reportagens sobre o mundo marginal das cadeias, delegacias e da Boca do Lixo uma nova forma de escrita que extrapolou o papel que lhe coube na grande imprensa. Fruto de seu tempo, aprendeu seu ofício nos dilemas do dia a dia da reportagem, uma época em que uma graduação em jornalismo não era requisito para trabalhar em uma redação.

Com esta análise das diferentes etapas da carreira de Percival de Souza foi possível compreender as imbricações entre o jornalismo literário e o livro-reportagem. Percival de Souza, como outros jornalistas de sua época, buscaram modificar a forma de se fazer

⁴⁴ O assassino que ficou com medo do homem que matou . <https://noticias.r7.com/prisma/arquivo-vivo/o-assassino-que-ficou-com-medo-do-homem-que-matou-25052020> . Acessado em 03/12/2020.

reportagem no Brasil, e recorreram a diversos meios, como a imprensa alternativa, jornais da grande imprensa, revistas e publicações eróticas para o público masculino e os livros-reportagem. A própria trajetória da carreira de Percival merece uma analogia com o subtítulo do livro de Lima (2008): “O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura”. Neste percurso, transitou pela tênue fronteira que separa a ficção da não-ficção, a que separa o jornalista do romancista, e a reportagem do conto policial.

Uma grande mudança que marcou o final dos anos 1970 foi a liberação da publicação de revistas e filmes de conteúdo erótico e pornográfico no país. Situação que foi eternizada na canção *Revista Proibida* do cantor e compositor Odair José. Nesta canção, o tabu da liberação da indústria pornográfica era explicado por um jovem que contava para sua namorada como foi a compra de uma revista desta temática em uma banca de jornal. Jornalistas que se dedicavam à cobertura da área criminal foram atraídos para esse nascente mercado, pois além das imagens eróticas de nu feminino, continham diversas reportagens sobre crimes. Matérias de Percival de Souza e Aguinaldo Silva foram o destaque da primeira edição da revista *Eros*, em novembro de 1979. No número inaugural, o editor Rafael Varela Júnior a descreveu da seguinte forma: “Eros vai tratar de crimes, uma realidade universal com a qual temos de conviver. Eros vai procurar fazer do crime um retrato mais ameno, mais novelesco, mais romanceado”⁴⁵. Além de *Eros*, nos anos 1980 escreveu para a similar revista *Club*. Não se sabe ao certo até quando duraram estas revistas, mas o último exemplar encontrado em sites de internet com a participação de Percival de Souza foi em abril de 1983.

Ao realizar o recorte temporal dos anos 1970 nesta etapa da pesquisa, compreendemos o livro em seu papel social de circulação, conforme a categoria utilizada pelo historiador Chartier. Nesta década, os livros-reportagem de Percival ainda estavam ligados a denúncias e tinham sua publicação em pequenas editoras e até em jornais alternativos. Foi uma década em que o chamado *New Journalism* influenciou diversos veículos no Brasil, e Percival de Souza fez parte desta turma de jornalistas que participaram de *Realidade*, *Quatro Rodas*, *Jornal da Tarde* e *EX*. Na década de 1980, a temática da violência urbana ganha maior reverberação social, e Percival de Souza escreverá a maior parte de seus livros-reportagem tentando compreender este fenômeno, que será analisado no próximo capítulo.

⁴⁵ Revista *Eros*, nº 1, 1 quinzena de novembro de 1979. São Paulo. Idéia Editorial.

Capítulo II: Cocaína, Carandiru e Manicômio Judicial – Percival conhecendo São Paulo

“Inútil colocar trancas nas janelas quando o medo já invadiu os corações”

Truman Capote

Este capítulo pretende analisar os anos 1980, período de maior ascensão profissional e também de maior número de livros-reportagem produzidos por Percival de Souza. Este recorte permite um olhar específico sobre a transição política da ditadura civil-militar na cidade de São Paulo, que veio acompanhada do processo de criação da cidade de muros descrita por Teresa Caldeira, com a ascensão de condomínios, fechamento de ruas e aumento da segurança privada. Serão analisadas as obras *A Maior Violência do Mundo* (1980), *Revolução dos Loucos* (1980), *Society Cocaína* (1982), *Prisioneiro da Grade de Ferro* (1983), *Império da Violência* (1988) e *O Crime da Rua Cuba* (1989).

O ano de 1980 começa para o Congresso Nacional com a aprovação de uma CPI sobre o aumento da violência - a resolução Nº 1 de 1980. A CPI, proposta pelo senador paulista Orestes Quércia, chamou diversas autoridades, pesquisadores e juristas para tentar compreender o fenômeno nas principais cidades do país. Percival de Souza foi o único jornalista convidado para contribuir, representando os órgãos de comunicação, na época mal vistos por setores conservadores da sociedade que relacionavam o fato às cenas violentas mostradas na televisão. A transcrição do depoimento de Percival à Comissão está disponível no arquivo do Senado Federal, e permite verificar que todos os participantes eram seus conhecidos: Renato Laércio Talli, o juiz corregedor dos presídios do Estado de São Paulo, e os deputados Erasmos Dias e Audálio Dantas. Percival contribuiu com sua experiência na Casa de Detenção de São Paulo, reforçando em sua fala que a maioria dos menores de idade da FEBEM continuava a cometer delitos. Cobrou das autoridades investimentos na recuperação de detentos e menores de idade em internação, apontando diversos números que colaboravam para sua tese: a diminuição da reincidência criminal causaria uma queda vertiginosa na violência urbana.

Uma das questões debatidas na CPI foi a cidade de Belford Roxo, na Baixada Fluminense, que era considerada pela ONU como o lugar com o maior número de homicídios por mil habitantes do mundo. Diante do desafio de compreender as causas do enorme número de crimes ocorridos na região, Percival escreveu o livro *A Maior Violência do Mundo* (1981), pela editora Traço, do Rio de Janeiro. A Baixada Fluminense até os anos 1940 era a região de maior produção de laranja do mundo, mas devido a uma praga a lavoura entrou em decadência e abandono. Na década de 1970, as vastas plantações foram se transformando em loteamentos irregulares, sem acesso à água, luz e asfalto. O autor de novelas Aguinaldo Silva,

à época repórter policial do jornal *O Globo*, quando visitava amigos na Baixada, ficava fascinado com o cenário de “faroeste longínquo” que prevalecia na região⁴⁶. Segundo Silva, ainda no governo de Carlos Lacerda⁴⁷, houve um grande escândalo pela descoberta de que policiais estavam desovando cadáveres no rio Guandu. Além disso, durante a construção da estrada Rio-Petrópolis, foram encontradas algumas desovas de cadáveres no local durante os anos 1950. Isto é, antes do fenômeno dos Esquadrões da Morte, a região já era um local utilizado para ocultação de corpos. No entanto, é importante ressaltar que o número elevado de desovas durante o período dos Esquadrões da Morte foi de uma intensidade sem precedentes.

Em 1980, Percival de Souza entrevistou o monsenhor Giuseppe, que rezava missas na paróquia de São João do Meriti. O pároco relatou o drama que passava com o medo da polícia da Baixada e que a noite fugiu por diversas vezes de blitz. Pelos dois capítulos dedicados à Igreja Católica presentes no livro, pode-se reconhecer como as autoridades religiosas da região estavam articuladas para denunciar a violência policial e as desovas clandestinas. O que chama a atenção no discurso dessas fontes é a falta de ação do Estado perante as denúncias. Segundo as autoridades religiosas, elas estavam fazendo o possível para conter a onda de criminalidade, em uma terra sem lei. Percival pretendia mostrar ao seu leitor quais fatores foram responsáveis pela Baixada Fluminense ter os índices alarmantes de assaltos e assassinatos. Para isso, elaborou uma explicação que chamou de fatores geossocioeconômicos. Foram enumerados os seis principais fatores: “desdobramento e multiplicação do comércio; carência de serviços públicos; aglomeração de população de poucos recursos econômicos; ausência de procura de mão de obra; movimento pendular da população; e defasagem entre o crescimento da população e o crescimento dos recursos”⁴⁸.

Em algumas localidades da Baixada Fluminense, os Esquadrões da Morte ganharam o apelido de “Polícia Mineira”. A fama de quieto dos mineiros guarda relação com o silêncio aos crimes cometidos por esses grupos: “A definição preferida, ultimamente, tem sido polícia mineira. Essa polícia trabalha em silêncio – isto é, trabalha a serviço de comerciantes impacientes com o grande número de assaltos e que pagam para ladrões serem eliminados” (SOUZA, 1980: 37). Em 1976, Vianinha, à época chefe de investigação da Delegacia de

⁴⁶ SILVA, op. cit. p. 71.

⁴⁷ Carlos Lacerda foi governador da Guanabara entre os anos de 1960 e 1965.

⁴⁸ SOUZA, Percival de. *A maior violência do mundo. Baixada Fluminense*, Rio de Janeiro, 1980. p. 92-95.

Tóxicos, foi preso por ligações com o tráfico de drogas da Baixada Fluminense. Vianinha tinha um esquadrão da morte formado por policiais que ajudavam o traficante Milton Thiago, o Cabeção. A partir de exames de balística dos projéteis encontrados nos cadáveres, foi possível provar que os disparos foram realizados pela arma do policial. Este caso tornou-se emblemático, pois a cúpula do combate ao tráfico de drogas na região estava trabalhando para ordenar o mesmo, visando o enriquecimento ilícito por meio de assassinatos. O caso de Vianinha guarda semelhanças com o do Esquadrão da Morte paulistano, em que policiais civis estavam vinculados ao tráfico de drogas e assassinavam traficantes rivais. Esta ligação mostra como o domínio da lei e da marginalidade se misturava por interesses pessoais. O tráfico de drogas, por sua lucratividade, despertou uma onda de mortes e violência sob a tutela e convivência de forças policiais⁴⁹.

Percival desmistificou o elevadíssimo número de homicídios com a explicação de que Belford Roxo era uma área oficial de desova de cadáveres de diversos municípios da Baixada Fluminense, desconstruindo o dado da ONU que levava em consideração a relação de homicídios por número de habitantes. A busca em explicar as causas da violência levou Percival à rasa associação entre pobreza e criminalidade, a partir de índices de que somente 15% das residências tinham água encanada e somente 40% das crianças em idade escolar estavam matriculadas. Além disso, cobra-se uma ação do estado visando à segurança pública. Trabalhos recentes como o de Caldeira (2000) mostram como essa associação ao longo da história do Brasil foi utilizada para o controle das classes populares, levando a uma concepção de que o Estado deve agir de forma preventiva por meio de um policiamento ostensivo. Mesmo não sendo o foco desta pesquisa compreender a região da Baixada Fluminense, as concepções de segurança pública expostas por Percival de Souza são relevantes para entender a formação teórica do autor e seu entrelaçamento com outros livros-reportagem. *A maior violência do mundo* (1980) foi para o autor uma oportunidade de comparar a atuação dos Esquadrões da Morte de São Paulo com a “Polícia Mineira” da Baixada Fluminense. Concluiu que São Paulo conseguiu conter de forma mais efetiva a atuação destes grupos, e fez duras críticas à atuação do poder judiciário fluminense perante os casos citados. Pouco meses depois de lançar o livro, publicou *A Revolução dos Loucos* (1980), um livro denúncia sobre o Manicômio Judiciário de São Paulo.

⁴⁹ SOUZA, Percival de. *A maior violência do mundo. Baixada Fluminense*, Rio de Janeiro, 1980. Pp. 23-27.

O Manicômio Judiciário depois da “Revolução”

Em março de 1979, o juiz corregedor dos presídios Renato Laércio Talli realizou uma inspeção surpresa no Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo, localizado no município de Franco da Rocha e anexo ao Hospital Psiquiátrico do Juquery, a cerca de 80 quilômetros do centro da capital paulista. A inspeção foi orquestrada em uma data especial pelo juiz, dois dias antes da posse de José Ferreira de Oliveira, novo secretário estadual de Justiça, forçando que a situação calamitosa do Manicômio Judiciário fosse assunto obrigatório para a autoridade recém-empossada. O jornalista Percival de Souza acompanhou esta inspeção, junto com um grupo de membros do Ministério Público e funcionários da Secretaria da Justiça. Único jornalista a participar do evento, coube a ele fazer uma série de reportagens para o *Jornal da Tarde*, denunciando a grave situação dos internos. Tais publicações deram origem ao livro *Revolução dos Loucos* (1980), pela editora Global. Pretende-se analisar os efeitos do trabalho conjunto de Percival com o juiz Renato Laércio Talli, para a compreensão da história do Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo.

O Manicômio Judiciário foi criado pela Lei nº 2.245, de 26 de dezembro de 1927, depois de um grande esforço do médico Dr. Franco da Rocha para sensibilizar as autoridades paulistas da necessidade de separação dos doentes psiquiátricos que apresentam grau de periculosidade social: “Nos hospícios esses pacientes são mal recebidos, pois exigem cuidados, vigilância e mesmo prisão que não são índoles dos hospitais modernos para alienados. Na Penitenciária são recebidos com desgosto, porque perturbam a disciplina e não podem ser corrigidos” (SOUZA, 1980: 27). Percival de Souza reuniu diversos artigos do Dr. Franco da Rocha, os quais foram publicados em *O Estado de S. Paulo*. Um deles propõe que o sistema de saúde deveria ser escutado pelo poder judiciário na hora da aplicação das penas aos que apresentassem perturbações mentais antes ou depois das condenações. O principal argumento era a promiscuidade na mistura entre internados que ofereciam potencial de periculosidade com os que estavam em tratamento de perturbações mentais.

O filósofo francês Michel Foucault buscou compreender este pensamento de separação do criminoso comum do doente psiquiátrico. Ele encontrou fontes históricas do crescente interesse científico de disciplinas como a medicina, a psiquiatria e a criminologia pelo tema. Em *História da Loucura na Idade Clássica* (2008) é narrada a busca pela verdade em que especialistas dos séculos XVIII e XIX analisavam criminosos com o intuito de

classificá-los cientificamente a partir de questões morais, aproximando-os dos tratamentos dados aos anormais, aos que tinham condutas reprováveis socialmente e que começaram a ser tratados com internação a partir do século XIX. Este desenvolvimento das disciplinas na França do século XIX foi acompanhado no Estado de São Paulo, que inaugurou o Hospital Psiquiátrico do Juquery em 1898.

A separação do Manicômio em prédio anexo, em 1927, e as grandes obras realizadas pelo escritório do ilustre arquiteto Ramos de Azevedo levaram a instituição ao reconhecimento internacional, como uma referência em tratamento psiquiátrico e o título de o maior da América Latina. Percival de Souza identificou os primeiros sinais de desgaste deste prestígio nos anos 1960, quando uma primeira Comissão de Inquérito foi instalada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), em 1965, para apurar irregularidades na condução dos tratamentos psiquiátricos. Em 1967, ocorreu uma sindicância do Ministério Público em que foram descobertas celas para castigos físicos conhecidos como “pela porco” e “rotunda”, nas quais internos estavam há mais de três anos confinados. Em 1971, surgiu o primeiro questionamento jurídico contra a psiquiatria repressiva, em que pacientes são constantemente medicados como medida de segurança detentiva. O então juiz corregedor Nelson Fonseca, a partir de um pedido de habeas corpus, questionou a falta de tratamento e a alta quantidade de fármacos administrados na unidade.

Em 1977, a ALESP instaurou novamente uma Comissão Especial de Inquérito, a fim de apurar o fato de que havia somente quatro médicos para 1200 internos. Além disso, descobriu-se um esquema de desvio de medicamentos psicotrópicos por funcionários do Manicômio. Uma padaria da cidade de Franco da Rocha vendia a medicação sem receita médica. Mesmo com o desvio, foi apurado que o Manicômio comprava uma enorme quantidade de medicamentos e praticava uma psiquiatria repressiva com uso excessivo de medicação, e que havia pouquíssimos casos de recuperação dos internados.

Pode-se perceber que antes da inspeção de Talli com Percival de Souza, em 1979, as condições degradadas do Manicômio eram de conhecimento público e reconhecidas pelas diversas instâncias dos poderes legislativo, executivo e judiciário. A estratégia da dupla era a de realizar uma série de reportagens: “Denúncias formuladas pelo autor, com base na correição feita no Manicômio, a qual acompanhou, e a análise dos pareceres contraditórios que eram elaborados” (SOUZA, 1980: 5). Talli resolveu tomar esta atitude, em 1978, durante uma festa junina em que iria fazer um discurso aos internos, quando foi interrompido por gritos de “Liberdade! Liberdade! Liberdade!”. Depois deste episódio, o juiz verificou que

somente 22 dos 1135 internados obtiveram parecer favorável à saída da instituição por não apresentar periculosidade⁵⁰. O Manicômio proibiu a entrada de novos internos por registrar além da capacidade máxima, no entanto, não tratava os que lá estavam a ponto de deixarem a instituição. Uma máquina viciada com uma política clara e definida de “quem está fora não entra e quem está dentro não sai”. O juiz compreendeu que os internos sabiam que tinham pouquíssima chance de sair com vida da instituição, e Percival deixou bem explícita essa situação na capa do livro, logo abaixo do título: “Aqueles pessoas estavam condenadas à prisão perpétua, acusadas de loucura” (SOUZA, 1980: capa).

A palavra revolução já teve diversos sentidos ao longo da história, utilizada para denominar grandes transformações, revoltas, lutas armadas, mudanças e quebras de paradigmas. Palavra de origem latina, *revolutio* significa completar uma volta, ou ato de dar voltas. No caso de Percival de Souza, o sentido de revolução dos loucos era de realizar uma mudança nas políticas de tratamento psiquiátrico da instituição, na estrutura física, no quadro de funcionários e nos procedimentos normativos que atestavam a periculosidade dos internos. Uma revolução que começou com os gritos de liberdade na festa junina de 1978 e que foi deflagrada com a inspeção surpresa um dia antes da posse do novo secretário de Justiça. Talli enviou ofícios com os resultados da inspeção para o governador, o secretário da Saúde, o secretário da Justiça, o prefeito do município de Franco da Rocha e o Ministério da Saúde. No documento, o juiz propôs uma intervenção federal no Manicômio Judiciário, caso as secretarias de Saúde e Justiça não conseguissem realizar as mudanças necessárias. A *Revolução dos Loucos* (1980) de Percival de Souza, ao contrário das famosas revoluções Francesa, Russa ou de 1924, buscou combater a violência contra os internados com gritos de liberdade, ofícios e reportagens.

A chegada de Percival de Souza na editora Global pode estar relacionada ao espaço que esta editora deu ao seu amigo Antônio Carlos Fon, que publicou o livro-reportagem *Tortura: a história da repressão política no Brasil* (1979), em que denunciava a tortura que sofreu pela equipe da OBAN em 1969. Fundada em outubro de 1973, a Global foi uma das editoras de maior destaque do final dos anos 1970, tendo publicado inúmeros títulos de cunho político e textos clássicos da literatura marginal como Cassandra Rios e Plínio Marcos. Sua proposta diferenciava-se um pouco das outras editoras por sua estratégia de vendas. Pertencente ao grupo Farmalivros, se distinguia por vender livros em pontos comerciais até

⁵⁰ SOUZA op. cit.p. 40-141.

então não explorados por este setor, como farmácias, supermercados, salões de cabeleireiros, hotéis, postos de gasolina e até em táxis. Com a chegada do moçambicano José Carlos Venâncio à editora, iniciou-se a série *Passado & Presente*, dedicada a livros-reportagem que tratavam da história recente do país. *A Revolução dos Loucos* (1980) foi o oitavo livro da série, inaugurada pela obra de Fon.

O contexto histórico do livro-reportagem *A Revolução dos Loucos* (1980) é permeado pelos debates da promulgação da Lei de Anistia, que ocorreram em 1979. Os Comitês de Anistia, que se espalharam por todo Brasil, tiveram a participação de diversos movimentos sociais, sindicais e religiosos, e discutiram a questão jurídica que envolvia os exilados e asilados. Ao compreender as violações que ocorreram no passado, a sociedade repensava as práticas de tortura, censura e falta de políticas sociais que marcaram o regime instaurado em 1964. A capa do livro deixa claro o questionamento em relação à Lei de Anistia: “A história de homens e mulheres condenados a morrer na prisão, esquecidos pela cidade, pelos parentes e por qualquer movimento de anistia”⁵¹. Dentro desse contexto, uma intervenção do governo federal seria muito mal vista por diversos setores que buscavam eleições diretas e uma abertura política. Um exemplo disso foi uma declaração do governador Paulo Egydio, no dia 9 de março de 1979, poucos dias depois da ação de Talli. Ele afirmou que não acreditava em uma intervenção federal no Estado de São Paulo (Folha de S. Paulo, 1979).

O livro *A Revolução dos Loucos* (1980) foi dividido em três partes. A primeira relata a história e a atuação do juiz Renato Laércio Talli, enquanto a segunda traz diversos casos de doentes psiquiátricos e a terceira, documentos oficiais, em partes ou na íntegra. Segundo o autor, estas divisões foram realizadas para facilitar a leitura da obra e o acesso aos documentos que embasaram o livro-reportagem, reunidos na parte final. Este tipo de organização evidencia o destaque à publicização de documentos oficiais aos quais o jornalista teve acesso. Para Lima (2009), a exposição de documentos em um livro-reportagem revela a análise das fontes pelo jornalista, um processo com maior transparência em que o leitor, ao verificar as fontes, pode julgar o seu trabalho final com critérios embasados.

A segunda parte do livro, denominada *Os Casos*, traz doze histórias de doentes psiquiátricos e a relação deles com o sistema judiciário. Ao analisar essas histórias patéticas, é possível verificar que os laudos eram padronizados e tinham como objetivo mostrar a

⁵¹ SOUZA, op. cit. capa.

periculosidade do réu. Caso fosse indicado que não apresentava periculosidade, o paciente era encaminhado para o vizinho Hospital Central Psiquiátrico do Juquery. Lá, poderia retornar para uma penitenciária, se ainda tivesse que cumprir pena, ou ser colocado em liberdade. Percival nomeou as histórias como patéticas pela falta de razão nas internações. Algumas delas chegaram a quase 30 anos, por motivos débeis.

Um dos casos mais intrigantes é o das bananas, do paciente Ernani Damásio dos Santos, que passou 29 anos internado por um crime de atentado ao pudor cometido em 1950. Em 1978, ao comparecer à perícia com o médico psiquiatra comendo pães e bananas, teve em seu diagnóstico declarado que oferecia periculosidade ao meio social e que deveria continuar no manicômio. O caso revoltou o juiz Renato Laércio Talli, que solicitou diversas explicações sobre a relação do paciente estar comendo bananas com o tratamento médico. A ação do juiz culminou em sua desinternação em abril de 1979. Dentre os quatro médicos que trabalhavam no Manicômio Judiciário, um deles elaborava pareceres com falaciosos argumentos sobre a periculosidade.

Em outro episódio, este mesmo médico do caso das bananas manteve um paciente internado pelo seu odor:

Do ponto de vista mental adentra à sala de exames trajando vestes sujas, exalando cheiro nauseabundo. Não sabe ou não quer falar fato que determinaram sua remoção à esta casa. Nível mental bastante rebaixado, é o que foi dado a apurar através dos testes empíricos apropriados. (...) Informa-nos, através do prontuário, o Serviço Social que o paciente em questão não recebe visitas. Mantém péssimo comportamento na Casa, tendo sido recolhido inúmeras vezes à cela isolada por indisciplina. Submete-se à medicação psicofarmacológica. Face ao exposto, somos de parecer que Agenor Paulino da Costa apresenta periculosidade ao meio social. Deverá permanecer frenocomiado nesta casa (SOUZA, 1980: 162).

Este documento mostra que o trabalho dos médicos psiquiatras tinha como quesitos de julgamento da periculosidade a forma de apresentação e os relatórios do Serviço Social. Neste caso, o juiz Renato Laércio Talli procurou o Serviço Social e entrevistou o interno Agenor, que explicou que estava com odor nauseabundo porque trabalhava no recolhimento do lixo de um dos pavilhões. Ele não havia tomado banho antes da perícia, pois um funcionário o obrigou a comparecer imediatamente. Além disso, recebia visitas de familiares regularmente e já havia solicitado por diversas vezes ao Serviço Social a sua transferência para o presídio de Buritama, para ficar próximo de seus parentes. Agenor recebeu alta médica devido às pressões do juiz.

Renato Laércio Talli abriu uma sindicância e solicitou o afastamento do médico citado. Depois de afastado, o psiquiatra procurou o juiz para declarar que repensou seus procedimentos e teve sua sindicância arquivada. Em relação a este caso, Percival de Souza faz uma menção em uma nota de rodapé: “O nome do médico não consta, propositadamente, neste capítulo. Ele esteve impedido de elaborar pareceres e, a pedido do próprio juízo, voltou – e isso porque se transformou. A omissão, portanto, é uma homenagem do autor” (SOUZA: 1980: 173).

Somente um dos episódios citados no livro não envolve o Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo, o de Francisco Costa Rocha, que ficou conhecido como “Chico Picadinho”, que assassinou e esquartejou os corpos de duas prostitutas, colocando-os em malas. Ele nunca havia passado pelo manicômio, mesmo sendo reconhecido como doente psiquiátrico, e ficou preso em instituições carcerárias como a Penitência do Estado e a Casa de Detenção, onde realizaram um laudo que atestou a sua aptidão para a liberdade condicional. A história de Francisco virou o filme *Ato de Violência* (1980), dirigido por Eduardo Scorel, em que Percival de Souza contribuiu na escrita do roteiro. Na película e no livro esta história é marcada pela forma como um psicopata que não tem tratamento especializado consegue a liberdade enganando as engrenagens do sistema. Outro caso que remete ao cinema é a história de um rapaz estadunidense preso por tráfico de drogas, que foi internado indefinidamente em um manicômio turco. O fato é narrado no filme *O Expresso da Meia-Noite* (1978), dirigido por Alan Parker.

Em 1955, o mascate libanês Jamil Jabra é detido por desacato à autoridade, por não querer pagar um imposto a um fiscal municipal. No inquérito, é citado que gritava palavras irracionais e demonstrava perturbação mental, sendo que o mesmo não sabia falar português, mas foi o suficiente para que passasse 20 anos internado no Manicômio Judiciário. A família pediu a extradição dele para o Líbano, mas teve o pedido negado pela justiça brasileira. Em 1975, depois de questionamentos do poder judiciário, foi autorizada a transferência para um hospital psiquiátrico comum. Em 1978, foi morar com a família na Jordânia. As histórias patéticas às quais Percival se refere trazem consigo o clima de prisão perpétua que pairava sobre o Manicômio Judiciário. Carregam a tragédia de homens e mulheres que ficaram décadas confinados sob o argumento de periculosidade. Mostram pacientes nas mãos de uma estrutura em que quatro médicos tinham o poder de decidir sobre a vida e o tratamento de quase 1200 pacientes. Ao percorrer essas histórias, ocorre a desconstrução do poder médico,

que aparenta ser científico, a partir do questionamento jurídico de um juiz empenhado em desmontar a máquina da psiquiatria repressiva.

A revolução que Percival de Souza mostrou como um marco na política de saúde psiquiátrica para o Manicômio Judiciário acabou não tendo um efeito duradouro. Ao longo da década de 1980, a instituição entrou em uma crise ainda pior que a narrada pelo jornalista anteriormente, culminando na progressiva desativação da unidade. Evelin Sá (1983) realizou uma pesquisa de doutorado sobre o Manicômio Judiciário e apontou que o número de funcionários diminuiu em todos os setores da instituição até 1983, quando concluiu sua pesquisa. No entanto, no ano da publicação de *Revolução dos Loucos* (1980), o clima era de mudanças positivas na instituição. Um dos últimos capítulos da obra, intitulado *Após a visita Correcional*, dedica-se a documentos oficiais da grande reforma em todo o complexo. Além disso, foram entregues uma ambulância, uma máquina de xerocópia e diversas máquinas de escrever. Do ponto de vista salarial, foi publicado o decreto N° 13.547, de 11 de abril de 1979, que estabelecia um adicional ao salário dos médicos por laudo médico emitido no Manicômio Judiciário. Isto é, uma forma de atrair profissionais da saúde de outros órgãos da Secretaria da Saúde.

O clima de mudança também se reflete em uma carta-testamento que Renato Laércio Talli fez ao deixar o cargo de corregedor da Secretaria de Justiça. Com doze páginas recheadas de termos jurídicos e expressões em latim, a carta mostra um sentimento de dever cumprido e consciência tranquila em relação ao trabalho que desempenhou à frente da magistratura. Não são poupados afagos ao secretário da Saúde, ao secretário da Justiça e aos diretores do Manicômio Judiciário pelas reformas que foram realizadas.

A partir dos casos citados, identifica-se que o papel do Serviço Social se torna de extrema relevância dentro do Manicômio Judiciário, sendo os trabalhadores deste setor os que mantinham o contato mais próximo com os internados e seus familiares. Graças à sua atuação, o poder judiciário conseguiu exercer o seu papel de confrontar os laudos e conseguir inquirir os profissionais da área da saúde sobre a real situação dos internos. Esta situação relaciona-se com a emergência da reforma psiquiátrica no Brasil, que se iniciou no final da década de 1970, com a constituição do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), já que com a abertura política trabalhadores sentiram-se estimulados a denunciar as instituições psiquiátricas. A própria Conferência Nacional de Saúde de 1977 recomenda o trabalho com

equipe multidisciplinar que leve em consideração aspectos psicossociais no tratamento⁵². O papel da dupla Percival de Souza e Renato Laercio Talli não deve ser encarada como a de dois heróis que provocaram grandes rupturas na história do manicômio judiciário, mas como agentes de um processo longo da luta antimanicomial no Brasil que envolveu familiares, internados, médicos e diversos setores da sociedade civil que apoiaram esta causa.

Em 1985, a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA) elaborou um plano diretor para a área do hospital, destinando uma parte à criação de um parque e moradias populares e a sua integração com o município de Franco da Rocha. O Estado tinha um plano de desativação gradual das instalações do Complexo do Hospital Judiciário do Juquery, e solicitou à Emplasa um projeto para resolver a disputa de interesses entre os municípios de Franco da Rocha e de Caieiras⁵³. Da mesma forma que a Casa de Detenção ficou marcada por massacres e rebeliões, o Juquery precisava ser desativado por ser um símbolo da degradação da saúde pública na mentalidade coletiva da população. Nesses casos, vemos o Estado como um agente de silenciamento por meio da requalificação dos espaços de memória.

Em 2012, nas investigações da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, foi criado um capítulo especial sobre as instituições psiquiátricas na ditadura civil-militar. Neste período, Daniela Arbex (2019) chocou o país com os mais de 60 mil mortos, o chamado “holocausto brasileiro” que ocorreu em Barbacena (MG). As investigações estenderam-se ao Complexo Hospitalar do Juquery, e antigos funcionários deram depoimentos relatando que presos políticos eram levados para a instituição. Foram relatados casos de tortura e de corpos que eram levados para receber a documentação legal de indigente, para em seguida serem levados ao cemitério de Perus. No relatório, são citados o Hospital Psiquiátrico e o Manicômio Judiciário como participantes desta engrenagem de repressão do regime, e revelado o uso de eletrochoques por funcionários do Juquery, para conter presos políticos que mantinham postura de resistência ao regime instaurado em 1964. As histórias patéticas às quais Percival de Souza se refere são fontes

⁵² BRASIL. Lei Federal N° 6. 439, de 1 de setembro de 1977. Institui o Sistema Nacional de Previdência e Assistência social - SINGPAS, e dá outras providências. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1977/6439.htm>.

⁵³ PIZZOLATO, Pier Paolo Bertuzzi. Questões sobre o plano diretor para o complexo hospitalar do Juquery. Cad. hist. ciênc., São Paulo, v. 6, n. 1, jul. 2010.

históricas de um período de graves violações aos direitos humanos, que ocorreram sobre a tutela das autoridades estatais⁵⁴.

A Society Cocaína da elite paulistana

Em 1982, Percival de Souza publicou *Society Cocaína*, pela editora Traço. Um dos maiores sucessos de sua carreira, o livro chegou à marca de 5 edições publicadas, totalizando 15 mil exemplares produzidos, segundo dados da ficha catalográfica da obra. Na terceira página do livro, em que são expostos os dados da editora, nota-se o conselho editorial composto por Fernando Portela, Percival de Souza, Carlos Rocha, Carlos da Costa e Ramão Gomes Portão. Todos os membros eram jornalistas que trabalharam na Editora Abril e no *Jornal da Tarde*, sendo Fernando Portela e Ramão Gomes Portão seus antigos diretores da editoria policial do JT. A participação dele e de seus colegas jornalistas no Conselho Editorial demonstra a importância que a publicação de livros-reportagem ganhou para esse grupo de repórteres da área policial da grande imprensa.

Publicado no momento em que o aumento das apreensões da droga começa a despertar a atenção do grande público, *Society Cocaína* (1982) é um livro-reportagem com 20 capítulos e 163 páginas, uma espécie de radiografia da plantação da folha de coca às complexas engrenagens do tráfico de drogas internacional. Há um capítulo inteiro dedicado à overdose dos famosos Janes Joplin e Jimmy Hendrix, ambos mortos em 1970, além de um compêndio sobre a droga e seus efeitos. A obra também pode ser classificada como um livro-reportagem denúncia por apontar a convivência de autoridades de diversos órgãos policiais com o tráfico de drogas. Mais uma vez ocorre a intrínseca relação entre as reportagens do *Jornal da Tarde* e de *O Estado de S. Paulo* com a publicação do livro-reportagem, que foi lançado com a reportagem especial *O país da cocaína*, escrita pelo jornalista Luiz Fernando Emediato, no início de dezembro de 1982. A matéria inicia-se com um tom alarmista:

A superprodução de pasta de cocaína e cocaína pura na Bolívia, denunciada pelo repórter Marco Wilson em série de reportagens encerrada ontem em O Estado, deverá ter uma consequência já prevista, desde meados deste ano, pelas autoridades brasileiras da área de repressão ao uso e tráfico de drogas: a queda do preço , a

⁵⁴ SÃO PAULO: 2012.

popularização da droga e seu uso pelos adolescentes que até agora só tem acesso aos comprimidos (anfetaminas e barbitúricos).(…) Sem recursos e equipamentos para fiscalizar as fronteiras e diminuir o tráfico, exposta a corrupção de seus agentes, e trabalhando quase que unicamente com informações proporcionadas pelo serviço secreto norte-americano, a polícia brasileira chega a admitir, através de alguns de seus representantes, que nada ou muito pouco pode fazer além de apreender as quantidades de droga, que por pura sorte, aparece na sua frente. Neste ano, pelos cálculos da polícia devem ter passado pelo Brasil, mais de 150 mil quilos de cocaína. A polícia conseguiu ver - e apreender - apenas 258 quilos (O Estado de S.Paulo, 10 dez. 1982).

Esta reportagem é uma fonte que contém elementos de compreensão do contexto histórico da publicação, pois expõe as indagações presentes no momento em que o livro foi produzido. No canto da reportagem, o rosto de um indígena andino ilustra um quadrado com o slogan “O País da Cocaína”. Além disso, um mapa expõe os aeroportos brasileiros como rotas de envio da cocaína para os Estados Unidos. A capa e uma fotografia de Percival de Souza foram colocadas na reportagem de meia página, que enfatizou o poder das máfias internacionais perante os diversos casos de ineficiência das autoridades brasileiras.

O ESTADO DE S. PAULO —

FINAL

O PAÍS DA COCAÍNA

Corrupção, mortes, acordos. É a máfia

É a máfia

combate ao tráfico era, além de perigoso, inútil. Já que todos os envolvidos acabavam sempre com liberdade, mesmo quando presos, não se pagava nada para a justiça. Além disso, depois de serem libertados, eles se tornavam, pela ótica dos consumidores de cocaína, as pessoas geralmente de classe alta, através das quais se faziam negócios, como se fossem intermediários entre os traficantes e os consumidores.

Desta forma, explica um político, o envolvimento no tráfico e consumo de drogas era visto quase sempre em locais que eram pontos de encontro entre estrangeiros frequentes, já que faziam comércio de drogas, bares, boates, empresas, etc. "Desse modo, a venda do tráfico e do tráfico — diz um dealer — é um trabalho de confiança. É preciso ter um certo conhecimento com o paciente montagem de peças, as tentativas de infiltração e de diagnóstico. Quando se trata de drogas, a que não dá com certeza impossível".

Não raro também foram apreendidos no Brasil 140 quilos de cocaína, contra 100 quilos de heroína.

quase não sabe onde está o dinheiro, e quando consegue, pagam 126 quilos de cocaína por grama, segundo o chefe da Operação Osmar, que possibilitou a apreensão de mais 10 toneladas de cocaína em 1989, em meio quilos, e outra em janeiro, também em meio quilo, numa chacinha de Cuiabá, onde Dunga apreendeu 37 quilos.

As autoridades não podem ridicularizar o trabalho de Dunga, pois ele sabe muito bem quando se considera o fato de múltiplos crimes serem cometidos em um mesmo local, quando se cocaine passam pelo Brasil, hoje o principal centro de conexão internacional. Toda a verba da Polícia Federal para este ano não passa de CR\$ 7 bilhões, o que seria CR\$ 4 bilhões em 1989, segundo o chefe da Divisão de Planejamento e Recursos, mas se sabe quanto é repassado para a Divisão de Repressão aos Entorpecentes, chefiada pelo delegado Hugo Póvoa, ninguém revela, mas se sabe que esse valor não é a melhor alíquota para a divisão.

De qualquer forma, de acordo com os cálculos da própria polícia, seriam muitos os clientes, para o comércio de drogas, toda

Conversar com os policiais brasileiros | ra combater o tráfico, e seus ramos succe- | principalmente bolivianos. Na Bolívia, as

[illegible]

Nas reportagens de Percival de Souza, no seu livro, e nas conversas dos policiais com jornalistas, os nomes dos infratores brasileiros aparecem sempre ocultos sob siglas, ou com indicações metafóricas, como "filho de um construtor famoso", "marco noturno de um bairro de luxo", "loja sofisticada do Rio", "uma das importantes lojas de autopeças", "comerciante famoso de artesanato", "representante do se-

PROCAS E

[illegible]

Novamente, vemos um livro-reportagem denúncia, como já havia feito com os Esquadrões da Morte e com o Manicômio Judiciário. A pretensão era a de realizar uma mudança na percepção não somente dos leitores, mas das autoridades, especificamente o governo federal, para o combate às drogas. Além da denúncia, a obra propunha-se a ser um divisor de águas na política de drogas no Brasil, conforme exposto na orelha do livro:

É também a maior denúncia já publicada sobre o tráfico e o consumo de cocaína no Brasil. Uma denúncia que terá de necessariamente, modificar a posição do próprio governo Federal com relação ao problema. Todos os brasileiros precisam ficar sabendo, de uma vez, que o fim do tráfico e do consumo de cocaína é uma questão de corrupção: os policiais, em todos os níveis, estão entre os principais responsáveis pela distribuição da droga, em nosso país (SOUZA, 1982, contracapa).

Os dados dos órgãos de segurança pública no Brasil ainda estavam envoltos com a proteção e a falta de controle que haviam ganhado na ditadura civil-militar. Havia poucos dados quantitativos sobre a letalidade e eficiência das políticas implementadas e informações sobre a responsabilização penal de agentes policiais - são os chamados sistemas de *accountability* descritos por Teresa Caldeira (1996). O livro foi lançado no íterim entre a eleição de André Franco Montoro, em outubro de 1982, e sua posse, em março de 1983. O governador foi eleito com o plano de implementar os direitos humanos e estabelecer controle civil sobre as forças policiais. O discurso de Percival de Souza sobre a corrupção policial coaduna com a esperança de mudança nas estruturas policiais que permeou todo o governo de André Franco Montoro. *Society Cocaína* (1982) traz em sua narrativa a esperança de que uma ação forte no combate ao tráfico de drogas é possível com o trabalho conjunto das diversas esferas policiais no combate à corrupção.

“Presídio ou Quartel-General das Drogas?”⁵⁵, perguntava Percival ao leitor depois de expor na íntegra um documento do então advogado José Carlos Dias, da Comissão de Justiça e Paz da Igreja Católica de São Paulo, sobre as imensas quantidades de droga apreendidas na Casa de Detenção. A carta de Dias questiona o poder judiciário sobre como a permissividade ao consumo de drogas leva à delinquência e inviabiliza a recuperação dos detentos. A Polícia

⁵⁵ SOUZA. 1982, p.119-124.

Federal havia descoberto em 1980 uma quadrilha argentina especializada em trazer maconha de Buenos Aires diretamente para a Casa de Detenção, utilizando mulheres parentes dos presos nos dias de visita. O tráfico de drogas dentro do sistema carcerário, pouco mencionado em seus livros anteriores, agora adquire um tom de denúncia e cobrança das autoridades. Além da denúncia de Dias, é revelado em detalhes um esquema de prostituição de viciados em drogas que ocorria em algumas celas no início dos anos 1970. As descrições do sofrimento dos viciados são descritas em detalhes por Percival, um misto de pena e revolta pela degradação humana causada pela dependência, com suas violentas crises de abstinência desassistidas. Dias foi indicado como Secretário de Justiça logo após as eleições de outubro. A publicação do texto de Dias na íntegra representa a necessidade de controle das forças policiais em contexto democrático e também a esperança de que o novo secretário se interessava pela impunidade policial.

Percival em *Society Cocaína* (1982) cita que mesmo com o aumento do consumo de drogas no Rio de Janeiro, São Paulo ainda é o destino favorito dos traficantes de cocaína pelo seu alto poder aquisitivo. São Paulo guarda uma relação antiga com o uso de cocaína. Margareth Rago (1990) cita o uso de cocaína nos cabarés e *bafonds* paulistanos nos anos 1920⁵⁶. O refino da cocaína crua, transformada em pura, começou a ser realizado por grandes laboratórios e comercializado em farmácias do mundo inteiro até o final da década de 1940. O delegado Guido Fonseca realizou diversos estudos sobre a prostituição e o uso de drogas na cidade. Ao traçar uma história de seu uso, identificou uma rota oriunda do norte da Argentina. Era despachada pelo porto de Buenos Aires até Santos⁵⁷, e consumida por um público de alto poder aquisitivo. Ressalta-se que até a crise de 1929 não havia uma política de proibição da cocaína a nível internacional. Com os efeitos da crise diversos países endureceram seu corpo jurídico contra o uso, posse e comércio. Em 1932, Getúlio Vargas dá início com o Decreto 20.930/1932, que criminalizou a venda e a posse de maconha, cocaína e ópio⁵⁸.

Fonseca (1975) encontrou fontes policiais que chegaram a afirmar que o tráfico de cocaína era inexistente na cidade de São Paulo no ano de 1949. Com a consolidação dos

⁵⁶ RAGO, Luzia Margareth. Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). 1990. 2v. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/325802>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

⁵⁷ FONSECA, Guido. A Maconha, a cocaína e o ópio em outros tempos IN: Arquivos da Polícia Civil de São Paulo / Secretaria de Segurança Pública. São Paulo: v. 34, p. 133-145, jan./jun., 1980.

⁵⁸ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20930-11-janeiro-1932-498374-publicacaooriginal-81616-pe.html>

territórios marginais das Bocas do Lixo e do Luxo nos 1950, proveniente do desconfinamento da zona de prostituição regulamentada pela Secretaria de Segurança Pública, fixou-se um comércio ilegal de drogas na área central de São Paulo. Entre o final dos anos 1950 e início dos 1960, o Rei da Boca do Lixo, Hiroito Moraes Joanides, estabeleceu uma rede de exploração de prostitutas e de tráfico de drogas. Para manter seu poder e prestígio no mundo marginal, cometeu dezenas de assassinatos e tornou-se uma figura frequente nos jornais até ser preso. Ao deixar a prisão em 1976, mostrava-se a público como um homem regenerado, em liberdade condicional e com bom comportamento. Procurou Percival de Souza para escrever o prefácio de sua autobiografia *Boca do Lixo*, publicada pelas Edições Populares, em 1977. No lançamento, realizou uma palestra na FFLCH- USP. Era japonês, baixinho, usava óculos e profundamente intelectualizado, citando frases de Martin Heidegger e Dostoiévski em seu livro, totalmente diferente do estereótipo marginal. No prefácio, Percival declara: “A Boca está em decadência, na verdade a Boca do Lixo está morrendo”⁵⁹. Tudo parecia estar mudando, os grandes “reis” haviam morrido ou sido presos, e a área parecia estar perdendo sua notoriedade nos crimes dos jornais sensacionalistas para os que ocorriam nas áreas da periferia.

Em *Society Cocaína*, Percival de Souza dedica um capítulo sobre a penúltima prisão de Hiroito, em 1981, no luxuoso bairro do Jardim Paulistano. O Rei da Boca voltava do Paraguai com uma pequena quantidade de cocaína e maconha. Foi seguido pela polícia e preso na Avenida Rebouças. A defesa solicitou que ele fosse enquadrado como portador de drogas ilícitas. Hiroito foi periciado pelo famoso psiquiatra Guido Palomba, renomado acadêmico e diretor do Manicômio Judiciário. O laudo do psiquiatra é publicado na íntegra no livro, em linguagem técnica carregada de termos científicos, e aponta a cocaína como a causa do seu envolvimento com a criminalidade. Recomenda-se que Hiroito faça tratamento clínico para a toxicomania de cocaína nas instituições estaduais competentes. Percival ironiza as decisões do juiz e do psiquiatra, pois ambos sabem que não há tratamento disponível no sistema penal paulista. Hiroito passou mais alguns meses na Casa de Detenção e foi colocado em liberdade provisória. Acabou preso mais uma vez em novembro de 1990, vendendo cocaína para uma empresária no bairro de Parque Santo Antônio, no extremo sul de São Paulo. Ganhou a liberdade e morreu em 1992, aos 55 anos. Em 2012, estreia o filme *Boca*, de Flávio Frederico, uma cinebiografia baseada no livro de Hiroito. Na película não foram retratadas as

⁵⁹ JOANIDES:1977, p. 10

suas últimas prisões e o vício em cocaína que o acompanhou até o final da vida.

Além da Boca do Lixo, Souza também retratou alguns conflitos que ocorriam na Boca do Luxo, região da fronteira do Centro com o bairro de Vila Buarque, formada pelas ruas Bento Freitas, Rego Freitas, Major Sertório e Teodoro Baima. A grande diferença entre as bocas era o poder aquisitivo do público frequentador, que comparecia a boates de prostituição com shows e jantares dançantes. O grande símbolo da Boca do Luxo era o Hotel Hilton, inaugurado em 1971. O edifício cilíndrico com jardins de Burle Marx demorou quase uma década para ser construído, e era a esperança de reverter a decadência da área tomada pela prostituição de travestis¹⁹. A elite consumidora de cocaína mantinha boates com seguranças que dificultavam batidas policiais e garantiam um ambiente seguro e aconchegante. O órgão estadunidense de combate às drogas, o DEA (Drug Enforcement Administration), participou da prisão do traficante chileno Eduardo Cerda em um apartamento na rua Martins Fontes, fruto de uma investigação dos agentes americanos na região da Boca do Luxo.

O método de ação do DEA era baseado na compra de informação até chegar a dados consistentes sobre as redes de tráfico de drogas. Com todas as provas necessárias para efetuar as prisões e apreensões de drogas, solicitava-se por meio de parceria com as polícias federal e civis estaduais a efetuação das operações. Percival teve acesso aos dados do DEA sobre o tráfico de drogas no Brasil e expôs diversas dessas operações de parceria. Cabe ressaltar que a visão de cooperação dos americanos acabou impregnada em seu trabalho:

O DEA e seus agente operam no Brasil a alguns anos e foi o trabalho desses homens que permitiu as primeiras grandes apreensões de cocaína. Cujo destino era os Estados Unidos. Em São Paulo, nem todos os policiais quiseram colaborar com o DEA. Afinal, procuram explicar, “eles só se preocupam com o que vai para os Estados Unidos; nós pelo contrário, nos preocupamos com o que vem para o nosso país. (SOUZA, 1982: 63)

Society Cocaína foi publicado no fim da ditadura narco-militar de Luís García Meza, na Bolívia, em 1981, e o início da política de guerra às drogas do recém eleito conservador Ronald Regan, nos EUA. A política de intervenção do DEA na América Latina foi crescente ao longo de toda a década de 1980, quando foi cunhado o termo narcotráfico. As relações internacionais com países como Peru, Bolívia e Colômbia eram ditadas pelo DEA, causando

diversos conflitos com a destruição e proibição do cultivo da folha de coca. A participação do DEA é vista de forma positiva por Percival de Souza, que demonstrou ter conseguido acesso a vários dados estatísticos do órgão sobre a cocaína. Estimativas de uma superprodução de cocaína boliviana no ano de 1982, estimativas de lucro dos envolvidos nas etapas de distribuição da droga, dados relativos aos hectares de produção nos andes, e uma vasta gama de informações sobre outros países que dificilmente um jornalista brasileiro teria acesso com policiais brasileiros. Um ponto comemorado por Percival foi o aumento da apreensão de cocaína nos aeroportos graças às intervenções de investigações do DEA. Cabe aqui ressaltar que o aumento de infrações penais em estatísticas deve ser questionado pela historicidade a que estão submetidas, como ressalta o sociólogo Boris Fausto (2014).

Fausto (2014), em seu clássico *Crime e Cotidiano*, traz diversas considerações metodológicas para a análise de processos criminais e estatísticas sobre o movimento da criminalidade na cidade São Paulo na passagem do século XIX para o XX. Em vez de abordar a criminalidade e o crime a partir de frias tipificações inscritas nos códigos legais, o autor dá um passo além: a criminalidade é pensada como um fenômeno social produzido no concurso de múltiplas determinações que permitem vislumbrar regularidades e cortes. Nessa perspectiva, o crime não é visto como ocasional, fortuito ou habitual, mas examinado em sua singularidade. O autor questiona os dados quantitativos que apontam para o aumento de determinadas infrações penais, pois o crescimento não necessariamente reflete uma mudança no comportamento criminal, mas um aumento da repressão sobre determinada infração. A criminalidade e a repressão são categorias distintas que metodologicamente ajudam a compreender as estatísticas e narrativas sobre as políticas de segurança pública.

A compreensão de Boris Fausto sobre a criminalidade relaciona-se com a repressão ao tráfico de cocaína, pois o aumento da apreensão e da prisão de traficantes pode gerar análises alarmistas sobre a disseminação do uso da droga. Cabe ressaltar as mudanças jurídicas que propiciaram uma nova percepção sobre o tema, a Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, que definiu regras extremamente repressivas e igualava traficante e usuário com penas altíssimas. Com a ação dessa lei, milhares de usuários de drogas foram julgados e encarcerados com a pena de 3 a 15 anos de reclusão privados de um tratamento médico adequado, pois na prática cabia à autoridade policial definir se um indivíduo era processado como traficante ou usuário. Uma vez que não havia uma quantia de droga definida em lei para classificá-los em uma tipologia processual. Outro ponto importante que demonstra a centralização e importância do combate às drogas foi o Decreto nº 85.110, de 2 de setembro de 1980, que retirou da

Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE) a gerência sobre a política de drogas no país e passou para o Conselho Federal de Entorpecentes (CFE), composto por membros de vários ministérios e coordenado pelo Ministério da Justiça. A mudança representa a virada de mesa do grupo, que queria uma política mais rígida de combate às drogas no país. Na época em que Percival de Souza escreveu *Society Cocaína*, o contexto internacional e as novas práticas jurídicas tornaram a apreensão de drogas uma tarefa visada pelas forças policiais, aumentando a repercussão e divulgação em relação a décadas passadas.

Em *Society Cocaína* (1982), Percival de Souza utiliza a primeira pessoa do singular em todos os capítulos. Logo na primeira página ressalta que a obra é o resultado de fontes exclusivas dentro da Polícia Federal, principal órgão responsável pela investigação de organizações criminosas no país. O lançamento, em 10 de dezembro de 1982, ocorreu depois da eleição de Franco Montoro como governador, em 30 de outubro, e da posse de Romeu Tuma como superintendente da seção estadual da Polícia Federal. Dois fatores podem ter ajudado a sua aproximação com as fontes: a perspectiva de trocas de cargos na Polícia Federal e o “Caso Tino”, em que dezenas de agentes da PF foram afastados, em 1978, depois que um contrabandista delatou um esquema de corrupção policial com a ajuda de Percival de Souza. O caso Tino, que lhe rendeu o prêmio Esso no mesmo ano, é rememorado em um capítulo que se dedica a analisar a briga de egos entre as forças policiais federais e estaduais. Percival chega a fazer uma previsão de que em seis meses seria possível acabar com o crime organizado ligado ao tráfico de drogas, se as polícias se unissem com estratégias conjuntas.

Para escrever o livro, Percival tornou-se membro do *International Council on Alcohol and Addictions* órgão da Organização Mundial de Saúde (OMS) que abriu um escritório em São Paulo, no final dos anos 1970. Tinha como finalidade promover estudos, análises e eventos sobre os diversos tipos de drogas lícitas e ilícitas. *Society Cocaína* abriu as portas para Percival participar de diversas palestras e eventos sobre o consumo de drogas, e tornou-se uma figura frequente em escolas, universidades e programas de televisão. Estes eventos são parte integrante da atmosfera de lançamento dos livros-reportagem, indicadores da recepção e da reverberação da publicação na sociedade, conforme exposto por Chartier (1999). Foram encontradas dez participações em eventos sobre drogas nas colunas sociais do jornal *O Estado de S. Paulo*. Cabe ressaltar o aprofundamento da sua relação com os profissionais de saúde iniciado em *A Revolução dos Loucos* (1970), sendo requisitado para palestras nos cursos de Medicina da USP e da Santa Casa de São Paulo. Em 1985, denunciou que o representante de Minas Gerais no Conselho Nacional de Saúde estava destinando verbas públicas para um

evento cuja temática era a descriminalização da maconha, gerando retratações públicas do órgão.⁶⁰ O ideal de proibicionismo das drogas é frequente nas obras de Percival de Souza, e ele buscara nas instituições médicas, religiosas e jurídicas a inspiração e o espaço para divulgação de *Society Cocaína*.

As cinco edições seguidas do livro podem estar relacionadas, também, à evidência na mídia entre o consumo e o tráfico de drogas. Vislumbra-se que a segunda prisão de Tommaso Buschetta, no Brasil, em 1983, tenha chamado a atenção para *Society Cocaína*. O italiano era ligado a uma máfia internacional que enviava drogas aos Estados Unidos, e era investigado pela Interpol e pelo DEA. Uma reportagem da revista Veja apontou que Buschetta era alvo de traficantes descontentes com a sua porcentagem de lucro na venda de cocaína.⁶¹ O traficante já havia sido preso pelo delegado Fleury em uma missão especial com o DEA em 1979 e enviado para a Itália. Percival dedica um capítulo de *Society Cocaína* ao caso de Buschetta, utilizado como prova de que o Brasil era estrategicamente importante como rota de passagem entre a Europa e os Estados Unidos. Outro fato marcante foi a cobertura da mídia da morte da cantora Elis Regina, em 19 de janeiro de 1983, vítima de uma overdose acidental ao misturar uísque, cocaína e antidepressivos. Acontecimentos inesperados que ocorreram depois da publicação de *Society Cocaína* impulsionaram as vendas, fazendo com que o livro fosse descrito como um best-seller por Percival de Souza.

A participação ativa em eventos relacionados a esta temática ao longo dos anos 1980 propiciou que Percival fosse eleito presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes em 1990⁶². Este órgão era o responsável por organizar as campanhas de combate às drogas à nível estadual e era formado por autoridades de diversos órgãos públicos e membros da sociedade civil. Sua atuação como presidente foi marcada por diversas reportagens especiais que escreveu a partir dos Estados Unidos, enquanto participava de eventos internacionais sobre o tráfico de drogas. Durante o auge do poder do cartel de Medellín e do combate ao tráfico de drogas ligado as FARC na Colômbia, Percival publicou diversos artigos no jornal *O Estado de S. Paulo* que atentaram para as reverberações do combate às drogas nos Andes como positiva para o Brasil. Ao longo dos anos 1980, construiu uma imagem pública de jornalista que cobrava das instituições uma maior efetividade na repressão ao tráfico.

⁶⁰ O Estado de S. Paulo, (15.09.1985) p. 32.

⁶¹ Revista Veja, Editora abril, 2 de novembro de 1983, pág. 112.

⁶² Percival toma posse no Conselho Estadual de Entorpecentes. Ver: O Estado De S. Paulo (31.07.1991) p.3.

Cabe ressaltar que Percival, como a maioria dos pesquisadores, acreditaram nas ações da política de guerra às drogas do DEA, que com o sucesso na Colômbia manteve-se com prestígio no governo democrata de Bill Clinton (1993–2001). Priscila Villela (2015) analisou a relação da Polícia Federal com o DEA entre 1990 e 2010, e verificou a falta de transparência das ações conjuntas dos órgãos como um dos grandes prejuízos arcados pela sociedade civil. Na primeira década do século XXI, o DEA teve exposto a público sua face desconhecida: participou de golpes militares, ações terroristas de ditaduras, como a operação Condor envolvendo Brasil, Uruguai e Argentina, e buscou associar o combate às drogas com o combate a movimentos de esquerda.

A São Paulo de *Society Cocaína* é carregada de representações, como a cidade favorita pelos traficantes pelo seu alto poder aquisitivo, onde até o chofer do governador usa os carros do palácio para traficar. A cidade que mantém o maior presídio do mundo lotado de drogas. A cidade da Boca do Luxo, onde é possível consumir cocaína sem ser incomodado pelas autoridades. Gera-se a percepção de que a cidade está indefesa perante as organizações criminosas que a usam como ponto de passagem e consumo da droga. As máfias internacionais mostram-se poderosas perante as autoridades públicas corruptíveis. Percival atuou como um informante da cidade, explicitando como sua elite consome cocaína com a conivência das autoridades. Profético, Percival previu o aumento do consumo no país, que deixou de ser somente uma rota para tornar-se o segundo maior mercado consumidor de cocaína do mundo. A temática do tráfico de drogas na cidade de São Paulo voltará a ser trabalhada no quarto capítulo, que se dedica a analisar as obras *Narcoditadura* e *Sindicato do Crime: PCC e outras histórias*.

A volta ao Carandiru e o Império da Violência Paulistana

Em 1983, Percival de Souza escreve o livro-reportagem *O prisioneiro da grade de Ferro* pela editora Traço. Foi seu último livro publicado pela editora Traço e encerrou uma época em que Percival se dedicou com maior intensidade a sua carreira como escritor. Dos três livros que lançou pela Traço: *A Maior Violência do Mundo*, *Society Cocaína* e *O Prisioneiro da Grade de Ferro* somente *A maior Violência do mundo* teve só uma edição. *Society Cocaína* considerado best-seller por suas cinco edições foi um sucesso que acabou levando Percival para membro do conselho editorial da Traço. *O prisioneiro da grade de ferro* teve duas edições totalizando 6.000 exemplares vendidos.

Torna-se inevitável a comparação de *O Prisioneiro da Grade de Ferro* com o livro-reportagem *A Prisão* que escreveu nos anos 1970. A prisão foi escrita dentro de um contexto de reportagem, na experiência de imersão que realizou na Casa de Detenção. *O Prisioneiro da Grade de Ferro* está carregado de referenciais teóricos, não limitando-se somente ao trabalho de reportagem investigativa, a obra tem como objetivo abordar a função social da prisão na sociedade contemporânea. Entre as reportagens que deram origem a *A Prisão* em 1976 e a publicação de *O Prisioneiro da Grade de Ferro* há um intervalo de cinco anos, período em que o sistema aumentou gradativamente o número de presos no interior de São Paulo. Mas pode-se perceber que temáticas como as relações homossexuais entre os presos, o tráfico de drogas, a religiosidade, a educação e o futebol estão presentes nas duas obras. A Casa de Detenção do Complexo do Carandiru chegou ao seu limite em 1976, com seis mil presos, a maioria aguardando julgamento, número que a tornou conhecida como o maior presídio do Mundo. Para se ter uma ideia, em 1982, o total de presos condenados pelo sistema judiciário paulista era de 7.229, e haviam aproximadamente mais cinco mil presos aguardando julgamento segundo Percival de Souza.

Em *A Prisão*, sabia-se muito pouco sobre a população carcerária em geral, a administração da Casa de Detenção vinculada à policiais civis e militares gozava do direito de cercear o acesso às informações do que ocorria dentro dos muros do presídio. Em *Prisioneiro da Grade de Ferro* de buscou-se resgatar o histórico das diversas instituições prisionais do Estado de São Paulo, a Ilha de Anchieta no município de Ubatuba, o presídio do Hipódromo no bairro do Brás, a antiga cadeia pública da avenida Tiradentes no centro da capital paulista, a penitenciária feminina do complexo do Carandiru e a Casa de Custódia de Taubaté.

Michelle Perrot em seu clássico *Os Excluídos da História* (1988), traz um novo olhar para a historiografia francesa ao compreender a história das prisões com o olhar da sensibilidade. A historiadora encontrou vestígios de como a instituição penitenciária do século XIX procurava destituir os sujeitos do censo de comunidade e evitar a sociabilidade. Perrot (1988) afirma que, no final do século XVIII, a prisão vai se transformando no que é hoje, assumindo basicamente três funções: punir, defender a sociedade, isolando o malfeitor para evitar o contágio dos maus elementos, e corrigir o culpado para reintegrá-lo à sociedade. Michelle Perrot escreveu *La prison, le bagne et l'histoire* em 1984, e reconhece nesta obra que desde os anos 1970 novos estudos influenciados pela obra de Michel Foucault tornaram a França o epicentro do questionamento da instituição prisional. Além do campo acadêmico, a visita do Papa João Paulo II ao Brasil em 1980 teve como um dos focos principais a situação

da população carcerária. Ao chegar na capital federal, o papa preferiu ir primeiro fazer uma visita inesperada aos presos do presídio da Papuda, deixando as autoridades brasileiras em segundo plano. Sua *Carta aos Presos*, faz uma reflexão cristã sobre a dignidade humana e uma crítica explícita as torturas que foram realizadas no regime militar. Ainda no ano de 1980, foi realizada uma conferência interamericana sobre a situação prisional e formulada a Declaração de Caracas, um documento visando estabelecer políticas de direitos humanos comuns as populações carcerárias de todo o continente. Ambos documentos estão publicados na íntegra na seção de anexos de *O prisioneiro da grade de ferro*.

Dentro deste contexto de debates sobre os direitos humanos e de interrogação sobre os propósitos da instituição prisional elencados por Michel Foucault é que Percival de Souza escreve *Prisioneiro da Grade de Ferro*. A obra *Vigiar e Punir* é descrita em detalhes ao longo de seis páginas por Percival, que já conhecia trechos desta obra de Foucault desde 1975, quando o jornal *EX* traduziu e publicou trechos selecionados. Em relação a *Vigiar e Punir* concluiu:

Os teóricos estão tendo cada vez mais dificuldades em convencer que o objetivo da prisão não é punir. Afinal, as grades de ferro são suficientemente grossas e intransponíveis. Como dizer que não, que o objetivo não é punir, que se confia no preso, quando a grade está dizendo, de maneira não verbal, *fique aí atrás que eu não confio em você?*

Então, só resta mesmo à prisão o seu caráter punitivo, numa sociedade que confunde recuperação com um desejo, não muito camuflado, de conformismo. Ou seja: recuperado será considerado aquele que se conforma em ser o que é, um homem sem perspectiva dentro do atual sistema prisional. (SOUZA, 1982: 23)

A questão da reinserção social do preso, também compreendido como fator de evitar a reincidência penal é uma questão latente no pensamento de Percival de Souza, tendo se manifestado de forma mais contundente em seu depoimento à CPI da Violência no Senado em 1980. Foucault descreve a construção de um sistema disciplinar baseado em técnicas de vigilância e observações calcadas em alicerces científicos. Segundo o filósofo esse conjunto de técnicas e aparelhos visavam controlar o indivíduo para os padrões de normalidade exigidos pelos padrões de comportamento. Este controle do corpo era em si uma manifestação da reintegração social promovida pela experiência carcerária. Percival de Souza concorda com o filósofo em sua análise da França do século XVIII, mas sua experiência nas prisões paulistas faz com que reforce o caráter punitivo expresso pelas degradantes situações em que a massa carcerária era obrigada a conviver. A ordem marginal vigente dentro das instituições penais paulistas faz com que Percival questione a própria finalidade da instituição, já que não

é possível recuperar exacerba-se a finalidade de excluir indivíduos do convívio social. Depois da leitura de Foucault e de compreender as mudanças das instituições penais na mudança da idade moderna para a contemporânea, Percival declara: “Chegamos a idade média”.

O olhar de Percival de Souza sobre a obra de Michel Foucault pode ser compreendido também pelo viés da religião Metodista. Percival que frequentou escola dominical da igreja em sua adolescência, passa a ter uma maior participação na Igreja Metodista na década de 1980, com palestras para jovens, publicações de textos religiosos e colaborações com a Faculdade Metodista localizada no município de São Bernardo do Campo. Na história da Igreja Metodista no Brasil sempre esteve presente o trabalho de visita aos presos, a humanização dos presídios é considerada uma bandeira permanente da instituição. Jhon Wesley, fundador da Igreja Metodista na Inglaterra do século XVIII pregava contra as péssimas condições das cadeias e os maus tratos recebidos pelos presos nas casas de correções e masmorras. Uma das estratégias dos metodistas neste período era converter os carcereiros como forma de coibir os castigos físicos. Sua pregação pedindo mudanças na forma de tratamento dos presos influenciou o também metodista John Howard na implementação da reforma do sistema penal inglês em 1774, quando foram abolidos diversos castigos físicos de origem medieval⁶³.

Em 2011, sua trajetória religiosa foi publicada pela editora Eclésia, ligada à igreja Metodista, no livro *Percival de Souza: Receitas de Vida*. Diversas de suas obras são iniciadas com citações de passagens bíblicas, como *Narcoditadura* (2001) e *A maior violência do mundo* (1980). Em seu livro religioso ele dedica um pequeno capítulo de quatro páginas intitulado Carandiru dos Mortos, uma explicação religiosa para a visitas a população carcerária:

Como no caso dos 111 chacinados: ativistas de direitos humanos gritaram contra o que chamaram de massacre. A maioria das pessoas achou que “foi pouco”. Entre críticas e excessos e pedidos de mais sangue, as opiniões se dividiam nesse cenário dominador para o crime organizado.

Mas, por que nós não temos o direito de ficar brandando por mais violência? Porque no dia do grande julgamento, conforme Mateus 25, Jesus – sim, ele mesmo, nosso Senhor, Mestre e Salvador - nos lembrará de quando estava preso e fomos vê-lo. Perguntaremos, então, como justos,

⁶³ REILY, Duncan A. Os metodistas no Brasil (1889-1930). Estudos Teológicos, v. 20, n. 2, p. 100-122, 1980.

quando isso aconteceu, e ele nos esclarecerá: aquilo que fizemos a um pequenino estaremos fazendo ao próprio Senhor. E quantos evangélicos não fizeram isso no Carandiru? (SOUZA, 2011: 86)

Em *O Prisioneiro da Grade de Ferro*, Percival se expõe publicamente como religioso, acreditando que a fé pode resolver a reincidência penal. Participa de cultos da APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), em que o trabalho de evangelização ocorre acompanhado por um psicólogo. Um desses cultos é narrado em detalhes em dez páginas do livro, ocorreu na Penitenciária do Estado no complexo do Carandiru e contou com a presença do juiz Renato Láercio Talli e de diversos presos famosos, como Chico Picadinho. A pregação realizada por um frei católico junto com um psicólogo evangélico é vista de forma positiva pelo autor, que enfatiza a mudança que o culto provoca no cotidiano do preso, a necessidade de ser escutado e de trabalhar os seus sentimentos com valores cristãos. Percival cita que depois do trabalho da APAC, o presídio de segurança máxima de São José dos Campos teve sua reincidência de somente 2% perante 70% no Estado de São Paulo. Mesmo sem dar maiores detalhes sobre este dado estatístico, as dez páginas passam uma imagem positiva da experiência religiosa e terminam com a volta a um tema sempre presente em suas obras, o Esquadrão da Morte:

Uma nova forma de readaptação social? Três juízes criminais dizem sim. O diretor do Penitenciária confirmou. E não é que 40 presos foram à cela de Correinha, recolhido a enfermaria depois de quebrar o joelho, homens que o ex-policial conhecera como bandidos, e que pediram licença para entrar na cela, ficaram de joelhos e rezaram por seu restabelecimento?

Perplexo, vendo entre eles vários que havia prendido, rezando por ele, Correinha não resistiu.

Chorou profundamente. (SOUZA, 1983: 289)

O choro do ex-policial que era um frio assassino do Esquadrão da Morte e o exagerado fato de quarenta homens irem rezar de joelhos trazem um tom de milagre da conversão ao final do capítulo em que se trata da religião, finais contundentes são uma característica marcante das obras de Percival. O Esquadrão da Morte, é tema de um capítulo intitulado *Os Policiais na Prisão*, nele são narradas as trajetórias de Fininho e Correinha, membros do Esquadrão da Morte que foram condenados. Como policias civis não tinham direito a uma prisão especial, como ocorre com os policiais militares, e foram parar na Penitenciária do

Estado, no complexo do Carandiru. Percival, utilizou a mesma técnica de Truman Capote em *A Sangue Frio*, ganha a confiança dos dois escutando-os pacientemente e fazendo pequenos favores como enviar cartas. Os dois amigos parceiros de Esquadrão acabaram se afastando dentro da Penitenciária do Estado, e adotaram estratégias diferentes para sobreviver.

A publicação de *O Prisioneiro da Grade de Ferro* ocorreu depois de duas violentas rebeliões de presos que culminaram na destruição de presídios. A rebelião do presídio do Hipódromo em 1979 e da Penitenciária do Estado em 1981. A rebelião do presídio do Hipódromo no bairro do Brás é tema de um capítulo em que Percival narra sua experiência como mediador do conflito. Localizado ao lado da estação de trem Brás, uma das mais movimentadas da cidade, o presídio do Hipódromo também utilizado pelo DEIC e pelo DEOPS-SP quando as suas carceragens estavam lotadas segundo o projeto Lugares da Memória do Memorial da Resistência⁶⁴.

Depois de *O prisioneiro da grade de ferro*, Percival de Souza envolve-se em uma grande polêmica envolvendo a Penitenciária do Estado. Em 1983 começa a trabalhar na TV Cultura⁶⁵, no programa *Para que serve uma prisão*, em que junto com Julio Lerner promovia um debate com presos e especialistas em segurança pública ao vivo. Em um dos programas ocorre uma exaltação ao grupo Serpentes Negras⁶⁶, organização clandestina de presos que visava confrontar a organização da Penitenciária do Estado. Ao vivo na televisão os detentos da Penitenciária do Estado afirmaram que se uniram e estavam organizados para confrontar as autoridades pela péssima situação a que estavam submetidos. O programa era uma parceria com a Comissão de Solidariedade Carcerária instituída pelo novo Secretário de Justiça, José Carlos Dias recém empossado por André Franco Montoro. A comissão que tinha como finalidade a escuta das demandas dos presos nos moldes da Comissão Pastoral Carcerária, instituição da Igreja Católica em que José Carlos Dias trabalhou voluntariamente conforme citado em *Society Cocaína* (1982).

Quando os presos exaltaram os Serpentes Negras, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um editorial criticando José Carlos Dias por querer implementar o marxismo da teologia da libertação. O programa foi retirado do ar e Percival escreveu um artigo para o jornal *O Estado de S. Paulo* solicitando investigações sobre a organização marginal. Teresa

⁶⁴ <http://memorialdarestenciap.org.br/memorial/default.aspx?c=bancodedados&idlugar=20&mn=59>. Acessado em 11.05.2021.

⁶⁵ Veículo estatal ligado à Fundação Padre Anchieta

⁶⁶ O grupo Serpentes Negras atuava no Complexo do Carandiru no início dos anos 1980.

Caldeira (1996) ressalta que o governo André Franco Montoro sofreu uma forte oposição por sua política de direitos humanos, culminando nas sucessivas quedas de secretários de segurança e na deslegitimação de suas propostas de reforma das instituições policiais. José Carlos dias que tinha como objetivo inicial extinguir a ROTA e impor um controle sobre a letalidade policial, sofreu tamanho desgaste que não conseguiu levar seu projeto adiante.

Nos anos 1980 nascem diversos programas de rádio e televisão que abordam o crime de maneira sensacionalista, explorando o medo da população e pedindo uma atuação policial mais dura. Teresa Caldeira (1996) descreve esse conceito como fala do crime, uma forma de discurso orientada para deslegitimar os direitos humanos e a atuação da justiça perante à atuação das polícias civil e militar. “A Polícia prende e a justiça solta” tornou-se um grande exemplo da fala do crime, nesta década em que a crise econômica associada a inflação agravou ainda mais a desigualdade social, também viu aumentar vertiginosamente o número de assaltos e a construção de condomínios. Dentre deste cenário destacaram-se os radialistas Afanácio Jazdji na rádio Capital e Gil Gomes na Rádio Record. Não se sabe ao certo quando Percival de Souza começa a trabalhar em emissoras de rádio como comentarista do noticiário policial, trabalhou na Eldorado, Gazeta e Capital. A Rádio Eldorado, pertencente ao grupo *Estado*, tinha a participação de vários jornalistas do jornal *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, e representou uma ascensão profissional dentro do grupo. Foram encontradas no jornal *O Estado de S. Paulo* diversas menções sobre sua participação no jornal da rádio Eldorado entre 1983 e 1988. Uma propaganda da rádio no jornal *O Estado de S. Paulo*, demonstra bem a percepção que Percival queria passar ao público:

Figura 06 - Propaganda da Rádio Eldorado no jornal OESP

NESTES VOCÊ PODE CONFIAR.

Um bom comentarista não é obra do acaso. Ele surge através da vivência, do conhecimento de causa, de vários anos de atuação em uma determinada área do jornalismo. Ele tem que conhecer profundamente aquilo que está analisando. Foi com esse critério em mente que a Rádio Eldorado montou o seu quadro de comentaristas: todos são especializados, atuando na área que analisam, e altamente credenciados para trocar em miúdos os principais acontecimentos. Na política, na economia, no exterior, na área policial e nos esportes, a diferença é marcante, e está no ar diariamente pelos 700 kHz da Rádio Eldorado. Confira:

CARLOS CHAGAS
Um dos maiores nomes do jornalismo político brasileiro. Apresenta A Política Nacional, de segunda a sexta às 18:10, no Jornal Compacto, e A Semana Política, na edição de sábado do Jornal da Eldorado, às 7:10.

CELSO MING
Poupança, Open, Overnight, Ouro, Dólar, Casa Própria. Os bastidores da área econômica de segunda a sexta em A Economia nas duas edições do Jornal da Eldorado, às 6:30 e às 7:30.

MARCOS WILSON
Editor internacional do jornal O Estado de S. Paulo. Jornalista premiado pelo Rei Juan Carlos da Espanha. Apresenta O Mundo em Destaque, de segunda a sexta nas duas edições do Jornal da Eldorado às 6:30 e 7:30.

JOSÉ MARCIO MENDONÇA
Editorialista do Jornal da Tarde. Ex-chefe de Redação da sucursal dos jornais O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde em Brasília. Apresenta o Cenário Nacional nas duas edições do Jornal da Eldorado, às 6:30 e às 7:30, de segunda a sexta.

PERCIVAL DE SOUZA
Quem disse que não era possível fazer um comentário policial em rádio sem sensacionalismo? Esse comentário está no ar de segunda a sexta, nas duas edições do Jornal da Eldorado, às 6:30 e 7:30, e se chama Assuntos Policiais.

CASTILHO DE ANDRADE
Olimpíadas, Copas do Mundo, Jogos Pan-Americanos, Torneios mundiais de várias modalidades, desde vôlei e basquete à Fórmula Um: o Editor de Esportes da Rádio Eldorado está em todas, e apresenta o Eldorado Esporte, de segunda a sábado, no Jornal da Eldorado, e de segunda a sexta no Jornal Compacto, às 16:00.

FONTE: O Estado De S. Paulo: 26.07.983 p.16.

O texto da publicidade exaltava a papel de Percival no Jornal: “Quem disse que não é possível fazer um comentário policial em rádio sem sensacionalismo?”. Pode-se perceber que Percival procurava diferenciar-se do sensacionalismo que predominou nos anos 1980, tanto no rádio como na televisão. Com uma voz calma e um tom sereno, discorria explicações detalhadas do universo jurídico das investigações penais, firmando-se nos jornais matutinos das rádios AM. Ressalta-se que esta abordagem mais ponderada já era parte da linha editorial do *Jornal da Tarde* que sempre procurou diferenciar-se do concorrente *Notícias Populares*, conhecido popularmente como um jornal” espreme que sai sangue”. Dentro da seara de

comentarista, Percival arriscou-se fugir da esfera criminal e cobrir as eleições para prefeito de São Paulo em 1988 na rádio Eldorado.

Wagner Pinheiro Pereira (2019) ao analisar o papel do comentarista da área policial mostra o desafio de fugir das obviedades e da exploração dos sentimentos das vítimas como um diferencial para a profissão. Pereira compreende que no Brasil a violência se tornou um espetáculo na mídia brasileira, e já na década de 1960 encontrou programas como *O Homem do Sapato Branco* na Tv Tupi, que utilizavam sensacionalismo como linguagem predominante. A década de 1980 não inventou o formato, mas foi nela que a imprensa compreendeu que a violência cotidiana era um filão a ser explorado na luta pela audiência e quase todos os canais de televisão tinham um programa dedicado a temática, *Aqui Agora* no SBT foi o que mais se destacou no final dos anos 1980. Diante deste cenário os livros-reportagem escritos por Percival de Souza trouxeram um prestígio intelectual, uma marca diferencial em relação aos outros comentaristas embasados nas obviedades e exploração dos sentimentos típicos do sensacionalismo.

“Falo com a experiência de quem escreveu dois livros sobre o tema” foi como Percival posicionou-se em 1983 no *Estado de S. Paulo* quando seu programa foi retirado do ar na TV Cultura, uma declaração que expressa um lugar de fala, e as relações de poder implícitas com a condição de especialista não acadêmico. A relação entre saber e poder descrita Foucault em *Vigiar e Punir*, também se faz presente no livro-reportagem pelo seu papel de decodificador do conhecimento científico para um grande público. Ao estabelecer julgamentos críticos sobre as ideias em voga no mundo acadêmico, Percival se coloca acima de especialistas ao citar um “cemitério de teorias”⁶⁷ produzidos sobre o tema da prisão. Além das relações de poder implícitas em seu papel de escritor e comentarista também há o papel social descrito por Lima (2009), pois, o livro e os veículos de comunicação atuam como difusores do conhecimento, alcançando um grande público e promovendo o debate em uma linguagem de fácil acesso.

A chamada década perdida, trouxe estagnação econômica para o país, mas alavancou a carreira de Percival de Souza. Escreveu seis livros, tornou-se redator da área criminal do *Jornal da Tarde*, começou a escrever semanalmente artigos em *O Estado de S. Paulo*, tinha um quadro na *Rádio Eldorado* e também começou a participar como comentarista criminal do telejornal diário *SPTV*, da *Rede Globo* de Televisão. Na *Eldorado* conhece o jovem jornalista

⁶⁷ O autor dedica um capítulo inteiro da obra a esta temática, buscando fazer um resumo dos principais teóricos da criminologia, desde Césare Lombroso. (SOUZA, 1983)

William Bonner, com quem formaria dupla em 1990 no *SP Já*, um telejornal com cobertura estadual nas manhãs da *Rede Globo*⁶⁸. O poderoso canal da família Marinho recorreu a Percival novamente em 2001, quando sua primazia na audiência estava ameaçada, assunto que será tratado no terceiro capítulo. A violência urbana aumentou em ritmo incessante durante todos os anos 1980 e somente diminuiria no final dos anos 1990. Dados oficiais da Secretaria de Segurança Pública registraram aumento do número de praticamente todos os delitos penais computados.

Em 1988, Percival de Souza publica *Império da Violência* pela editora Ícone, integrante da coleção *Brasil 3X4*. A coleção composta pelas obras *O pecado de Adão: crimes homossexuais no eixo Rio-São Paulo* de Márcio Venciguerra e Mauricio Maia; *Dívida Externa: a Crise Rediscutida* de Dercio Garcia Munhoz e *Agricultura suicida: um retrato do modelo brasileiro* de Paulo San Martin⁶⁹. O ponto comum entre as obras desta coleção é serem escritas por jornalistas setorializados de renome nas áreas que atuam. Percival já havia escrito *A Revolução dos Loucos* para a coleção *História do Presente* da Editora Global em 1980 e depois voltaria a participar de uma coleção em 2006, a *Repórter Especial* das *Edições Mostarda*. Por ser uma obra de coleção a capa de *Império da Violência* seguiu o padrão aplicada a todas as obras. O título da coleção, *Brasil 3X4* indica o formato pequeno de cerca 80 páginas, uma referência as pequenas fotografias de documentos de identificação. *Império da Violência* (1988) não teve seu lançamento publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, como era de costume em todos os lançamentos do autor desde a década de 1970. Não se tem conhecimento do número de exemplares publicados e foi encontrada somente uma edição do livro. A editora Ícone era uma editora pequena, recém fundada que se dedicava a publicações jurídicas, médicas e agrícolas.

Este pequeno livro com 78 páginas é marcado pela questão da pena de morte que despontava como uma solução para a segurança pública da cidade de São Paulo. No livro são expostas diversas fotos do acervo do jornal *O Estado de S. Paulo* que mostram manifestações de paulistanos pedindo a pena de morte. Como demonstra Caldeira é dentro deste cenário que foi realizada em 1986 a eleição dos deputados e senadores incumbidos da elaboração de uma nova constituinte. A ideia de que ocorria uma impunidade contínua que permitia a continuidade da violência era reforçada por diversos movimentos de direita que se formaram

⁶⁸ O Estado de S. Paulo (08.06.1981) p. 27.

⁶⁹ Conforme pesquisas no site Estante Virtual.

com o fim dos partidos ARENA e PDS, herdeiros do ditadura civil-militar. A proposta da pena de morte foi encaminhada cinco vezes para a Assembleia Constituinte, finalmente foi rejeitada no dia 4 de fevereiro de 1988, por 392 a 90. Percival de Souza não se declara na obra contra a pena de morte, mas reforça os ideais de recuperação social nunca alcançados pelo sistema penitenciário como a razão para muitos escolherem a pena de morte.

O Império da Violência, de Percival, *a Cidade de Muros* (1996), de Teresa Caldeira, e *Violência a Brasileira e Escrito Indignados*, de Paulo Sérgio Pinheiro, marcam a face violenta da redemocratização que permeou a elaboração da Constituição de 1988. Caldeira (1996) aponta que a pena de morte esteve perto de ser aprovada no início da década 1990, e que políticos de direita que prometiam um endurecimento das ações da polícia marcaram a política paulistana. Somente em 1993, quando é debatido na Câmara um projeto de criação de um plebiscito pela inclusão da pena de morte na Constituição de 1988 é que Percival de Souza publica um artigo no jornal *O Estado de S. Paulo* manifestando-se contra a pena de morte no Brasil. Seus principais argumentos são a desigualdade social existente no sistema penal brasileiro, acarretando em uma maior punibilidade da população de baixa renda, os erros e equívocos cometidos frequentemente na apuração de crimes. Outro argumento que persiste em seus textos desde os anos 1970 é a questão da reincidência penal, pois o descrédito da população na recuperação do infrator alimenta a esperança de que a pena de morte seja uma alternativa viável para parte da população incomodada com a violência.

Outro ponto das políticas de segurança pública foi o controle da letalidade da ROTA nos anos 1980. O batalhão de elite da PM participou de operações contra o roubo a bancos durante a luta armada contra a ditadura civil-militar. Em 1973, com o fim de diversos grupos que resistiam ao regime, a ROTA é deslocada para as periferias da cidade, atuando de forma violenta e de grande letalidade em suas operações. Para Heloísa Fernandes (1989), o trabalho da PM tem um caráter ostensivo, o chamado policiamento preventivo que visa a intimidar a ação criminal pela demonstração de força do Estado. Diferentemente de autores como Pinheiro (1980), Percival dificilmente faz uma crítica à ação do policiamento ostensivo, como no programa *Metrópolis*, da TV Cultura, em que faz severas críticas ao uso da cavalaria da PM na Praça da Sé. Pode-se verificar que a Polícia Civil é o grande alvo das análises de Percival de Souza: investigações, administração de presídios, inquéritos policiais e formas de aplicação da lei são temas da esfera da Polícia Civil presentes em todas as suas obras. O único texto encontrado sobre a ROTA é do ano de 2002, quando a maioria dos candidatos a

governador tem como proposta reforçar as ações da ROTA no policiamento ostensivo. Neste artigo publicado na Folha de Londrina, o autor faz uma reflexão sobre o passado:

O escritor Jorge Luís Borges nos dá uma pista. Ao criar uma ficção na qual o tempo era negado, o presente ficado indefinido, o futuro se apresentava como algo sem realidade, a não ser a esperança (que é do tempo presente), como se passado e futuro formassem simbiose. Quem entende o presente antecipa o futuro. Onde estão, nos escalões das promessas da Rota, as perspectivas de humanismo em torno da saúde, educação e emprego, aqueles diagnósticos que todos já sabemos de cor e salteado para interpretar os sobressaltos do presente? Voltemos a Borges. (SOUZA, 2002)

A fala pré-eleição de 2002 mostra que Percival de Souza conhece muito bem a história da ROTA e acompanhou suas diferentes atuações ao longo da segunda metade do século XX. Em *O Império da Violência* (1988) o autor chega a criticar a letalidade policial da Polícia Militar paulista, mas não chega a citar nominalmente a ROTA. Paul Ricoeur (2010), que também cita José Luis Borges, compreende que o silenciamento é uma operação intencional com implicações que denotam aspectos políticos, sociais e culturais de um período histórico. À luz de Borges e de Ricoeur compreende-se que Percival passou pela década de 1980 sem comprometer-se com críticas à ROTA. O silenciamento dele foi calculado propositalmente para garantir a sua viabilidade em um jogo político bem demarcado. Caco Barcellos (1991), que iniciou suas investigações sobre a ROTA em 1987, narra como a letalidade do batalhão tornou-se uma política de estado defendida por diversos partidos desde os anos 1970. Seu livro *Rota 66* acabou gerando uma CPI no legislativo paulista e culminou no indiciamento de alguns policiais. Percival somente irá mostrar-se publicamente satisfeito com o trabalho do batalhão no ano de 2013, quando escreve o prefácio do livro *Rota 99* do Cel. Bezerra, uma espécie de antítese do livro de Barcellos, enaltecendo operações policiais bem sucedidas⁷⁰.

Ainda nos anos 1980, Percival se envolve em dois casos polêmicos com ex-agentes do DEOPS-SP. O primeiro envolveu Romeu Tuma, que repassou a Percival de Souza informações sobre a corrupção presente no INAMPS, órgão federal de saúde pública. As denúncias de corrupção publicadas por Percival no *Jornal da Tarde* causaram a demissão de

⁷⁰ SOUZA, 2013.

diretores do órgão e tiveram grande destaque na mídia. Percival foi processado por uma juíza, que também convocou Romeu Tuma a dar explicações sobre como as informações das investigações vieram a público. O segundo envolveu o delegado Josecyr Cuoco, irmão do ator Francisco Cuoco, acusado de extorsão dos sequestradores do vice-presidente do banco Bradesco, Antônio Beltran Martinez, em fevereiro de 1988. Cuoco que trabalhava no grupo antissequestro, foi acusado de ficar com a soma de Cz\$ 10 milhões pagos pelo resgate do banqueiro. O delegado chamou Percival de Souza como testemunha de defesa em seu processo, mesmo não participando *in loco* da operação policial de resgate que aconteceu na cidade Marília. O jornalista declarou ao jornal *O Estado de S. Paulo* seu apoio ao policial:

"O delegado Josecyr Cuoco é um dos melhores policias de investigação existentes na polícia de São Paulo (...) seria uma traição à minha pessoa, uma traição ao delegado-geral e ao Secretário de Segurança Pública. Não acredito que ele tenha participado de qualquer extorsão." (OESP, 24 fev, 1988)

A exposição pública de Percival na defesa de um agente policial foi algo inédito na carreira do jornalista, que até aquele momento só havia participado como testemunha de acusação nos processos do Esquadrão da Morte. Cuoco foi afastado da Polícia Civil em 1989 pela extorsão aos sequestradores. Não consta no noticiário dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* qual teria sido sua punição no processo penal no qual Percival foi testemunha. Depois do afastamento, foi morar na cidade de Santos e montou uma loja de doces. Contribuiu com Percival dando depoimentos para a escrita do livro *Autópsia do Medo* (2000). No início de sua carreira como investigador trabalhou na equipe do delegado Fleury no DEOPS-SP.

Durante as investigações da Comissão Estadual da Verdade, apurou-se que em 14 de janeiro de 1974, Carlos Alexandre Angozia, com apenas um ano e oito meses, recebeu choques elétricos e foi vítima de outras sevícias nos porões do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops), em São Paulo. Carlos foi um dos anistiados pela Comissão de Anistia em 2010. Ele sofria de vários traumas ocasionados pela tortura e acabou suicidando-se em 2016. Em ambos os relatórios governamentais, o delegado Josecyr Cuoco é

apontado como o torturador e ainda sofre processo criminal como réu pelo assassinato do sindicalista português Olavo Hanssen, em 1970⁷¹.

Romance-reportagem e judicialização no Crime da Rua Cuba:

Na véspera de Natal de 1988, o casal Jorge e Cecília Bouchabick foram encontrados mortos em sua casa na Rua Cuba, no luxuoso bairro do Jardins na cidade de São Paulo. A apuração deste crime foi marcada pela mediatização dos acontecimentos e pelos conflitos entre os laudos do Instituto Médico Legal e médicos legistas da UNICAMP, entre o delegado responsável pela investigação e a defesa do principal acusado, o filho do casal, Jorge Delmanto Bouchabick, conhecido como Jorginho. Na cobertura do Crime da Rua Cuba, a imprensa teve acesso a dados do inquérito policial, gerando uma série de conflitos entre as autoridades envolvidas. O advogado de Jorginho, o ex-secretário da pasta da segurança pública José Carlos Dias, não poupou o delegado José Veloso Sampaio do DHPP pelo vazamento de dados. O delegado por sua vez acusou o advogado de entregar uma cópia do inquérito a imprensa.

Recentemente em 2019, a publicação de *Jornal da Tarde: uma ousadia que reinventou a imprensa brasileira* de Ferdinando Casagrande, dedicou um capítulo à cobertura que o periódico realizou sobre o Crime da Rua Cuba. O nome de Percival de Souza não é citado na obra como um dos repórteres que participaram desta cobertura. Este caso entrou para a história do JT por resgatar o formato de novela, e durante semanas o leitor tinha um capítulo da história revelado diariamente. Casagrande aponta que Fernão Lara Mesquita, que ocupou o cargo de diretor editorial do Jornal da Tarde, procurou dar um final para a novela obrigando Anélio Barreto a escrever um capítulo em que Jorginho era identificado como o assassino. Percival escreveu um artigo para a seção terceira página do jornal O Estado de S. Paulo manifestando-se sobre o caso:

Na rua Cuba, alguém mexeu nos corpos do casal Bouchabki, mas pretendeu que a mise-en-scene fosse engolida e digerida. O filho do casal preferiu faltar à verdade em vários pontos, atraiu para si a pecha de suspeito, e acabou indiciado. Esta, a essência dos fatos. Faltou-se à ética, contudo, quando parte da imprensa preferiu especular e fazer

⁷¹ Procedimento Investigatório Criminal Nº 1.34.001.002037/2015-13 . Ministério Público Federal.

hipóteses. Isto, mais do que antiético é errado. Afinal, como diria o provérbio chinês, não se briga com fatos. Mas esperar que a Justiça condene e só depois tomar uma posição é algo que temos de aprender, e certamente não nos resignaremos a isto tão cedo, já que - por exemplo - os casos Bateu Mouche IV, Baumgarten, Aracelli, Ana Lúcia, Cláudia Lessin e tantos outros somente caminharam para uma responsabilização mediante a pressão da imprensa. Não fora isto, estariam na vala comum do esquecimento. Portanto não se pode considerar este instrumento de denúncia válido em uns casos, e em outros não. Quando todas as instituições cumprirem o seu papel, não será assim. Até lá a imprensa fala, ou o silêncio será total. A ética está dentro desta terrível limitação. (OESP: 11-05-1989. p.2)

Ao publicar este artigo defendendo o papel da imprensa na cobrança de autoridades, na verdade Percival estava defendendo o *Jornal da Tarde* que havia sido desmoralizado pelo episódio da novela. Não se sabe ao certo se Percival já estava escrevendo o livro *O Crime da Rua Cuba* (1989) quando publicou este artigo no OESP. Mas o autor pode ter se inspirado no ocorrido no JT para escrever a obra, pois utilizou a mesma estratégia de utilizar a ficção para satisfazer o desejo do público com a elucidação do crime.

Diferente de todos os outros livros que Percival de Souza escreveu, *O Crime da Rua Cuba* é um romance-reportagem, livro que tem como característica a livre criação do autor sobre um fato real que foi analisado com técnicas de reportagem. Rildo Cosson menciona esta obra como um dos exemplos de livro romance-reportagem: “O caso de Percival de Souza é de uma narrativa que, sendo reportagem, utiliza-se dos recursos da ficção.” (COSSON: 2002: 8). Cosson identificou o final dos anos 1980 e início dos 1990 como um período em este gênero ganhou destaque com *A menina que comeu césio* (1988) de Fernando Pinto e *Assalto à Brasileira* (1989) de Domingos Pellegrini Jr. A última vez que Percival havia escrito um texto com ficção foi no conto *O ladrão da gravata vermelha* publicado em 1971.

O livro é narrado do ponto de vista de um narrador cientista que inventou uma máquina do tempo para descobrir o que ocorreu naquela noite de 24 de dezembro, no número 209 da Rua Cuba:

Vou regular a máquina. Data: 24 de dezembro de 1988. Horário: duas horas da madrugada. Local: um bairro elegante de São Paulo, uma rua de nome pequeno entre um punhado de outras ruas que só tem nome de país. O número, três algarismos ... pronto! Rua Cuba, 209. Agora é só ficar, como dizem os tiras, os

homens da polícia, numa campana, acompanhando, vigiando... Olha lá, as primeiras imagens começam a aparecer na tela!

É emocionante: voltamos no tempo. O casal já está deitado. São duas horas. Venha, vamos percorrer a casa – que, pelo que a gente pode observar, foi reformada e está bonita, ampla espaçosa. Duas empregadas estão dormindo no quarto delas, nos fundos.

A filha caçula também dorme. Claro, por que uma criança de 10 anos estaria acordada a essa hora? O irmão de 14 anos também já foi se deitar. Só o filho mais velho está de pé.

Veja, o horário vai mudando na máquina, correndo em minutos e segundos: duas e quinze, duas e meia, duas e quarenta e cinco... (SOUZA, 1989: 5)

Neste trecho pode-se perceber como a máquina do tempo foi utilizada, narrando o passo a passo de como se desenvolveu a investigação, a obra segue a característica do *new journalism* de descrição detalhada quadro a quadro. Como a máquina não tem som, permanece o mistério sobre a fala dos personagens, o cientista traz suas impressões sobre as expressões faciais e corporais. Para manter o mistério a máquina travou bem no exato momento do assassinato, deixando o leitor na curiosidade. Felipe Pena (2008) destaca o romance-reportagem como um gênero próprio decorrente do jornalismo literário, onde ocorreria a fusão das técnicas da literatura de ficção com os procedimentos do jornalismo investigativo. Segundo o autor:

Ao juntar os elementos presentes em dois gêneros diferentes, transforma-os permanentemente em seus domínios específicos, além de formar um terceiro gênero, que também segue pelo inevitável caminho da infinita metamorfose. Não se trata da dicotomia ficção ou verdade, mas sim de uma verossimilhança possível. Não se trata da oposição entre informar ou entreter, mas sim de uma atitude narrativa em que ambos estão misturados. Não se trata nem de jornalismo, nem de literatura, mas sim de melodia. Ouça este livro, meu caro leitor. E estará próximo do que quero dizer. (PENA, 2008: .21)

O autor desconstrói as fronteiras presentes entre a narrativa de ficção e a narrativa da realidade por meio de exemplos na literatura mundial como Gabriel Garcia Márquez, Balzac e Dostoievski. Pena lembra de jornalistas brasileiros que início do século XX publicaram livros neste limiar entre a literatura e o jornalismo, como *Os Sertões* de Euclides da Cunha e *Alma Encantadora das Ruas* de João do Rio. Foram jornalistas que publicaram suas obras a partir

de reportagens que produziram para periódicos e que em sua época não eram estigmatizados como pertencentes ao jornalismo-literário. Pena mostra como o próprio jornal no início do século guardava conexões com a literatura, com suplementos literários, novelas, contos e crônicas. A partir dessa visão é possível questionar a denominação de um jornalismo-literário, uma vez que a denominação implica em reconhecer o fato de um jornalismo se aproximar da literatura como algo diferente para os padrões. Da mesma forma o termo jornalismo investigativo seria redundante, pois presume que não ocorra investigação em outros segmentos deste campo.

A Máquina do Tempo, escrito Herbert George Wells em 1895 é apontada por diversos autores como o primeiro romance a trazer o recurso da máquina do tempo para as narrativas. Viajar no tempo sempre foi um desejo presente em diversas obras literárias desde a antiguidade, mas antes de Wells essas aventuras na literatura tinham como transporte recursos fantasistas como um sonho, uma visão ou poção mágica. Charles Dickens, autor inglês que Percival reconhece como sua grande influência, também usou o recurso da viagem do tempo utilizando fantasmas na obra *Um Conto de Natal* em 1843, para visitar natais passados e futuros. No livro de Dickens no entanto, as coisas que ele vê são apenas "sombras"; ele e os Fantasmas não interagem com a realidade do futuro e do passado. Percival de Souza utilizou o mesmo recurso de Wells, mas diferente do autor americano utilizou a ficção científica com a máquina do tempo. Cabe ressaltar que *The Time Tunnel*, *O Túnel do Tempo* no Brasil, foi um seriado americano de TV realizado por Irwin Allen nos anos 60, que mostrava as viagens no tempo de dois cientistas. e foi retransmitido no Brasil em diversas emissoras de televisão até o final dos anos 1990, massificando a “máquina do tempo” na sociedade brasileira.

Em *O Crime da Rua Cuba*, o narrador mantém uma pretensa neutralidade, não apontado diretamente Jorginho como autor dos assassinatos. Mas em trechos da obra nota-se que a descrição do adolescente contribui indiretamente para a criação de um pré-julgamento de um “monstro”:

Jorginho, além dos banhos de Sol logo após o crime, e da frieza aparente na concorrida missa de sétimo dia da morte dos pais (todos abalados, inclusive Roberto Delmanto, que dava a impressão de ser um homem destroçado), também aproveitou e pulou normalmente o carnaval. Estranho ou não? A família arranhou um esquema de proteção com receio de que mesmo com receio de que, mesmo com as novas garantias constitucionais já em vigor, mais de dois meses antes da morte dos Bouchabiki, a Polícia pudesse sequestra-lo

para arrancar uma confissão! Aliás, não faltou quem sugerisse isto ao delegado Sampaio e ao promotor Marrey: “ esse muleque não resiste a uma prensa de cinco minutos”

Talvez. E as garantias individuais? E os direitos humanos? E o princípio in dubio pro reo (“em caso de dúvida, a favor do réu”)?

Sampaio e Marry preferiram as balizas rigorosas da lei.(SOUZA: 1989: 65-66)

Este trecho também pode ser compreendido à luz da construção do anormal, ou o monstro social descrito pelo filósofo Michel Foucault: “descrever seu caráter de delinquente, descrever o fundo das condutas criminosas que ele vem trazendo consigo desde a infância, é evidentemente contribuir para fazê-lo passar da condição de réu ao estatuto de condenado”⁷² . Esta operação visa transformar o réu em condenado a partir de seu histórico, fatos são reconstituídos visando constituir uma ordem do discurso que o torne culpado. Mesmo sem haver provas concretas de que Jorginho Bouchabick atirou nos pais, a frieza de seu comportamento é utilizada para trazer indícios de que não havia sofrido com a morte dos pais. O crime da Rua Cuba estava cheio de fait divers, o trecho citado da obra demonstra alguns deles, que mesmo não sendo essenciais para a resolução conclusiva da autoria dos homicídios, levam o público a aproximar-se da intimidade de Jorginho. A investigação da polícia e da imprensa sobre a vida particular conseguiu testemunhos de cabeleireiros, colegas de escola e vigias da rua.

O livro era pequeno para os padrões dos livros-reportagem que Percival escreveu nos 1980, 75 páginas, muito parecido no formato com *Império da Violência*, menor livro de Percival com apenas 61 páginas. Más diferente de *Império da Violência* (1988) no livro não há fotos publicadas, os jornais mencionados na obra tem nomes fictícios, tudo indica que Percival estava buscando preservar-se diante de uma possível retaliação pela publicação do livro. A capa do livro foi elaborada pelo famoso escritor e ilustrador paulistano Ricardo Azevedo que durante os anos 1980 ainda se dedicava somente a ilustração. Na ficha catalográfica é mencionado que a capa é uma livre inspiração do quadro *Le Musée d'une Nuit* de René Magritte, confeccionada em 1927 durante a fase surrealista do pintor.

⁷² FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1999. p.27.

O mais famoso caso de parricídio relatado pela historiografia foi *Eu Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão* escrito pelo Filósofo Michel Foucault nos anos 1970. Outro crime famoso na historiografia foi o chamado caso Troppman, o assassinato de uma família parisiense em 1869, o principal suspeito era o único filho que havia sobrevivido. A suspeita inicial de parricídio desfez-se quando as investigações policiais descobriram que o assassino era um amigo da família o jovem Troppman. Este caso é abordado pelo historiador Kalifa (2019) como um marco histórico da imprensa criminal, pois as diligências policiais passaram a ser seguidas pelos jornalistas e as vendas dos jornais aumentaram drasticamente⁷³ Luiz Martins da Silva (2000) ao mapear os cem maiores erros imprensa no Brasil, coloca a cobertura do Jornal da Tarde sobre o Crime da Rua Cuba dentre eles. Segundo o autor a impaciência da imprensa em pontar Jorginho como autor do assassinato sem esperar o julgamento que culminou na inocência do réu foi um erro que ficará para a história.

⁷³ KALIFA, op. cit. p.12.

CAPÍTULO III: Biografando o DEOPS-SP

“Em nome de interesses pessoais, muitos abdicam do pensamento crítico, engolem abusos e sorriem para quem desprezam. Abdicar de pensar também é crime.”

– Hannah Arendt

No final dos anos 1990, Percival de Souza iniciou um projeto audacioso que mudaria o rumo de sua carreira e que marcaria a historiografia da ditadura civil-militar. Pretendia escrever uma biografia do delegado Sérgio Paranhos Fleury. Percival não escrevia um livro desde *O crime da Rua Cuba* (1989). Depois de quase uma década de intervalo, seu interesse volta-se para o mesmo Fleury que ele denunciara como sendo integrante dos Esquadrões da Morte no final dos anos 1960. Durante a pesquisa sobre a vida do delegado Fleury, escreveu um livro que não estava programado, pois encontrou um dos agentes infiltrados que trabalhou para Fleury no combate às organizações de esquerda, o famoso Cabo Anselmo. Neste capítulo, serão analisados os livros-reportagem que Percival de Souza publicou pela Editora Globo nos anos de 1999 e 2000: as biografias *Eu, Cabo Anselmo* (1999) e *Autópsia do Medo* (2000). Ao percorrer a produção destas obras, confrontamos os diferentes discursos que foram utilizados por Percival para escrever sobre os tempos sombrios dos anos de chumbo que marcaram as ações do cabo Anselmo e do delegado Fleury.

Biografias e depoimentos na literatura da ditadura

A cidade de São Paulo foi o cenário de grande parte dos episódios que se passam nessas obras. Alguns dos maiores aparelhos de repressão da ditadura localizavam-se na cidade: o DEOPS-SP, localizado no Largo General Osório, na região central, e o DOI-CODI, na Rua Tutóia, bairro do Paraíso. A estrutura do aparelho repressivo instalado na cidade foi descrita de forma detalhada por Percival de Souza, que confessou a seu público: “Estive tantas vezes no Dops, para coberturas jornalísticas, sem ter noção do que se passa em seu interior”⁷⁴. Conhecer as memórias dos que passaram pela tortura foi um processo difícil e demorado que se iniciou com o projeto *Brasil Nunca Mais*, no início dos anos 1980, e culminou na formação de movimentos organizados de vítimas e familiares de mortos e desaparecidos. Mesmo após o restabelecimento dos direitos individuais, com a Constituição de 1988, havia uma resistência governamental no reconhecimento das graves violações aos direitos humanos e de conceder reparações e documentação legal aos familiares das vítimas.

No final dos anos 1990, a atuação de grupos organizados de ex-presos políticos e familiares de vítimas da ditadura civil-militar avança no processo de reconhecimento das graves violações aos direitos humanos. Marcelo Rubens Paiva, filho do deputado Rubens Paiva, umas das primeiras vítimas do regime, descreveu a aproximação gradual dos familiares

⁷⁴ DE SOUZA, Percival. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. Editora Globo, 2000. p. 647

com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso no início de seu primeiro mandato. Segundo Paiva, o ex-presidente aguardou o segundo ano de seu primeiro mandato para tratar desta temática, com medo do desgaste político que poderia provocar com as forças armadas. Em 1995, inicia-se as apurações dos óbitos e desaparecimentos com a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, e muitas lacunas sobre o aparelho repressivo passam a ter destaque nos meios de comunicação. O acervo documental do DEOPS-SP, onde Fleury e Anselmo atuaram, depois de ficar nas mãos da Polícia Federal, somente foi liberado para consulta pública em 1994. Foi dentro desse contexto histórico de início das apurações das violações e aberturas dos arquivos que Percival inicia as pesquisas para escrever *Autopsia do Medo* (2000).

Nesta lenta e gradual abertura dos arquivos e reconhecimento oficial do Estado brasileiro, a literatura teve um papel importante de preservar e divulgar as memórias dos que resistiram à ditadura civil-militar. Eurídice Figueiredo (2017), na obra *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*, compreende que a literatura atuou como um arquivo para segmentos que tinham a necessidade de rememorar as vítimas, mas que não contavam com o apoio oficial. A autora recupera a noção de Michel Foucault, em que o arquivo tem o poder de reinventar-se e agregar novos documentos com mais facilidade, por estar mais alinhado que uma biblioteca as bruscas mudanças nas relações de poder. Os livros-reportagem poderiam ser compreendidos como uma forma de arquivo das memórias da ditadura civil-militar, mas também como uma necessidade de segmentos da sociedade que precisavam registrar suas memórias para contar uma história diferente dos documentos oficiais.

A análise de Figueiredo (2017) compreendeu dezenas de obras escritas por romancistas, jornalistas e ex-presos políticos que têm como pano de fundo a ditadura civil-militar. A autora realizou uma periodização destas publicações, dividindo-as em três períodos distintos. O primeiro compreende de 1964 a 1979, ano da assinatura da anistia, o segundo, de 1980 a 2000, e o terceiro retrata os últimos anos. No primeiro período, marcado pela censura e repressão, destacaram-se romances e livros de denúncia. O segundo período tem como característica a prevalência de relatos autobiográficos de ex-presos políticos exilados, como as obras escritas por Fernando Gabeira e Frei Betto. O terceiro tem como característica a grande produção de obras de ficção sobre a ditadura, romances que se passam nos anos 1970. Não cabe aqui classificar as obras de Percival de Souza, mas compreende-se que a periodização de Figueiredo data os livros-reportagem do jornalista publicados nos anos 1999 e 2000 como pertencentes aos últimos anos desta fase autobiográfica que marcou o segundo período. *Eu,*

Cabo Anselmo (1999), principalmente, guarda semelhanças com o estilo autobiográfico, pois foi escrito como um livro-reportagem-depoimento em que Anselmo interage com Percival narrando de forma cronológica os principais acontecimentos de sua trajetória.

Ao verificar as análises de Figueiredo, nota-se que as publicações até o ano 2000 abordavam as histórias dos que sofreram a violência da ditadura civil-militar. O grande diferencial das obras de Percival é o de biografar personagens que participaram do aparato repressivo, fazendo o mesmo caminho das vítimas ao utilizar a literatura como um arquivo de registro da trajetória dos cúmplices das mortes e das torturas. Trata-se de uma mudança de ponto de vista, que até então fora silenciada do grande público. As obras de Percival não se limitam a retratar os atos que o delegado Fleury e cabo Anselmo cometeram. Elas trouxeram suas opiniões, ideias, gostos e crenças, enfim uma história das mentalidades dos que agiam nos porões da ditadura civil-militar. O público leitor que estava acostumado a ler depoimentos que contavam a razão pela qual militantes tinham entrado para a luta armada, inesperadamente depara-se com um cabo Anselmo que não se arrepende de seus atos e com um Fleury que não entendia nada de marxismo e de Segurança Nacional.

Escrever a biografia de Sérgio Fleury não foi uma tarefa fácil para Percival, que organizou uma lista com 117 pessoas que pretendia entrevistar. Muitos dos agentes do Estado que trabalharam no aparato repressivo haviam se aposentado, morrido ou estavam doentes. Percival havia acompanhado, como jornalista investigativo do *Jornal da Tarde*, a carreira de grande parte dos que saíram dos órgãos de repressão política, e durante décadas reuniu entrevistas e materiais sobre Fleury: “Alguns foram ouvidos paciente e intercaladamente ao longo dos últimos vinte anos”⁷⁵. O capítulo 21, *A Quem Possa Interessar*, o último do livro *Autopsia do Medo* (2000), é dedicado a contar a trajetória da produção da obra e a agradecimentos. Percival utiliza a primeira pessoa somente neste capítulo de sete páginas. O *eu* enfatiza que, além de narrador, o autor foi participante dos acontecimentos. Neste momento de sua escrita, ele revela ao leitor a sua relação instável com o delegado:

Durante muito tempo Fleury não gostou de mim. Por dois anos seguidos fui uma voz isolada contra os crimes do Esquadrão da Morte. Descobri que, além de não haver nenhuma já discutível profilaxia social na matança, na maioria dos casos ela

⁷⁵ SOUZA, op. cit. p. 646.

encobria outros interesses. Fleury conseguiu que eu fosse enquadrado na Lei de Segurança Nacional e respondesse a processo na Justiça Militar. Como jornalista na área criminal, eu tinha contatos forçados com ele. Essa idiossincrasia que ele sentia por mim – principalmente depois, que acompanhando duas investigações longas no Estado do Mato Grosso, nos aproximamos mais: hospedados no mesmo hotel, acontecia de encontrarmos na hora do café ou do jantar. A convivência quebrou o gelo – a ponto de receber dele, em mãos, um convite para assistir ao casamento de sua filha Beatriz. Fui. Ele gostou (SOUZA, 2000: 643).

Percival viveu e sentiu os efeitos da perseguição em sua vida. Foi processado, ameaçado de morte por membros do Esquadrão e teve que conviver com os censores instalados na redação do *Jornal da Tarde*. Estes elementos fazem com que sua escrita seja marcada pelo olhar de quem participou de diversos episódios narrados como repórter. Em recente entrevista para Márcia Fernandes Gomes e Maria Aparecida de Aquino, Percival foi indagado sobre seu papel de testemunha dos fatos:

Márcia: Então tem muito de seu testemunho em seu livro?

Percival: Eu me coloco, porque com esses processos do Esquadrão, eu estava nas cabeças dos caras. o próprio Fleury jamais entendeu, acho eu. Porque ele era um diamante para a repressão, em nome da Segurança Nacional; e era perseguido por "causa da morte de alguns vagabundos pé de chinelo", isso nunca entrou na cabeça dele! Mas como? Lá eu mato, tudo bem, sou herói, aqui por causa desses vagabundos eu sou processado? Não entrava isso na cabeça dele, criminosos comuns, ladrão, não entrava mesmo (FERNANDES, 2018: 198).

Percival citou nominalmente somente os episódios do Esquadrão da Morte, nos quais foi o pioneiro na imprensa a expor os fatos. Mas, além desta questão, reconheceu que suas memórias são parte integrante da biografia. A forma como as obras foram escritas não permitiu que se verificasse explicitamente quais partes foram escritas com base na memória de Percival, uma vez que não existem citações nem referências bibliográficas de forma acadêmica. Também ocorre o chamado segredo de fonte, em que o autor como jornalista se compromete eticamente a não expor como conseguiu as informações. Malatian (2008) utiliza o termo escrita de si para compreender esta operação em que o autor coloca sua memória na construção da biografia de um personagem. Também é necessário ressaltar que a dificuldade

de reconstituição dos episódios de uma biografia levou a alguns autores da historiografia francesa como Phillippe Levillain (2003) e François Dosse (2015) a compreender que as obras biográficas tendem a criar a ilusão da totalização do outro, buscando esconder a incompletude característica dos estudos históricos. Dosse (2015) traz a ficção como inerente à escrita biográfica, pois na busca da verossimilhança estas obras são obrigadas a utilizar o imaginário ficcional para driblar a incompletude do passado.

No lançamento de *Autopsia do Medo* (2000), Percival concedeu uma entrevista a *O Estado de S. Paulo* e foi questionado se teria alguma obsessão pessoal que o levaria a ter escrito o livro:

Por que exatamente o sr. escreveu um livro sobre um torturador? Foi com o intuito de evidenciar a barbárie ou tem alguma espécie de obsessão pessoal nisso?

Eu acho o seguinte: ao longo dos últimos anos, solidificou-se a figura do jornalista-escriptor. Esse personagem tem prestado serviços grandes à História do Brasil. Eu cito os livros do Flávio Tavares, Fernando Morais, Eduardo Bueno, o Notícias do Planalto (de Mário Sérgio Conti). Nesse período, tenho a impressão que a literatura dominante tenha sido um pouco turvada pela falta de distanciamento. Há um grande envolvimento emocional nesses relatos. Eu entendo que havia um vácuo histórico a ser conhecido. Os brasileiros ainda vivem da expectativa de que um dia venham a ser acessíveis os arquivos da repressão. Há um certo temor até para tratar de certos personagens. Eu achei que teria condições de abordar isso com distanciamento, desde que me aplicasse muito (SOUZA, 2000a).

Ao fugir da obsessão pessoal, a resposta de Percival de Souza o coloca como um autor que carregaria um certo distanciamento em relação a outros jornalistas por não ter seu nome ligado a organizações de esquerda. O termo distanciamento indica que Percival se enxergava como diferente dos jornalistas citados, alguns explicitamente perseguidos políticos e ligados a movimentos de esquerda, como Fernando Morais. Em um texto publicado em 2019, na ocasião dos quarenta anos da morte de Fleury, Percival conclui: “Preferi o estilo de me fixar rigorosamente na narrativa dos fatos, ao contrário de alguns que preferiram construir uma literatura engajada, catártica pela derrota no violento combate entre brasileiros”⁷⁶. Diante do

⁷⁶ A história do delegado Fleury, algoz da ditadura militar. <https://noticias.r7.com/prisma/arquivo-vivo/a->

exposto, compreende-se que desde o início sua proposta era a de fugir do que chamou de “literatura engajada”, onde a escrita culminava em reflexões autocríticas sobre a luta armada e os movimentos de esquerda no país.

Percival não silenciou totalmente as vozes dos que sofreram violências em decorrência da ação dos agentes da repressão, mas seus livros tiveram como prioridade colher a memória dos que trabalhando para o Estado cometeram sistematicamente crimes contra a humanidade. Em sua narrativa, Percival como narrador faz o papel das vítimas da ditadura civil-militar, reconhecendo as torturas e mortes que estavam no modus operandi e na metodologia de trabalho do delegado Fleury. Em *Eu, cabo Anselmo* o autor se posiciona contra o que denominou horrores do período da ditadura e *Autopsia do Medo* foi dedicado às memórias dos que “sofreram a dor da perda do martírio, da incompreensão e da perseguição, acreditando que faziam a sua parte por uma sociedade mais justa”⁷⁷.

A declaração de Percival também indica que buscou junto com outros colegas jornalistas escrever histórias de vida naquele final dos anos 1990, momento em que jornalistas alcançaram sucesso de público escrevendo livros de história do Brasil e biografias. Naquele período, Vilas Boas (2002, p.11) descreve que biografias como *Chatô*, de Fernando Morais, sobre o empresário da comunicação Assis Chateaubriand, *Mauá: o imperador do Brasil*, de Jorge Caldeira, e *Estrela Solitária*, a respeito do jogador Garrincha, de Ruy Castro, figuravam entre os dez livros de não-ficção mais vendidos no país e estavam entre os maiores sucessos de crítica e público da década.

Muito antes de Percival e do citado boom no mercado editorial brasileiro dos anos 1990, este gênero literário já guardava suas especificidades desde a antiguidade. De origem grega, a palavra biografia significa escrever a vida. São conhecidas pelos historiadores deste a antiguidade. Obras famosas como *Vidas Comparadas*, de Plutarco (46-120 D.C.), exerceram enorme influência no mundo ocidental. Na antiguidade, foram biografados em sua maioria homens que atuavam como monarcas, generais ou pensadores, cujo papel social era o de mostrá-los como exemplos para a sociedade a partir de grandes feitos como guerras, batalhas e conquistas. Com o cristianismo hegemônico na Europa, as biografias de santos e de papas ganharam espaço no pequeno mundo letrado da idade média. A trajetória religiosa se tornou o

historia-do-delegado-fleury-algoz-da-ditadura-militar-09102019 . Acessado em 06/11/2019.

⁷⁷ SOUZA, op. cit. p.649.

centro da narrativa, não necessitando de estruturas sociais e políticas para compor o contexto do biografado⁷⁸.

No século XIX, as biografias se consagraram obras relevantes para a formação do estado-nação. O individualismo floresceu com a estética do romantismo, as necessidades individuais emergiram e foram exploradas as opções de escolha dos indivíduos. A liberdade de escolha do homem e o confronto entre o indivíduo e a fixação de valores passaram a ser tema central na consolidação do estado-nação. Com o darwinismo e a genética, os pais, avós e toda a árvore genealógica passaram a ter uma importância na formulação das biografias, que buscavam construir por meio da hereditariedade seus personagens históricos. O positivismo também marcou as biografias, com o objetivo de demonstrar o progresso da nação e as características individuais que favoreceram a sociedade. O gênero biográfico e autobiográfico nasceu a partir do desejo de tornar público uma memória considerada privilegiada, que fosse produzida como um modelo de sucesso a ser seguido e venerado por grupos que desejavam encontrar uma cartilha de prescrições que os conduzissem a um lugar de ascensão social. A criação da narrativa a respeito do gênio e do herói são os exemplos deste processo de produção de modelos a partir de uma história de vida que culminou, por etapas, em uma constância linear, atingindo um apogeu.

Michel Foucault na obra *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*, com a emergência da sociedade disciplinar, antecedendo as tecnologias biopolíticas totalizadoras, individualizou-se os corpos, passando a gerir o cotidiano destes em detalhes. Para este autor, esta nova sociedade era nomeada como disciplinar, porque individualizava os corpos a partir de normas sociais que funcionavam como padrões de comportamento comuns, mas criavam mecanismos de exame, vigilância, diferenciação, classificação e comparação dos indivíduos em função destas normas. Os indivíduos avaliados como próximos aos padrões eram premiados em um sistema meritocrático, sendo recompensados e se tornando modelos a serem seguidos por aqueles que se distanciavam das normas. Foucault ao fazer a biografia de Pierre Rivière, relaciona os arquivos institucionais com a necessidade de individualização e classificação da sociedade francesa do século XIX.

⁷⁸ SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia E Regimes De Historicidade In: Métis: história & cultura – v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jun. 2003.

Já no século XX, a historiografia francesa dos Annales abriu as portas para uma renovação das formas de se fazer história, em que a história política perdeu espaço para a econômica e a social. Mesmo com as críticas às biografias da chamada escola metódica da historiografia francesa, grandes nomes dos Annales escreveram obras que indiretamente são biografias. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II*, escrito por Fernand Braudel (1992), é conhecido pela aproximação com a geografia e a sociologia, mas pouco lembrado pela renovação biográfica que tirou o foco político do rei espanhol. Em 1942, Lucien Febvre escreveu *O Problema da Descrença no Século XVI - A religião de Rabelais*, em que se debruçou sobre a mentalidade coletiva na qual Rabelais estava imerso. Estas obras são exemplos de que, mesmo com o declínio da história política e das biografias no pós-Annales, estava ocorrendo uma inovação nas formas de se compreender as histórias de vida, agora mais entrelaçadas com as mentalidades e o social do que com o Estado.

Phillippe Levillain (2003) exemplifica a mudança de postura de autores como Jacques Le Goff e Pierre Nora, que em 1974 estabeleciam a biografia na fronteira entre a história e a literatura, “onde se situavam os vulgarizadores de baixo nível”⁹. Pouco tempo depois dessa crítica feita em 1981, Le Goff também foi contagiado pelo sucesso das biografias no mercado editorial e escreveu uma biografia de São Luís. O historiador francês Phillippe Levillain reconheceu no final dos 1970 como um redescobrimento deste gênero pela academia francesa, quando as biografias voltaram a ser produzidas em maior quantidade e em uma nova história política. Segundo o autor, é nesse contexto de retorno e constituição de um novo tipo de história política que se procurou dar voz ao indivíduo, por meio da valorização da ação e dos atores, o que podemos entender como florescimento contemporâneo da escrita biográfica como conhecimento científico.

Hoje, a biografia deixou de ser considerada como um gênero menor para o historiador, e sua importância está reconhecida metodologicamente por diversos autores. Realizadas as considerações sobre o gênero biográfico, as motivações e o contexto histórico das publicações, pretende-se agora realizar uma análise a obra *Eu, Cabo Anselmo* e suas reverberações.

Eu, Cabo Anselmo na trajetória de Percival de Souza

“Arapongas”, “cachorros”, colaborador, agente duplo e agente infiltrado são algumas das denominações encontradas para denominar os que contribuíram com as forças de repressão infiltrando-se em organizações clandestinas de resistência ao governo autoritário.

Cabe ressaltar que Anselmo não pode ser denominado como um agente, pois nunca foi um funcionário oficial do DOPS-SP e nunca ganhou nenhum tipo de salário ou remuneração pelos serviços que prestou. Uma reportagem da Revista *Veja* de 1992, expõe a palavra cachorro, diferenciando-a do simples agente infiltrado atuante na captação de informações. Para o ex-militar Marival Chaves do Canto, que trabalhou no DOI-CODI, os cachorros além de informações buscavam o aniquilamento das organizações pela morte de seus membros⁷⁹. José Anselmo dos Santos, conhecido como cabo Anselmo foi o mais famoso cachorro da ditadura civil-militar, não tendo pudores de declarar a imprensa que sua participação em ações do DEOPS-SP causaram a morte de cerca de 200 pessoas⁷⁹.

José Anselmo dos Santos é um dos personagens que compõem o enredo do golpe de 1964 e da repressão e resistência ao regime autoritário que tomou conta do país. Em 1964, era o presidente da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais, uma instituição que tinha como plataforma política mudanças em relação à rigidez dos regulamentos disciplinares da Marinha e arbitrariedades da oficialidade contra subalternos⁸⁰. Esta plataforma de mudanças na estrutura das forças armadas recebeu apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de alguns sindicatos, mas era vista como uma séria quebra de hierarquia pela parte mais conservadora do Ministério da Guerra. Daniel Aarão Reis (2005) cita que no comício da Central do Brasil, em 1964, Jango declarou sua intenção de conceder direito de voto a cabos e marinheiros, uma clara aproximação com a entidade. Poucos dias depois, a Associação dos Marinheiros realizou um encontro na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, no meio das atividades o prédio foi cercado pela Marinha e Anselmo levado para prestar esclarecimentos ao almirante Aragão. O general do exército Olímpio Mourão Filho registrou em sua memória este episódio do dia 30 de março de 1964:

Magalhães me mostrou os jornais com as notícias e me fez uma súmula da situação naquela manhã, isto é: os marinheiros foram soltos, o cabo Anselmo é o líder da Marinha, o Aragão é o bicho papão e a Marinha está completamente desmoralizada, e completou: 'aconteceu aquilo que o senhor julgava o menos provável. Hoje é Semana Santa e eles começaram a baderna ontem, em plena quinta-feira Santa'. Respondi perguntando: Não acha que agora é o momento impossível de ser adiado? Ele me respondeu: 'Impossível de ser adiado. Vamos para a luta' (Mourão Filho, 1978: 25).

⁷⁹ Revista *Veja*, 18 nov. 1992: 98.

⁸⁰ SOUZA, 1999: p.229.

Esta versão do golpe de 1964 descrita por Mourão Filho, general responsável por descer com as tropas do exército da cidade de Juiz de Fora para tomar o Rio de Janeiro, apresenta Anselmo como o estopim para as ações do dia 31 de março. Daniel Aarão Reis (2005) mostra a complexidade do golpe de 64, que não pode ser justificado somente pela quebra da hierarquia militar e relacionado ao contexto da geopolítica da guerra fria e da crise econômica que o país enfrentava desde o governo de Juscelino Kubitschek. Já Anderson Silva Almeida (2012) que realizou extensa pesquisa sobre a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais, questiona a suposta ruptura hierárquica que levantou a ira de generais, pois os mesmos grupos que quebraram a hierarquia militar em 1961, eram os que justificavam 1964 com esse argumento. Para este autor, Jango buscou aproximar-se de uma parte das forças armadas no momento da ruptura interna, em que Associação tinha 5 mil associados, cerca de 20% do efetivo da Marinha.

Imediatamente após o golpe, com o AI-nº1 Anselmo teve seus direitos cassados e entrou para a clandestinidade junto com os principais líderes da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais. Acabou sendo preso pelo Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS-SP) do Rio de Janeiro e transferido para a penitenciária Lemos de Brito, onde permaneceu até agosto de 1964. Foi transferido junto com toda a direção da entidade para um distrito policial, no bairro do Alto da Boa Vista. Conseguiu fugir em uma operação planejada pelas organizações de esquerda Ação Popular (AP) e Política Operária (POLOP), que pretendiam libertar os marinheiros para se juntarem a um 3 grupo de resistência que estava se formando no Uruguai com a ajuda de Leonel Brizola. Já em terras uruguaias, Anselmo encontrou Brizola, que estava participando da formação do Movimento Revolucionário Nacionalista (MORENA) junto com a AP e a POLOP. A ideia era a de formar uma guerrilha no Caparaó, região da divisa do Estado de Minas Gerais com o Espírito Santo. Para isso, Brizola enviou Anselmo e um grupo de ex-militares para Cuba, a fim de realizar um treinamento de táticas e técnicas de guerrilha e, depois, retornar ao Brasil para reforçar o contingente no Caparaó.

Enquanto Anselmo estava em Cuba realizando o treinamento, o DEOPS-SP descobriu a formação da guerrilha na região do Caparaó. Os grupos de guerrilheiros foram pegos de surpresa, e em nove meses de confronto a guerrilha estava totalmente derrotada, em janeiro de 1967. Quando o treinamento acabou, Anselmo e seus companheiros souberam do ocorrido e ficaram em Cuba aguardando ordens para retornar. Sem o apoio de Brizola e a perspectiva de voltar ao Brasil, foram enviados para o corte de cana em fazendas do Estado cubano. Nesta

época, a Aliança Libertadora Nacional (ALN), que mantinha relações com o governo cubano, enviou um discurso do líder Carlos Marighella para ser lido por Anselmo na conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). Anselmo voltou ao Brasil na clandestinidade e foi morar em São Paulo, onde tinha o contato de membros da ALN que havia conhecido em Cuba.

Passou a cooperar em algumas ações da ALN e da VPR até ser preso e torturado pelos policiais do DOPS-SP, conforme o depoimento que deu em 1999 para Percival. Em 1984, Anselmo relatou uma versão diferente à Octávio Ribeiro, na qual que teria se entregado de livre e espontânea vontade, ao marcar um encontro com a equipe de Fleury no Museu do Ipiranga em 1971. No DOPS-SP recebeu a proposta de colaborar como um agente infiltrado que ajudaria nas operações contra a ALN e a VPR. Sua atuação era repassar informações sobre aparelhos, militantes e organizar ações que culminariam em prisões e mortes. Em ambas as versões Anselmo caprichou na crítica aos movimentos de resistência à ditadura, justificou sua atitude no desencantamento com Cuba e na crença que estaria evitando mais mortes ao ajudar a enfraquecer a luta armada. Percival chega a usar a expressão “lavagem cerebral” para descrever a repentina mudança de pensamento que teve depois de entrar em contato com Fleury.

Ao realizar este pacto com Fleury, saiu da cela junto com outros presos políticos e passou para uma sala com rádio e livros ao lado do escritório do delegado Romeu Tuma. Montou um aparelho falso equipado com escutas do DOPS-SP no bairro de Perdizes e buscou atrair quadros da ALN. Depois de muitas prisões de militantes da ALN, arquitetou uma viagem ao Chile para encontrar a direção da VPR que se encontrava exilada. Convenceu a direção de sua intenção de montar um foco guerrilheiro no Brasil, e recebeu a incumbência de ir para Pernambuco comandar a instalação de uma base da VPR. Com a ajuda de agentes do DOPS-SP, retornou do Chile em 1972 e seguiu para Olinda, onde encontrou outros militantes e a paraguaia Soledad Barret. Um dos militantes, conhecido como César, era um policial infiltrado que tinha a incumbência de acompanhar Anselmo, que se apaixonou com o tempo por Soledad. Eles decidiram morar juntos e montar uma loja de confecção de roupas.

Em janeiro de 1973, chegou em Olinda uma carta da VPR informando que Anselmo era um agente infiltrado e pedia seu julgamento. Seis militantes, incluindo Soledad, se dirigiram para a cidade de Abreu e Lima (PE), para realizar o julgamento de Anselmo. Porém, quando chegaram ao ponto estabelecido, foram surpreendidos por agentes do DOPS-SP, que metralham todos os envolvidos. Dentre os mortos estava a sua companheira Soledad, que

estava grávida de um filho de Anselmo. Esta versão de que foram mortos em confronto foi refutada pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos que ao analisar as fotos dos corpos nos laudos do IML chegou à conclusão de que foram torturados e posteriormente executados com um tiro na cabeça. Este episódio ficou conhecido como o massacre da Chácara São Bento e foi abordado por autores com Ulrariano Mota (2009) e Nilmário Miranda (1999), uma das mais violentas ações da ditadura civil-militar que deixou um saldo de 6 mortes.

Depois das mortes em Abreu e Lima, Anselmo voltou para São Paulo e passou por uma cirurgia de mudança de rosto no hospital Albert Einstein a mando do delegado Fleury. Continuou ajudando as forças da repressão com palestras sobre a atuação das guerrilhas e o treinamento que recebeu em Cuba. Recebeu um novo nome e documentos, permanecendo protegido pelos integrantes do aparato repressivo do regime, mesmo após o fim da ditadura civil-militar.

Em 1983, Anselmo foi autorizado pelo delegado Romeu Tuma a dar uma entrevista ao jornalista Octavio Ribeiro da revista *Istoé*. As condições estabelecidas foram: “Depois de muita conversa, aconteceu o acordo; ele daria a entrevista com as seguintes condições: queria uma determinada importância em dinheiro do órgão de imprensa no qual sairia a matéria; também não admitiria ser fotografado e nem falaria sobre a sua vida atual.”. O livro *Por que eu trai: Confissões de Cabo Anselmo* foi fruto de um único encontro que durou oito horas e reproduz a longa entrevista em mais de cem páginas. No mesmo ano também foi lançado *Cabo Anselmo: a Luta Armada Ferida por Dentro* de autoria do jornalista Marco Aurélio Borba, pela editora Global. Borba havia realizado uma extensa entrevista com Anselmo para a revista *Playboy* em 1982 e aproveitou o embalo de Octavio Ribeiro para publicar o seu livro. Estas obras juntamente com *Eu, Cabo Anselmo* são as principais fontes e contêm diferentes versões sobre a trajetória do cabo. Não cabe aqui realizar um inventário das diferenças e contradições presentes nestas obras, mas apontar o conhecimento que Percival tinha disponível quando encontrou Anselmo.

Em 1998, passados quinze anos do livro de Octávio Ribeiro, o jornalista Percival de Souza encontrou Anselmo com a ajuda de ex-agentes do DOPS-SP que estava entrevistando para escrever a biografia do delegado Fleury. O encontro entre Percival e Anselmo foi cercado de mistério, ocorreu em um hotel na Avenida São Luiz e foi mediada por um ex-membro da equipe de Fleury que não teve o nome mencionado. Depois de um tempo de conversa, Percival percebeu que pelo grande volume de acontecimentos que tinham para tratar

precisariam de mais tempo, Anselmo concordou continuarem a entrevista em outro momento. Entre o primeiro e o segundo encontro foram 3 meses de espera, com o contato primeiramente realizado a partir de mediadores, depois Anselmo passou a ligar para o jornalista passando mensagens cifradas. O segundo encontro foi realizado na biblioteca da ALESP durante o recesso de final de ano, lá combinaram que fariam uma viagem de pelo menos dez dias juntos para os locais onde ocorreram os principais acontecimentos de sua vida.

Pouco antes do carnaval de 1999, viajaram para Itaporanga D’Juda para reconstituírem os acontecimentos da infância pobre do cabo. Depois partiram para Olinda, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Quando voltaram da viagem, Percival escreveu reportagens simultaneamente para o *Jornal da Tarde* e para a *Revista Época* contando que havia encontrado Cabo Anselmo. Estes dois veículos de comunicação conseguiram o furo de reportagem, como Percival trabalhava no *Jornal da Tarde*, presume-se que a publicação na *Época* deve ter envolvido uma negociação entre os grupos Globo e Estado.

Figura 07 - Capa da Revista Época



Fonte: Capa da Revista Época de 15 Mar. 1999, Processo AN-2004 Part I - A (5286918) SEI

2004.01.42025 / pg. 240

Como na grande maioria dos livros-reportagem, depois da publicação de reportagens em jornais e revistas é que o livro começa a ser produzido, por isso normalmente abordam episódios que estão frescos na memória do público. Sandra Moura (2001) ao fazer uma reflexão sobre o processo de transformação da notícia em livro-reportagem compreende que os veículos de comunicação são ao mesmo tempo uma vitrine para a publicação do livro, mas também uma espécie de rascunho, pois utiliza códigos provenientes das linguagens verbal e visual, que também se fazem presentes no jornalismo impresso. Como ocorre nos periódicos, em *Eu, Cabo Anselmo* também são feitas ligações entre foto-texto, texto-título e título-foto. Ao compararmos a *Revista Época* com o livro-reportagem podemos perceber que a revista contém um maior número de imagens de Anselmo que o livro. No livro foram incluídas algumas imagens de personagens históricos citados para enriquecer o contexto, como Dom Helder Câmara, Onofre Pinto e Sérgio Fleury. Ao compararmos as imagens nota-se que algumas das imagens que estão na revista não estão no livro, dentre elas chama atenção a participação do delegado Carlos Alberto Augusto:

Figura 8: Delegado Carlos Alberto Augusto com Anselmo e Percival de Souza durante as entrevistas.





Fonte: Revista Época de 15 Mar. 1999, In: Processo AN-2004 Part I - A (5286918) SEI
2004.01.42025 / pg. 242

O delegado Carlos Alberto Augusto, conhecido como Carteira Preta, que no jargão policial significa a classe especial de delegados que está no topo da carreira, participou junto com Anselmo da operação do DEOPS-SP em Pernambuco que resultou no massacre da Chácara São Bento. Em *Eu, Cabo Anselmo* ele é chamado de César ao longo de todo o livro, nome falso que utilizou como militante da VPR. Somente nos capítulos finais do livro é que Percival revela que César é o delegado, quando relembram a Ciranda da Duda, estabelecimento que dançavam juntos militantes e infiltrados. Junto com Percival e Anselmo encontraram Jovelina, a dona do terreiro e tirou uma foto que foi publicada na Revista Época. Também na revista encontramos mais informações sobre a participação do delegado:

A princípio, não quis fotografias, mas terminou por acatá-las. desde que posasse com óculos escuros. Para garantir a identificação de Anselmo, convenci o delegado paulista Carlos Alberto Augusto, que o prendera e o ajudara a mudar de lado, a me encontrar no Nordeste com o cabo. O delegado o reconheceu: "É ele". Ao término das conversas Anselmo arrumou as malas e partiu. (Revista Época, 15 mar. 1999 p. 99).

Carlos Alberto Augusto nesta reportagem foi utilizado como certificador da autenticidade de Anselmo dando o “É ele”, sabe-se que o delegado acompanhou todo o processo das reportagens que culminaram no livro, e que por motivos que não temos conhecimento sua participação no livro é reduzida em relação a revista Época. Ressalta-se que neste momento em que buscava escrever uma biografia de Sérgio Fleury, o apoio do delegado Carlos Alberto Augusto era fundamental para ter a confiança de outros membros da polícia. Além disso sua presença representa um tipo de intimidação ser ex-agentes do DEOPS-SP, silenciamentos e omissões podem ter ocorrido pelo medo de desagradá-lo.

Dentre todos os livros-reportagem que Percival escreveu, Eu, Cabo Anselmo tem como marca a presença constante do jornalista expondo as suas impressões sobre as entrevistas e reportagens que fez com o cabo, diferenciando-se das outras obras em que o jornalista é um *ghostwriter*. Segundo a proposta de classificação dos livros reportagem apresentado por Edvaldo Pereira Lima (2004), Eu, Cabo Anselmo além de uma biografia também pode ser considerado um livro-reportagem-depoimento:

Reconstitui um acontecimento relevante, de acordo com a visão de um participante ou de uma testemunha privilegiada. Pode ser escrito pelo próprio envolvido – geralmente com a ajuda de um jornalista – ou por um profissional que compila o depoimento e elabora o livro. Apreende-se daí, que o tom é passar ao leitor uma narrativa quente, com bastante clima de bastidores, movimentada. Por isso, seu estilo é, normalmente, o da action story.(LIMA, 2004: 2)

Ao compilar os depoimentos de Anselmo, Percival buscou diferencia-los da sua narrativa utilizando as letras em estilo itálico como forma de destaque. Os bastidores são explorados pelo autor que capta detalhes do comportamento de Anselmo, como lágrimas nos olhos ao falar de Soledad. Diferente de seus colegas Ribeiro (1984) e Borba (1984), que transcreveram as perguntas e repostas da entrevista que realizaram, Percival compilou as falas de Anselmo em longas narrativas sem interrupções. Depois das longas falas de Anselmo, Percival introduz o público ao próximo assunto que será abordado e também faz comentário e observações sobre as respostas de Anselmo. Como o livro se passa em uma viagem o papel do repórter fica muito evidente ao realizar as descrições de cenários e emoções, além de narrar fatos e entrevistar Anselmo, Percival busca fazer um contraponto a visão do entrevistado.

Na trajetória de Anselmo estão personalidades de destaque como: Fidel Castro, Carlos Marighella, Leonel Brizola, Sérgio Fleury, Carlos Lamarca, Onofre Pinto etc... , diante de tanta ação e tantas versões corre-se o risco de supervalorizar a ação do Cabo na história do Brasil. Em alguns momentos Percival chega a dizer que Anselmo foi um dos maiores responsáveis pela derrocada da luta armada no país com suas ações na VPR e na ALN. Também como já citado, devido a narrativa do Gel. Olympio Mourão (1979), a presidência de Anselmo na Associação dos Marinheiros teria sido o estopim do Golpe de 1964. Estes dois casos citados de superdimensionamento foram abordados indiretamente por Marcelo Ridenti (2010), que buscou dentro da própria esquerda compreender que não havia uma correlação de forças propícia para uma revolução.

No ano seguinte, em 2000, Percival de Souza publicará *Autopsia do Medo*, obra que tem maior liberdade para publicar sua opinião sobre o Cabo Anselmo. Pelas informações do SNI que levantou, Anselmo não era enquadrado como um infiltrado por aquele órgão. Sua posição era de um simples recrutado segundo a cartilha do órgão. Mas como ele mesmo ressalta em seu depoimento, gostaria de ter sido uma “espécie de espião”. A amante de Fleury, Leonor declarou saber de outra pessoa que foi recrutada por Fleury e que também mudou de rosto, mas não trouxe nenhuma informação sobre o caso. Uma das entrevistadas do livro *Autopsia do Medo*, Maria Antonieta de Castro Sá Gonçalves leu o livro *Eu, Cabo Anselmo* e deu sua opinião como psicóloga sobre o processo de formação de caráter que ocorreu Anselmo: “Para Antonieta, foi assim, a serviço de Fleury- papai, que Anselmo parece ter encontrado a sua identidade, seu estilo de ser homem”. O olhar da leitora pelo viés psicológico mostra Anselmo com uma tendência a procurar modelos masculinos fortes em líderes de esquerda e da ditadura. Além das percepções da amante e da leitora psicóloga, Percival procurou enquadrar Anselmo como um dos que foram acometidos por uma “maldição” que trazia doenças, mortes e desgraças para os que participaram da repressão:

José Anselmo dos Santos, o marinheiro que ajudou a deflagrar o movimento de 1964, esteve com Marighella e Lamarca, fez cursos de guerrilha em Cuba e transformou-se em espião do DOPS e do Cenimar na organização que renegou, viu-se só com a morte de Fleury. Foi como se tivesse ficado órfão. A esposa morreu de câncer. O filho, adolescente teve a perna amputada em acidente de carro. A identidade falsa oferecida por Fleury, transformou-o num morto-vivo, que gostaria de voltar a ser o que foi um dia, mas que ainda teme, sempre nas sombras, que um vingador misterioso, apareça à sua frente para justiça-lo num ato de ódio acumulado.(SOUZA, 2000: .448-449).

Percival silenciou estas informações no livro *Eu, Cabo Anselmo* publicado em 1999, pode-se perceber que nesta obra em que Anselmo não é o foco, o autor teve uma maior liberdade para abordar suas percepções sobre o ex-marinheiro. O primeiro livro termina com o pedido de Anselmo para a Comissão de Anistia, ressalta-se as violências que Anselmo sofre por ter escolhido o papel de ajudar a repressão e as consequências psicológicas de ter adquirido uma nova identidade. Em nenhum momento Percival citou estes importantes dados da vida pessoal de Anselmo em sua fase pós-colaboração com Fleury. Este tipo de silenciamento entre uma obra e outra expõe novas percepções sobre a memória de Anselmo, e indícios que nas negociações com Anselmo e os ex-agentes do DEOPS-SP impediram a exposição esses detalhes na publicação *Eu, Cabo Anselmo*.

Depois do lançamento do livro, o jornalista Hélio Gaspari escreveu uma crônica no jornal *Folha de S. Paulo* chamando atenção para algumas inconsistências no depoimento do cabo:

Chama-se " Eu, Cabo Anselmo," e tem a forma de uma conversa com o jornalista Percival de Souza. Não chega a ser uma esquadra inglesa, até porque é a segunda versão da mesma história. A primeira, o cabo contou em 1984, ao repórter Octavio Ribeiro e resultou no livro " Porque eu Traí".

Anselmo mudou sua história em dois pontos. Um é apenas curioso. Em 1984 contou que ofereceu à polícia, entregando-se no Museu do Ipiranga. Agora, revela que foi preso e torturado (o que negou em 1984). Fez bem, porque essa é a verdade. Uma vez apanhado, ou contava o que sabia ou morria.

A segunda mudança é mentirosa. O último serviço que Anselmo presou a polícia resultou no assassinato de seus militantes da VPR numa chácara da periferia do Recife, no dia 8 de janeiro de 1973. Em 1984 ele contou que, desmascarado, avisou a polícia. Esperou pela hora em que ficou sozinho no apartamento em que vivia e deu o fora. Agora, Anselmo informa que suas vítimas caíram numa armadilha depois de terem decidido executá-lo, por conta de uma ordem vinda de Cuba. Os seis supunham estar indo para a chácara onde o matariam, quando foram emboscados.

É mentira. As seis pessoas assassinadas na chácara foram presas entre o dia 7 de janeiro e a manhã do dia 8 em pelo menos quatro lugares diferentes. (...) O embuste de Anselmo foi desvendado pelo trabalho de Iara Xavier Pereira, da Comissão Nacional de Familiares de Mortos e Desaparecidos, que produziu um relatório de 1200 páginas sobre o massacre da chácara São Bento. Suas principais revelações estão no livro " Filhos deste Solo", do deputado Nilmário Miranda e do jornalista Carlos Tibúrcio, que também está nas estantes. (GASPARI, 2000).

O livro de Percival é retratado como “segunda versão da mesma história” por seguir o mesmo ritual das obras de Ribeiro e Borba, reportagem com destaque na imprensa e depois publicação de livro-reportagem. Gaspari (2000) como um reconhecido autor de diversas obras sobre a ditadura buscou as contradições na fala de Anselmo e trouxe a público as mudanças de discurso comparando as de 1984 com as de 1999. A menção à obra *Filhos deste*

Solo é uma indicação de que publicações contendo as apurações da Comissão de Mortos e Desaparecidos propiciaram que Anselmo não se torna-se a única versão sobre o massacre da Chácara São Bento. Gaspari termina o seu texto se perguntando se haveria alguma lei que proibiria Anselmo de requerer uma indenização ao Estado. O livro de Percival era o prenúncio de que Anselmo estava se preparando para juridicamente alcançar os direitos que os ex-presos políticos e familiares de vítimas demoraram décadas para conseguir.

Alguns anos depois em 2002, é instituída oficialmente a Comissão de Anistia junto ao Ministério da Justiça abrindo a possibilidade de reparação do Estado às vítimas das diversas violações de direitos que ocorreram na ditadura civil-militar. Em 2004, José Anselmo dos Santos entra com uma solicitação com suas impressões digitais pedindo Anistia e documentos como Certidão de Nascimento, RG e CPF. Acessando o processo de José Anselmo dos Santos na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça pode-se elucidar a opinião de Anselmo sobre as reportagens de Percival. O processo com mais de seis mil páginas traz alguns menções ao livro *Eu, Cabo Anselmo*:

Originalmente o livro que os editores nominaram "Eu, Cabo Anselmo" pode ser considerado em parte e desconsiderados os relatos da narrativa cinematograficamente distorcida. A narrativa que passa ao leitor que não viveu pessoalmente nos bastidores da repressão, uma quase certeza de fascínio que o Delegado, carcereiro exercesse sobre o prisioneiro a ideia de disponibilidade voluntária do preso, como se conhecesse e participasse daquelas operações de repressão por própria vontade e não na qualidade de prisioneiro que, sem alternativas, manobrava para salvar vidas, mesmo sabendo que a sua estava em maior risco. Nas entrelinhas, o leitor mais bem informado pode inferir a ausência de destaque: ao fato de que muitos são sobreviventes, outros tantos nem ao menos foram prejudicados, graças ao silêncio e também por interferência do preso junto ao carcereiro, num momento em que o primeiro atreveu-se a interceder e o segundo fez valer seu poder, no ambiente competitivo entre grupos de agentes da repressão ao fato de que ao ser preso, data documentada, os integrantes do grupo com quem tinha contatos já haviam sido presos ou mortos.

que a sequência de contatos com remanescentes das organizações da luta armada, foram dados pela mesma organização de inteligência, cujos agentes já estavam infiltrados naquelas organizações e sabiam muito mais que o mesmo preso. Havia agentes da Polícia e das Forças Armadas cuja atuação e nomes jamais foram revelados e cuja existência era permanentemente referida pelos agentes da repressão, que fato relevante como a ausência de iniciativa do estado em reconhecer e restabelecer a cidadania de um "colaborador", "traidor", com a importância que lhe era atribuída, e que no mínimo poderia e deveria ganhar sua identidade ou mesmo ser aposentado pela Marinha, que nos anos subseqüentes foi mantido sob vigilância, a serviço de um Delegado de Polícia, numa empresa de serviços da família do mesmo, como trabalhador informal que as circunstâncias e a ausência de opções, mesmo o medo, o impediam de buscar o que seria de direito, que mesmo após a vigência da Lei de Anistia, considerava-se, ainda sob o regime militar, sob vigilância e temeroso de reivindicar qualquer direito, que mesmo hoje, percebe a dificuldade de percepção mais ampla das pessoas, para entender como toda uma geração foi envolvida pela poderosa

manobra hegemônica das superpotências da época, misturando categorias ideológicas em detrimento de culturas nacionais. auto determinação e soberania. (PROCESSO, Volume Digitalizado de Processo AN-2004 Part I - A (5286918) SEI 2004.01.42025 / pg. 425-426).

O documento enviado à Comissão de Anistia demonstra que a o livro poderia trazer elementos prejudiciais ao seu pleito por uma indenização. O fascínio pelo delegado Fleury é explicitamente citado no livro, e nesse ponto Anselmo sabia que poderia perder votos dos membros da 3ª Câmara da Comissão de Anistia. Pouco tempo depois, no dia 08 de dezembro de 2014 é anexado ao processo mais uma carta de Anselmo solicitando que o livro *Eu, Cabo Anselmo* e uma entrevista realizado pelo jornalista Pedro Bial da rede Globo não fossem levados em consideração:

Em momentos de reflexão. considero que cada repórter com quem interpretou de modo difamatório (caso do Sr. Pedro Bial) ou de modo distorcido e até fantasioso (caso do Sr. Percival de Souza). No primeiro caso. editaram oito horas de gravações e esclarecimentos. em 8 minutos de comentários. No segundo caso os textos e comentários do jornalista confundem-se com as falas do personagem. Com muito da mesma experiência de quem era amigo e informante do Dr. Sergio Fleury. Pode ser que o tenham feito isso para estar bem com suas equipes de trabalho. Com as pessoas que consultaram. cuja informação distante no tempo e envolvida com o ambiente atua, tende a repetir um discurso inferido sobre fatos distantes. Fatos não presenciados, intenções não declaradas, circunstâncias limitantes, medo, dor e solidão pouco comuns. (PROCESSO, Volume Digitalizado de Processo AN-2004 Part I - A (5286918) SEI 2004.01.42025 / P.228).

A acusação de que Percival atuaria como informante de Fleury está inserida em uma tentativa de Anselmo mudar sua imagem perante à Comissão. Esta insinuação foi realizada somente nesta ocasião, dentro de um processo em que somente advogados e membros da Comissão tinham acesso¹⁴. Nos diversos veículos de comunicação que Anselmo compareceu não voltou a insinuar que Percival seria informante, também não foram encontrados outros documentos que corroboram com esta insinuação. Nesta insinuação de informante, sabe-se pelas datas e correspondência, que Anselmo estava sendo acompanhado pelo delegado Carlos Alberto Augusto. Toda a documentação enviada tanto por correio, quanto por e-mail para a Comissão de Anistia do processo de Anselmo era enviada pelo delegado. O delegado acompanhava o processo e tinha certo grau de influência sobre o cabo, portanto pode-se concluir que há indícios de que este ex-membro da equipe de Fleury guardou certa cumplicidade nesta grave insinuação.

Ao percorrer o processo de José Anselmo dos Santos na Comissão de Anistia é possível perceber a mudança em sua narrativa ao longo do tempo. O próprio relator do processo, Nilmário Miranda, deixa bem claro em no relatório final que utilizou como referência as entrevistas que deu para Octávio Ribeiro no início dos anos 80. Neste período Anselmo era utilizado pelos ex-agentes da repressão como uma forma de intimidação durante o período da distensão do regime, ao aparecer na imprensa deixava a impressão de impunidade e da proteção do Estado aos que compactuaram com a repressão. Em novembro de 2008, Anselmo escreve novamente uma solicitação pedindo que a Comissão de Anistia não leve em consideração os livros-reportagem, nesta oportunidade mais uma vez fala sobre Percival:

Na oportunidade da segunda entrevista ao repórter Percival de Souza e edição de um livro, foi efetuada em maior liberdade, em ambiente bastante diferenciado. E tendo um Delegado de Polícia como acompanhante. O Delegado Carlos Alberto, que acabou sofrendo consequências por ser amigo de Anselmo. A sequência de acontecimentos com a exposição de imagem não autorizada, distorção de fatos e o libelo de execração pública, impediu-o de continuar suas atividades de sobrevivência. (PROCESSO, Volume Digitalizado de Processo AN-2004 Part I - A (5286918) SEI 2004.01.42025)

No trecho pode-se perceber que para Anselmo o livro trouxe consequências financeiras e morais que acabaram o prejudicando. O documento de autorização de imagem provavelmente não existiu ou não tinha validade judicial, uma vez que Anselmo não tinha mais seus documentos de identificação. Nas imagens que constam no livro, Anselmo sempre apareceu de óculos escuro estilo policial e boné evitando a exposição. As atividades de sobrevivência a qual se refere, nunca foram bem esclarecidas, mas em documentos e no livro de Percival consta a informação de que trabalhava em uma empresa de segurança pertencente a um delegado de polícia.

Em 2011, no programa *Canal Livre* da Rede Bandeirantes de Televisão, Anselmo declarou que havia perdido o apoio do delegado Dr. Carlos Alberto Augusto depois da exposição que sofreu participando programa Roda Viva, da TV Cultura. Naquele ano sua entrevista ao Roda Vida foi muito comentada nos veículos de comunicação. Ele foi extremamente criticado por diversos jornalistas que o interrogaram pela culpa das mortes de diversos militantes de organizações de esquerda. A insistência em negar a sua responsabilidade ao citar o contexto de exceção em que o Estado se encontrava deixou diversos participantes do programa revoltados. A declaração de que não havia se arrependido

de nada que havia feito foi manchete de diversos jornais. Sua participação no programa foi às vésperas do julgamento de sua solicitação de reparação do Estado pelas violações aos direitos humanos cometidas na época da ditadura civil-militar. Ao percorrer o percurso das aparições de Anselmo nos meios de comunicação, é possível verificar que foram cuidadosamente arquitetadas para que ele pudesse explicitar ao público sua posição de vítima em datas relevantes para seu pedido de reparação do Estado.

Finalmente, em 2012, ocorreu o último julgamento de Anselmo na Comissão de Anistia. O processo foi relatado pelo ex-ministro de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, que indeferiu a solicitação. No relatório final, Nilmário Miranda expõe que utilizou como referência o livro *Porque Eu Trai Confissões de Cabo Anselmo* de Octavio Ribeiro por ser a versão mais antiga da atuação do cabo. Miranda que já havia publicado um livro sobre o massacre da Chácara São Bento, fez um amplo relatório com 88 pontos que foram levados em consideração para o indeferimento da solicitação. Nilmário Miranda expôs o motivo para negar o pedido: "Seria esdrúxulo o Estado pedir perdão e conceder indenização a uma pessoa que foi parte explícita do Estado repressor, participando de torturas, execuções e desaparecimentos". Tendo como base a legislação internacional que proíbe qualquer reparação ou condecoração à torturadores formulou a base jurídica de seus argumentos, ressaltou que não caberia a Comissão de Anistia puni-lo ou investiga-lo, mas que tinha indícios de sua participação em torturas e mortes. Todos os 11 conselheiros votaram de acordo com o relator, indeferindo o pedido. Ressalta-se que o cabo não recorreu na decisão em tempo hábil, demonstrando ter perdido as esperanças em uma mudança no resultado, sem um recurso coube ao Ministro da Justiça ratificar a decisão e encerrar o processo.

Anselmo se destaca na atualidade com os novos movimentos de direita. Infelizmente, algumas correntes do pensamento de direita, que ganharam força após o golpe de 2016, o veneram como um herói da ditadura civil-militar. A narrativa de crítico da esquerda e defensor de Fleury preenche os anseios de setores que defendem uma nova intervenção militar. Negando sua culpa na morte de dezenas de pessoas que foram covardemente torturadas e assassinadas pela ditadura civil-militar, em 2016 ele lançou a autobiografia *Cabo Anselmo – Minha Verdade*, trazendo sua versão sobre a negativa do Estado em lhe conceder uma indenização. Com a causa perdida, fez severas críticas ao governo Dilma Rousseff e à

Comissão de Anistia, tornando-se tema de debate para apoiadores da era Bolsonaro como Olavo de Carvalho e Joice Hoffman⁸¹.

Ao que tudo indica, Percival não conseguiu cair nas graças de Anselmo, que na busca de indenizações e reparações pelo que ocorreu naquela época acreditou que as reportagens e livros poderiam mudar suas memórias e a opinião pública. O livro escrito de forma rápida e inesperada deu destaque a Percival, que alcançou o maior destaque de sua carreira como escritor de livros-reportagem com a indicação ao prêmio Jabuti no ano 2000. Passados os diversos meses de 1999 que se dedicou a *Eu, Cabo Anselmo*, volta a dedicar-se a escrever a biografia do delegado Sérgio Paranhos Fleury, o maior projeto de sua carreira.

Autopsia do Medo e as disputas sobre a Memória de Fleury

Autopsia do Medo – Vida e Morte do Delegado Sérgio Paranhos Fleury é considerada por Percival como a sua obra de maior relevância, também a de maior extensão com 650 páginas, muito maior de que sua segunda obra mais extensa *Narcoditadura* com 269 páginas. Fugiu ao padrão de todo os seus livros-reportagem pelo extenso trabalho de pesquisa e também por fugir da antiga fórmula utilizada em livros como *A Prisão* e *A Maior Violência do Mundo* em que reportagens publicadas no *Jornal da Tarde* davam origem ao livro.

Sérgio Paranhos Fleury nasceu em Niterói em 1933, mas sua família logo se mudou para o bairro de Vila Mariana em São Paulo, onde seu pai havia conseguido emprego como médico legista. Quando tinha 11 anos, seu pai faleceu devido a complicações decorrentes de uma contaminação ocorreu durante uma necrópsia. O governo subvencionou então todo o seu curso ginásial, realizado no Liceu Coração de Jesus em regime de internato. Entrou para a polícia nos anos 1950, como investigador iniciou sua carreira na RONE (Ronda Noturna Especial). Com a extinção da RONE foi para a RUDI, ainda como investigador fazia bicos como vendedor e estudava Direito, em São José dos Campos. Depois de formado passou no concurso de delegado e começou a trabalhar na Radiopatrulha e na Delegacia de Roubos, setores conhecidos pela extorsão da prostituição da Boca do Lixo e pela tortura como método para revelar os receptores de objetos roubados. Em 1969, durante o auge da luta-armada, o

⁸¹ Em pesquisas no site youtube.com pode-se verificar que nos últimos três anos José Anselmo do Santos vem sendo requisitado para diversos canais de conteúdo político.

DOPS pede funcionários para a delegacia de Roubos e Fleury junto com toda a sua equipe é convidado a assumir a Delegacia de Ordem Social.

Um ano depois de sua chegada no DOPS, começam os julgamentos dos primeiros caso do Esquadrão da Morte e sua exposição pública. Ao mesmo tempo que era apontado como líder do Esquadrão e vinculado ao tráfico de drogas, conseguiu destacar-se no combate aos elementos considerados subversivos e terroristas. Algumas de suas de suas operações policia em conjunto com órgãos de inteligência das forças armadas ganharam destaque: a prisão dos frades dominicanos Tito e Beto, o assassinato de Carlos Mariguella líder da ALN e o assassinato de Onofre Pinto líder da VPR.

Sérgio Paranhos Fleury foi dentre todos os que trabalharam para órgãos de repressão o que mais teve exposição pública. Por mais que a ditadura tivesse sua cúpula formada por altos escalões das forças armadas, este simples delegado de polícia conseguiu ganhar o apoio popular dos que apoiavam a ditadura. As diversas homenagens que foram feitas a ele em vida e depois de sua morte, como o nome de uma rua na cidade paulista de São Carlos, garantiram que além de fama atraísse a indignação de uma parcela da sociedade que buscava valores democráticos. Percival compreende que Fleury era a face visível da repressão e que muitas das ações de outros órgãos foram atribuídas a ele, que acabou superdimensionado pela esquerda.

A lei nº 5.941, de 22 de novembro de 1973, ficou conhecida como “Lei Fleury” por tê-lo beneficiado diretamente. A partir dessa legislação: “Se o réu for primário e de bons antecedentes, poderá o juiz deixar de decretar-lhe a prisão ou revogá-la, caso já se encontre preso”. Fleury que fora condenado a 18 anos de prisão por assassinatos da época em que pertenceu ao Esquadrão da Morte, permaneceu em liberdade com um habeas corpus devido a esta alteração no código penal. É inegável que seu prestígio garantiu que tivesse a impunidade pelas ações arbitrárias, torturas, mortes, relações com o tráfico de drogas e ser membro de um grupo de extermínio. Percival identificou algumas das denominações dadas ao delegado: “mito”, “Papa Doc” e “Lenda”. A constância dos termos enaltece o poder de um simples delegado de Polícia tinha sobre perante os três poderes da nação e nas esferas municipal, estadual e municipal. Além de admiração também despertou o ódio de seus inimigos, em meio a tantas controvérsias é necessário compreender como Percival de Souza fez representações deste personagem e que fontes utilizou para tal empreitada.

Confiteor, termo que carrega o tom religioso do sacramento católico da confissão, é o título do capítulo em que o autor se encarrega de narrar os meandros do processo de pesquisa e escrita do livro. Não foi fácil fazer com que os agentes e ex-agentes do Estado falassem sobre os episódios que os ligavam a vida de Sérgio Fleury, e automaticamente as atividades ilegais do estado autoritário. Percival descreve como foi difícil fazer com que os entrevistados rompessem um pacto de silêncio que tinham estabelecido com seus ex-companheiros do DOPS-SP.

A idade avançada e a morte repentina de alguns dos entrevistados fizeram com que Percival tivesse que realizar algumas entrevistas inesperadas em hospitais e leitos de morte. A partir dos dados que declarou no capítulo *Confiteor* é possível levantar alguns dados quantitativos sobre os entrevistados, de um total de 117 que pretendia entrevistar quando começou o projeto. No entanto 14 delegados e 3 investigadores morreram antes do início das entrevistas. Antes de apresentar todos faz uma menção entre parênteses dos entrevistados:

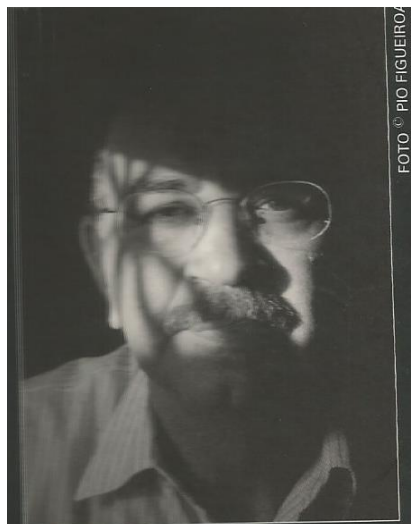
A história da elaboração deste livro passa pelo registro de depoimento de personagens que antes nunca se dispuseram a falar. Militares ou civis, caçadores ou caçados, defensores ou contestadores do regime, ouve os que preferiam permanecer em silêncio, fazendo no máximo algumas indicações. Outros, de maneira por vezes surpreendente, concordam em contar os momentos e episódios que viveram. Alguns foram ouvidos paciente e intercaladamente ao longo dos últimos vinte anos. Dentre eles, houve mortes antes que o livro começasse a ser escrito – como as dos delegados Ernesto Milton Dias, Ademar Magalhães Lopes, Hélio Tavares, Edson Magnotti, Edson Vinícius Charmilot, Antônio Ribeiro de Andrade, Alcides Cintra Bueno Filho, Ivahyr de Freitas Garcia, Gil Antônio Ferreira, Fábio Lessa, Lúcio Vieira, Orlando Baretti, Luis Orsatti e Benedito Nunes Dias e as dos investigadores Osvaldo Machado de Oliveira, Sávio Fernandes do Monte e Henrique Castro Perrone Filho. Algumas dessas mortes aconteceram na fase final da pesquisa e significam lembranças enterradas definitivamente no túmulo. Mesmo assim, episódios relevantes puderam ser reconstituídos indiretamente. (SOUZA, 2000: 45-46).

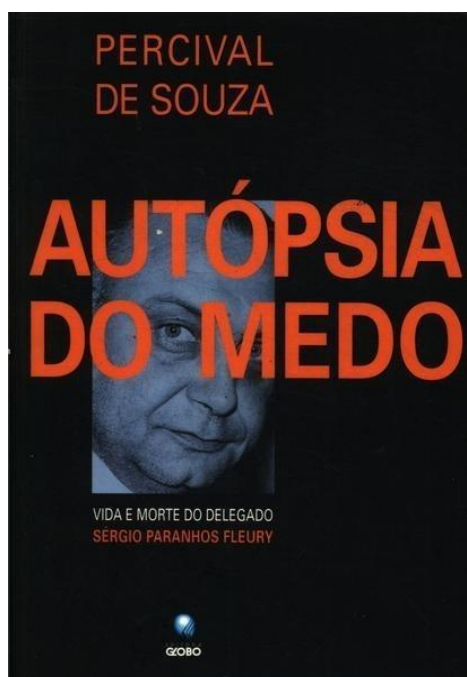
A descrição nominal dos que morreram e que poderiam contribuir com a obra reforça o caráter incompleto do conhecimento histórico. Muitos dos que estavam envolvidos naqueles episódios estavam chegando a idades avançadas e poderiam falecer sem revelar informações preciosas para a reconstituição de um passado que não deve ser esquecido. Ao mesmo este trecho deixa a impressão que Percival escreveu *Autopsia do Medo* (2000) antes que outros morressem e que não pudessem deixar as suas memórias para o autor. Neste caso Percival ressalta seu papel de guardião da memória por agir antes da morte levar mais testemunhas daqueles anos de chumbo. E depois de apresentar os entrevistados conclui:

Há muito mais, porém. Unidos pelo amargor das reminiscências, nem todos os personagens que podem ajudar a traçar a biografia de Fleury e todo o contexto no qual o policial se projetou e ficou famoso querem entrar na História pela porta da frente. Outros, contudo, não se importaram, como se esta fosse a oportunidade de tirar um grande peso da consciência ou esclarecer fatos, como vários costumam dizer, “entalados na garganta”. Passam a impressão de que querem ser ouvidos em suas ideias, convicções, vontades, sonhos, frustrações e arrependimentos. (SOUZA, 2000: 68)

Pela descrição que Percival faz de seus entrevistados pode-se concluir que falar sobre este tema que foi silenciado durante tantos anos era um desabafo que para os que estavam “entalados na garganta”. A publicização de suas memórias por Percival traria um alívio em suas consciências pela conscientização de seus leitores dos horrores que participaram. O termo autópsia presente no título do livro, significa abrir um cadáver para realizar uma investigação, o título *Autópsia do Medo* remete a uma investigação sobre o medo que muitos passaram com as terríveis violações de direitos humanos que ocorreram naqueles anos de chumbo. Em seu subtítulo *Vida e Morte do Delegado Sérgio Paranhos Fleury* não encontramos referência a seus feitos ou o termo biografia, denominações comuns a este tipo de livro-reportagem, mas as palavras antagônicas vida e morte. A capa do livro traz uma atmosfera fúnebre com fundo preto e os olhos azuis de Fleury espiando o leitor no meio da palavra medo. A própria foto de Percival de Souza na orelha do livro aparece cortada por um feixe de luz que dá a impressão de estar atrás das grades e um tom sombrio:

Figura 9 – Fotografia de Percival e Capa de Autopsia do Medo





Fonte: Souza, 2000: Capa

O primeiro capítulo contribui para este tom fúnebre, é intitulado “A Casa da Vovó” e dedicado ao DOI-CODI, localizado na rua Tutóia no bairro da Vila Mariana. O livro inicia-se com uma em códigos entre agentes da repressão, na conversa se tem impressão de que são médicos trabalhando em um hospital, mas aos poucos o leitor percebe que nos códigos são narrados cenas fortes de tortura, mortes e ocultações cadáver. O termo “A Casa da Vovó”, que virou o título da obra do jornalista Marcelo Godoy publicada em 2014, era como os agentes do DOI-CODI chamavam o prédio da rua Tutóia. O delegado Fleury nunca trabalhou no DOI-CODI, mas Percival utilizou a crueldade presente nesses depoimentos para introduzir o leitor aos horrores daqueles anos de chumbo.

Antes de Autopsia do Medo, Percival havia escrito dois livros que trataram do Esquadrão da Morte de São Paulo, Violência e Repressão e *Mil Mortes*. Estes dois livros foram escritos em um contexto de perseguição política a jornalistas, em Violência e Repressão o delegado nem foi citado nominalmente. Mesmo tendo a liberdade de escrever sobre a atuação do Esquadrão como nunca tivera antes, ficou explícito que agora seu foco estava voltado para os órgãos de repressão da ditadura civil-militar. Dos 21 capítulos livro, somente dois tratam da atuação do Esquadrão, o sétimo intitulado Esquadrão, Morte e o oitavo intitulado Esquadrão, Poder. A ligação com o tráfico de drogas tão enfatizada por

Hélio Bicudo (1973) e no livro *Violência e Repressão* só foi mencionada por Percival em *Autópsia*. Em compensação não foram poupadas as autoridades estaduais que se colocaram contra o promotor Hélio Bicudo, como o governador Abreu Sodré e o secretário de segurança pública Hely Lopes Meirelles. O episódio do esquadrão serviu para revelar a rede de poderes que a cúpula da ditadura possuía para ajudar seus protegidos.

Ao tentar compreender a criação das forças de repressão corre-se o risco de focalizar somente um lado de um campo da memória social que está em disputa. A separação que Percival traz entre o DOPS-SP e o DOI-CODI enfatiza que o primeiro teria uma função mais ligada ao fornecimento do arcabouço jurídico necessário para dar uma imagem processual à repressão, e o segundo teria uma ação mais violenta ligada a tortura. A disputa entre DOPS-SP e o DOI-CODI não foi muito explorada por Percival, que dedicou somente um parágrafo a um episódio que demonstrou a força dos militares, a transferência de Fleury para o 41º Distrito Policial na Vila Rica, zona leste de São Paulo. Fleury não cedeu Shizuo Ozawa, conhecido como Mário Japa, para ser interrogado DOI-CODI durante a administração do Major Waldyr Coelho. Segundo Godoy (2014), o major Waldyr Coelho ficou “às turras” com Fleury, e como retaliação toda a Secretaria de Segurança Pública sofreu mudanças. Desde o secretário, passando pela cúpula da polícia e do DEOPS-SP até chegar na equipe de Fleury, todos foram trocados com base na legislação antiterrorismo que desde 1969 estabelecia que todos as Secretaria de Segurança estaduais estavam sob ordens das Forças Armadas. Durante poucos meses Fleury ficou de “castigo” na delegacia de Vila Rica, Percival descreve que ele ia pessoalmente combater as rinhas de galo da região e levava os galos detidos junto com seus donos.

Quando o Cel. Carlos Brilhante Ustra assume o DOI-CODI sua postura era de diálogo com o DEOPS-SP, procurando se diferenciar do estilo do Major Coelho. Porém durante a administração de Ustra no DOI-CODI, Godoy não descreve a relação com Fleury de forma amistosa:

Embora tenha sido obrigado a conviver com Fleury e o Dops no começo de suas atividades – principalmente por causa dos resultados alcançados pelo delegado, como as mortes de Carlos Marighela e de Joaquim Câmara Ferreira -, o Exército desde então não mais abriu mão de ter a primazia no combate à subversão. Para tanto, foram necessárias duas regulamentações expedidas pelo 2º Exército para deixar claro quem mandava na área. (GODOY, 2014: 220).

A abordagem de Godoy difere da de Percival, pois suas observações partem de análises dos militares, e mostram como o DEOPS-SP teve que ceder espaço para a estrutura que foi implementada pelo DOI-CODI. No DOI-CODI um pacto de silêncio foi a regra vigente até o trabalho de Marcelo Godoy (2014) realizado concomitantemente com a Comissão Nacional da Verdade. Ustra conseguiu que quase a totalidade dos que trabalharam naquela instituição mantivessem o pacto, além disso, manteve o grupo unido em operações clandestinas monitorando o PT junto com seus ex-funcionários nos anos 1990. Como já citada os policiais civis, foram os primeiros a serem utilizados no aparelho repressivo pela própria estrutura hierárquica do órgão:

Foi quando o DOPS pediu reforço à Secretaria de Segurança. A ajuda veio da Delegacia de Roubos com todo o seu estilo, a sua cultura, e os seus métodos. Para homens daí, acostumados a arrancar serviço de ladrões, mudaria somente o alvo a ser atingido: em vez de ladrões mudaria somente o alvo a ser atingido: em vez de caçar autores de crimes contra o patrimônio, agora correriam atrás de subversivos. A maioria maciça desses policiais não tinha a menor ideia de quem havia sido Karl Marx e Lenine, não tinham interesse nenhum nas informações sobre Moscou e, como se dizia, sobre a *Cortina de Ferro*, os países que compunham a união das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Os delegados diziam para os investigadores que iriam “continuar cumprindo o que está previsto no Código Penal”. Nessa análise limitada, tanto faz como tanto fez. Não importava se o militante rezava a cartilha de Mao Tsé-tung sobre as linhas, chinesa, maoísta, cubana e albanesa – está por muito tempo glorificada como símbolo do comunismo puro. O *Know – how* da repressão nos porões foi civil. (SOUZA, 2000: 33).

Este trecho reflete o “*Know – how*” da participação civil nas torturas, resgata a história da própria Polícia Civil, que sempre teve uma certa independência em relação ao sistema judiciário para “continuar cumprindo o que está prevista no código Penal”. Ressalta-se que o termo ditadura civil-militar entraria em voga na historiografia na década de 2010, com um artigo do historiador Daniel Aarão Reis (2011) que reforça que os militares só chegaram e se mantiveram no poder com o apoio de civis. Neste momento reforçar o papel da Polícia Civil na tradição de torturas e violações de direitos humanos representou um novo olhar sobre a historiografia. Tais episódios não foram uma invenção do regime instaurado em 1964, mas uma prática comum nos departamentos da Polícia Civil, e ocorriam com a complacência das autoridades perante os presos comuns. A biografia de Fleury reforça a visão da participação civil na ditadura civil-militar, este lado

Um dos que colaborou com *Autopsia do Medo* foi o senador Romeu Tuma, que trabalhou como delegado entre 1966 e 1975 na Delegacia de Ordem Política e entre 1975 e

1983 como Diretor do DEOPS-SP. Depois de sua passagem como diretor do DEOPS-SP, passou a superintendente da Polícia Federal em São Paulo nos anos 1980 e chegou a diretoria da Interpol no início dos anos 1990. Tornou-se senador eleito pelo estado de São Paulo em 1994, e sempre negou publicamente qualquer tipo de tortura ou mortes dentro do DEOPS-SP, atitude que sempre revoltou os ex-presos políticos. No trecho do depoimento de Tuma para o livro ele descreve bastante o tratamento digno que deu a Lula, quando o prendeu em 1979 e conclui: “Eu, me dou bem com todos. Minha memória está falhando, desculpe” (SOUZA, 2000). Em relação a Fleury, Tuma disse que não era seu amigo e que Fleury sempre manteve um sentimento de rivalidade que impediu aproximações.

Tuma é citado Percival em pelo menos duas polêmicas: a meteórica ascensão de Fleury na carreira policial e a transferência dos arquivos do DEOPS-SP para a superintendência da Polícia Federal. Tuma reconheceu em seu depoimento que ganhou a “carteira preta”, promoção para a classe especial, junto com Fleury em 1975, situação anormal na carreira que gerou ressentimento dentro da polícia civil. Em sua crítica ao destino dos arquivos do DOPS, que passaram por “limpezas” de documentos comprometedores, Percival nunca questionou a justificativa dada por Tuma de que as informações dos arquivos eram sobre a Segurança Nacional e que por isso deveriam ser encaminhadas ao governo Federal.

Em outros momentos Percival fez alguns apontamentos críticos sobre a atuação de Romeu Tuma, na nomeação do delegado Alcides Cintra Bueno Filho na Ordem Política e em uma foto em que Tuma aparece junto com Fleury. Na fotografia em que está o Secretário de Segurança Pública Cel. Erasmo Dias batendo continência para generais do II Exército, aparecem ao fundo Fleury e Tuma conversando, Percival comentou “ambos, com trânsito livre entre os militares, dominavam completamente todo o aparato de segurança” (SOUZA, 2000). A simples indicação de que Romeu Tuma foi um dos entrevistados de *Autopsia do Medo* indica a autorização que Percival recebeu dos mais altos escalões do antigo DEOPS-SP para escrever seu livro.

O delegado Alcides Cintra Bueno Filho, chamado de “Porquinho” pelos colegas do DOPS-SP por estar sempre cheio de caspa na roupa, era o encarregado de lavar e vestir os corpos que seriam enterrados em valas de indigentes, o “coveiro do departamento”. Percival comentou a nomeação de Alcides: “Tuma, como de hábito, procurou não se comprometer, indicou o delegado Alcides” (SOUZA, 2000). Romeu Tuma faleceu com 79 anos em 2010, na época era processado pelo Ministério Público Federal pela coparticipação em 5 casos de

ocultação de cadáveres, assinou documentos autorizando algumas das “diligências” de Alcides⁸².

Ao fazer uma reflexão sobre a memória do delegado Fleury, Percival cita o mal-estar que seu nome provocava para parte dos integrantes da polícia, muitos gostariam de apagar o passado de mortes que mácula a instituição. No livro *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, de Hannah Arendt (1983) oferece um relato sobre as condições em que se deu a prisão e os julgamentos de Adolf Eichmann, tenente-coronel da SS que foi responsabilizado pela morte de milhares de judeus. Arendt descreve que a maioria dos que acompanham o julgamento queriam saber quem era Eichmann, o que em sua trajetória o tinha levado a cometer tamanha monstruosidades. O fato de Eichmann ser um alemão comum chocou os presentes com a chamada banalidade do mal com que descrevia suas funções diárias. A experiência de Arendt com Eichmann propicia a reflexão sobre biografias de homens comuns que trabalhando para o Estado cometeram atos monstruosos, más que levavam suas vidas normalmente com suas famílias e empregos.

Conhecer a história de vida e reconhecer a banalidade do mal em trajetórias de vida é uma forma de compreender o desvio moral que os regimes autoritários impõem aos que trabalham nos porões. Pode-se perceber que ao longo dos anos 1980 principalmente revistas masculinas como *Playboy* e *Club dos Homens* aguçavam a curiosidade do público sobre como viviam Fleury e Cabo Anselmo. A questão da culpa moral sobre seus atos permeia esses personagens, e a velha frase “Eu só estava cumprindo ordens” apareceu quando Fleury foi indagado por sua amante sobre o Esquadrão da Morte.

Já que Fleury e Anselmo não sentiam culpa pelos seus atos e também ficaram impunes pelo sistema judiciário, sobrou para eles a crença de que seriam julgados pela justiça divina, foram vítimas de uma maldição que levou a mortes repentinas e desgraças aos membros do aparato repressivo. Esse detalhe de misticismo é presente em todo *Autopsia do Medo*, são citadas diversas pessoas que que morreram e sofreram infortúnios: “As desgraças adquiriram variáveis – separações conjugais, traições, abandonos, problemas com os filhos, perseguição na polícia e no exército “. Como já citado Percival identificou Anselmo e Fleury como alguns dos que sofreram as desgraças da maldição, Anselmo pela morte da esposa e do filho, e

⁸² Para saber mais ver: *Ditadura: MPF/SP move ação civil contra Tuma, Maluf e legista por ocultação de cadáver*. Disponível em: <https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/2017848/ditadura-mpf-sp-move-acao-civil-contratuma-maluf-e-legista-por-ocultacao-de-cadaver> . Acessado em 12.05.2021.

Fleury pela morte prematura. A referência a uma maldição também aparece no livro de *A Casa da Vovó* de Marcelo Godoy (2014), e foi relatada por funcionários do DOI-CODI paulista. O fato de repetir-se em estruturas hierárquicas diferentes, e obras com mais de uma década de distanciamento, evidencia que muitos ficaram atormentados com esta maldição, um tom de penitência que não permitiu que escapassem impunemente tendo um final feliz.

Autópsia do medo, como a maioria das biografias busca também trazer curiosidades, manias e detalhes que surpreendem o grande público. Os bicos que Fleury fez no começo de sua carreira como segurança do cantor Roberto Carlos foi uma surpresa para grande parte dos leitores. Nesta construção do cotidiano do delegado, Percival traz o gosto de Fleury pelo personagem *Mussum* do programa humorístico *Trapalhões* da Rede Globo de Televisão. O personagem com características peculiares enriqueceu o vocabulário do delegado com termos como “sécetis” em vez de secreto e “bandídis” em vez de bandido⁸³. Seus hábitos simples como assistir o seriado policial *Barreta* ou ligar para a mãe idosa todas as tardes para perguntar sobre seu estado de saúde foram explorados para a composição do Fleury homem comum que se escondia atrás do “mito”. Essa operação é chamada humanização do biografado, um enfoque onde os relatos das características pessoais prevalecem sobre os atos cometidos.

A vida pessoal de Fleury foi extensamente analisada por Percival, que caprichou na descrição de dois relacionamentos extraconjugais, um com a esposa de um dos delegados do DOPS e outro com uma advogada que o procurou pedindo ajuda para um irmão que havia perdido o passaporte em Moscou. O primeiro caso não é rico em detalhes e o nome dos envolvidos não foram revelados, mas é citado diversas vezes no livro para lembrar que sempre os dois delegados se encontravam o clima ficava tenso por mais que mantivessem a cordialidade. Em uma foto de uma festa realizada no DOPS-SP, sem data estabelecida, Percival lembra que os integrantes daquele departamento se esforçavam para criar um clima de “grande família”, mas que o romance de Fleury atrapalhava esses momentos pelo mal estar que causava a todos. Segundo Percival este romance durou poucos meses e a amante de Fleury continuou casada o delegado colega de Fleury no DOPS-SP.

O segundo caso extraconjugal foi com uma advogada alguns anos mais nova que ele, Leonor era o nome da moça que arrebatou o coração de Fleury. Conheceram-se por acaso, seu

⁸³ DE SOUZA, Percival. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. Editora Globo, 2000. p.359.

irmão que estudava física em Moscou perdeu o passaporte e não conseguia retornar para o Brasil, Leonora foi pedir ajuda para Fleury na emissão do passaporte. O romance durou anos, Fleury mantinha um terreno no Morumbi onde tinham um chalé e recebia chamados urgentes na casa de Leonora no bairro de Perdizes. Nunca cogitou abandonar sua esposa, mas tornou o relacionamento público.

Leonora guardou todas as cartas de Fleury em cofre no bando Bradesco, e deixou um recado caso morresse: “Para o autor deste livro: “Você é o dono desta estória; você teve paciência para ver, aos poucos, que eu abri o baú do passado e ir retirando as lembranças dos fatos guardados há tanto tempo. Estava escrito: havia de ser com você. (SOUZA, 2000, p;647-648). A simpatia de Leonora pelo jornalista o fez sentir-se como um predestinado à escrita da biografia de Fleury. Percival de Souza fez questão de trazer ao público a íntegra das cartas de amor que escreveu para Leonora, amor extraconjugal que arrebatou o coração do delegado. O romance com Leonora é tratado no capítulo 19, que tem como título *Ronc-Ronc*, apelido carinhoso que o delegado ganhou de sua amante por seu forte ronco noturno. Percival confessou no último capítulo de *Autopsia do Medo* (1999) que a simpatia que ganhou da amante acabou desagradando a viúva:

A viúva colaborou, a princípio, mas fechou-se depois que eu, eticamente, lhe contei que havia uma amante e que historicamente a sua aparição no livro seria imprescindível. Que eu lamentava a situação, mas não tinha como evitar a abordagem. Se eu não tivesse sido ético, ela revelaria mais detalhes da vida conjugal. Paciência preço a pagar. Em compensação, a amante revelou a intuição de que a História um dia iria procurá-la e um tesouro em forma de cartas e bilhetes estava guardado num cofre de banco, à minha espera, para me ser entregue algum dia caso lhe acontecesse alguma coisa. (SOUZA, 2000: 647-648)

O relacionamento extra conjugal de Fleury foi o estopim para uma ruptura no apoio que recebeu da viúva. Uma característica importante em uma biografia é a autorização dos biografados, ou parentes do morto biografado. Algumas biografias tem no título “biografia não autorizada”, o caso mais famoso no país foi o do cantor Roberto Carlos em 2007, que entrou com uma liminar na justiça proibindo que Paulo César Araújo publicasse *Roberto em Detalhes*. Apoiando-se nos artigos 20 e 21 do código civil, biografados e seus familiares recorrem judicialmente contra a publicação de obras alegando difamação contra a honra e a memória. Somente no ano de 2015 é que o STF publicou um acórdão sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.815, impetrada pela Associação Nacional dos Editores de Livros

reconhecendo o direito a biografias não autorizadas. Diante do exposto, compreende-se que na virada do século XXI havia uma grande possibilidade de disputas judiciais envolvendo a publicação de uma biografia, ainda mais de um personagem polêmico como o delegado Fleury.

Percival trouxe detalhes da vida íntima de Fleury que mostram o apoio da família do biografado. Uma poesia que sua mãe, Vera escreveu para o filho em 1973 e também fotos da infância são um indício de que pessoas muito próximas colaboraram ¹⁵. Percival se mostrou tão íntimo que chegou a escrever que sabia mais de Fleury que seu único filho, o ex-delegado Paulo Sérgio Oppido Fleury. O filho, que acabaria sendo expulso da polícia por corrupção, não tem detalhes de sua vida citados por Percival, tampouco outros familiares são citados. Ao que tudo indica a família não se incomodou com a publicação do livro, que muito além da vida pessoal, trouxe casos repugnantes, como um episódio em que Fleury para terminar uma reunião mais rápido resolveu matar um preso para encerrar o assunto.

Autópsia do medo (2000) carece de mais detalhes sobre a atuação de Fleury depois do DEOPS-SP, quando ocupou o cargo de diretor do DEIC. O livro concentra-se em sua atuação no combate à luta armada, em sua atuação como diretor deixando de lado os pormenores dos outros trabalhos que realizou dentro da Polícia Civil. Em sua atuação no comando do DEIC ocorreram violentas operações de combate à prostituição de travestis e transexuais no centro de São Paulo. A advogada Alice Soares, do Centro Acadêmico 11 de Agosto da Faculdade de Direito Largo São Francisco, relatou que esta foi uma das fases mais violentas para a população de travestis, e estabeleceu como rotina negociar com Fleury a soltura das que ficavam detidas para averiguações. Episódios como este foram descritos nos relatórios da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva e da Comissão Nacional da Verdade. Os últimos capítulos do livro são muito extensos e concentram-se na relação amorosa com Leonora e no detalhamento de sua morte.

Uma das grandes polêmicas que envolvem a vida de Fleury foi a sua morte por afogamento em Ilha Bela, litoral do Estado de São Paulo. Em abril de 1979, Percival de Souza tinha recebido uma proposta bem remunerada da revista *Playboy* para entrevistar Fleury. Ele ligou para Fleury, que topou a inusitada entrevista, e definiram que após o feriado de primeiro de maio iriam se encontrar. Mas o destino mudaria o rumo daquele encontro, Fleury morreria

no feriado de primeiro de maio, em Ilhabela no litoral de São Paulo. A morte repentina do delegado deixou Percival estarelecido, o destino o impediu de realizar esta inusitada entrevista, em Autopsia confessou que carregou essa frustração para o resto de sua vida. A versão oficial da causa de sua morte foi afogamento, Fleury caiu bêbado do barco que havia acabado de comprar. Estava acompanhado de sua esposa, filhas e dois policiais de sua equipe no DEIC.

A morte de Fleury foi narrada com forte carga dramática, Percival reconstruiu a cena nos mínimos detalhes para o leitor. O excesso de detalhes poderia ser desgastante para a leitura, mas ao contrário aguçou a curiosidade do leitor na descrição quadro a quadro que fez da queda de Fleury no mar até o corpo ser recolhido pelo IML no cais de São Sebastião. O final do capítulo “Fleury Morto” explicita a dramatização:

Fleury, sempre disposto a matar ou morrer, a explodir seu próprio carro se fosse preciso, entregava-se suavemente aos braços da morte, cercado de testemunhas incrédulas. Esticou-se, com os olhos fechados, as pernas arqueadas, e lentamente foi deixando de respirar. “Fleury! Fleury!”, gritava o amigo Tigrão. As pupilas aumentaram.

O fim chegou naquele começo de madrugada de 1º de maio de 1979. Congestão? Traumatismo craniano? Afogamento? Infarto?

Fleury estava morto. Sem respostas. (Souza, 2000: 641)

Dramatização, romantização, elementos de ficção e a descrição quadro a quadrado são elementos típicos do *New Journalism* que Percival guardou para a morte de Fleury. Ela é citada duas vezes no livro, logo no início da obra para aguçar a curiosidade do leitor sobre um possível assassinato, e no penúltimo capítulo *A última ceia* com 58 páginas descrevendo este episódio. Especulações como queima de arquivo, vingança cometida por ex-presos políticos e a sua morte como parte da política de distensão do regime foram amplamente debatidas por Percival. Um dos principais motivos das especulações é que o corpo foi enterrado sem ser autopsiado, o corpo de Sérgio Paranhos Fleury, 46 anos, foi levado da Santa Casa de Ilhabela para o Serviço de Verificação de Óbitos da Faculdade de Medicina e não para o Instituto Médico Legal (IML), como recomendavam os procedimentos normais.

Quatro anos depois de sua morte em abril de 1983, Percival escreve para a Revista *Club*, também voltada para o público masculino, uma reportagem em que interroga o público: “Fleury ainda vive?”. As aparições de Anselmo em 1983 deixaram no ar a hipótese de pessoas passarem por cirurgias plásticas e trocarem de identidade. A possibilidade de Fleury estar

vivo alimentava teorias da conspiração e a imaginação dos que ainda se recuperavam do choque de sua morte inesperada. Percival procurou os mínimos detalhes inclusive dos momentos posteriores a morte de Fleury. Seu velório, enterro, a disputa entre a esposa e a amante pelos cravos no túmulo, jornais que noticiaram sua morte e a ameaça de bomba na missa de um mês constituíram uma memória pós morte que ganhou muitas páginas de *Autopsia do Medo*. Nesta edição de abril de 1983 da Club já estava prevista a publicação de uma biografia de Fleury: “Já está pesquisando a vida de Fleury, para um novo livro (CLUB: Abr. 1983, p. 10).”, intenção que só se concretizou dezessete anos depois.

Em 2012, no lançamento do livro *Memórias de uma Guerra Suja* dos jornalistas Marcelo Netto e Rogério Medeiros, Percival deu uma entrevista à revista Carta Capital em que volta a falar sobre a morte de Fleury. *Memórias de uma Guerra Suja* é um livro de memórias de Claudio Guerra, ex-delegado da Polícia Civil do Espírito Santo, que trabalhou no DOPS daquele estado e também no SNI. Guerra traz a versão de que a morte de Fleury foi uma queima de arquivo solicitada por Brilhante Ustra e acatada por agentes de diversos órgãos: “Foi uma decisão unânime de nossa comunidade, em São Paulo, numa votação feita em local público, o restaurante Baby Beef”(GODOY, 2014). Na entrevista de Percival à revista Carta Capital, dirigida por seu amigo Minocarta, refutou às declarações de Guerra: “A ligação era muito grande entre ele e todo o sistema. Isso não tem sentido.” Nesta ocasião Percival de Souza declarou que teve acesso ao inquérito de sua morte, aceitou a versão oficial do afogamento como um acidente, fugindo que qualquer menção a um possível assassinato.

Figura 10 - Capa da Revista CLUB que aborda a morte de Fleury



Fonte: Capa da Revista Club dos Homens, abr. 1983.

A carreira de Percival de Souza depois da publicação de *Autopsia do Medo*

No livro religioso de memórias *Receitas de Vida: Percival de Souza*, o autor lembra-se orgulhoso de um episódio que ocorreu no lançamento de *Autopsia de Medo* em novembro de 2000. O Governador paulista *Mário Covas*, que estava internado no INCOR (Instituto do

Coração) tratando-se de um câncer na bexiga, pediu que Percival entrega-se a ele um exemplar autografado para ler no hospital. Também em 2000, o autor seria indicado ao prêmio Jabuti na categoria reportagem pelo livro *Eu, Cabo Anselmo*, uma das maiores honrarias para os autores de língua portuguesa⁸⁴. Más naquele ano, *Carandiru* de Dráuzio Varella, virou best-seller e recebeu o Prêmio Jabuti na categoria.

Mas nem tudo foram flores para Percival de Souza, o jornalista Mário Sérgio Conti fez uma crítica ácida que foi publicada na Folha de São Paulo do dia 25 de novembro de 2000, três dias antes do lançamento comercial. Conti não poupou características da obra como o excesso de detalhamento e a demasiada atenção dada a amante Leonora:

"Autópsia do Medo" tem um punhado de novidades e algumas cenas de impacto. Infelizmente, elas estão perdidas ao longo de uma narrativa confusa e prolixa. O livro avança e volta no tempo sem avisar o leitor. A história se enreda num sem-número de detalhes irrelevantes. (...) É uma pena que "Autópsia do Medo" seja um livro desconexo e irritante. Desconexo porque entrevistas atravancam a narrativa, pululam as informações inúteis (como o nome completo e os apelidos das 69 vítimas do Esquadrão da Morte), e a verborragia atrapalha o entendimento. E irritante porque o autor repete casos de maneira absurda. A informação de que Fleury andava num Opala azul que tinha metralhadoras no chão e granadas no porta-luvas aparece cinco vezes. O endereço de Leonora Rodrigues é dado quatro vezes. A história de que ele namorava uma mulher casada com um seu colega delegado aparece na página 101 e reaparece na 482. O seu enterro é contado no começo e no fim do livro. Com isso, "Autópsia do Medo" é um livro mais para especialistas no período, que tenham paciência para garimpar dados, do que para os leitores interessados em conhecer o notável Sergio Paranhos Fleury e sua época. (CONTI, 2000)

Esta foi a única crítica com pontos negativos que foi encontrada em pesquisa nos meios de comunicação e revela um descontentamento com o ordenamento da narrativa e aos detalhes que Conti julgou serem irrelevantes para a sua leitura. Mesmo ressaltando aspectos negativos como no trecho citado, Conti fez questão de reverenciar a carreira de Percival “um jornalista que não faltam credenciais” e ressaltou as novidades e cenas de impacto, atenuando as impressões negativas da obra. Ao ressaltar que o livro seria voltado para especialistas ao invés do grande público, Conti traz a própria natureza do livro-reportagem, que teria como principal objetivo trazer ao grande público com linguagem de fácil um determinado tema, para dizer que o livro falhou em sua missão.

⁸⁴ Sai relação de finalistas do prêmio Jabuti, 28 de Fevereiro de 2000. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/sai-relacao-de-finalistas-do-premio-jabuti-263309.html> . Acessado em 18/09/2019.

Silviano Santiago (2004) dedica-se a pesquisar a crítica literária nos grandes meios de comunicação brasileiros desde os anos 1990. Ao compreender que a grande maioria dos que se debruçam sobre a produção literária são jornalistas não especializados, verificou que as abordagens realizadas nos meios de comunicação são em sua maioria uma crítica cultural voltada para aspectos ideológicos e estéticos do que para uma análise da obra em sua complexidade. A partir das considerações de Santiago pode-se compreender que Conti buscou aspectos da forma como Percival construiu seu texto com detalhamentos e repetições que considerou desnecessárias, aspectos culturais e ideológicos não foram mencionados.

Além da citada crônica que Conti escreveu na Folha de S. Paulo, foram encontradas duas outras críticas, uma no jornal *O Estado de S. Paulo* e outro na revista *Istoé*. A crítica que foi publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, jornal do mesmo grupo em que trabalhou por mais de trinta anos, não foi assinada por nenhum jornalista ressaltou as descobertas inéditas e foi acompanhada de uma pequena entrevista de Percival. A crítica publicada na *Istoé* ressaltou as atrocidades cometidas por Fleury, como arrancar a cabeças dos mortos e costurar em outros corpos, e foi intitulada *História Macabra*⁸⁵. Estas duas críticas seguiram o modelo clássico descrito por Santiago (2004), não foram assinadas por jornalistas e somente apontaram aspectos positivos que aguçam a curiosidade do público leitor e consumidor.

Autopsia do Medo tornou-se uma referência obrigatória para todos que pretendem compreender as forças de repressão da ditadura civil-militar. Percival colaborou com a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva no ano de 2015, juntamente com Hélio Bicudo foi elucidar os episódios dos Esquadrões da Morte em sessão oitiva de depoimentos. *Autopsia do Medo* foi citado por diversas Comissões da Verdade que foram realizadas durante o governo de Dilma Rousseff, mesmo depois de mais de 10 anos de publicado e com as edições esgotadas nas livrarias de todo o Brasil.⁸⁶ Também neste ano o jornalista deu uma declaração ao site Portal da Imprensa afirmando que pretende reeditar *Autopsia do Medo*, pretensão que até o momento de produção desta pesquisa não se concretizou.

⁸⁵ História Macabra. Disponível em: https://istoe.com.br/43147_HISTORIA+MACABRA/. Acessado em 18/09/2018.

⁸⁶ *Percival de Souza e Narcoditadura*. Disponível em: <http://www.portalimprensa.com.br/noticias/agenda/68546/nao+existe+bom+reporter+sem+boas+fontes+diz+per+cival+de+souza+ao+relancar+narcoditadura>. Acessado em 18/09/2019.

Figura 11 - Fotografia de Percival de Souza e Adriana Diogo na CNV da ALESP



Fonte: Autor de livro sobre torturador é ouvido pela Comissão da Verdade. 06 de março de 2015. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=362101> . Acessado em 18/09/2019.

Percival de Souza alcançaria grande visibilidade nos anos seguintes à publicação de suas biografias pela Editora Globo. Depois de mais de 30 anos de reportagens no *Jornal da Tarde*, o sucesso da descoberta de Cabo Anselmo o levaria para a recém fundada Revista Época, semanário que se propôs a desbancar a hegemonia da Revista Veja na virada do século. Em 2001, o apresentador de televisão, Ratinho (Carlos Massa), começa a incomodar a rede Globo de televisão ao tornar-se líder de audiência com as brigas nos testes de DNA. A solução da emissora foi criar um programa sobre crimes em que ocorreriam dramatizações com os famosos atores da emissora. O nome da nova atração era Linha Direta, e se propunha a denunciar e ajudar a localizar os foragidos da justiça com as dramatizações dos crimes. Percival trabalhou no *Linha Direta* neste período junto com o apresentador Marcelo Rezende. Esta foi a segunda passagem de Percival pela Rede Globo de Televisão, a primeira foi de 1987 até 1989, quando participou como comentarista policial do jornal *SPTV 2ª Edição*.

Por mais que *Linha Direta* fosse um sucesso de audiência, não era um sucesso de rentabilidade para a emissora de televisão. O inimigo Ratinho já não despontava mais como um grande incomodo, e o programa foi retirado do ar, gerando grande insatisfação para o público. A Revista *Época* também despediu Percival de Souza, encerrando sua carreira na imprensa escrita e com as organizações Globo. Marcelo e Rezende e Percival voltariam a se encontrar anos mais tarde no programa *Cidade Alerta* na Rede Record de Televisão.

Ainda em 2002 foi organizada uma obra, pelo pesquisador de literatura Rinaldo Fernandes, em homenagem aos cem anos da publicação de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Percival participou com o artigo *Conselhos de Antônio*, integrante da primeira parte da obra, que reuniu artigos de jornalistas e escritores, junto com Ariano Suassuna, Moacyr Scliar, Assis Ângelo, Arturo Golveia de Araújo e Roberto Pompeu de Toledo. Já as outras partes contam com a participação de sociólogos, poetas, historiadores e críticos literários.

No artigo, Percival de Souza tem a liberdade de escrever sobre si mesmo e revelar ao leitor sua paixão pela obra de Euclides da Cunha. Ele relata as diversas viagens que fez a Canudos lendo o livro, buscando reconstituir a aflição que sentiu com a inundação que a construção de um açude provocou sobre os territórios narrados pelo autor. Seu reconhecimento pelos grupos de especialistas “canudistas”, como ele se descreve, foi tamanha que o organizador do livro deixou as fotos de Percival de Souza em Canudos como as únicas imagens publicadas. Além de ir à cidade por quatro vezes, para compreender o processo de escrita de Euclides, buscou aproximar-se de especialistas como o historiador José Calasans⁸⁷, que o ensinou as técnicas de história oral que aplicou com os descendentes dos sobreviventes do massacre. Em *Conselhos de Antônio*, Percival também busca compreender como a cidade de São Paulo mantém alguns vestígios da guerra de Canudos em homenagens presentes no espaço urbano:

Em São Paulo, personagens de Euclides deram sentido a nomes de ruas, avenidas e lugares. Capitão Salomão, no centro-velho, próxima ao Largo do Paissandu, é o nome de um comandante de artilharia. General Olímpio da Silveira, avenida, foi – ainda coronel – comandante de tropa de assalto. Moreira César, por decisão do então governador Jânio Quadros, é nome de distrito de Pindamonhangaba, terra natal do comandante da terceira expedição militar. O

⁸⁷ José Calasans Brandão da Silva (Aracaju, 14 de julho de 1915 — Salvador, 28 de maio de 2001) foi um historiador, folclorista, advogado e escritor brasileiro, imortal da cadeira número 28 da Academia de Letras da Bahia.

quartel do Batalhão Tobias de Aguiar, da Polícia Militar, na avenida Tiradentes, abriga em seu pequeno monumento a Canudos. O chamado “Batalhão Paulista” participou, com outras polícias estaduais, da quarta expedição militar. No quartel, está uma bandeira da campanha. Em placas de prata, os nomes dos mortos. Sem perceber o equívoco histórico, a PM mantém no seu hino, para enaltecer feitos e campanhas, a “Glória em Canudos”. No salão nobre, um exemplar de *Os sertões*, edição de 1905, com capa de pano. (SOUZA, 2002: 92)

Percival trouxe Canudos para São Paulo. Ao refletir sobre o livro de Euclides indagou a cidade a que chegou ainda criança e dedicou sua vida profissional. A forma como o Batalhão Tobias de Aguiar trabalha com a memória dos combatentes é vista como um equívoco por compreender como uma glória a campanha de Canudos e a reverência aos soldados se contrapõe à compreensão euclidiana de um massacre da população sertaneja. A menção ao batalhão Tobias de Aguiar também pode ser compreendida como uma topografia do crime no sentido que Dominique Kalifa (2019) classificou os locais do crime na Belle Époque parisiense. A topografia do crime busca dar significado ao local em que ocorreu um crime, utilizando detalhes do local como marcas da memória do incidente ocorrido, sendo o crime um evento que necessita da materialização de pistas e provas que se relacionam com o passado. Percival explora em seu texto o prédio da ROTA ao buscar vestígios da legitimação do Estado ao crime contra a população sertaneja, deixando implícita uma ideia de revisão da letra do hino do batalhão da Polícia Militar

A São Paulo de Fleury e Cabo Anselmo viu os índices de violência aumentarem muito durante o período da redemocratização. Depois nos anos 2000, registrou a diminuição de alguns índices pela atuação do PCC dentro do mundo do crime. O tema da ditadura civil-militar continuará presente nas próximas obras de Percival, não mais como tema principal, mas como elemento utilizado para explicar o surgimento da organização criminosa PCC, na obra *Sindicato do Crime* (2008). Depois destas biografias, irá se dedicar a escrever *Narcoditadura* (2002), a história do assassinato do jornalista Tim Lopes por traficantes na favela da Vila Cruzeiro, no Rio de Janeiro. A temática será analisada no próximo capítulo.

Capítulo IV: Crime organizado na cidade de São Paulo

“Não há, pois nenhuma dúvida que o crime fascina,
inspira romancistas e dramaturgos, alimento os jornais e as conversas,
é cantado nas ruas e exibido em quiosques, muros e telas de cinema.”

Dominique Kalifa

Neste capítulo, serão abordadas as obras *Narcoditadura* (2002), *Meninos Bandidos Atacam* (2005) e *O Sindicato do Crime: PCC e outros grupos* (2006). Nesta primeira década do século XXI, grupos como o PCC em São Paulo e o Comando Vermelho no Rio de Janeiro expõem as fragilidades do Estado que passava por mudanças, privatizações e crises financeiras com a política econômica neoliberal implantada por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O processo eleitoral de 2002 foi tomado pelas questões da Segurança Pública e, quando Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) assume seu primeiro mandato, há muitas expectativas de mudanças com uma estratégia nacional de combate ao crime organizado. Foram elaborados planos e políticas nacionais de segurança pública prevendo a estruturação de uma Força Nacional e uma série de adequações a políticas internacionais de direitos humanos⁸⁸. Diante deste processo de mudanças e debates acontecem as piores crises de segurança pública da história do país

O primeiro livro-reportagem que Percival de Souza escreveu no século XXI foi *Narcoditadura* (2002), em que aborda a trágica morte do jornalista Arcanjo Miguel Lopes, mais conhecido como Tim Lopes, em julho de 2002. Tim realizava para a Rede Globo de Televisão uma reportagem na comunidade da Vila Cruzeiro, no Rio de Janeiro, onde ocorriam festas com venda de drogas ilícitas. Tim Lopes trabalhava disfarçado e com uma câmera escondida, mas a luz vermelha do equipamento chamou a atenção, pela janela do quarto que havia alugado, dos traficantes que dominavam a área. Foi descoberto e conduzido a um julgamento em uma área próxima, o complexo do Alemão, também situado na zona norte da capital fluminense. O chefe da organização criminosa, Elias Maluco, o sentenciou à morte com esquadrejamento e facadas. O corpo foi incinerado dentro de pneus de carro para dificultar a identificação do cadáver. Transcorreram 33 dias entre a data de sua morte e a descoberta de seus restos mortais, período em que a cobertura da imprensa foi marcada pelas cobranças das autoridades pela elucidação de seu desaparecimento. Os capítulos iniciais do livro dedicam-se ao caso de Tim Lopes e os finais tratam da megarrebelião do PCC que tomou 29 unidades prisionais e aproximadamente 28.000 presos no Estado de São Paulo.

Tim Lopes como arcanjo

⁸⁸ O sociólogo Luiz Eduardo Soares foi o responsável pelo primeiro Plano Nacional de Segurança Pública publicado em 2005 no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Soares, L. E. (2019). *Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos*. Boitempo Editorial.

Narcoditadura (2002) rendeu a Percival o prêmio Vladimir Herzog de Direitos Humanos, em 2003, um dos maiores da área do livro-reportagem no Brasil. O sucesso da publicação gerou uma homenagem da banda de rock Feios Sujos e Malvados, que produziu a música *Narcoditadura*, em homenagem ao livro. A morte de Tim Lopes ocorreu quando Percival de Souza trabalhava na Rede Globo de Televisão e na revista *Época*. O contato profissional entre os dois vinha desde o final dos anos 1970, quando Percival realizou algumas das reportagens sobre a Baixada Fluminense que estão reunidas em *A Maior Violência do Mundo* (1982). O destino os transformaria em colegas nas empresas de Roberto Marinho. O livro foi publicado pela *Labortexto Editorial*, uma pequena editora aparentemente inusitada para Percival, que havia escrito seus últimos dois livros, *Autópsia do Medo* (2000) e *Eu, Cabo Anselmo* (1999) pela editora *Globo* e concorrido ao Prêmio Jabuti em 2001.

Em consulta ao CNPJ da *Labortexto Editorial*, foi possível perceber que ela foi fundada em junho de 2000 e registrada no endereço da rua Albuquerque Lins, 641, no centro de São Paulo. Na relação de livros publicados antes de *Narcoditadura* (2002), há várias obras cuja temática é a criminalidade e a prisão: *Capão Pecado* (2000), de Ferrez; *Diário de um detento: o livro* (2001), de Jocenir; *Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho* (2001), de William da Silva Lima; e *Sobrevivente André du Rap* (2002), de André du Rap e Bruno Zeni. Dentre os autores citados merece destaque André Du Rap, que ganharia fama internacional em 2020 ao ser libertado por um habeas corpus assinado pelo ministro do STF Marco Aurélio de Mello. André Du Rap foi apontado em diversos processos que aguardavam julgamento como a principal ligação do PCC com máfias internacionais e responsável pelo escoamento da cocaína pelo porto de Santos, no litoral paulista. Logo após a sua saída da prisão, fugiu do país em um avião para o Paraguai. Jocenir ficou famoso no mundo do rap por compor a música *Diário de um detento* junto com Mano Brown do conjunto *Racionais Mc's*, e escreveu um diário de como transcorriam os meandros do cotidiano da prisão. Uma característica das obras *Diário de um detento* e *Sobrevivente André du Rap* é a utilização da literatura como memória da população carcerária sobrevivente ao massacre do Carandiru. Ambos autores ressaltam que tal fato não deve ser esquecido e que se os presos não se organizarem há a chance de um massacre ocorrer novamente. A editora deu amplitude à voz dos presos que até aquele momento dificilmente reverberavam para fora dos muros das prisões.

Outro destaque das publicações da *Labortexto Editorial* foi no de 2003, uma reedição de *Boca do Lixo* (2003), de Hiroito Moraes Joanides, publicado pela primeira vez em 1976.

Esta reedição manteve o prefácio da primeira edição escrito por Percival de Souza. O texto conta a trajetória da Boca do Lixo carregada de sentimentos e saudosismos de uma época de ouro da malandragem na área central de São Paulo. No lançamento desta nova edição, o jornal *Folha de S. Paulo* fez uma reportagem com Percival de Souza intitulada *Personagens e cenários já sumiram*, em que o jornalista traz diversas memórias sobre a Boca: "A polícia chegava com vinte ou trinta camburões para prender todo mundo. As prostitutas começavam a jogar das janelas penicos cheios de fezes e urina" (FSP, 18 de março de 2003). Pelos títulos publicados, nota-se que neste início dos anos 2000 a editora buscou relançar títulos e publicar obras de novos autores, para consolidar um nicho editorial voltado para uma literatura marginal do mundo do crime. Na nota dos editores de *Narcoditadura* (2002), mostra-se o projeto inicial que tinham com Percival de Souza:

Mas também é preciso dizer que *Narcoditadura – o caso Tim Lopes, crime organizado e jornalismo investigativo no Brasil* não estava previsto, eram outros os nossos planos. O contrato, recentemente assinado, prevê a edição e publicação de sete livros nos moldes do famoso *O crime da rua Cuba*. Entretanto, num telefonema aos editores, Percival de Souza propôs desviar-se do projeto original para contar as circunstâncias que tiraram a vida de seu amigo Arcanjo Antônio Lopes do Nascimento, bem como as implicações desse crime (SOUZA, 2002: 3).

Pode-se perceber que a ideia inicial da editora foi uma coleção sobre crimes famosos como *O Crime da Rua Cuba* (1989), em uma proposta audaciosa de nove livros. Um dos motivos que inviabilizaram esta publicação foi o processo que Percival de Souza estava respondendo sobre a publicação desta obra. Marcelo Delmanto Bouchabki solicitou na justiça, em maio de 2002, o fim da circulação do livro *O Crime da Rua Cuba* (1989) e a destruição de todos os exemplares que estavam à venda. O argumento de Marcelo perante a corte era de que o livro violava a intimidade da família e ofendia a honra de seu pai. Neste momento, para o autor publicar obras sobre crimes famosos, poderia ser compreendido perante as cortes como uma reincidência. Caso Marcelo ganha-se o processo, outros personagens envolvidos em seus livros também poderiam utilizar a via judicial para inviabilizar publicações⁸⁹. No trecho citado acima também é possível perceber que já havia um contrato assinado com o autor antes da publicação da obra, e que *Narcoditadura* (2002) não estava nos planos de ambas as partes,

⁸⁹ Marcelo acabou perdendo o processo em 2008, e teve que pagar as custas processuais de sua empreitada judicial. Para saber mais sobre: Juiz não impede circulação do livro 'O crime da rua Cuba'. Disponível em https://www.conjur.com.br/2002-mai-15/advogado_nao_impedir_circulacao_livro . Acessado em 16/01/2022.

mas foi a saída encontrada para o cumprimento do acordo firmado. Quase vinte anos depois, em 2021, Percival realiza uma proposta semelhante idealizada pela *Labortexto*. No formato de *podcast*, o projeto intitulado *Arquivo Vivo*⁹⁰ publicou em diversas plataformas digitais arquivos de áudio com histórias de crimes famosos. O histórico das publicações da *Labortexto Editorial* encaixa-se com a temática dos livros-reportagem produzidos por Percival de Souza, mas sua relação com as organizações *Globo* também pode explicar detalhes da publicação e o conteúdo da obra.

Em 2001, Tim Lopes e Cristina Guimarães ganharam o Prêmio Esso de Jornalismo com a reportagem *Feira de Drogas*, exibida no *Jornal Nacional*, da Rede Globo. Depois da entrega do prêmio, ambos passaram a sofrer ameaças de traficantes cariocas. Um dos membros da equipe de jornalismo da Rede Globo, Marcelo Rezende declarou à revista *Trip* que foi uma loucura permitir a exposição dos jornalistas na cerimônia de condecoração. Em 2011, a ex-produtora da TV Globo Cristina Guimarães declarou ao portal *UOL* que a morte de Tim Lopes foi uma “tragédia anunciada” e apontou que a Rede Globo teve parcela de culpa ao solicitar incursões de um repórter visado em comunidades controladas pelo tráfico de drogas⁹¹. Cristina Guimaraes fugiu do país em 2002, alegando falta de proteção policial. As reivindicações dela por proteção culminaram na sua demissão, em 2001, logo após receber o Prêmio Esso. Em 2003, ela colaborou com a publicação de *Dossiê Tim Lopes - Fantástico* (2003), de Mário Augusto Jakobskind. A obra polêmica diverge e questiona a cobertura que a grande imprensa fez do assassinato do jornalista.

Em *Narcoditadura* (2002), Percival de Souza teve seu processo de escrita influenciado pelo bombardeio de informações que tomou conta da cobertura da imprensa a nível nacional. Castilho (2005) realizou a análise de mais de quatrocentas matérias do jornal carioca *O Globo* e chamou atenção para a relação entre crime e criminalidade presente nas reportagens e artigos de opinião. Sua pesquisa constatou que o fato singular de um crime de assassinato foi tratado como problema da esfera pública de toda a sociedade brasileira pelos órgãos da imprensa, que convocavam a população nacional a posicionar-se sobre a criminalidade de áreas específicas da zona norte do Rio de Janeiro. Segundo Jakobskind (2003), a

⁹⁰ O projeto Arquivo Vivo foi realizado em parceria com o jornalista Renato Lombardi e lançado nas diversas plataformas digitais do R7, pertencente ao grupo Record. Até janeiro de 2022 o projeto já havia realizado

⁹¹ Morte de Tim Lopes foi "caso anunciado", diz colega que fugiu do país após ameaça de traficantes. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/07/16/morte-de-tim-lopes-foi-caso-anunciado-diz-colega-que-fugiu-do-pais-apos-ameaca-de-trafficantes.htm>

responsabilização da Rede Globo, enquanto responsável pela segurança de um de seus funcionários, foi omitida por toda a mídia, e a versão de que Tim Lopes estava filmando um baile funk em que menores eram abusadas sexualmente, amplamente difundida pela empresa carioca, era uma mentira utilizada para aumentar o heroísmo do repórter.

A atmosfera criada entre o bem e o mal ficou marcada pelas citações de passagens bíblicas na obra *Narcoditadura* (2002). Nesta operação, para reforçar a imagem de herói, construíram a representação de Tim Lopes com o papel de arcanjo: “Arcanjo, ensina a Teologia, é enviado especial divino para uma determinada missão. Arcanjo repórter Tim, recebeu aquela missão de sua chefia” (SOUZA, 2002: 32). Já Elias Maluco é desumanizado e assume a representação do papel de fera selvagem:

O Maluco de Elias que dizer louco, doido, alienado mental. Apelido derivado de seu comportamento caracterizado pela violência como marca registrada, a ponto de ser considerado mesmo um perigoso psicopata. Quando foi capturado pela primeira vez, em março de 1996, vestia apenas bermuda jeans azul. Um policial obrigou-o a levantar o rosto para ser fotografado pela imprensa. Parecia uma fera acuada, inconformado com a surpresa pela prisão (SOUZA, 2002: 49).

Kalifa (2019), em suas análises sobre a imprensa francesa no final do século XIX, destacou a importância da utilização de representações de visões dualísticas e maniqueístas que usam forças opostas para consolidar o horror e o pitoresco presentes nos crimes. Esta desumanização de Elias Maluco também veio acompanhada de um questionamento ao habeas corpus que recebeu de uma vara da 2ª instância do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Percival dedica um capítulo com o capcioso título de *Habeas Corpus Maluco* para questionar este procedimento jurídico. O alvará de soltura foi embasado no código de processo penal, tendo em vista que o réu havia cumprido a proporcionalidade da pena que lhe dava direito à liberdade assistida. Este procedimento fez com que Percival colocasse os membros do sistema judiciário como cúmplices do assassinato de Tim Lopes, igualando-os aos criminosos.

O livro *Narcoditadura* (2002) tem como marca o tom pessimista que Percival tem em relação ao combate ao crime organizado vinculado ao tráfico de drogas. Um dos principais argumentos dele é a banalidade com que criminosos do Brasil inteiro estão utilizando torturas e assassinatos com requintes de crueldade como forma de demonstração de força no mundo do crime:

A partir disso, como se os traficantes tivessem serviço de inteligência, outras cabeças começaram a rolar em vários pontos do país. A ideia foi muito apreciada em presídios de São Paulo. Cabeças separadas do corpo a golpes de facas enormes passaram a fazer parte do cotidiano em rebeliões e atos de vingança. Na cidade de Taubaté, umas delas, ensanguentada, foi arremessada sobre uma juíza de Direito, chamada ao local – um presídio de segurança máxima - como exigência para uma negociação ser intermediada durante uma rebelião. Menores gostaram da ideia em outra rebelião, está na Febem, a Fundação para o Bem-estar do Menor, e fizeram a mesma coisa com um companheiro de internação. Passaram alguns minutos usando a cabeça como bola de futebol e, depois, jogaram-na sobre os policiais militares da Tropa de Choque da Polícia Militar que cercavam o lugar (SOUZA: 2002: 51).

Além desses casos citados, Percival ainda trouxe outros que ocorreram no Acre e no Rio de Janeiro. Neste episódio, ele se alinha com uma representação de um aumento da brutalidade entre criminosos de diversos estados do país. Ao citar ironicamente serviços secretos de inteligência, está dizendo que os criminosos se comunicam entre si e que a partir dos exemplos de carnificina terão uma tendência a repeti-la para não ficarem atrás de seus pares. A narrativa de uma criminalidade a partir dos crimes ocorridos em diversos presídios pode ser compreendida pelos questionamentos de Fausto (2014) de que a criminalidade é construída por motivações sociais e institucionais, múltiplas determinações que só alcançam sentido dentro de um determinado recorte.

Gabriela Nunes (2011), em sua pesquisa de doutorado, cita as representações que Percival fez do PCC como uma época de consolidação do grupo, que envolveu um grande número de mortos nesta guerra com as facções locais dos presídios paulistas. Foram anos de um processo que tendeu a uma estabilização e queda com o controle total do PCC em “quebradas” que são pontos-chave para o comércio de drogas e também na totalidade dos presídios do Estado de São Paulo. Os ataques do PCC foram um ponto fora da curva no nível de assassinatos em todo do Estado, pois interrompeu-se uma tendência de queda que vinha desde o ano de 1999⁹². Diante de tais considerações na construção de crime e criminalidade, pode-se constatar que a intensidade de violência ocorreu neste pico dos ataques de 2006 e que

⁹² DIAS, Camila Caldeira Nunes. (2011), *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*. São Paulo, 386 pp. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

as previsões pessimistas sobre a brutalidade na criminalidade descritas por Percival acabaram não se confirmando.

Além dos questionamentos que realizou sobre as organizações criminosas e morte de Tim Lopes, foi também uma oportunidade de repensar o papel do jornalismo investigativo na democracia. O interesse público é ressaltado como um dos principais elementos propulsores da profissão. “O jornalista, como se pode comparar, também se preocupa muito com o formato e pouco, ou nada, com o conteúdo, permanecendo escravo das regras convencionais e ausente do que seria o grande interesse público a exigir sempre grandes reportagens” (SOUZA, 2002: 231).

Neste trecho é presente o questionamento ao ofício do jornalista, um ideal que carrega desde o início de sua carreira e que se identifica com a corrente do *New Journalism* ao questionar os formatos engessados de texto. Ao resgatar o conteúdo como primordial, Percival indica que na atuação do repórter o discurso e a imagem, mais do que meros reflexos estáticos da realidade social, podem vir a ser instrumentos de constituição de poder e transformação da realidade. Desta forma, na representação do real presente nas reportagens, o imaginário é, em si, um elemento de transformação do real e de atribuição de sentido ao mundo. Em *Narcoditadura* (2002) aparecem análises realizadas a campo, como ocorreram até então na maioria dos livros de Percival. O cenário era de hostilidade a jornalistas nas diversas comunidades dominadas por traficantes do Complexo do Alemão, o que inviabilizou um trabalho mais profundo na área. Em entrevista televisiva ao *Jornal da Globo* ele relata como se escondeu para ir à comunidade de Vila Cruzeiro:

Fui meio como carga numa caminhonete, misturado com pacotes de cigarro, tinha um vidro que me permitia examinar o lugar e não ser visto. Eu percebi que havia enormes aros metálicos, muitos aros. Fiquei muito intrigado com aquilo, né, aqueles aros. Aí a cena se abre pra você, ela se descortina. Cada aro é uma morte, é um cadáver, é um assassinato. É a parte interna dos pneus que não se queima. O pneu queima, mas esse aro não. Fizeram isso com o Tim também (Jornal da Globo, 02/12/2002).

Passados quase vinte anos, Percival registrou suas memórias sobre o trabalho de reportagem que realizou para escrita de *Narcoditadura* (2002):

Quando meu amigo Tim Lopes foi trucidado no Complexo do Alemão, subi o morro para ver como são as coisas para escrever o livro “Narcoditadura”. Numa escola, percebi que balas estavam zunindo por todos os lados. O risco de não serem perdidas era iminente. Percebi também que a professora da classe está acostumada com aquilo. As crianças também. Ela mandou, aos gritos, e os alunos obedeceram: “Joguem-se no chão! Fiquem que nem cobra! Cobra não levanta a cabeça!”

Vivi assim meus minutos de cobra. Deitado no chão para me proteger, pensava nas teorias insepultas nos repletos cemitérios de poesias bizantinas. O sapo não pula por boniteza, mas por precisão. Foi o que Guimarães Rosa certa vez escreveu. Deixo o convite: vamos pensar juntos sobre esses problemas que são de todos nós, civilizadamente? O Brasil está precisando e agradece (SOUZA, 2020: 146-147).

A memória que Percival tem das reportagens que fez para compor *Narcoditadura* (2002) é carregada pelos momentos de tensão e medo que pairavam sobre jornalistas que cobriam regiões dominadas pelo tráfico de drogas. Passados quase vinte anos da publicação do livro, Percival convida o leitor para uma reflexão “civilizadamente”, uma prova de que a memória da morte de Tim Lopes foi marcada pelo debate da esfera pública, seu assassinato tornou-se emblemático pelas reflexões sobre a segurança pública que vieram posteriores. A morte de um jornalista representou a morte da liberdade de imprensa e um ataque aos direitos previstos pelo sistema democrático. Esta visão da morte de Tim Lopes como um problema da esfera pública também está presente em Affonso Romano de Sant’Anna, que assina a orelha do livro *Narcoditadura* (2002) e tem um poema reproduzido no livro:

Você que, numa festa, vai ao banheiro cheirar uma carreirinha de pó, você matou Tim Lopes. Você que dá festas elegantes servindo êxtase em bandejas para seus sorridentes convidados, você matou Tim Lopes. Você que, se encontra com sua turma no bar, fica ali pela calçada com um copinho na mão, mas dá suas cafungadas, porque isto faz parte da “nite”, você matou Tim Lopes (SOUZA, 2002:77).

Esta citação de Sant’Anna pode ser compreendida à luz de autores como Soares (2019) como drogafobia e proibicionismo. Percival conhecia Sant’Anna da Igreja Metodista, onde escrevia na revista *Cruz de Malta*, destinada ao público jovem religioso. O autor comentou sobre a posição do poeta: “Dizer tudo isso equivale a mexer numa caixa de marimbondos prontos para ferrear” (SOUZA, 2002:78). Os trechos citados de Sant’Anna e Percival buscam trazer para a esfera pública a acusação de que diversos setores da sociedade que fazem o consumo de drogas ilícitas são responsáveis por um ato específico e singular que foi o assassinato do jornalista Tim Lopes. Percival mantém firme a sua posição contrária a qualquer tipo de uso controlado de substâncias psicoativas desde os anos 1980, como

verificado no segundo capítulo, e faz severas críticas aos que trazem o debate da legalização das drogas psicoativas para uso recreativo. Os marimbondos a que se refere são especialistas em saúde e segurança pública que aprofundaram cada vez mais o debate sobre⁹³.

Por mais que o assunto principal de *Narcoditadura* (2002) fosse o assassinato de Tim Lopes, o PCC ainda era uma preocupação frequente desde as megarrebeliões de fevereiro de 2001. Conhecia-se pouco sobre o PCC, e neste momento Percival contava principalmente com algumas reportagens de Josmar Josino⁹⁴ e documentos que seu amigo Renato Laércio Talli⁹⁵ lhe forneceu sobre as sindicâncias que haviam sido realizadas até o ano 2000. Percival resgatou um trabalho inaugural dentro da Polícia Civil de São Paulo sobre a atuação do crime organizado elaborado pelo delegado Maurício Henrique na década de 1970. Neste trabalho, o delegado faz uma comparação do crime organizado com um polvo. O chamado “Polvo de Maumau” continha um tom alarmista que conclamava a Polícia Civil a estar em constante inovação tecnológica contra os mecanismos utilizados para “lavar” o dinheiro do tráfico de drogas.

⁹³ Soares(2019) cita que no começo do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva havia um grande temor de parte da sociedade que

⁹⁴ As reportagens de Josmar Josino sobre o PCC em 2001 foram publicadas integralmente na obra: MOLICA, Fernando. 50 anos de crimes: reportagens policiais que marcaram o jornalismo brasileiro. São Paulo, Record: 2007.

⁹⁵ TALLI, Renato Laércio. *À sombra do medo: degeneração humana*. Ed. Juarez de Oliveira, 2001.

Figura 12: Capa do jornal O Estado de S. Paulo

SP, RJ, MG, PR e SC:
R\$ 1,50
Demais Estados: ver
tabela na página A4

O ESTADO DE S. PAULO

RUY MESQUITA
Diretor-responsável

Julio Mesquita (1891-1927) Julio de Mesquita Filho (1927-1969) ANO 122 SEGUNDA-FEIRA Nº 39.306 SÃO PAULO, 19 DE FEVEREIRO DE 2001 Francisco Mesquita (1927-1969) Julio de Mesquita Neto (1969-1996)

Maior rebelião da história atinge 24 presídios

Facção criminosa faz demonstração de força para exigir retorno de líderes transferidos

O Primeiro Comando da Capital (PCC) promoveu ontem a maior rebelião da história do sistema carcerário no País. Os líderes dessa facção criminosa, conhecida como "partido do crime", tomaram cerca de 5 mil reféns em São Paulo, entre funcionários do Complexo do Carandiru e familiares dos presos, incluindo crianças, em dia de visita. O movimento dos presos, que se comunicavam por meio de telefones celulares com internos em outras unidades, espalhou-se rapidamente para 18 cidades paulistas, envolvendo 15 mil internos em 24 presídios. Outras 4 mil pessoas foram tomadas como reféns no interior. Foi confirmada a morte de dois presos, mas, segundo informações extra-oficiais, esse número pode chegar a cinco. O governo do Estado não aceitou o pedido dos presos, que queriam a volta de cinco líderes do PCC transferidos para o interior na semana passada. A posição do governo até ontem à noite era a de não negociar. Expirado o prazo para a libertação dos reféns, depois de cerca de seis horas de movimentação na parte externa do Carandiru, a Polícia Militar invadiu o presídio para debelar o motim. **Págs. C1 a C4**

Requiem e Fabiano Passos/AC

Ação coordenada - Na capital, a Penitenciária do Estado foi incendiada; no detalhe, detentos mostram a faixa do PCC em presídio de Guarulhos

Fonte: O Estado de S. Paulo 19.02.2001 . Capa.

Outro fator importante dentro do contexto da publicação de *Narcoditadura* (2002) foram as eleições para governador e presidente da República realizadas em outubro de 2002. As rebeliões do PCC trouxeram o questionamento das autoridades sobre quais providências estavam sendo tomadas para conter o crime organizado desde o nascimento da organização,

em 1993. A crítica é feita utilizando a palavra “autoridades estaduais”, omitindo o nome do governador Geraldo Alckmin e de seu partido, o PSDB, que encabeçava o governo paulista desde Mário Covas, em 1994. Segundo Percival, desde 1996 o governo já possuía relatórios sobre a atuação do PCC e usou os documentos apontados por Talli como provas de que a omissão das autoridades estaduais foi a responsável pelo crescimento da organização⁹⁶. O autor chega a chamar a atenção dos eleitores para que não se esqueçam da convivência de autoridades com o PCC na hora do voto, e que muitos políticos estavam tentando construir uma imagem de preocupados com a área de segurança somente por causa das eleições.

O livro *Narcoditadura* (2002) é uma narrativa em que ocorreram diversas digressões no tempo, comparações com a época da ditadura civil-militar e críticas às políticas de segurança pública. O próprio termo narcoditadura implica em uma quebra do estado de direito vivido pelas comunidades da periferia do Rio de Janeiro e de São Paulo em que a consolidação democrática nos termos da Constituição de 1988 não vigorou perante o poder do crime organizado. Pode-se perceber em análises como a de Caldeira (2000) e de Soares (2019) que as instituições democráticas nunca foram plenamente consolidadas nas regiões periféricas das grandes metrópoles em que instituições da ordem são constituídas para funcionar com base em exceções e abusos, distanciando-se dos preceitos do Estado de Direito. Diante desta questão, análises como as de Feltran (2006) e de Manso (2018) demonstraram com exemplos como os do Esquadrões da Morte, em que justiceiros e policiais militares implementaram durante décadas um sistema arbitrário de justiça baseado na violência e execuções sumárias nas periferias de São Paulo.

A sociedade organizada mostrou repulsa pela ditadura civil-militar, não quer que ela volte nunca mais. Mas tolera, explica e até justifica a ditadura do tráfico. Que mata. Que tortura. Que sequestra. Que desaparece. Que não deixa marcas nem vestígios. Que nem sempre permite aos familiares chorar os mortos. Os anos de chumbo, os anos das trevas são lembrados e os algozes identificados, implacavelmente cobrados. A sociedade não se cansa de buscar novas informações, tentar novas descobertas; imagina-se que algum dia vai se abrir um arquivo revelador dos segredos das atrocidades da comunidade de informações agrupadas na polícia política e nas unidades operacionais das Forças Armadas. Anistia não é borracha não apaga tudo: não consegue fotografar a dor, consolar ou confortar parentes e amigos daqueles que se foram por causa de um ideal. A narcoditadura impõe explicitamente o seu estilo, não se preocupa com as repercussões, e a abertura não é palavra que conste do seu dicionário político. O objetivo é um só: dinheiro e poder (SOUZA, 2002: 69).

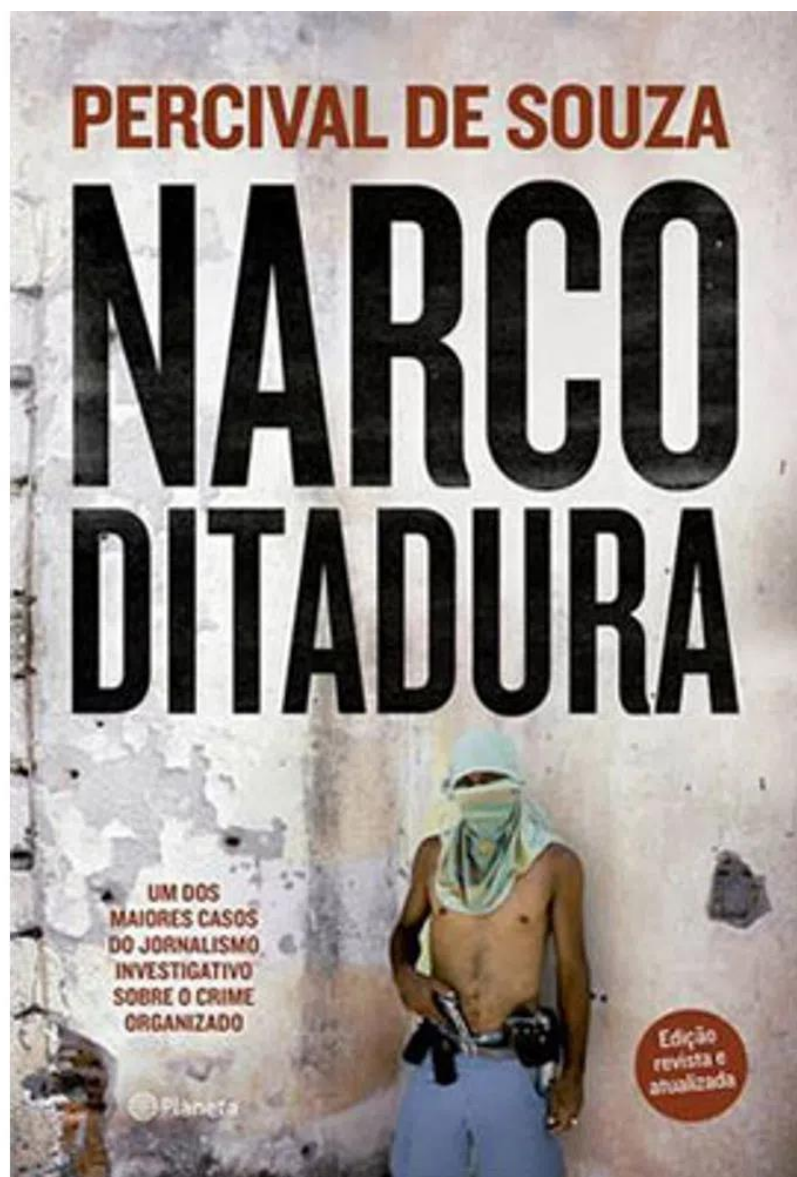
⁹⁶ Um dos principais documentos utilizados foi uma carta testemunho na qual o desembargador renúncia ao cargo de juiz corregedor dos Presídios no ano 2000.

Neste trecho, o autor questiona o esforço de setores da sociedade na busca pela memória e pela verdade histórica em detrimento das agruras do presente. Nota-se que o autor gostaria que houvesse um movimento organizado semelhante ao das vítimas da ditadura civil-militar. Sua comparação traz o temor de que uma narcoditadura poderia ser pior que os horrores vividos na ditadura civil-militar. Ao comparar a luta pelo fim da ditadura, quando havia uma bandeira de anistia que aglutinou diversos partidos e movimentos sociais, o autor não vislumbra um elemento aglutinador com capacidade de unir diversos setores da sociedade contra o avanço do crime organizado. Esta representação de 2002 como equivalente aos anos da ditadura civil-militar (1964-1985) pode ser compreendida como uma crítica à sociedade que dedicava esforços demais para o passado e não conseguia perceber os desafios do presente. Pode-se perceber que o autor tomou o cuidado de ressaltar os horrores do período ditatorial a fim de não relativizar o passado ou propor algum tipo de revisionismo, mas fazer uma estratégica releitura política que traga o espírito de resistência para o presente.

A primeira edição de *Narcoditadura* (2002) foi lançada exatamente seis meses depois da morte de Tim Lopes, no dia 2 de dezembro de 2002. Percival não permitiu que houvesse noite de autógrafos em livrarias, declarando que não havia motivos para comemorar⁹⁷. Em 2014, a editora Planeta lançou uma nova edição, com a proposta de ser revista e atualizada:

Figura13 – Capa da edição *Narcoditadura* lançada pela Planeta no ano de 2014.

⁹⁷ "NARCODITADURA" / "A ARTE DE FAZER UM JORNAL DIÁRIO". Souza e Noblat confrontam limites éticos do repórter. Carlos Eduardo Lins Da Silva. São Paulo, sábado, 11 de janeiro de 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1101200321.htm>



Fonte: SOUZA, 2014: capa.

Ao verificar folha por folha as duas edições, conclui-se que não houve uma mudança no texto da obra de uma edição para outra. Uma das grandes mudanças foi a inserção de uma página ilustrada com grades e epígrafes com frases reflexivas na divisão de cada capítulo. A nova edição, que prometia ser revista e atualizada, não teve grandes alterações no texto final, sendo que valores monetários citados na obra vieram com a indicação de que o valor era referente ao ano de publicação da primeira publicação. A capa com um homem encapuzado com armas na cintura remete a imagens de rebeliões em presídios amplamente difundidas em 2001. Muito mais chamativa que a primeira, reforça estereótipos de traficantes armados. José Arbex (1996) questionou nos anos 1990 a imagem do tráfico de drogas ligada a marginalidade

das favelas cariocas e não ao mundo das maiores empresas de luxo do mundo que descobriu estarem ligadas a esquemas de décadas na lavagem dinheiro do tráfico de drogas. Além da imagem, a chamada apelativa enfatiza “um dos maiores casos do jornalismo investigativo sobre o crime organizado”.

A editora responsável *Planeta de Livros Brasil* é o braço brasileiro do *Grupo Planeta*, um dos dez maiores conglomerados editoriais do mundo, com sede em Barcelona, na Espanha, e presente em toda a América Latina. Sua entrada no Brasil, no início dos anos 2000, com a compra dos direitos da publicação da enciclopédia Barsa, também é marcada pela entrada de outro grande grupo espanhol, o Santillana. Sua reedição, doze anos depois, reforça a leitura de Jakobskind (2003), de que o caso Tim Lopes foi uma das mais extensas coberturas de um assassinato já realizada na história do país. Esta foi a primeira vez em que uma obra de Percival foi relançada por outro selo editorial, indicando que o valor comercial foi levado em consideração por um grande conglomerado que conseguiu levar os direitos de publicação da pequena editora *Labortexto*.

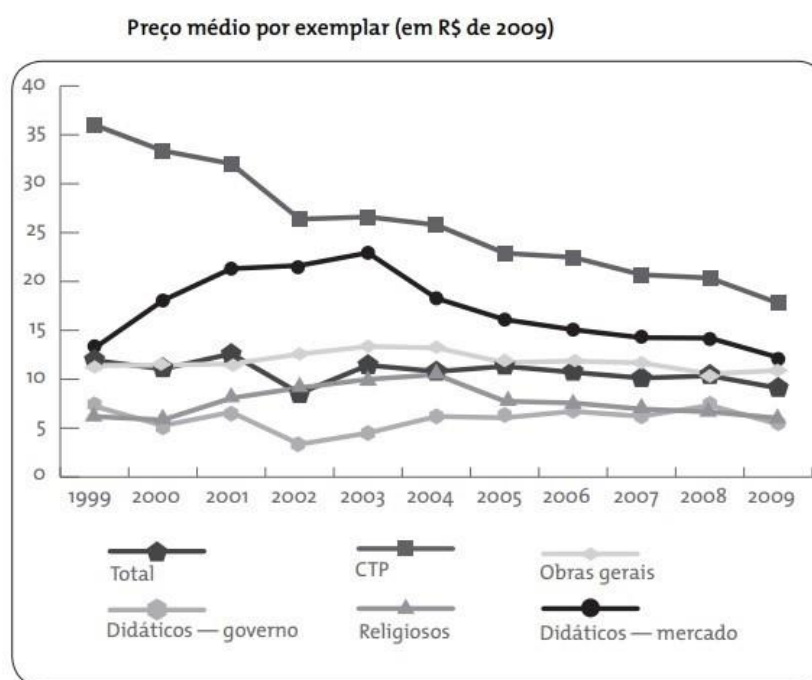
Meninos bandidos e a maioridade penal

Depois de *Narcoditadura* (2002), Percival de Souza escreve o livro-reportagem *Meninos bandidos atacam: e nem sabemos o que fazer com eles* (2006), livro integrante da coleção *Repórter Especial*. A história desta obra remonta a 2005, quando Ruy Mesquita propõem a antigos colegas do *Jornal da Tarde* a criação de uma coleção de livros-reportagem escritos por jornalistas especializados. Para a realização deste projeto, fundaram a Editora *Terceiro Nome*, que, além de Ruy, contava com Edgar Gusmão Dias da Silva, Fernando Portela, João Lima Jr., Mary Lou Paris e Samuel Ribeiro Rossilho. A criação contou com a participação de Mary Lou Paris, dona da *Editora Mostarda*, especializada em livros acadêmicos na área de humanidades. Depois de fundada, dedicaram-se à criação da coleção que denominaram como *Repórter Especial*. Fernando Portela ganhou a incumbência de definir os títulos e autores dos livros da coleção:

Os primeiros nove livros da coleção – que oscilam entre 88 e 120 páginas e custam R\$ 18 – debruçam sobre temas às vezes pouco encorajadores aos repórteres menos persistentes. Eles falam da Aids, do acelerado e ameaçador crescimento econômico da China, da violência urbana, da poluição, da polêmica dos transgênicos, da internet e de questões espirituais e religiosas. São leituras rápidas, para o ônibus e o metrô e podem ser adotadas em escolas”, diz Mary Lou Paris, dona da Editora Terceiro Nome (OESP, 06.12.2005).

A descrição da proposta da coleção relaciona-se com uma da primeira década do século XXI, quando foram implantados diversos planos de incentivo fiscal e de investimentos via BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), visando uma melhora econômica e maior competitividade do setor. Desde 1999, a Câmara Brasileira do Livro mantém dados precisos do setor, e a partir dos gráficos do preço médio dos livros pode-se verificar o resultado dessas políticas:

Figura 14 - Preço médio do exemplar 1999-2009.



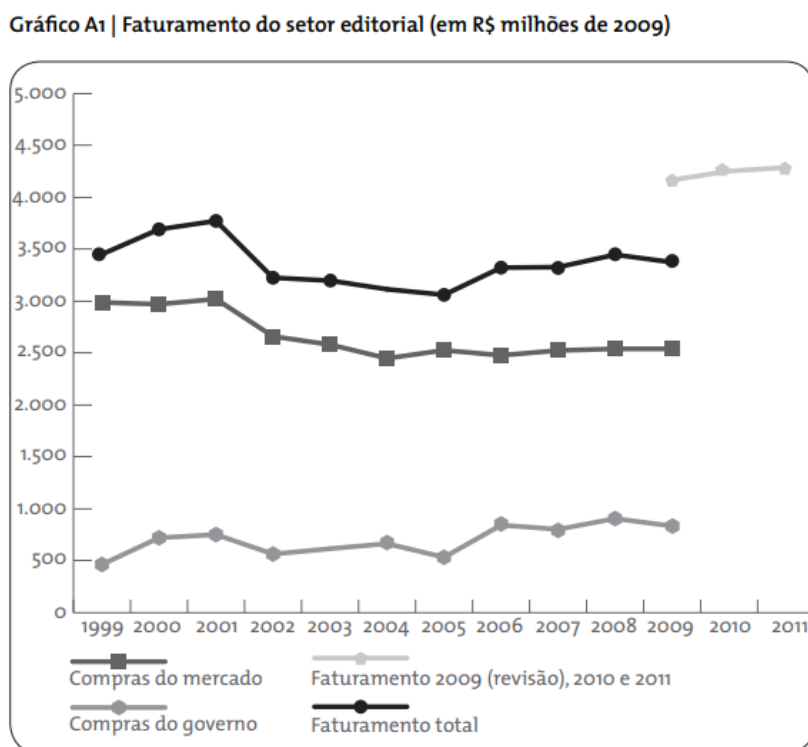
Fontes: Fipe, Snel e CBL (2000 a 2011).

Fonte: (SOUZA, 2018 :30).

Quando a coleção foi lançada, o preço médio das obras gerais, categoria na qual enquadram-se os livros-reportagem, estava em queda desde 1999. Ao observar o recorte da década (1999-2009), é expressiva a redução do custo ao consumidor. Outra questão mencionada por Mary Lou Paris foi a possibilidade de utilização dos livros da coleção em escolas. Conforme gráfico, no ano de 2006, quando a coleção *Repórter Especial* foi lançada, houve o maior faturamento do setor editorial em decorrência da compra de livros pelo

governo, alcançando quase um bilhão, com os diversos editais abertos Ministério da Educação:

Figura15 - Gráfico com o faturamento do setor editorial brasileiro (1999-2009)



Fonte: (SOUZA, 2016: 28)

Willian Souza (2016), em sua tese de doutorado, analisou a experiência dos livros de bolso no Brasil e na França atentando-se para o mercado editorial brasileiro. Ao trazer um histórico do livro-reportagem de bolso cita que a primeiras obras foram publicadas na Alemanha nazista em 1937 pela editora *Penguin Books*. A título de comparação, pode-se tomar de referência os dados da coleção *Cia de Bolso* coletados entre 2005 e 2006 citados pelo autor. Nesta coleção, somente 7,22% do lucro gerado era resultante da venda de livros-reportagem, e de um total de 168 livros lançados somente 13 eram livros-reportagem. Como a pesquisa de Souza (2016) demonstra, o livro-reportagem de bolso não tinha o devido destaque em grandes coleções como a *Cia de Bolso* e a *L&PM Pocket* e ainda é um gênero pouco valorizado comercialmente. Diante do quadro esboçado pelo autor, o lançamento da coleção

Repórter Especial, por Ruy Mesquita, foi uma aposta viável naquele momento não só financeiramente, mas também pelo nicho editorial do livro-reportagem ser pouco explorado pelas coleções já consolidadas no mercado.

Meninos Bandidos Atacam (2006) fez parte da segunda leva de publicações da coleção lançada em 2006 com os títulos: *A Maravilhosa Máquina de Viver - Novas Descobertas o Tornam ainda mais Fascinante*, de Alessandro Greco; *Robô, o Filho Pródigo*, de Heitor Shimizu; e *Amazônia, a Floresta Assassinada - Falta muito pouco para Matá-la de Vez*, de Sérgio Adeodato; *Efeito Estufa - Por Que a Terra Morre de Calor*, de Fátima Cardoso; *Padres Comunistas! - O Que Pensa e por onde Anda a Igreja de Esquerda no Brasil*, de Juracy Andrade; *Racismo - A Verdade Dói. Encare*, de Conceição Lourenço, e *Você Pode Viver 100 Anos*, de Ivonete Lucírio. Em notícia do lançamento no jornal *A Tarde*, percebemos que Percival de Souza foi o único dos autores que não pode comparecer às cerimônias de lançamento nas livrarias FNAC e Cultura, ambas localizadas na Avenida Paulista⁹⁸, na cidade de São Paulo.

Meninos Bandidos Atacam e Nem Sabemos o que fazer com eles (2006) foi o livro de menor formato físico de todos os seus livros: 17cm X 12cm. Com 96 páginas, é um de seus livros menos extensos, perdendo somente para *Império da Violência* (1988), com 88 páginas. O formato popularmente chamado de livro de bolso não era uma novidade para o mercado editorial brasileiro, cujo maior símbolo foi a coleção *O que é?*, lançada pela editora Brasiliense, no final dos anos 1970. Outro marco foi a coleção L&PM Pocket, cuja alta vendagem ajudou a salvar a editora da crise financeira e expandiu o formato pelo Brasil durante os anos 1990. Em 2005, quando foi lançada a coleção *Repórter Especial*, a renomada editora Companhia das Letras também lançou o selo Companhia de Bolso, com livros clássicos ao preço e formato físico menores que os praticados usualmente pelo mercado⁹⁹.

O Estado de São Paulo carrega a marca da degradação dos serviços de proteção e bem estar da população jovem nas décadas de 1980 e 1990. A Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM) é extinta em 1999, depois de uma sangrenta rebelião e depredação das instalações na unidade Imigrantes, onde quatro internos foram mortos. O governador à época Mario Covas (1995-2001), que estava no segundo ano de seu segundo mandato, sentiu as

⁹⁸ Mostarda, nova editora com espírito jornalístico. Disponível em:

<https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,mostarda-nova-editora-com-espírito-jornalístico,20051206p3600>

⁹⁹ SOUZA, Willian Eduardo Righini de. *O livro de bolso na contemporaneidade: a experiência brasileira e os principais modelos internacionais*. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Pp. 23-28.

fortes críticas realizadas pela imprensa depois da rebelião e iniciou um amplo processo de reestruturação no órgão. Para apagar a imagem desgastada da FEBEM, o governo criou um processo de mudança: a descentralização das antigas unidades superlotadas para propiciar um melhor acolhimento e funcionamento em prédios menores. Roberto Lima (2010) acompanhou o processo de descentralização de quinze unidades na RMSP, e questionou como as mudanças arquitetônicas e de concepção mantiveram velhas práticas de violações aos direitos humanos e falta de políticas de assistência. As mudanças de nome e de instalação foram publicizadas pela gestão Mario Covas como a grande possibilidade de mudança na política de internação de menores infratores.

O próprio título do livro já remete a uma questão de gênero, uma vez que meninos são o tema tratado. As infrações cometidas por mulheres jovens não são o principal alvo de sua narrativa. Segundo o Mapeamento Nacional da Situação de Unidades de Execução de Medida de Privação de Liberdade do ano de 2002, as mulheres representavam somente 6% do número total dos que cumpriam medida de privação de liberdade¹⁰⁰. Nesta obra concisa, a grande maioria dos dados estatísticos fez parte deste mapeamento de 2002. Diferentemente de outros livros de Percival, em que há um extenso trabalho de reportagem, *Meninos Bandidos Atacam* (2006) tem como característica ser um livro-reportagem síntese, em que o leitor busca as principais referências da atualidade sobre determinado assunto. Neste caso, Percival usou sua memória citando histórias de menores infratores que cometeram crimes sem data nem local:

Nas ruas, C.A.T. era um perigo. Assaltou um casal de namorados, que cometeu a imprudência de demorar-se dentro do carro estacionado. O rapa, para C.A.T. não passava de um mané, trouxa, otário. O pavor da moça o divertia. Com seu companheiro, de garupa na motocicleta, C.A.T. achou que seria do lado esquerdo. O parceiro preferiu o direito. C.A.T. deu só um tiro, bem no peito do rapaz. A vítima tombou lentamente para o lado esquerdo. C.A.T. sorriu por ter vencido a aposta, comemorada com uma cerveja num boteco que gostavam de frequentar (SOUZA, 2006a: 39).

Pela narrativa, podemos ver a construção da imagem dos menores como criminosos insensíveis que não se importam com a morte de suas vítimas e ainda comemoram. Por questões jurídicas, não foram citados os nomes verdadeiros dos adolescentes. As iniciais deixaram o texto menos humanizado ao tornar nomes carregados de simbolismo por frias

¹⁰⁰ de Souza, P. (2006). *Meninos bandidos atacam: e nem sabemos o que fazer com eles*. Editora Terceiro Nome.

letras maiúsculas. O divertimento com o sofrimento das vítimas ressaltado por Percival dá intensidade ao medo da juventude pelo sadismo naturalizado e a ausência de arrependimento. A descrição dos jovens sem data nem local gera a percepção de estereótipo desenvolvida por Homi Bhabha (1998). Para ele, o discurso estabelece uma relação em que o perigoso tem seu lugar pré-estabelecido em uma relação de dominação que coloca cada um em seu lugar na ordem social.

Outro caso citado por Percival que causou grande comoção popular foi o assassinato do líder indígena Galdino Jesus dos Santos, da etnia Pataxó, queimado vivo em um ponto de ônibus na cidade de Brasília em 1997. Um grupo de cinco rapazes jogou álcool e ateou fogo “para se divertir” no que eles achavam ser “apenas um mendigo”⁹⁹. Entre os cinco jovens havia um menor de 18 anos, que foi condenado a quatro meses de medida socioeducativa, pena muito pequena para grande parte da cobertura da imprensa que trabalhou no caso. Este crime, que ocorreu oito anos antes da publicação, foi rememorado por Percival pelo seu potencial de questionamento da proporcionalidade da pena aplicada e também pela questão de classe social, já que representa a justiça historicamente relegada aos povos indígenas perante os jovens de classe média alta de Brasília. A temática da maioridade penal e o interesse da sociedade pelas medidas socioeducativas presentes no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) foram ascendidos por crimes famosos que chocaram a sociedade brasileira.

Um dos casos mais famosos foi o de Champinha, o qual não foi mencionado por Percival de Souza em *Meninos Bandidos Atacam* (2006). Roberto Aparecido Alves Cardoso, o Champinha, ficou conhecido nacionalmente por ter participado do brutal assassinato do casal de namorados Felipe Silva Caffé, 19, e Liana Bei Friedenbach, 16, em novembro de 2003, no município de Embu-Guaçu, na região metropolitana de São Paulo. Liana Friedenbach foi violentada várias vezes e depois assassinada a facadas. Champinha é considerado por autoridades psiquiátricas como um psicopata e já havia cometido diversos outros delitos violentos antes do assassinato do casal¹⁰⁰. A possibilidade do adolescente ser colocado em liberdade quando completasse 18 anos foi explorada midiaticamente, causando um grande clamor público. Logo após a prisão de Champinha, foi protocolada na Câmara dos Deputados uma PEC que solicitava a revisão no ordenamento jurídico do país, alterando de 18 para 13 anos a inimputabilidade de adolescentes que cometeram crimes hediondos. Em um trecho da PEC nº 90, de 2003, verificamos a construção de um discurso com fortes apelos emocionais:

Alinhamo-nos entre aqueles que acreditam que o jovem de 13 anos de idade é perfeitamente capaz de reconhecer a gravidade de certas condutas delituosas, especialmente as mais graves. Não é factível no atual estágio da civilização, com as informações disponíveis nos diversos meios de comunicação de massa, uma pessoa de 13 anos não tenha consciência do sofrimento que se abate sobre uma vítima de estupro, ou da dor suportada por uma família cujo pai, mãe ou filho tenha sido assassinado [PEC nº 90/2003 (Brasil, 2003)].

Percebemos que os crimes mencionados na PEC foram os cometidos por Champinha. Além desta PEC de 2003, foram protocoladas mais sete propostas na Câmara dos Deputados desde que o ECA foi instituído em 1991. A PEC mais antiga é a 171/1993, protocolada quando o estatuto tinha apenas 2 anos de vigência¹⁰¹. Conforme análises de Régener (2018), esta pauta sempre reuniu agendas conservadoras da política brasileira desde os anos 1990. O discurso de mudanças na lei penal atende a um desejo de vingança das vítimas da violência com a lógica punitiva da prisão. Diante desta perspectiva, vale ressaltar dados da pesquisa realizada pelo Fórum Permanente das Relações Universidade-Empresa, na Fundação CASA, no ano de 2006. De um total de 115 internos entrevistados, 68% deles classificam sua casa como sendo de classe média baixa (31%), pobre (33%) ou muito pobre (4%). A grande maioria dos internos era proveniente das classes mais pobres da sociedade, indicando que a proposta de mudança na lei penal traz em seu bojo o controle e a criminalização da pobreza no país.

Neste momento histórico do lançamento de *Meninos Bandidos Atacam* (2006), em que há uma maior visibilidade das ações do crime organizado, a participação de crianças e adolescentes em atividades do tráfico de drogas também é explorado de forma sensacionalista na imprensa. Sob a Fundação Casa recém-criada pelo governo estadual, havia a desconfiança de que o crime organizado estivesse recrutando jovens:

Um exemplo disso aconteceu em São Paulo, onde uma organização criminosa, o PCC (Primeiro Comando da Capital), conseguiu implantar o seu poder no interior de vários presídios, montando redes de comunicação com o lado de fora das muralhas e estruturando o crime organizado de uma forma que nunca se tinha visto antes. A relação cada vez mais próxima com “meninos de fé”, ou seja, menores infratores confinados, esboçou a criação de um PCC- mirim, uma versão para menores da organização criminosa adulta. Nesse muno os menores ingressam precocemente, existe pena de morte, castigos corporais e tortura. (...) Mais tarde, conforme for, quando se tornar maior, o adolescente recrutado poderá ser promovido e até ganhar

¹⁰¹ RÉGENER, Ricardo; SILVA, Letícia Carvalho. A PEC 171/1993, os atores sociais envolvidos e a influência deles na tramitação da matéria: um breve estudo de caso da Psicologia Política envolvida no processo legislativo1. Revista Electrónica de Psicología Política, v. 16, n. 40, 2018.

uma bolsa para estudar Direito e ganhar assim as condições para se tornar um advogado que irá defender os irmãozinhos, ou seja, os filiados do PCC (SOUZA, 2006a: 62-63).

A definição de futuros ladrões carrega o tom pessimista que marca toda a obra *Meninos Bandidos Atacam* (2006). Nesta menção ao PCC, nota-se que o crime organizado se apresenta com força suficiente para conseguir inviabilizar as políticas públicas de reinserção social. A narrativa sobre o “PCC-mirim” enfatiza o caráter disciplinar da facção criminosa, que realiza tortura e assassinatos para impor seu código moral sobre os adolescentes. Feltran (2006) compreende que a atuação do PCC está bem além do mundo das prisões e da Fundação Casa. Sua rede de poder é muito mais complexa e envolve as famílias dos adolescentes, a resolução de conflitos dentro das comunidades e também a questão econômica, que torna a criminalidade tentadora dentro das desigualdades de uma sociedade baseada no consumo. Diante de tal cenário, apostar no cumprimento de penas de internação, mesmo que com isolamento temporário das relações com o PCC, não seria o suficiente para quebrar vínculos e códigos morais solidamente construídos por décadas pela facção.

O centro da cidade de São Paulo carrega desde os anos 1980 a marca de jovens e adolescentes em situação de rua. Aqueles que cometiam delitos como furtos e roubos acabaram ganhando a denominação de trombadinhas. Heitor Frúgole Jr. (2000) menciona em sua tese que o impacto negativo da violência foi uma das primeiras causas apontadas pelas empresas que abandonaram a região central. O autor mostra que, independentemente da violência urbana, uma lógica de especulação imobiliária promovida com o apoio estatal propiciou o deslocamento do eixo financeiro da cidade para a região das avenidas Faria Lima e Luís Carlos Berrini, denominadas de vetor sudoeste. Diante da expectativa de revitalização do centro da cidade no ano de 2005, Percival rememorou as representações do crime e da criminalidade da área da antiga Boca do Lixo, que agora é denominada de Cracolândia:

O que fazer? Ao fazer essa pergunta a si mesmo, em 1994, o então diretor do Denarc de São Paulo (Departamento de Investigações sobre Narcóticos), George Henry Millard, estava cansado do ritual de apreensão-libertação. Ele batizou de cracolândia um quadrilátero no bairro de Santa Ifigênia, na capital paulista, repleto de hotelecos de curta permanência onde adultos se misturavam com menores. A chamada “Boca do Lixo”. Um permanente ponto de encontro de prostitutas, exploradores de lenocínio, pequenos ladrões e, no meio de tudo, crianças e adolescentes cheirando cola ou fumando pedras de crack, a cocaína sintética, nas calçadas imundas que justificavam o nome do lugar que, em 2005, a prefeitura da cidade começou a revitalizar. Futuros traficantes. Futuros Ladrões (SOUZA, 2006a: 87).

Pode-se relacionar a representação que criou da criminalidade de crianças e adolescentes com a máxima da direita paulistana na década de 1980: “A polícia prende, mas a justiça solta”, descrita por Teresa Caldeira (2000). Mas diferentemente dos movimentos de direita que pregavam uma polícia mais forte que permitisse violações aos direitos humanos, Percival propõe em sua solução uma polícia amparada por redes de proteção e acolhimento ao menor que inviabilizem o seu retorno à criminalidade, por meio do fortalecimento dos direitos humanos. Teresa Caldeira (2000) define como fala do crime um tipo de linguagem que, pela repetição da narração de crimes como assassinato, visa a estabelecer uma ordem sobre a sociedade. O crime teria o poder desordenador da vida cotidiana pela experiência da vítima, necessitando de explicações rápidas e simplistas para satisfazer a sociedade. A autora comenta: "a ordem simbólica engendrada na fala do crime não apenas discrimina alguns grupos, promove sua criminalização e os transforma em vítimas da violência, mas também faz o medo circular através de histórias e ajuda a deslegitimar as instituições da ordem e legitimar a privatização da justiça e uso de meios violentos e ilegais" (CALDEIRA, 2000:43).

Percival conclui o livro com um capítulo intitulado *Soluções*, uma proposta audaciosa do autor em elencar elementos que seriam necessários para a resolução dos conflitos envolvendo adolescentes: estabelecer parcerias com ONGs com tratamentos especializados; acompanhamento educacional com pedagogos; sistema informatizado com informações em rede; separação dos infratores pelo tipo de delito cometido; estabelecer padrões de disciplina e segurança em todas as instituições; valorização das relações familiares dos infratores; criar condições para a reintegração à sociedade; e não estabelecer prazo máximo para a duração da internação. Diante da maior polêmica que cerca o contexto de produção do livro-reportagem, que é a redução da maioridade penal, Percival critica a ONU por enviar ao Brasil um relatório que afirma que somente 17% dos países do mundo concordam com a redução da maioridade penal para menores de 18 anos: “Em Nova York, cidade onde fica a sede da ONU, existe um presídio para menores. A Inglaterra também segue a mesma linha” (SOUZA, 2006a: 91). Percival não se posicionou explicitamente sobre a temática, mas pelas propostas que apresentou pode-se notar que o autor era a favor de condenações maiores que os três anos previstos no estatuto.

Figura 16 - Marcelo Rezende e Percival de Souza no programa Cidade Alerta, da Rede Record de Comunicação, em 2013.



Fonte: Leandro Moraes/UOL, via Portal UOL. Disponível em: <https://terceirotempo.uol.com.br/que-fim-levou/percival-de-souza-6105>

Para muitos dos telespectadores de Percival de Souza, no programa *Cidade Alerta*, da TV Record, pode soar estranho que o jornalista tenha escrito um livro-reportagem em que se posicionava contra a redução da maioridade penal. A dissertação *Mídia e redução da maioridade penal: as representações sociais sobre o adolescente em conflito com a lei no telejornalismo da rede Record*, de Daniela Alves (2018), debruça-se sobre as representações sociais de adolescentes no programa *Cidade Alerta* entre os anos 2010 e 2016, e traz em alguns trechos os comentários realizados por Percival:

Perci, 13 anos e o namorado 17. O namorado devia ir pra cadeia (...)" ; na matéria 28, quando o apresentador diz que "ele tem 17 anos, devia tá na cadeia como adulto" ou ainda na matéria 23, na qual Percival de Souza afirma:

- Eu tenho certeza absoluta que esses menores aí praticam o mesmo tipo de crime que os adultos praticam. Homicídio, tráfico de drogas, latrocínio... como nós vimos nessa reportagem. Quer dizer: ele não se diferencia em nada do adulto. Portanto eu não vejo razão nenhuma que por uma mera questão de relógio biológico a gente atestar que um menor é perigoso ou não. Quem mata, estupra, rouba e trafica é perigoso sim (ALVES, 2018: 74-75).

Diante do trecho exposto por Alves (2018), nota-se que para os milhões de telespectadores da rede Record a imagem de Percival como defensor da redução da

maioridade penal está muito presente. Ressalta-se que diante de Marcelo Rezende e seus telespectadores, Percival tem um papel de comentarista pré-definido nas linhas editoriais do jornalismo da Record, portanto não tem total liberdade para expressar-se conforme suas convicções. No trecho citado, o relógio biológico que delimita a maioridade penal é tratado com indiferença por Percival, que compreende o adolescente em igualdade com o adulto na questão da periculosidade. Alves (2018) concluiu que o programa *Cidade Alerta* expõe diariamente representações sociais de adolescentes infratores como um risco para a sociedade, sem chances de regeneração social e impunes por não receberem o mesmo tratamento penal que um adulto maior de 18 anos. Ressalta-se que não pertence ao escopo desta pesquisa analisar a atuação televisiva do autor nem o período posterior ao recorte temporal da publicação de seu último livro-reportagem, em 2008.

O “Salve Geral” do PCC na cidade de São Paulo

Em maio de 2006, a cidade de São Paulo vive a sua pior crise de segurança pública da história. O PCC não realizava uma grande demonstração de força desde a megarrebelião de 2001, e estava descontente com os castigos e transferências de presos que ocorriam em todo o Estado. No domingo de dia das mães, delegacias, bases da polícia, bombeiros, agentes penitenciários e policiais de folga foram atacados em ações orquestradas a partir da facção que age dentro e fora dos presídios. Já o dia 15 de maio de 2006, uma segunda-feira, amanheceu com o ataque a diversas empresas de ônibus, que tiveram que recolher a frota. Espalhava-se o temor de que poderiam ocorrer ataques a escolas, shopping centers e centros comerciais da cidade. A grande maioria das empresas foi obrigada a dispensar seus funcionários do trabalho e à noite a cidade estava sem ninguém nas ruas. Toda a população estava amedrontada. O governador Claudio Lembo (2006-2007) recebeu do governo federal a proposta de uma intervenção da Força de Segurança Nacional, que foi rejeitada. Para o governador, a capacidade das Polícias Civil e Militar conseguiria controlar os ataques.

Logo após os ataques, a polícia de São Paulo fez diversas operações de combate ao crime organizado, que culminaram na morte de 493 pessoas. Gabriel Feltran (2006)

trabalhava no CEDECA¹⁰² e acompanhou o assassinato de diversos jovens de Sapopemba pela Polícia Militar:

O assassinato de 493 suspeitos, numa única semana de maio de 2006, foi lido em São Paulo como acréscimo à ordem democrática. Foi a contabilidade desses suspeitos mortos que acalmou a cidade, trouxe de volta à normalidade das instituições republicanas. É essa criminalização, naturalizada nos cotidianos, a segunda dimensão do argumento da expansão do mundo do crime nas periferias de São Paulo. Delineiam-se, assim, fronteiras entre as periferias da cidade e o mundo público. Ambas as dinâmicas estudadas contribuem para traça-las. Aceleraram-se nelas, de ambos os lados, processos sociais de produção de alteridade para fora e composição identitária para dentro. Na passagem analítica do universo social local para dinâmicas sociais amplas, por isso, encontra-se na fronteira a nomeação bipolar que aparta trabalhadores e bandidos, similar a tantas polaridades discursivas radicais historicamente situadas. Se nos espaços públicos do Brasil contemporâneo, a legitimidade desses dos identificados como bandidos é, a priori, impensável, internamente às periferias, como se viu, já começa a se atribuir legitimidade aos Comandos formados por ladrões (FELTRAN, 2011: 188).

Sete meses depois dos ataques, Percival de Souza lançava *O Sindicato do Crime: PCC e outros grupos* (2006b), no dia 7 de dezembro, na Livraria Cultura da Avenida Paulista. O livro foi publicado pela editora Ediouro, principal selo do conglomerado de edições da marca, que contava com a Coquetel, especializada em palavras cruzadas e passatempos, e com as publicações da DC Comics, uma das principais vertentes de histórias em quadrinhos do mundo. Segundo dados da *Wikipedia*, em 2001 a Ediouro entrou para o ranking das dez maiores do país, ultrapassando mais de 2 milhões de livros vendidos por ano. Detentora dos direitos de publicação de todas as obras do renomado autor pernambucano Ariano Suassuna e do inglês Edgar Allan Poe, o selo editorial Ediouro construiu uma trajetória de publicações prestigiadas pela crítica e por milhões de leitores. Em 2006, ano da publicação do livro

¹⁰² O “CEDECA SAPOPEMBA” foi fundado legalmente em 23 de novembro 1991, no entanto, funciona desde 1985, teve por origem um grupo de pessoas oriundas das Comunidades Eclesiais de Base preocupadas com a situação de violência em que viviam as crianças, os adolescentes e os jovens da região de Sapopemba época em que as situações mais críticas eram com os adolescentes que faziam uso abusivo de drogas, os que se prostituíam e os internos nas Unidades da FEBEM.

Sindicato do Crime (2006b), a Ediouro comprou a editora Nova Fronteira, referência em publicações acadêmicas da área de humanidades.

No capítulo introdutório denominado *Cemitério de Teorias*, o autor explicou as motivações da escrita do livro:

A história deste livro começa no dia em que um assessor da presidência da Bolsa de Valores de São Paulo me pediu um encontro, no velho centro bancário da cidade, para dar conselhos ao chefe em situação de perigo. O PCC, que já havia planejado colocar uma bomba na frente da bolsa, agora o ameaçava. Ele, que já havia adotado medidas extremas de segurança, queria saber se deveria pedir proteção ao secretário de Segurança Pública ou contentar-se com o encontro que já tivera com um promotor público e uma delegada de polícia, que o aconselharam a adotar segurança pessoal. Expliquei como estavam os bastidores das investigações sobre o crime organizado e os cuidados elementares que poderiam ser adotados (SOUZA, 2006: 9).

O título do livro - *O Sindicato do Crime: PCC e outros grupos* (2006b) - associa a atuação dos grupos criminosos na proteção de seus membros como sindicatos que fornecem serviço jurídico a seus filiados. Talvez a inspiração venha do filme americano *Sindicato de Ladrões* (1954), de Elia Kazan, ou do britânico *Sindicato do Crime* (1968), de Basil Dearden. O livro de Percival foi escrito durante o período do governo presidencial do ex-sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Portanto, o uso da palavra sindicato estava ligado à base governista no imaginário coletivo da população. Quem se dedicou a aprofundar-se na classificação do PCC enquanto instituição foi Feltran (2018). Ele realizou uma análise específica sobre o funcionamento do grupo ao relacioná-lo com a maçonaria pela independência e descentralização na tomada de decisões de seus membros. Décadas depois, no ano de 2017, a facção O Sindicato do Crime do Rio Grande do Norte tornaria seu nome mundialmente famoso pela morte de 27 presos pertencentes ao PCC na penitenciária potiguar¹⁰³. Percival não justifica a escolha do termo sindicato, mas pela leitura da obra é possível deduzir que o termo é utilizado pela ênfase que o autor dá às redes de proteção mútua montadas pela organização a seus membros.

Dentro da atmosfera de medo e tensão gerado pelos ataques do PCC, o autor teve de convencer autoridades e funcionários de diversas esferas do governo a colaborarem com a

¹⁰³ O massacre começou no dia 14 de janeiro de 2017. Um dia depois, o Instituto Técnico-Científico de Perícia recolheu 26 corpos no local. A 27ª morte teria acontecido depois disso.

escrita de seu livro. Em entrevista ao Centro de Memória do Jornalismo, em 2008, Percival de Souza relata como foi o trabalho de reportagem realizado:

Outro exemplo que eu gostaria de dar é um trabalho que eu fiz, que é um livro sobre uma facção criminosa que todo mundo queria saber a gênese dessa organização que é o Primeiro Comando da Capital – PCC. Consegui, transformei vários funcionários de presídios em repórteres em uma reunião na casa de um ex-diretor. Eu dei pauta, *deadline* e cursinho de repórter para agente do presídio. Eu queria o molho, o clima de cadeia diante de certos episódios. O Marcola. “Quem é esse Marcola?!”. Todo mundo sabe quem é Marcola. Mas sabe que o nome dele é uma mistura de Marco e como ele, quando era menino cheirava cola, então é Marcola. Isso ninguém sabia. Detalhes. Detalhes como muitos outros que eram desconhecidos e eu fiz. (...) Então procurei o juiz, expliquei o meu projeto de livro e ele foi comigo até o lugar onde esse traficante estava preso. Me apresentou, porque se eu chego lá “Sou Percival de Souza” o cara ia convocar minha mãe a plenário e acabou, não tem conversa. Mas aquele juiz tinha ascendência. Me apresentou, disse que eu ia fazer um trabalho sério e não precisava se preocupar porque ele não ia ser mencionado e só me interessava a cena, o local (SOUZA, 2008: 12-13).

Pelo relato apresentado por Percival, nota-se que a preservação do segredo de suas fontes foi fundamental para chegar a um nível de confiabilidade necessário para que os depoentes pudessem fornecer informações. Esta mesma técnica exposta em obras como *Revolução dos Loucos* (1980), *Eu, Cabo Anselmo* (1999), *Autopsia do Medo* (2000) e *Narcoditadura* (2002) foi revelada com mais detalhes nesta entrevista. Nela, Percival relata que buscava ensinar de forma rápida técnicas de reportagem para que seus colaboradores conseguissem aproximar-se de possíveis depoentes dentro do sistema penitenciário. Setores do funcionalismo público que se viam vulneráveis sob o ponto de vista institucional temiam represálias de superiores hierárquicos e também ameaças do crime organizado. Os funcionários, que buscavam na imprensa a possibilidade de tornar pública as situações silenciadas, enxergavam em Percival a promessa do sigilo e a possibilidade de grande reverberação de suas demandas a partir da publicação do livro e de reportagens. As considerações de Percival sobre as técnicas de reportagem que utilizou indicam que ele não conseguiria pessoalmente obter as informações por ser facilmente reconhecido.

Uma das grandes questões presentes na obra é a possibilidade de Marcos Camacho¹⁰⁴, o Marcola, ter um alvará de soltura impetrado por algum magistrado. Como o livro foi escrito a partir de análises que Percival de Souza realizou para a Bolsa de Valores, pode-se verificar

¹⁰⁴ Marcos Willians Herbas Camacho, mais conhecido como Marcola, é um narcotraficante brasileiro, considerado pelo Estado de São Paulo, líder da organização criminosa Primeiro Comando da Capital.

que uma das grandes dúvidas do mercado financeiro era a de ter informações sobre como o sistema judiciário iria proceder com os líderes do PCC. O prédio da Bolsa de Valores foi alvo de ameaça de explosão de uma bomba, e o presidente da instituição necessitava de escolta armada pelo grande número de ameaças que recebia¹⁰⁵. Percival buscou informações sobre os habeas corpus que haviam sido negados e também teceu diversas páginas com críticas a qualquer divergência jurídica dentro da jurisprudência que propiciasse algum tipo de benefício ao réu. Percival descobriu divergências dentro do PCC que isolaram rivais de Marcola dentro da facção, como Geleirão e Cesinha, que foram os grandes propagadores dos ataques do mês de maio e das ameaças contra diversas instituições públicas e privadas. A mudança na forma do PCC agir descrito por Percival demonstra que a organização estava aprimorando-se no tráfico de drogas e que a fase dos ataques e ameaças de atentados havia passado.

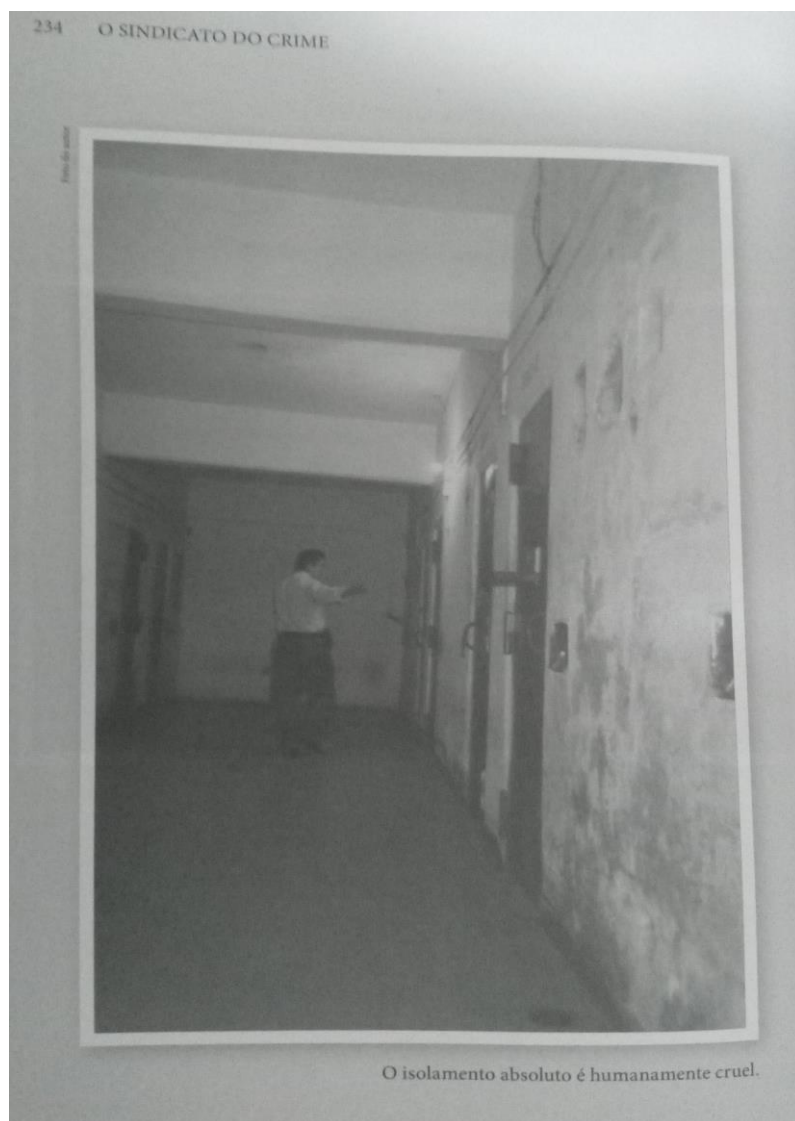
O livro, que é dedicado a seu neto Murilo, chamado de “neto esperança”, tem 253 páginas e foi dividido em 12 capítulos. Além disso, contém um apêndice com fotos e documentos, seguindo o padrão da maioria de seus livros-reportagem. As três imagens escolhidas para ilustrar a obra são celas de isolamento social do RDD (Regime Disciplinar Diferenciado) em que os presos não podem estabelecer qualquer contato dentro da unidade. Inclusive durante a uma hora de banho de sol diário, durante um prazo de até 360 dias, que pode ser prorrogado. As fotografias em preto e branco não trouxeram identificação como data e local em que foram tiradas. Abstratas, trazem o ar triste dos que foram submetidos ao isolamento. Em uma das imagens (Figura 16), vemos que há somente uma pequena saída de ar nas portas, que a iluminação é artificial e que existe um pequeno buraco por onde é passada a comida.

A construção de sentido dessas imagens é demarcada pelos subtítulos que carregam duras críticas: “Jaulas: as celas fortes mudaram só de nome” (SOUZA, 2006: 233). “O isolamento absoluto é humanamente cruel” (SOUZA, 2006: 234). “Tranca dura, pulverização psicológica” (SOUZA, 2006: 235). Na primeira imagem, o termo cela forte era utilizado em *A Revolução dos Loucos* (1980) para designar as celas de isolamento que foram classificadas como uma forma de tortura. Já o termo tranca dura é utilizado atualmente pelos presos para denominar as celas do RDD. Percival fez esta mistura entre o passado e o presente nas imagens para construir a ideia de continuidade nas práticas de tortura, uma denúncia ao

¹⁰⁵ JOSINO, Josmar. *PCC planejou carro-bomba para explodir Bolsa em SP e imitar Torres Gêmeas*. Disponível

tratamento degradante que provoca danos psicológico. Com tantas imagens fortes e impactantes de cenas do “Salve Geral” em São Paulo, as escolhidas foram as que justamente trazem uma reflexão sobre os retrocessos do sistema penitenciário que ferem a dignidade humana.

Figura 17 – Imagem de sela do Regime Disciplinar Diferenciado



Fonte: (SOUZA, 2006: 234)

O olhar microscópico sobre casos em que a justiça concedeu habeas corpus a lideranças do PCC cria uma atmosfera paranoica de que estamos correndo riscos a cada saída em massa da população carcerária, como nas datas de Natal, Páscoa, Dia das Mães e Dia dos Pais. As análises concisas dos *habeas corpus* de Marcola presentes nesta obra relacionam-se

com o conceito de separação entre Justiça e Direito tratado por Derrida (2010). Para este autor, o direito e as leis são frutos de um processo histórico de longa duração em que valores morais, religiosos e culturais são codificados em uma linguagem específica para construir e perpetuar estruturas de poder. Já a justiça seria a aplicação da lei de forma a garantir a racionalidade e viabilidade das construções sociais e a manutenção do status quo da própria justiça como monopólio da violência do Estado. A perpetração das desigualdades com diversas formas de injustiça perante minorias desfavorecidas sob o ponto de vista econômico e social foi ressaltada como um fator determinante para sua análise das relações entre justiça e direito. Para Derrida (2010):

A desconstrução da justiça reside justamente na situação paradoxal da justiça ser indestrutível, em que o direito é desconstruível ou porque ele é constituído sobre camadas textuais que podem ser interpretadas e transformadas, vez que a história do Direito é uma história de transformação, ou porque é fundamentado, justamente, em uma falta de fundamentação. A questão do direito ser desconstruível não é uma questão ruim, uma infelicidade, mas, sim, uma chance política de progresso (DERRIDA, 2010 p. 26).

Diante do ideal de justiça proposto por Percival de Souza, as leis deveriam ser claras para que toda a sociedade, inclusive o crime organizado, tenha consciência de que não poderia encontrar formas de utilizar do direito para escamotear-se da justiça. Como relata Bruno Paes Manso (2012) em sua pesquisa de doutorado, sempre ocorreu uma tensa rede de contato do PCC com advogados, uma prova disso foi o assassinato da advogada Ana Maria Olivatto, em 2002. Percival citou o caso de sete advogados que haviam perdido o direito de exercer a profissão depois de passarem por processos investigativos na OAB-SP. Estes operadores do direito são representados como peças-chave na configuração do combate ao crime organizado e, portanto, tornaram-se alvos dos pedidos de Percival por mudanças na forma como ocorrem os atendimentos a seus clientes dentro do sistema penitenciário. Além de cooptados pelo PCC, advogados estavam sendo ameaçados e havia a suspeita de que assassinatos teriam ocorrido como queima de arquivo da organização. Oito meses depois da publicação de *Sindicato do Crime* (2006b), Percival de Souza tornou-se consultor da Comissão de Segurança OAB-SP¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Comissão De Segurança Pública Toma Posse. 31/08/2007. Disponível em: <https://www.oabsp.org.br/noticias/2007/08/31/4384>.

Segundo Bruno Paes Manso (2012), o estudo inaugural sobre a organização do PCC foi *Cobras e lagartos: a vida íntima e perversa nas prisões brasileiras: quem manda e quem obedece no partido do crime*, do jornalista e historiador Josmar Josino, lançado em 2004. Este autor identificou o nascimento do PCC na Casa de Custódia de Taubaté em 1993. Neste presídio, chamado de Piranhão pelos presos, em um jogo de futebol detentos da capital tiveram que se unir contra a maioria dos que eram do interior, daí o nome Primeiro Comando da Capital. Segundo Manso (2012), esta narrativa de Josino foi tomada por diversos autores como o “mito fundador do PCC”, e Percival também a reproduziu em *Sindicato do Crime* (2006b).

Percival também faz diversas referências em seus livros aos casos de celulares dentro das prisões do Estado de São Paulo. Em *Narcoditadura* (2002), a entrada de celulares é associada à convivência de autoridades e de operadoras com o crime organizado. O autor cita diversas extorsões e ameaças desencadeadas por ligações feitas de dentro dos presídios. Logo após os ataques do PCC, no dia 26 de maio, a Alesp fez uma sessão com representantes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e das operadoras Claro, Vivo, Tim e Nextel, além da área de engenharia da Secretaria de Administração Penitenciária e de membros da Associação de Engenheiros de Telecomunicações de São Paulo. Na sessão, as operadoras deixam registrada a impossibilidade de bloquear os sinais em áreas da Secretaria de Administração Penitenciária, ferindo assim as exigências legais previstas pela Anatel¹⁰⁷.

Adorno e Nunes (2017) buscaram compreender o mesmo fenômeno que Percival, mas sobre o olhar da sociologia. Eles utilizaram o termo fronteiras em mutação como o mais adequado para a relação que o PCC impôs ao sistema penitenciário. O uso da tecnologia celular de forma contínua modificou a forma das redes de sociabilidade do mundo das prisões com a sociedade. Estes vasos comunicantes geraram uma rede de sociabilidade externa que possibilita em tempo real que lideranças do PCC possam ditar as regras no mundo de fora das prisões. Adorno e Nunes (2017) demonstram que o próprio Estado compreende a existência dessa relação externa dos presos pelos aparelhos celulares. Para esses autores, todo o conhecimento das ciências sociais baseado nas redes de sociabilidade interna do mundo das prisões e os parâmetros pensados sob a ótica da internação como uma forma de reclusão da sociedade caem por terra perante as novas tecnologias de conectividade.

¹⁰⁷ Bloqueio de celular é eficiente por tempo curto, afirmam especialistas. 24/05/2006. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=269736>.

Os relatos de Bruno Paes Manso (2012) e de Percival de Souza (2006) sobre a atuação do PCC nas periferias da cidade trazem a facção como responsável pela elaboração de um novo código moral marginal capaz de trazer mudanças no comportamento de criminosos. A organização criminosa tem uma forte atuação na resolução de conflitos das comunidades, com a realização de julgamentos e tomando para si o preceito estatal do monopólio da violência. Estas ações resultam em uma nova etapa em que toda a região metropolitana foi controlada pela facção, resultando em uma diminuição do número de homicídios. Ao assumir essas funções de Estado, torna-se um sistema de controle social em que o lucro da organização criminosa está acima das liberdades individuais de cada cidadão.

Como em todas as suas obras, as representações do Esquadrão da Morte estão presentes em suas análises. Desta vez, Percival procurou fazer uma analogia entre a profilaxia social objetivada pelos integrantes do Esquadrão com diversos assassinatos de autoridades estaduais cometidos a mando do PCC:

O PCC é a versão de um outro lado do Esquadrão da Morte, bando de extermínio que agiu entre os anos 1960 e 1970, formado por policiais que saíam em expedições punitivas pela cidade, matando culpados e inocentes, procurando apresentar-se com a falsa capa de promotores da profilaxia social. Na ocasião, cansada de muitos crimes violentos, a sociedade tendeu a apoiar o Esquadrão, descrente dos formalismos distantes da lei, aplaudindo a carnificina que tinha até “relações públicas - Lírio Branco, porta voz do bando que telefonava para a sala de imprensa da polícia para fornecer a indicação dos locais onde haviam sido abandonados os “presuntos”, os cadáveres do dia.

O PCC se deu ao direito de ser o outro lado da moeda: criou seus bandos matadores, saiu matando a esmo (também achando que derramar sangue fosse profilático), atacou depredou e aterrorizou, e ganhou adeptos, em escala menor do que o Esquadrão, mas de gente que entre a repressão e o crime prefere a anomia, a instabilidade de regras e de normas (SOUZA, 2006: 229-230).

Os crimes e a criminalidade paulistana narrados por Percival guardam a complexidade dos vínculos entre o real e sua representação. No caso dos distantes Esquadrões da Morte dos anos 1960 e 1970, o nexos pode ser encontrado com as diversas ameaças de morte que ocorreram de autoridades vistas como cruéis com os presos. O assassinato do Juiz Odilon Tavares é retratado no livro como um sobrevivente, devido aos diversos atentados que sofreu quando passou pela comarca de Presidente Venceslau. Mas a tese do Esquadrão da Morte apontada por Percival torna-se inválida com o argumento apresentado por Manso (2012) de que o PCC visa controlar suas áreas de influência com a regulamentação dos assassinatos por meio de julgamentos e a difusão de um código moral. Já os Esquadrões da Morte eram grupos

em sua maioria formados por policiais vinculados ao tráfico de drogas e que não buscavam construir uma rede complexa de relações de poder que englobassem o domínio sistemático. Esta releitura do Esquadrão da Morte também pode ser compreendida como uma forma de conclamar os grupos que se engajaram nos anos 1970 em ações contra o PCC.

O Sindicato do Crime: PCC e outros grupos (2006b) foi lançado quando os ataques do grupo ainda estavam frescos na memória de todos os brasileiros. Em 2008, Percival de Souza escreve o prefácio da obra *Reportagem Policial: Um jornalismo peculiar*, de Eduardo Fuccia. “Sinto-me à vontade em prefaciá-lo porque sou fruto da decisão do jornalista Mino Carta, ao fundar o Jornal da Tarde de São Paulo, de criar, nos anos 1960, uma nova roupagem para a cobertura criminal”.

Em busca de uma resposta que não tinha para oferecer, o mesmo governo que havia impedido a tropa de choque de sair dos seus três quartéis decidiu substituir o comandante geral da corporação. Como queria o que considerava o melhor disponível, optou pelo até então abominado coronel do Policiamento de Choque. Com nota dez em incoerência, o governo prosseguiu na sua política que abriu cada vez mais as comportas do sistema penitenciário. Era preciso negar que houvesse organização criminosa porque ficaria muito mal confessar o fracasso. A separação entre realidade e prática era real, palpável, mas o iceberg visível da segurança pública ficava cuidadosamente envolto em um papel celofane cor-de-rosa chamado democracia (SOUZA, 2006: 85).

Um tema recorrente quando se fala do fim dos ataques do PCC de 2006 na cidade São Paulo é a existência de um acordo entre o governo estadual e os líderes do PCC. Em depoimento à CPI do Tráfico de Armas da Câmara dos Deputados, Marcola citou que autoridades da polícia de São Paulo viajaram até o Presídio de Presidente Bernardes, no interior do estado, para negociar uma trégua para os ataques. O primeiro a tornar pública esta versão da história foi o deputado Arnaldo Faria de Sá, que foi um dos interrogadores de Marcola na CPI. Percival de Souza evitou dar destaque ao tema porque poderia ser um blefe de Marcola diante dos deputados e descreveu que ocorreu “uma espécie de diálogo diplomático” (SOUZA, 2006: 61). Em teses como as de Nunes (2011) e Manso (2012), o acordo é citado como sendo uma possibilidade de ter ocorrido, mas ambos os autores relatam que membros de PCC já tinham o costume de estabelecer negociações com autoridades muito antes do citado acordo. Somente no ano de 2015, o delegado José Luiz Ramos Cavalcanti confirmou ao jornal *O Estado de S. Paulo* que o acordo aconteceu entre as cúpulas das polícias Civil e Militar junto com uma advogada representante de Marcola. A declaração oficial do

governo paulista desmentiu o delegado e continuou reafirmando que o Estado jamais fez algum tipo de acordo.

A CPI do Tráfico de Armas instituída em 2006 foi pega de surpresa pelos ataques do PCC em São Paulo. Diante dos desafios e da falta de transparência sobre a dimensão real do crime organizado, deputados começaram a convocar diversas pessoas para contribuir na apuração dos fatos. As sessões da CPI foram descritas por Percival de Souza como total desorganização dos deputados, que não conseguiram extrair nenhuma informação relevante, ao contrário, estavam ajudando o PCC ao divulgar informações sigilosas da polícia. O tão aguardado depoimento de Marcola envolto de diversas estratégias de segurança foi um fiasco. O líder do PCC não deu muitos esclarecimentos e ainda chamou os deputados de bandidos. Além de Marcola, foram colhidos os depoimentos de diversas autoridades especializadas no PCC, como o delegado Ruy Fontes do DEIC. Deputados solicitaram diversas informações aos policiais de forma sigilosa, mas as informações vazaram com as escutas infiltradas pela organização no prédio da Câmara dos Deputados. A CPI representou para Percival uma grande derrota do regime democrático, que pretendeu utilizar mecanismos ineficientes de combate ao PCC que beneficiaram mais aos políticos, que ganharam espaço na mídia, em detrimento do sigilo de investigações policiais que foram frutos de anos de trabalho.

O assalto à sede do banco Banespa, em São Paulo, no dia 5 de julho de 1999, era até então considerado o roubo da história do país. Os bandidos levaram R\$ 37 milhões do setor de recolhimento de malotes dos carros-fortes. Com as investigações da Polícia Civil, descobriu-se que o PCC utilizou parte deste dinheiro para a compra de armas, a fim de expandir seus negócios, consolidar territórios nas periferias e tomar a região da fronteira do Brasil com o Paraguai. Uma ação vista com estratégica para a consolidação do grupo. Em 2005, depois de anos de luta com Rafaat, conhecido como o rei da fronteira, lideranças do PCC foram apontadas como controladoras do tráfico na região. Percival, em *O Sindicato do Crime* (2006b), buscou nas representações dos diversos crimes citados construir uma imagem ascendente da organização ao utilizar o roubo do Banespa como o fio da meada que alterou o jogo de forças dentro do mundo do crime. Manso (2012) não traz o roubo do Banespa como uma peça fundamental, mas verifica uma fase do PCC antes do ano de 2006 em que ocorreram muitos roubos a banco que resultaram em homicídios. Outra autora a corroborar com esta ideia é Nunes (2011), que verificou em entrevistas pelos presídios paulistas uma diminuição de especialistas em roubo a banco e a maior ênfase da organização no tráfico de drogas.

Em 2011, é lançado *O Crime Quase Perfeito* (2011). A primeira obra de ficção de Percival de Souza foi publicada pela *Ide@*, editora independente fundada em 2000 e voltada para a comercialização de livros didáticos¹⁰⁸. A história é autobiográfica e retrata o início de sua carreira, quando trabalhou com Mino Carta na década de 1960. O personagem principal é Percy, um jovem jornalista que investiga um crime em que o marido mata a esposa e consegue esconder a arma da polícia até ser descoberto pelo jornalista. Nesta espécie de autobiografia ficcional de seus vinte anos, Percival citou diversas vezes a influência que teve de Charles Dickens. Com a leitura de *Oliver Twist*, um garoto órfão que tem que sobreviver pelas ruas de Londres no século XIX, descobriu diversas semelhanças com os jovens abandonados por suas famílias no centro da cidade de São Paulo. *Oliver Twist* então tornou-se referência para Percy, que buscava inspiração na busca de um novo tipo de escrita nas reportagens criminais.

Em 2011, Percival de Souza escreve o livro religioso *Receitas de Vida - Percival de Souza*, em que mostra ao público leitor seus pensamentos e práticas religiosas inspiradas na doutrina religiosa do metodismo. Sua primeira obra inteiramente dedicada a esta temática trouxe também sua aspiração política de que as religiões evangélicas tenham uma maior representatividade dentro do sistema eleitoral brasileiro. O autor conclama os seguidores de sua religião a terem uma atuação de base em suas comunidades como o prioritário para a consolidação dos ideais evangélicos: “O que priorizo mesmo é a minha igreja local, onde sou superintendente da Escola Dominical” (SOUZA, 2011: 110). Em raro momento de reflexão política, enaltece o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por dizer que seus ministros devem levar mais em conta o coração e a massa encefálica em suas decisões: “As palavras de Lula têm respaldo Bíblico” (SOUZA, 2011: 106).

Conclui-se que as representações sociais do crime e da criminalidade nesta primeira década do século XXI foram as que mostraram a maior intensidade do poder do crime organizado perante o Estado. O tom pessimista de Percival de Souza em relação à possibilidade de controlar o avanço das organizações criminosas prevaleceu em todos os três livros-reportagem que publicou no período. As representações dos crimes com requinte de crueldade de organizações como PCC e CV tiveram grande riqueza de detalhes. Além de chocarem o leitor com a naturalidade com que foram praticados, trouxe a possibilidade descrita por Percival de tornarem-se cada vez mais frequentes. Outra mudança que ocorreu

¹⁰⁸ Segundo informações colhidas no site da editora *Ide@*. Acessado em 20.01.2022.

neste período foi a representação de advogados como participantes do mundo do crime que atuavam como porta-vozes de seus clientes presos. Foram citados diversos casos de advogados assassinados, presos e expulsos da OAB. O PCC foi descrito em diversas passagens como possuidor de um serviço de inteligência que lhe permitia obter informações precisas sobre juízes, diretores de penitenciárias e policiais que foram assassinados. Em *Meninos Bandidos Atacam* (2006), ressaltou a existência de um PCC-mirim e afirmou que o Estado perdeu completamente o controle da comunicação entre o PCC e os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. No sentido inverso, as autoridades do Estado foram retratadas como coniventes, corruptas, incompetentes e até chamadas de amedrontadas, diante do cenário de descontrole apresentado. Neste sentido, compreende-se que as representações sociais dos policiais, deputados da CPI do Tráfico de Armas, governadores, secretários de estado e juízes relacionam-se com as da criminalidade, construindo o sentido de que o enfraquecimento de um favorece o outro.

Considerações Finais

Em 2022, Percival de Souza continua trabalhando como comentarista televisivo no programa Cidade Alerta, da Rede Record. No ano anterior, lançou seu livro de memórias *Histórias que Marcaram o Tempo* (2001), em que relembra as coberturas que realizou como repórter policial. No primeiro capítulo desta pesquisa, foi possível verificar como Percival esforçou-se para compreender as mudanças que ocorriam na forma de escrita das reportagens com o advento do *New Journalism* estadunidense. Na década de 1960, junto com seu amigo e jornalista Mino Carta, procurou na literatura formas de romper a estrutura engessada do *lead*, atentando-se para descrições psicológicas e narrativas quadro a quadro das cenas do crime.

Apurou-se que, entre as 14 obras que escreveu, quatro delas têm descrições explícitas dos autores do *New Journalism* Gay Talese, Tom Wolfe e Truman Capote. Como ressalta Edvaldo Pereira Lima (2004), as categorias criadas por autores brasileiros para classificar as reverberações do *New Journalism*, como novo jornalismo, parajornalismo e jornalismo-literário, guardam incongruências e não têm base histórica para constituírem um estilo ou movimento literário definido. Diante das questões expostas por Lima (2004) e por não identificarmos em nenhuma obra do autor a sua adesão, influência ou citação a alguma dessas categorias, optou-se em não definir Percival como um fiel depositário de alguma delas. O autor se autodefiniu em 2011 como inventor de um novo estilo e descreveu que suas grandes influências foram baseadas em clássicos da literatura mundial como Agatha Christie, Charles Dickens e Fiodor Dostoiévski¹⁰⁹. Na área da história social do crime, pode-se perceber em obras como a de Kalifa (2019) que notícias sobre crimes já eram influenciadas pela narrativa de publicações de ficção na França do século XIX. Quanto ao intitular-se como dono de um novo estilo ou nova roupagem, é válido dizer que, historicamente, Percival não pode ser considerado um criador, mas é possível reconhecê-lo como um jornalista pioneiro que ousou escrever de forma diferente de seus pares no final da década de 1960. Diante do exposto, compreendemos que o autor, como muitos de sua época, teve de adequar-se a novos formatos de imprensa. Um traço comum a Truman Capote, Gay Talese e Tom Wolfe é que Percival também necessitou de maior espaço e liberdade de escrita, os quais o livro-reportagem propiciava para descrever histórias oriundas de seus trabalhos como repórteres policiais.

¹⁰⁹ Percival de Souza - O crime quase perfeito Disponível .em:
<https://www.youtube.com/watch?v=XN4XICC7RP0>

Ao analisarmos as publicações *Revolução dos Loucos* (1980), *Prisioneiro da Grade de Ferro* (1983) e *Society Cocaína* (1980), podemos verificar casos como os de Chico Picadinho, O Bandido da Luz Vermelha e Hiroito, o Rei da Boca, personagens míticos que povoaram o imaginário de uma cidade ainda marcada pelo folclore do “quadrilátero do pecado”, a Boca do Lixo. A cidade dos personagens da Boca, chamada de fase romântica da criminalidade paulista por Percival de Souza¹⁰⁴, mudava rapidamente no início dos anos 1970. Desde o caso dos Esquadrões da Morte, que culminou na escrita de seu primeiro livro-reportagem, *Mil Mortes* (1973), ficam marcadas em sua obra as representações dos agentes do Estado como integrantes da criminalidade. Marcia Gomes Fernandes (2018) menciona que Percival participou ativamente das denúncias que o promotor Hélio Bicudo realizou sobre os Esquadrões da Morte em 1968, ligando diversos policiais civis ao tráfico de drogas. O jovem jornalista à época conseguiu mostrar em reportagens que a tortura e o abuso de autoridade eram práticas comuns da Polícia Civil de São Paulo. Bacharéis de Direito criaram uma cultura burocrática que favoreceu a independência, a prática de arbitrariedades, a corrupção policial e a falta de *accountability*, nos termos de Teresa Caldeira (2005).

Na década de 1980, os agentes do Estado continuaram ligados à criminalidade nos relatos sobre as rotas do tráfico internacional na obra *Society Cocaína* (1982). Depois com o PCC nos anos 2000, a corrupção de diversas instituições, desde a Polícia Federal na fronteira até os carcereiros das penitenciárias, mostra uma situação endêmica favorável ao crescimento do crime organizado. O papel social de sua obra tem este caráter de denúncia, visando combater a perpetuação da simbiose entre a criminalidade e os agentes de Estado. Seu público leitor foi conclamado a tomar um posicionamento político em relação aos abusos e omissões realizadas pelas diferentes instâncias do governo.

A partir da abordagem de Boris Fausto (2014), foi possível identificar ao longo da pesquisa a diferenciação entre o crime e a criminalidade, reconhecendo que a construção da criminalidade envolve interesses e relações de poder que pretendem construir um saber sobre as práticas criminais. As representações da criminalidade no início de sua carreira foram construídas a partir de experiências de reportagem em que o autor foi a campo conviver com a população carcerária de forma intensa, como na obra *A Prisão* (1975). Desde os anos 1970, Percival de Souza realizou uma abordagem que mostrou a resistência da população carcerária, que conseguiu estabelecer dentro do Carandiru uma organização interna que permitiu a vários presos a superação das privações que o Estado lhes impingiu. O estabelecimento de uma organização jurídica que garantisse o cumprimento de direitos previstos em lei, as divisões de

tarefas de limpeza e cozinha e a liberdade religiosa contrastavam com o pouco incentivo de políticas públicas para a integração social do detento. O jornalista evitou cair na vala comum da desumanização dos criminosos e buscou histórias no Carandiru que passam a imagem de que presos não têm regalias e estão entregues à própria sorte.

No segundo capítulo, verificamos a situação semelhante a uma prisão perpétua no Manicômio Judiciário, no início dos anos 1980, pois havia uma política interna de não liberar os internos que já haviam cumprido a sua pena. Percival de Souza valorizou os que resistiram com a formação de uma associação dos egressos da instituição, doando o valor que recebeu com a venda do livro *Revolução dos Loucos* (1980). Já no terceiro capítulo, Percival mostra-se solidário aos presos políticos que sofreram torturas e resistiram a violações de direitos humanos decorrentes das ações do delegado Fleury e do Cabo Anselmo. No quarto capítulo, notamos que as reivindicações dos presos do PCC por condições dignas para o cumprimento da pena também mereceram destaque do jornalista. As décadas de trabalho trouxeram o diálogo de Percival com grupos e indivíduos que defendiam os direitos humanos. Neste jogo de forças, pode-se notar que o autor deu importância ao discurso e às aspirações de parte dos que resistiam às sevícias do sistema penitenciário paulista. Ele procurou romper as interdições do discurso e mostrar o lado dos mais pobres que dependiam da assistência médica, social e jurídica prestada por instituições públicas para conseguir sobreviver ao cumprimento de sua pena.

Divergindo desta fase mais próxima de grupos que reivindicam políticas de direitos humanos, no último capítulo percebemos uma aproximação de Percival de Souza com o discurso da fala do crime expresso por Teresa Caldeira (2000). Na ordem discursiva utilizada pelo autor diante de eventos como a morte de Tim Lopes e o “Salve Geral” do PCC, nota-se que o crime foi utilizado como elemento reestruturador da sociedade. Percival convocou seu leitor para uma ruptura de paradigmas na sociedade, conclamando a união de diversos setores para promover grandes ações no combate ao crime organizado. Os habeas corpus que garantiram a liberdade de Marcola e de Elias Maluco foram intensamente criticados a ponto de Percival questionar a própria eficiência do sistema democrático em casos que envolvem a segurança da população. A deslegitimação do sistema judiciário e a proposição de uma política mais rígida no combate ao tráfico de drogas são pontos convergentes que se unem estrategicamente no discurso do proibicionismo e da drogafobia descritos por Soares (2019). Além disso, seus últimos livros foram escritos no calor dos ataques do PCC e trazem o olhar pessimista de Percival, em que comparações com a ditadura civil-militar são utilizadas para

criar a representação de que a narcoditadura pode ser pior que o regime de 1964, caso não se tome alguma atitude. Cabe ressaltar que Percival de Souza nunca flertou com práticas autoritárias ou mostrou simpatia a ditaduras. Diferentemente de jornalistas sensacionalistas, suas falas mais incisivas se deram dentro da perspectiva democrática.

Traçamos ao longo da pesquisa os caminhos da reportagem presentes nas obras de Percival, o que possibilitou ao leitor acompanhar como foram realizadas as reportagens *in loco*. No caso dos Esquadrões da Morte, a intrigante carona que Percival pegou com os policiais para conseguir a fotografia de um dos assassinatos. Em *Revolução dos Loucos* (1980), participou de uma ação orquestrada com o juiz corregedor Renato Laércio Talli para denunciar a degradação do Manicômio Judiciário. Em 2002, entrou escondido em uma van cheia de cigarros no morro do Alemão para ver o local onde Tim Lopes havia sido morto. Em 2006, utilizou o direito ao segredo de fonte para divulgar dados sobre o processo de Marcola e relatórios sobre o PCC. Na escrita de *Autópsia do Medo* (2000), realizou entrevistas em clínicas e hospitais, contando com o apoio de familiares de ex-integrantes do DEOPS-SP, que enxergavam em Percival a possibilidade de realizar uma última confissão. Para descobrir mais sobre o PCC, ensinou técnicas de persuasão para funcionários do sistema penitenciário, para que pudessem extrair informações sobre a facção criminosa dos familiares dos presos. Constatou-se, portanto, que Percival de Souza conseguiu ao longo de sua carreira deixar marcas da memória do processo de reportagem. Os livros estão repletos de histórias dos bastidores de seu trabalho, permitindo que o leitor se torne confiante das armadilhas e dificuldades que não estavam previstas em seu caminho.

O fato de Percival ser bem quisto e ter fácil acesso a ex-torturadores do DEOPS-SP pode ser visto com desconfiança e considerado uma mácula contra a sua honra ou uma simpatia pelo trabalho sujo que realizaram no passado. Daí talvez viesse a afirmação de Cabo Anselmo de que o jornalista seria um informante do delegado Fleury e que escreveu uma narrativa fantasiosa. Com o processo de distensão do regime autoritário, grandes nomes do aparato repressivo continuaram exercendo funções públicas e alguns, como Romeu Tuma, chegaram a ser eleitos para importantes cargos políticos. Percival, que sofreu perseguições e ameaças dos membros do Esquadrão da Morte ligados ao delegado Sérgio Paranhos Fleury, chegou ao final dos anos 1970 mantendo uma boa relação com os que antes o perseguiam. O trabalho diário na grande imprensa o deixou próximo de ex-funcionários do DEOPS-SP e da OBAN que continuaram nas instituições policiais. Outro fator que permitiu tal aproximação foi a sua falta de vínculo com partidos políticos ou movimentos sociais que pediam reparações

sobre os crimes realizados na época da ditadura civil-militar. Outra situação que vislumbrou uma aproximação foram as visitas a ex-policiais presos, como no caso de Correinha, em *Prisioneiro da Grade de Ferro* (1983), de quem chegou a se tornar padrinho de casamento. Ao longo dos capítulos desta pesquisa, percebemos a relação de Percival com diversos nomes que, no final dos anos 1990, colaboraram com depoimentos para a escrita de *Autópsia do Medo* (2000).

As biografias *Eu, Cabo Anselmo* (1999) e *Autópsia do Medo* (2000) mostram o lado humano e sensível da vida pessoal de torturadores frios. Um lado até então não mostrado ao público e a que só ele conseguiu ter acesso. Hannah Arendt (1983) relatou como foi frustrante para muitos a constatação de que Eichmann era um homem comum que conseguia conciliar o papel de pai e marido com os serviços burocráticos que realizava em campos de concentração. Não cabe aqui julgar se, ao mostrar o lado humano e aspectos positivos destes personagens, Percival estivesse favorecendo a idolatria de setores da direita brasileira que veem como positiva a sua atuação na ditadura civil-militar. Mas cabe ressaltar o ímpeto de Percival em publicar a biografia de personagens do aparato repressivo, algo até então inovador para as produções acadêmicas e literárias brasileiras, que se concentravam em produzir obras sobre a atuação das organizações de esquerda. Mostrar o outro lado foi encarado pelo autor como seu destino, deixando em diversas partes das obras a sua impressão mística de que seria predestinado a expor o lado oculto dos porões da ditadura na cidade de São Paulo.

Com a análise de todas as obras de Percival de Souza, entendemos que as permanências foram mais significativas que as mudanças. Os problemas da população carcerária do século XXI remetem ao Carandiru dos anos 1970. A narcoditadura imposta pelo PCC em comunidades no século XXI remete a organização dos Esquadrões da Morte nos anos 1970. A reforma do Código Penal em 1973, que permitiu que o delegado Fleury permanecesse solto depois de condenado, remete a interpretações de desembargadores que permitiram que Marcola continuasse a comandar o PCC de dentro da cadeia. O Código Penal instituído em 1943 continua vigente até a atualidade, e suas poucas alterações foram acompanhadas de perto pelo jornalista, que facilmente consegue traçar diversos casos e exemplos da aplicação de artigos e incisos.

Em relação às técnicas de reportagem utilizadas na escrita das obras, verificamos diferenças nas fontes utilizadas pelo autor. No início de sua carreira, em livros como *A Prisão* (1976), *A Maior Violência do Mundo* (1980), *A Revolução dos Loucos* (1980) e *Prisioneiro da Grade de Ferro* (1982), nota-se que Percival dedicava um maior espaço às entrevistas

realizadas com criminosos. Já nas publicações dos anos 2000, como *Narcoditadura* (2001), *Meninos Bandidos Atacam* (2005) e *Sindicato do Crime* (2006), a maior parte das fontes são policiais, advogados, juízes e autoridades. Esta mudança é perceptível nas representações do crime e da criminalidade, que passaram a difundir com maior ênfase a ideia de que todo o sistema penal necessitava de revisões para acompanhar o avanço do PCC. O debate público não raro se traduz em cobranças envolvendo autoridades médicas, jurídicas e policiais, que dariam conta dos problemas sociais ressaltados nas representações do real. Entender os significados dessas representações continua sendo uma demanda do historiador, que na leitura consegue verificar as articulações presentes entre o discurso e o poder.

Uma das características marcantes em toda a sua obra foram as representações da criminalidade beneficiada com a impunidade, demonstrando ao leitor como o processo penal no Brasil permite que pessoas com poder e influência social não vão parar atrás das grades. As representações da criminalidade ligada ao Estado podem ser classificadas como perenes em toda a sua obra. Diversos exemplos foram expostos em todos os capítulos desta pesquisa. Na década de 1970, o autor apontou as mudanças no Código Penal implementadas com a Lei Fleury¹¹⁰ e os diversos recursos impetrados pelos membros do Esquadrões da Morte como exemplos de descrédito da eficiência do sistema judiciário. Nos anos 1980, Percival de Souza apontou análises do DEA que indicavam para a tendência das polícias estaduais e federal de não punirem os seus quadros vinculados ao tráfico de drogas. No caso do Manicômio Judiciário, citou que havia muitos roubos de materiais hospitalares e remédios, sendo uma situação explícita no comércio popular da cidade de Franco da Rocha que era de conhecimento público. Em *O Crime da Rua Cuba* (1989), a representação social da atuação do famoso advogado José Carlos Dias não permitiu que Jorginho fosse interrogado por diversas vezes pela polícia, e que provas fossem invalidadas pelo questionamento do trabalho da polícia, provocando no leitor a percepção de que as classes mais abastadas conseguem obstruir a polícia e a justiça. Em *Sindicato do Crime* (2006), Percival traz o dado estatístico de que em 2005 somente 9% dos casos de homicídio foram resolvidos, questionando a impunidade como fruto da falta de eficiência da polícia paulista.

Diante de todos os casos de impunidade, corrupção policial e deslegitimação do sistema judiciário presentes em sua obra, identificamos um silenciamento em relação às ações da Polícia Militar. Somente em *Sindicato do Crime* (2006) há uma menção a investigações

¹¹⁰ Lei nº 5.941, de 22 de novembro de 1973.

clandestinas e ações truculentas da PM em reação aos ataques do PCC. Em todas as outras obras, nota-se que sua maior atenção está para o processo penal, cuja responsabilidade é da Polícia Civil, que tem a função judiciária de elaborar o inquérito policial. Desde o caso dos Esquadrões da Morte até o PCC, Percival buscou suas referências na Polícia Civil, trazendo referenciais teóricos como o “Polvo de Maumau”, em *Narcoditadura* (2002), os estudos sobre narcóticos de Guido Fonseca, em *Society Cocaína* (1982), e os relatórios do delegado Godofredo Bittencourt do DEIC, em *Sindicato do Crime* (2006).

A Rota, que ficou conhecida na década de 1980 como a polícia que mais matava no mundo, não foi mencionada por Percival de Souza em suas obras. No entanto, no mínimo desde 1991, com a publicação de *Rota 66*, de Caco Barcellos, já se tinha conhecimento das ações violentas do batalhão. Estudos como de Caldeira (2000) e Pinheiro (1991) mostram como esta organização conseguiu manter-se viva mesmo com a proposta de desativação por parte do governador André Franco Montoro, em 1983. Além disso, manteve em seus quadros policiais militares que respondiam a diversos processos por homicídios. Sua crítica mais contundente foi como canudista. No artigo que escreveu em homenagem aos 100 anos de *Os Sertões*, Percival propôs a retirada das homenagens aos combatentes do batalhão e que também o hino fosse trocado. Este silenciamento abriu caminho para que Percival recebesse homenagens da Rota, sendo o escolhido para prefaciá-la *Rota 99*, livro do coronel Bezerra que tenta mostrar uma corporação preocupada em proteger os cidadãos, em contraposição à *Rota 66* publicada por Caco Barcellos.

A São Paulo de 2022 ainda não conseguiu resolver as questões tratadas por Percival de Souza em seus livros-reportagem. Os assassinatos realizados por autoridades policiais, como as do Esquadrão da Morte, ainda seguem em nível alto para os padrões internacionais. Situação que levou alguns autores a denominar um extermínio da população negra na periferia de São Paulo¹⁰⁵. A “guerra às drogas” continua vigente e sem sinal de solução. Desde o último livro de Percival, o PCC aumentou seu poder dentro e fora das prisões, alcançando níveis internacionais nunca antes vistos para uma organização brasileira. Já o crime da Rua Cuba continua sem solução. Arquivado, permanece um mistério que permeia o imaginário da cidade. Diante de tal quadro da contemporaneidade, pode-se compreender que a leitura de sua obra nos permite um lugar privilegiado como observadores do crime e da criminalidade. Darton (1990) e Kalifa (2019), ao analisarem esse olhar microscópico, ressaltam que as representações sobre o crime e a criminalidade têm um caráter cíclico e de longa duração nas sociedades contemporâneas.

Veterano no acompanhamento deste caráter cíclico na cobertura criminal, Percival chegou a ser coroado um “rei” pelo apresentador Marcelo Rezende, no programa *Cidade Alerta*, da TV Record, onde diariamente desde 2003 comenta crimes ao vivo em rede nacional. Sua carreira midiática, fama e sucesso de público não são associados diretamente a sua atuação como escritor, mas para chegar à condição de comentarista precisou ser reconhecido com a condição de especialista galgada nos livros-reportagem. Com 74 anos, Percival continuou trabalhando diariamente de forma remota durante a pandemia do novo coronavírus deflagrada em 2020. Neste mesmo ano, lançou o livro de crônicas *Histórias que Marcaram o Tempo* (2020), em que faz uma retrospectiva de diversos assuntos que vivenciou em sua trajetória como repórter, jornalista, redator, escritor, radialista, evangelizador, comentarista e apresentador de televisão. Durante a pandemia, Percival escreveu uma crônica sobre os desafios do confinamento, quando quadrilhas se especializaram em furtar o auxílio emergencial de R\$600 oferecido pelo governo federal de forma virtual. O autor questiona o enquadramento dos golpes que os beneficiários receberam no artigo 155 do Código Penal, em que o furto ocorre sem o uso de arma de fogo, e sugere que devido às questões sanitárias da pandemia este tipo de delito deveria ter uma pena aumentada.

Compreende-se que os livros-reportagem foram parte fundamental da carreira de Percival de Souza, diferenciando-o de outros colegas das redações dos jornais pela extensão e profundidade das técnicas de reportagem utilizadas nas publicações. No início dos anos 1980, o autor já se gabava de ser um especialista que havia escrito vários livros sobre a criminalidade paulistana. Conquistou um lugar de fala que interessa a milhões de brasileiros, exaltando contatos e fontes privilegiadas e que está proibido de revelá-las. Muitas questões que envolvem seus livros-reportagem ainda permanecem como segredos de reportagens a serem desvendados por futuros trabalhos. Esta pesquisa contribuiu com a elucidação dos caminhos que levaram Percival de Souza ao livro-reportagem, as reverberações e as dificuldades que enfrentou como escritor. Como ressalta Roger Chartier (1992), todo autor tem implícito um jogo de tensão entre diversas relações de poder presentes na obra. Ao longo dos quatro capítulos, constatamos que as representações que produziu sobre os crimes e a criminalidade carregam muitos de seus ideais religiosos do metodismo, das reivindicações dos jornalistas que enfrentaram ameaças da ditadura civil-militar e das aspirações da construção de um estado democrático de direito que consiga combater o crime organizado.

Ao longo dos quatro capítulos da pesquisa traçamos um panorama do contexto de publicações dos livros-reportagem. No início de sua carreira, este tipo de publicação galgava

espaço em editoras alternativas como a *Jornalivros* e a *Alfa Ômega*. Depois junto com outros jornalistas do setor policial, como Fernando Portela e Ramão Gomes Portão, conquistou espaço no Conselho Editorial da editora *Traço*, no início dos anos 1980. Livros de bolso como *Meninos Bandidos Atacam* (2006), voltados para o público escolar e vendidos em banca de jornal, como *Mil Mortes* (1973), e farmácia, como *Revolução dos Loucos* (1980), são exemplos das diferentes formas que Percival percorreu em suas obras. Ao notar a trajetória de suas publicações, podemos fazer um paralelo com a profissionalização do livro-reportagem no Brasil. Para Lima (1996), foi na década de 1990 em que os livros-reportagem começaram a ter maior destaque em grandes grupos editoriais. Exemplos disso é o enorme sucesso de jornalistas como Ruy Castro e Fernando Morais. Na pesquisa, acompanhamos esta tendência, já que as últimas obras de Percival foram publicadas por grandes conglomerados editoriais, como *Globo*, *Ediouro* e *Planeta*, empresas detentoras de diversos selos editoriais e com uma rede de distribuição em escala nacional. Autores como Wilson Dizar (1998) e Willian Souza (2016) relatam que o mercado editorial passou por mudanças tecnológicas substanciais na década de 1970, exigindo alto investimento em infraestrutura e a incerteza de retorno financeiro em um país que passou por diversas crises financeiras e turbulências econômicas decorrentes da inflação até 1994. Outro ponto a ser levantado foi o investimento de grupos estrangeiros a partir dos anos 2000, processo que culminou na fusão e fechamento de diversas editoras. Segundo o BNDES, em 2006, 40% do mercado editorial já se encontrava nas mãos de multinacionais.

Quase a totalidade das obras de Percival de Souza não foi reeditada ou relançada em momentos posteriores. Mesmo que seus livros-reportagem tenham se tornado referências para obras técnicas e acadêmicas, não tiveram apelo suficiente para novas edições no mercado editorial. Diante do exposto, conclui-se que a grande característica dos livros-reportagem de Percival de Souza é trazer temas do tempo presente. As demandas pelo imediato com demandas de compreensão do acontecimento e seus desdobramentos são o principal apelo ao público leitor. Esta foi uma das questões principais compreendidas em toda a pesquisa, que buscou trazer o contexto histórico de produção de cada fonte utilizada. No percorrer das mais de três décadas do recorte temporal da pesquisa são visíveis a olho nu as mudanças no formato físico das obras, que passaram do papel de jornal sem imagens da *Jornalivros* a edições elaboradas com muitas imagens e documentos anexados, como no caso de *Autópsia do Medo* (2000). Mudanças que também ocorreram na valorização do livro-reportagem, que

passou a fazer parte de prêmios de reconhecimento cultural como o Jabuti e o Vladimir Herzog. São indícios da consolidação deste segmento na sociedade brasileira.

Chartier (1990) atenta para o fato de que a leitura não se encerra no ato físico de ler e inquieta-se sobre as diferentes maneiras de leitura e de circulação das obras na sociedade. Em linha com esse pensamento, notamos as reverberações das obras de Percival nos 29 eventos (ANEXO B) acadêmicos e palestras que proferiu sobre seus livros. Destes 29 eventos, dez foram sobre a temática das drogas. Dentre todos os seus livros, o que mais lhe propiciou participações foi *Society Cocaína* (1982). Esta ativa participação em universidades, escolas e instituições psicoterapêuticas na década de 1980 pretendia alertar a sociedade sobre os perigos do avanço da cocaína no Brasil. Também pode-se perceber que a partir dos anos 1990 Percival só participou de eventos com temática ligada à violência e segurança pública, provavelmente por sua imagem já estar atrelada como comentarista da Rede Globo. Participações em eventos literários, como a Bienal do Livro de 1979, e os lançamentos de suas obras em grandes livrarias da cidade de São Paulo, como FNAC e Livraria Cultura, demonstram o destaque dado a seus livros-reportagem. Outro ponto que favoreceu a divulgação de seus livros-reportagem foram as reportagens especiais publicadas no lançamento de seus livros pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Isto ocorreu em 8 de suas 14 obras. *Eu, Cabo Anselmo* (1999), *Autopsia do Medo* (2000) e *Narcoditadura* (2002) foram lançadas no período em que Percival estava vinculado às organizações Globo e divulgadas em telejornais e na revista *Época*.

Mesmo não sendo o objetivo inicial desta pesquisa traçar uma biografia, acompanhamos a trajetória profissional de Percival, de contínuo na Folha de S. Paulo a comentarista da Rede Record de Televisão. Diferentemente de uma análise biográfica, que buscaria outros tipos de fontes e abordagens, tomou-se como ponto de partida os livros-reportagem para compreender quem e como os escreveu. Ao buscar os sentidos da representação nos termos de Chartier (1990), levantou-se a posição na qual Percival se colocava na tarefa de escritor. Espera-se ter sido possível mostrar as diferentes fases em que o autor teve em sua trajetória com atenção para as relações sociais e jogos de poder implícitos em toda a obra publicada. Pois o mesmo autor que publica livros e artigos em revistas religiosas nos anos 2000 já escreveu reportagens sobre crimes em revistas eróticas como a *Eros* e a *Club* no final dos anos 1970. Percival casou-se com Yeda Dias de Souza, foi pai de duas filhas, Andréia e Tatiana, e teve dois netos, Julia e Murilo. O autor esteve em constante mudança e transitou em diferentes meios de comunicação nas esferas do rádio, televisão,

jornais diários, revistas semanais, blogs e podcasts. A vida e a obra de Percival de Souza carregam a memória paulistana de seus crimes e sua criminalidade, representações da urbe carregadas de sangue e das tensas relações de poder envolvendo policiais e criminosos.

Fontes:

1. O Estado de S. Paulo

As matérias citadas abaixo se encontram disponíveis em: acervo.estadao.uol.com.br

- “A comissão é pelo lock-out” (30.06.1966)
- “Jornalistas tem duas chapas” (16.02.1967)
- “Bicudo vai pedir prisão de 411” (29.09.1970)
- “Reportagem dá processo” (08.06.1971)
- “Arquivado inquérito contra jornalista” (18.11.1971)
- “Uma ameaça ao jornalismo” (10.06.1971)
- “DOPS ouve jornalista” (23.06.1971)
- “Prisões, apenas uma teoria” (08.12.1974)
- “Premio Esso” (07.12.1975)
- “Deputado elogia Estado e Bicudo” (19.06.1976)
- “Palestra sobre Jornalismo Policial” (05.11.1977)
- “Roteiro” (07.05.1977)
- “Roteiro” (09.05.1977)
- “Pedido inquérito policial contra o legista Shibata” (24.08.1977)
- “Por trás das grades” (05.06.1977)
- “Estado recebe os prêmios Esso” (31.01.1978)
- “Lançamentos de Hoje” - (18.08.1979)
- “A violência descrita por três repórteres” (05.09.1978)
- “No palácio há um “perigo público” (12.10.1978)

“Impune o “Esquadrão” prolifera” (13.12.1978)

“Histórias da Revolução dos Loucos na ante sala da morte” (28.05.1980)

“Um paulista descreve a tragédia fluminense” (09.10.1980)

“Violência atribuída a sociedade” (19.05.1980)

“Papa manda cardeal visitar famílias das vítimas” (11.07.1980)

“Violência, criminalidade e periculosidade” (21.06.1980)

“Tóxicos, tema de colóquio na Escola de Medicina” (10.10.1980)

“O desafio das drogas” (29.08.1981)

“Jornalista doa direitos” (25.03.1981)

“Começa julgamento dos matadores de Guri” (01.04.1981)

“A crise do sistema penitenciário” (02.06.1981)

“Jornalista fala sobre tóxicos” (09.10.1981)

“Crimes praticados por policias militares em debate” (14.10.1981)

“Jornalista faz palestra em Bauru” (11.06.1981)

“Novos rumos para a magistratura” (11.10.1981)

“O poder da cocaína no Brasil” (10.12.1982)

“Delegado apoia novo método contra as drogas” (16.09.1982)

“Os caminhos da droga no Brasil” (28.02.1982)

“No palco do municipal, destaques da APCA” (16.05.1982)

“Uso de drogas atinge 25% dos alunos” (28.08.1982)

“Encontro debate novo método de psicanálise” (11.03.1983)

“Inquietante retrato do sistema penitenciário” (20.11.1983)

“Segurança e Justiça são temas do SP 2000” (22.11.1983)

“Violência urbana e direito” (29.11.1983)

“Nas igrejas mensagens de confiança e amor” (23.12.1984)

“Colégio debate a questão da dependência ao tóxico” (20.09.1984)

“XI Semana de Estudos do Jornalismo” (11.08. 1984)

“Na Tv Cultura grave denúncia a apurar” (22.06.1984)

“Serpentes tatuadas, uma proteção extra” (27.06.1984)

“Tempo de assumir responsabilidades” (04.07.1984)

“Jornalista faz conferência em Jundiaí” (16.05.1984)

“Violência - Televisão hoje” (20. 05.1984)

“A derrota da Maconha no congresso de Minas” (15.09.1985)

“Lyra convoca os secretários” (26.03.1985)

“Semana Pais e Filhos no Objetivo” (03.11.1985)

“Violência é debatida em encontro” (14.06.1985)

“Jornalista do JT em Itapetininga” (07.09.1985)

“Eleições na Rádio Eldorado” (14.11.1985)

“Juiz contra um procurador e um jornalista” (23.03.1986)

“Recurso do procurador” (23.05.1986)

“Prevenção ao uso indevido de drogas” (12.09.1986)

“Repórter lembra 50 anos de trabalho” (13.03.1986)

“O doutor JT” (05.01.1986)

“SESC Bauru expõe uma obra de arte do jornalismo” (16.05.1986)”

“Na sexta programa que a Tv interrompeu” (29.04.1986)

“O jornalista e o juiz” (19.02.1987)

“Elementar, meu caro Macdonald” (10.05.1987)

“Cresce 1000% o tráfico de cocaína no Brasil” (01.12.1987)

“Sala Ramão Gomes Portão” (22.04.1987)

“Jornalista fala sobre Drogas em Birigui” (08.05.1987)

“Uma semana contra a drogas” (12.09.1987)

“Jornalista depõe e defende Cuoco” (24.02.1988)

“Falecimentos” (19.10.1989)

“Coluna Social” (28.04.1989)

“Quando a liberação não é a solução” (03.06.1989)

“Justiça, urgências e limites” (11.05.1989)

“Cocaína, só mais um negócio” (08.09.1989)

“Notas” (19.10.1989)

“Fórum de leitores” (11.11.1990)

“Ameaça ao Estado chega da antiguidade” (04.07.1990)

“Jornalismo ao Vivo, o novo desafio da Globo” (08.07.1990)

“Dúvidas envolvem a morte do casal” (27.05.1990)

“TV” (19.07.1990)

“Coluna do Estadão” (31.07.1991)

“Constituição é contestada por diversos juristas” (26.05.1991)

“Deputados tentam evitar plebiscito” (09.06.1991)

“Na boate outra face da repressão” (25.08.1991)

“Um bom disfarce para o contrabando de café da Colômbia” (02.11.1991)

“Salve-se quem souber” (20.12.1991)

“O estudante que queria levar vantagem” (13.10.1991)

“Falência do Sistema Policial” (13.04.1992)

“Tribunal confirma pena de sequestradores” (30.05.1992)

“A dura missão do juiz sem rosto” (26.09.1992)

“Estado oficial de delinquência tolerada” (29.10.1992)

“O integro delegado e o jogo do bicho” (04.05.1992)

“Carandiru – tempo de balanço” (02.10.1993)

“Italianos lembram vítima da máfia” (13.07.1993)

“Tv” - (19.04.1993)

“Tv” - (01.03.1993)

“Propaganda política” (25.09.1994)

“SP5” (25.08.1994)

“A avenida tem nome de jornalista” (30.01.1995)

“Sganzerla esmiuça o fracasso de Welles” (25.11.1996)

“*Eu, Cabo Anselmo*, faz meia-culpa da repressão” (06.11.1999)

“A guerra suja do delegado Fleury” (02.12.2000)

“Persona” (28.11.2000)

“Os principais eventos” (25.04.2002)

“Nas livrarias” (29.12.2002)

“Persona” (05.03.2003)

“Milton Neves assume “Cidade Alerta” (30.03.2003)

“Anúncio Bienal do Livro” (11.05.2003)

“Para Amorim, popular não é sinônimo de mau gosto” (01.08.2004)

“Programação” (17.07.2005)

“Sindicato do Crime - anúncio Editora Ediouro” (17.07.2005)

2. Livros de Percival de Souza

Souza, Percival de. *Mil Mortes*. São Paulo: Jornalivros, 1973.

_____ *A prisão*. São Paulo: Alfa – Ômega. 1977.

_____ *Violência e Repressão*. São Paulo: Símbolo, 1978.

_____ *A Revolução dos Loucos*. Rio de Janeiro: Global. 1980.

_____ *A maior violência do Mundo*. São Paulo: Traço Editora, 1980a.

_____ *Society Cocaína*. São Paulo: Traço, 1981.

_____ *O Prisioneiro da Máscara de Ferro*. São Paulo: Traço, 1983.

_____ *O Império da Violência*. São Paulo: Ícone: 1988.

_____ *O Crime da Rua Cuba*. São Paulo: Atual, 1989.

_____ *Eu, cabo Anselmo*. Rio de Janeiro: Globo. 1999.

_____ *Autopsia do Medo*. Rio de Janeiro: Globo, 2000.

_____ *Narcoditadura*. São Paulo: Labor Editorial, 2002.

_____ *Conselhos de Antonio*. In: O clarim e a oração: cem anos de Os Sertões. São Paulo: Geração Editorial, 2002a, p. 221-242.

_____ *Meninos bandidos atacam: e nem sabemos o que fazer com eles*. São Paulo: Editora Terceiro Nome: Mostarda, 2006

_____ *O sindicato do crime*. São Paulo: Ediouro, 2006.

_____ *Histórias que marcaram o tempo*. São Paulo: Cintra, 2020.

Referências:

ARBEX JR, Arbex Júnior; TOGNOLLI, Cláudio Júlio. *O século do crime*. Boitempo Editorial, 1996.

ALVES, José Cláudio Souza. *Baixada Fluminense: a violência na construção do poder*. 1998. 1998. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Sociologia)–Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* [1963]. Trad. Sonia Orieta Heinrich. São Paulo: Diagrama & Texto, 1983.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO - "*Brasil: Nunca Mais*". Petrópolis, Vozes, 1985.

AZEVEDO, Carlos. *Cicatriz de Reportagem*. São Paulo: Edições Papagaio, 2007.

BORGES, Valdeci Rezende. *História e Literatura: Algumas Considerações*. Goiás: Revista de Teoria da História, Ano 1, n. 3, junho/ 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n° 5.941, de 22 de novembro de 1973*. Altera os artigos 408, 474, 594 e 596, do Decreto-lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970/1979/l5941.htm;

BRASIL. Ministério da Saúde. *Anais da VI Conferência Nacional de Saúde*. Brasília. 1977.

BRASIL. Senado da República. *Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito Violência Urbana*. 1980. Disponível em:

BRASILIENSE, Danielle. Por .que (,) Suzane? 10 anos depois.. *PragMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, [S.l.], p. 28-46, apr. 2013. ISSN 2237-1508. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10357>>. Acesso em: 18 aug. 2020. doi:<https://doi.org/10.22409/pragmatizes4.4.a10357>.

BARTHES, Roland. *O Prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

_____. *Crítica e verdade*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BORTOLIERO, S. *Contribuições do vídeo para a divulgação científica. O vídeo educacional e científico produzido nas universidades brasileiras. Um estudo de caso: Centro de Comunicação da UNICAMP*. São Bernardo do Campo: UMEESP, 1989. 200 f. Dissertação

(Mestrado em Comunicação) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1989.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BURKE, Peter (org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE “RUBENS PAIVA”. *Repressão política: origens e consequências do Esquadrão da Morte*. Relatório - Tomo I – Parte I. 2014. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomoi/downloads/ Tomo Parte1 Repressao-politica-origens-e-consequencias-do-Esquadrão-da-Morte>.

CASTILHO, Márcio de Souza. *Uma morte em Família. Martirio e autoridade nos 100 dias de cobertura do caso Tim Lopes em O Globo*. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Niterói, PPGCOM/UFF, 2005.

CALDEIRA, Teresa. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2000.

CANCELLI, Elizabeth. *Repressão e controle prisional no Brasil: prisões comparadas*. História: Questões & Debates, v. 42, n. 1, 2005.

CAVACO, Suzana. *Confidencialidade da fonte em jornalismo: perspectivas morais*. Mediapolis–Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público 9 (2019): 57-72.

CONTI, 2000. Delegado Fleury é tema de relato prolixo em "Autópsia do Medo", São Paulo, sábado, 25 de novembro de 2000. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2511200019.htm> . Acessado em : 18/09/2019.

COSSON, Rildo. “Gênero, periferia e cânone: horizontes do romance-reportagem no Brasil”. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, nº 17. Brasília, janeiro/fevereiro de 2002, pp. 23-32.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Revista de Estudos Avançados. vol.5 no. 11. São Paulo Jan./Abr. 1991.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 5, n. 1, p.173-191, abr. 1991.

_____. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Trad. Reinaldo C.C. de Moraes. São Paulo: Unesp, 1999a.

_____. A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Trad. Marly D. Priori. Brasília: UNB, 1999b.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CORRÊA, Astorice. *Correinha, o caçador de bandidos, líder do verdadeiro esquadrão da morte*, 2005. Edição supervirtual para ebooks. Ver: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/correinha.html>

CUNHA, Fernando Whitaker da. *Prisões inglesas e Metodismo*, Revista Sumário n, ° 7, Rio de Janeiro. 1995.

DARNTON, Robert. “Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica”. In: *O beijo de Lamourette*. Companhia das Letras, 1990.

DERRIDA, Jacques. *Força de Lei: O fundamento místico da autoridade*, São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2010.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. (2011), *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*. São Paulo, 386 pp. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

DIZARD, Wilson P. *A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação*. 2ª Ed. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1998.

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: escrever uma vida*. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DRUMMOND, Marcelo Arinos. *Ações de saúde mental por agentes comunitários de saúde: investigando uma experiência de saúde mental na atenção básica*. Dissertação - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2009.

FAUSTO, Boris. *A criminalidade em São Paulo (1880 – 1924)*. São Paulo: EDUSP, 2014.

FERNANDES, Márcia Gomes. *O esquadrão da morte de São Paulo e a imprensa paulista: um estudo sobre o Jornal da Tarde, O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo (1968-1978)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2018.

- FICO, Carlos. *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.
- FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 letras.2017.
- FON, Antônio Calos. *Tortura: A história da repressão política no Brasil*. São Paulo, Global, 1979.
- FONSECA, Guido. A Maconha, a cocaína e o ópio em outros tempos IN: *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo / Secretaria de Segurança Pública*. São Paulo: v. 34, p. 133–145, jan./jun., 1980.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva. 2008.
- FOLHA DE S. PAULO, *Para Egídio intervenção não soluciona problemas*. São Paulo: 9 mar. 1979. p.33.
- GODOY, Marcelo. *Casa da Vovó. Uma Biografia do DOI -Codi (1969-1991), o Centro de Sequestro, Tortura e Morte da Ditadura Militar*. São Paulo: Alameda, 2014.
- GOMES, Luiz Flávio; ALMEIDA, Débora de Souza de. *Populismo penal midiático: caso mensalão, mídia disruptiva e direito penal crítico*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez; 1998.
- LEVILLAIN, Phillippe. *Os protagonistas: da biografia*. IN: REMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.
- JAKOBSKIND, Mário Augusto. *Dossiê Tim Lopes: fantástico-Ibope*. Editora Europa, 2003.
- JOANIDES, Hiroito. *Boca do Lixo*. São Paulo: Edições Populares, 1977.
- JOZINO, Josmar. *Cobras e lagartos: a vida íntima e perversa nas prisões brasileiras: quem manda e quem obedece no partido do crime*. Editora Objetiva, 2004.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; SOUZA, Bruna Mantese de (Org.) *Jovens na Metrópole: Etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007.

MANSO, Bruno Paes. *Crescimento e queda dos homicídios em SP entre os anos de 1960 e 2010—Uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime*. Tese (Doutorado em Ciência Política) -Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo 2012.

MATTOS, Vanessa de. *Esquadrões da morte no Brasil (1973 a 1979): repressão política, uso abusivo da legalidade e juridicidade manipulatória na autocracia burguesa bonapartista*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

MEROTTI, Fátima Marrach. *Avaliação do conhecimento dos policiais militares recém-formados em relação à preservação do local de crime*. / Fátima Marrach Merotti – Piracicaba, SP: [s.n.], 2004.

MIRANDA, Humberto da Silva. *Memórias da "Dona FEBEM": a assistência a infância na Ditadura Militar (1964-1985)* In: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, 2013.

MIRANDA, Nilmário ; Carlos Tibúrcio. *Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar – a responsabilidade do Estado*. Editora Boitempo, 1999.

MELLO, Gustavo Affonso Taboas de. *Desafios para o setor editorial brasileiro de livros na era digital*. BNDES Setorial, n. 36, set. 2012, p. 429-473, 2012.

MOLICA, Fernando. *50 anos de crimes: reportagens policiais que marcaram o jornalismo brasileiro*. São Paulo, Record: 2007.

MOURA, Sandra. *O mecanismo de transformação da notícia em livro-reportagem*. Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. Galáxia, Nº 2, 2001.

MOTA, Urariano. *Soledad no Recife*. São Paulo: Boitempo, 2009.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários. Nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 124-125.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas Ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Barueri,SP: Manole, 2009.

ONODERA, Iwi Mina. *Estado e violência: um estudo sobre o massacre do Carandiru*. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

PENA, Felipe. *Jornalismo Literário*. São Paulo, 1ª edição. Editora Contexto: 2008

PERLATTO, Fernando. *História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964*. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 30, no 62, p. 721-740, setembro-dezembro 2017.

PERROT, Michelle. O excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *Cilada das Diferenças*. São Paulo: Editora 34, 1999.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Escritos Indignados*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PIZZOLATO, Pier Paolo Bertuzzi. *Questões sobre o plano diretor para o complexo hospitalar do Juquery*. Cad. hist. ciênc., São Paulo, v. 6, n. 1, jul. 2010.

RAGO, Luzia Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. 1990. 2v. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/325802>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

REIMÃO, Sandra. LITERATURA POLICIAL BRASILEIRA. Miscelânea: Revista de Literatura e Vida Social, v. 16, p. 15-33, 2014.

REIMÃO, Sandra; Maues, Flamarion; Nery, João Elias. *Alfa-Omega: o pensamento crítico em livro*. Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, vol. 38, núm. 1, enero-junio, 2015, pp. 169-190.

_____. *Mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 1996.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RICOEUR, P. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2010.

RODRIGUES, Nelson. *A cabra vadia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. p.20-23: Os idiotas da subjetividade.

ROMERO, Mariza. *Inúteis e perigosos no Diário da Noite São Paulo, 1950-1960*. EDUC: São Paulo, 2012.

RIO, João do. *A Alma Encantadora das Ruas*. Companhia das Letras, 2006.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução Brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

RODRIGUES, Nelson. *A cabra vadia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ROLNIK, Raquel. *Territórios em conflito: espaço, história e política*. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

REZENDE, Marcelo. *Corta pra mim*. São Paulo : Planeta, 2013.

SÃO PAULO. Estado de. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Relatório da Comissão Estadual da Verdade - Tomo I - Parte II - Ditadura e Saúde Mental*. São Paulo:2012.

SÁ, Evelin Naked de Castro. *Análise de uma organização pública complexa no setor saúde: o conjunto Juqueri, no estado de São Paulo*. Tese de Doutorado - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1983.

SAFATLE, Vladimir. *Do Uso da Violência contra o Estado Illegal*. In: TELES, Edson (org), SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 123- 164.

SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Biografia E Regimes De Historicidade* IN: MÉTIS: história & cultura – v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jun. 2003.

SCHREIBER, Simone. *A publicidade opressiva de julgamentos criminais: uma investigação sobre as consequências e formas de superação da colisão entre a liberdade de expressão e informação e o direito ao julgamento criminal justo, sob a perspectiva da Constituição brasileira de 1988*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. *Jornalismo investigativo: O fator trás da notícia*. São Paulo: Summus, 2005.

SILVA, Aguinaldo. *Turno da Noite – Memórias de um Ex-repórter de Polícia*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2016.

SILVA, Flamarion Maués Pelúcio . *A tortura denunciada sem meias palavras: um livro expõe os porões da ditadura*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos – 29 de agosto a 2 de setembro de 2007. Disponível em: <http://censuraalivroseditadura.org/papers/a-tortura-denunciada-sem-meias-palavras.pdf> .

DA SILVA, Carlos Eduardo Lins. "*Narcoditadura*" / "*A arte de fazer um jornal diário*" *Souza e Noblat confrontam limites éticos do repórter*. São Paulo, sábado, 11 de janeiro de 2003. Folha de S. Paulo. Acessado em 27/11/2021.

SILVEIRA, Dalva. *De realidade a Caros Amigos: a turma do Ex-, imprensa alternativa e seu legado*. Belo Horizonte(MG): Letramento, 2018.

SOARES, Luiz. Edurado. *Desmilitarizar. Segurança pública e direitos humanos*. São Paulo: Boitempo: 2019.

SOUZA, Percival. *Percival de Souza mergulha na guerra suja*. 1 dez. 2000a. <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,percival-de-souza-mergulha-na-guerra-suja,20001201p5818>. Acessado em: 18/09/2019.

_____. *Percival de Souza: depoimento(set.2008)*. Entrevistadores: C. Siqueira e C. Briso. Entrevista concedida ao Centro de Cultura e Memória do Jornalismo.

SOUZA, Willia Eduaro Righini de. *O livro de Bolso na Contemporaneidade: A experiência Brasileira e os principais modelos internacionais*. São Paulo, 2016. Tese Escola de Comunicação e Artes . Universidade de São Paulo.

SPINELLI, Kelly Cristina. *Febem na contramão do Estatuto da Criança e do Adolescente*. Revista ADUSP. Set, 2006. 20-28.

VILAS BOAS, Sergio Luís. *Biografia e biógrafos: jornalismo sobre personagens*. São Paulo: Summus, 2002.

TALLI, Renato Laércio. *À sombra do medo: degeneração humana*. Ed. Juarez de Oliveira, 2001.

TALESE, Gay. *Honra teu pai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TOGNOLLI, Claudio Julio. *Exclusivo: Percival de Souza lança novo livro e enterra mito do homem cordial : 50 mil são assassinados por ano no Brasil*. [S.l: s.n.], 2014.

VARELLA, Dráuzio. *Estação Carandiru*. São PAulo. Companhia das letras 1999.

VILLELA, Priscila. *A “guerra às drogas” e a transnacionalização do policiamento estadunidense no Brasil: as relações entre a Polícia Federal e a DEA nos anos 1990 e 2000*. UNESP (Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2015) [Dissertação de mestrado]

VITALE, María Alejandra. Sentidos de "revolução" e "revolución" na imprensa escrita golpista do Brasil (1964) e da Argentina (1966). *Bakhtiniana, Rev. Estud. Discurso*, São Paulo , v. 8, n. 1, p. 254-274, June 2013.

WOLFE, Tom. *O Novojornalismo*. São Paulo. Cia. Das Letras, 2001.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ANEXO A – Entrevista com Percival de Souza

Rafael Ocanha - Como teve a ideia de escrever este livro-reportagem? Quem mais participou do projeto?

Percival de Souza - Havia esquadrão em alguns Estados, e a ideia foi a de somar todos os assassinatos e calcular a que número se poderia chegar. Foi o que fiz. Na soma, cheguei aos mil casos. O projeto foi de um grupo que, oriundo do Jornal da Tarde, resolveu fazer publicações alternativas de qualidade, como por exemplo o "Bondinho" (era este mesmo o nome) e "Ex"-), tabloide que fez muito sucesso.

Rafael Ocanha - Lembra-se do conteúdo do livro? Eram reportagens do Jornal da Tarde?

Percival de Souza - Não – eram relatos sobre origens e desdobramento e narrativas sobre alguns personagens importantes, bem mais detalhados, porque houve mais tempo para apuração. O handicap é que ninguém conhecia mais as histórias do que eu. O fato de ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional e processado pela Justiça Militar chamou ainda mais a atenção sobre mim. Daí o autor ser identificado na capa como "repórter do Jornal da Tarde". Diziam: "é ele!".

Rafael Ocanha - Octávio Ribeiro (Pena Branca) também escreveu um Mil Mortes depois de você pela Jornalivros. Lembra-se da publicação dele?

Percival de Souza - Pena Branca era do Rio de Janeiro. O "Mil Mortes" serviu para detalhar personagens do esquadrão do Rio. Ou seja: os livros cobriram os dois principais eixos: Rio-SP.

Rafael Ocanha - O livro foi publicado em 1973, época da censura. Você teve receio de publicar esse livro? Fez autocensura temendo ameaças do esquadrão?

Percival de Souza - IV – Foi ousado. Precisei esconder minha mulher, por causa de ameaças, em último mês de gravidez de nossa primeira filha, na casa de um amigo. Meu assassinato foi planejado. Detalhe: não recebi solidariedade de ninguém, ninguém, nada, zero, nihil. O Oliveiros Ferreira, então diretor de redação do Estadão, ao ver o livro, me disse: "seus amigos não vão sossegar enquanto não te verem preso". Não fiz censura para mim mesmo. Mas foi algo repleto de riscos pessoais. Nem sei se, à época, eu tinha muita noção disso. Acho que não. Eram ímpetos um pouco juvenis, a crença em mudar o mundo fazendo reportagens, meioquixotesco. Vivi sendo hostilizado por muito tempo. Olhares de ódio me seguiam por

toda parte.

Rafael Ocanha - Muitos livros da Jornalivros vendiam mais que publicações de livraria pelo preço e pelo fácil acesso a bancas de jornais. O livro teve boa vendagem? Como foi a repercussão da obra?

Percival de Souza - O impacto foi pela somatória das mortes e o livro, com custo mais baixo, tornar-se mais acessível. Houve rejeição no mercado editorial.

Rafael Ocanha - No livro Violência e Repressão (1978) são retratados os casos de José Aleixo e do Guri. Em Mil Mortes você também trabalhou com estes casos?

Percival de Souza - Sim, porque o Guri, por exemplo, foi alvo de uma caçada humana que gerou o lema “para cada policial morto, dez bandidos têm de morrer”. De fato, fizeram dele uma peneira humana.

Rafael Ocanha - Comparando Mil Mortes com Violência e Repressão, como foi voltar a publicar sobre o esquadrão cinco anos depois?

Percival de Souza - Este livro foi uma ideia de Marcos Faermann, um dos melhores textos da história do JT. Guri era a gênese, o pretexto para a matança começar em SP, o que mais tarde se chamaria de banalização do mal. Cinco anos depois, o esquadrão tinha parado. Os processos, de tramitação lenta, sim, continuavam.

ANEXO B

Palestras e ventos com participação de Percival de Souza encontradas no acervo do jornal *O Estado de S. Paulo* entre 1966 e 2008.

Temática de Evento	Número de participações
Esquadrão da Morte	3
Manicômios	2
Drogas	10
Prisão	4
Segurança Pública e Violência	7
Total de Eventos	29